

Estudo de Caracterização das Comunidades Imigrantes do Concelho de Vila Franca de Xira



**INSTITUTO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO**

Maio de 2004

Índice Geral

INTRODUÇÃO	3
1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO- DEMOGRÁFICA DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA	5
1.1 - Evolução Demográfica de Portugal no Intervalo Temporal de 1991/2001.....	7
1.2 - Evolução Demográfica da Região de Lisboa e Vale do Tejo no Intervalo Temporal de 1991/2001.....	16
1.3 - Evolução Demográfica do Concelho de Vila Franca de Xira no Intervalo Temporal de 1991/2001.....	19
1.4 - Análise Sócio-Demográfica das Freguesias do Concelho.....	25
1.4.1 - Alhandra	25
1.4.2 - Alverca do Ribatejo.....	26
1.4.3 - Cachoeiras	27
1.4.4 - Calhandriz	29
1.4.5 - Castanheira do Ribatejo.....	30
1.4.6 - Forte da Casa.....	31
1.4.7 - Póvoa de Santa Iria.....	33
1.4.8 - São João dos Montes	34
1.4.9 - Sobralinho	36
1.4.10 - Vialonga	37
1.4.11 - Vila Franca de Xira	39
1.5 - Índices-Resumo Comparativos dos Universos Analisados	41
1.6 - Dimensões Estruturantes de Inserção das Comunidades Imigrantes no Município	49
1.6.1 - Quadro Legal de Permanência das Comunidades Imigrantes	49
1.6.2 - Actividade Laboral e Integração Sócio-Profissional das Comunidades Imigrantes	50
1.6.3 - Enquadramento Sócio-Económico das Comunidades Imigrantes	55
1.6.4 - Acesso das Comunidades Imigrantes aos Serviços Públicos de Saúde	58
1.6.5 - Dinâmicas Relacionais Estabelecidas entre as Comunidades Imigrantes e as Forças de Segurança Municipais	60
1.6.6 - A Integração pela Educação: o Acesso dos Alunos Estrangeiros aos Estabelecimentos de Ensino do Município	62
1.6.7 - Actividade Cívica e Sensibilização Sócio-Política das Comunidades Imigrantes.....	63
1.6.8 - Outros Vectores de Análise	63
2 - DEFINIÇÃO METODOLÓGICA DOS UNIVERSOS DE INQUIRIÇÃO	65
2.1 - Caracterização da Amostra de Portugueses Inquiridos	67
2.2 - Caracterização da Amostra de Imigrantes Inquiridos	90
2.3 - Análise Comparativa das Amostras	118
3 - AS ATITUDES E OPINIÕES DA POPULAÇÃO VILA-FRANQUENSE FACE ÀS DIVERSAS COMUNIDADES IMIGRANTES	123
3.1 - Os contactos inter-étnicos.....	123

3.1.1 - Nível reduzido de proximidade inter-étnica	123
3.1.2 - A partilha do espaço público	124
3.1.3 - Confrontos inter-étnicos circunscritos, mas diferenciados	125
3.2 - Atitude em relação aos diferentes grupos étnicos.....	128
3.2.1 - Atitude geral positiva, com factores de risco	128
3.2.2 - Os problemas atribuídos aos diferentes grupos étnicos	130
3.2.3 - Os estereótipos positivos	132
3.2.4 - Igualdade de oportunidades?	133
3.3 - Forças e fraquezas do sentimento de solidariedade	136
4 - FISIONOMIA SOCIO-IDENTITÁRIA DAS DIVERSAS COMUNIDADES	
IMIGRANTES	140
4.1 - Inserção Profissional e Percurso Social dos Imigrantes	144
4.1.1 - Desempregados	147
4.1.2 - Desemprego na comunidade.....	147
4.1.3 - Trabalhadores por conta de outrem	148
4.1.4 - Trabalhadores por conta própria.....	151
4.1.5 - Mulheres.....	152
4.1.6 - Perspectivas profissionais e de vida	152
4.1.7 - Mobilidade	156
4.1.8 - Chegada a Portugal.....	156
4.1.9 - Formação profissional	158
4.1.10 - Tempo de trabalho.....	158
4.2 - Inserção Sócio-Residencial e Enquadramento das Comunidades no Concelho	160
4.2.1 - Habitação.....	162
4.2.2 - Integração do próprio e dos filhos	164
4.2.3 - Inserção associativa.....	166
4.2.4 - Abastecimento	167
4.3 - Práticas e Relacionamentos Intracomunitários dos Imigrantes do Concelho.....	168
4.3.1 - Laços dos imigrantes com a sua comunidade no Concelho e com o seu país de origem	168
4.3.2 - Relações intercomunitárias e com a população portuguesa no Concelho	170
4.4 - Expectativas, Atitudes e Opiniões dos Imigrantes	172
4.4.1 - Imagem do imigrante sobre si mesmo	172
4.4.2 - Opinião dos imigrantes sobre o seu bairro e a actuação das autarquias	174
4.4.3 - Atitudes de vida e opinião dos imigrantes sobre os outros.....	176
4.4.4 - Expectativas dos imigrantes quanto ao futuro	176
4.4.5 - Prática religiosa dos imigrantes.....	179
CONCLUSÕES	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

INTRODUÇÃO

*Para o IED este Estudo insere-se numa longa tradição de acompanhamento e investigação dos problemas relacionados com as migrações, de que resultaram vários estudos, seminários e obras publicadas desde 1984. O primeiro estudo editou-se em 1984, **Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional**, um trabalho realizado por Manuela Silva, Rogério Roque Amaro, Guy Clausse, Custódio Cónim, Madalena Matos, Manuel Pisco e Luís Miguel Seruya. Escassos 3 anos depois, em 1987, editávamos **Os Retornados**, um estudo sociográfico editado por Rui Pena Pires, Maria José Maranhão e João Paulo Quintela.*

*Em 1991 foi a vez de editar um trabalho coordenado por Maria do Céu Esteves, intitulado: **Portugal, País de Imigração**. A este trabalho seguiu-se **A Comunidade Caboverdiana em Portugal**, coordenado por Luís de França e editado em 1992, ano em que editámos ainda **Perspectivas da Imigração Portuguesa para a CEE 1980-1990** de H. M. Stahl, João Ferreira do Amaral e F. Moniz.*

*Em 1993 editámos **Recent Trends and Migrations**, um trabalho coordenado por Maria Beatriz Rocha-Trindade. Finalmente, em 1996 o IED virou-se para a realidade das minorias étnicas na sua relação com os Municípios e o problema dos realojamentos, realizando um trabalho para a Câmara Municipal de Lisboa intitulado **O Outro cá Dentro**, realizado por Joana Ribeiro e Paulo Granjo.*

*Em 2001 realizámos um grande debate sobre **Política Europeia de Imigração**, com o apoio da Representação da União Europeia, e editado no nº 10 da **Revista Desenvolvimento**. No mesmo ano realizámos um estudo para a Câmara Municipal da Amadora denominado **As Populações do Concelho da Amadora: relações inter-étnicas e representações**, coordenado por Fernando Marques da Costa e realizado por Victor Cavaco, Filipe Vieira, Rita Taborda, António Sá e Guilherme Pereira.*

*Por sua vez, este **Estudo de Caracterização das Comunidades Imigrantes do Concelho de Vila Franca de Xira** resulta da consulta dirigida a este Instituto no âmbito do programa: “**Projecto EQUAL Igualdade-Cidadania**” que definia como objectivos “um estudo de caracterização da população imigrante residente no Concelho, que incida sobre as seguintes áreas (com particular incidência na vertente da inserção sócio – profissional): caracterização sociográfica das populações; caracterização sócio-profissional; desemprego; condições de vida; sociabilidades; representações e valores; orientações de vida e aspirações.”*

O objectivo do trabalho a realizar foi detalhado em torno de dois eixos essenciais:

- *Um estudo de sistematização e enquadramento das problemáticas, constituído a partir de duas abordagens: uma, bibliográfico-documental e, outra, entrevistas a instituições que trabalham com representantes de grupos alvo.*
- *Um estudo de carácter estatístico, através da realização de um inquérito por questionário presencial a imigrantes a partir de um conjunto de indicadores base que foram indicados no referido documento.*

A presença na Área Metropolitana de Lisboa, em geral, e em alguns Municípios, com particular expressão, de Comunidades Minoritárias constituídas por várias gerações de Imigrantes com uma diversidade étnica distintiva da maioria da população nacional, é uma constante na história recente da sociedade portuguesa, desde a descolonização, em 1974, e da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1985.

Essas populações vivem agrupadas segundo grupos étnicos, origens territoriais e grau de parentesco, de acordo com o país de origem, compondo Comunidades dentro do território que habitam, diferenciando-se pelos seus usos e costumes, formas de organização, inserção no mercado de trabalho, modelos de inter-ajuda próprias e padrões de exclusão agravados.

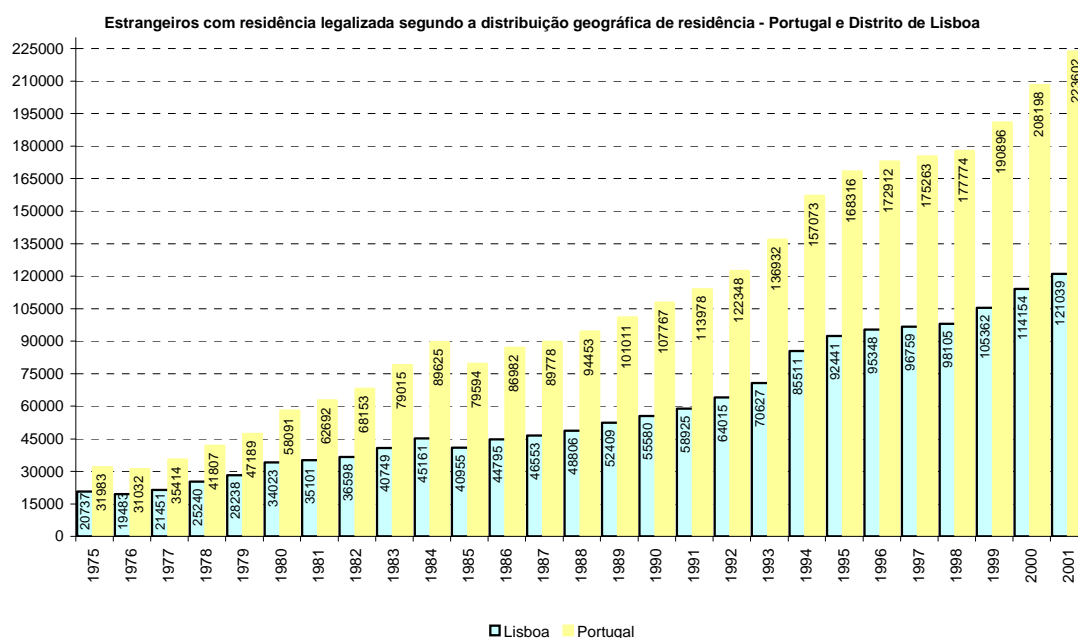
Alguns dos Municípios integrantes da Área Metropolitana de Lisboa são hoje pluriétnicos e multiculturais, com dinâmicas muito diversas de integração e de exclusão sociais dessas Comunidades, onde convivem populações com estatutos jurídicos diversos; legais, ilegais, clandestinos e onde se acumulam já segundas e terceiras gerações com formas diferenciadas de coesão de grupo e de relacionamento com a sociedade de acolhimento em relação aos seus pais.

Essas Comunidades são hoje, em grande medida, com maior ou menor expressão consoante os concelhos, aglomerados de grupos étnicos diferentes e diferenciados quanto aos modos de vida e situação económica, caracterizado por situações particulares de emprego, de desemprego, com fenómenos de marginalidade juvenil, e com problemas de identidade com repercussões nos processos de integração e exclusão social.

A segunda metade dos anos 90 registou um aumento exponencial do fluxo de imigrantes oriundos dos países de Leste e do Brasil. Estas duas comunidades têm tipologias diversas. Mas em comum têm, por ora, um maior grau de dispersão na ocupação do território, tornando distinta a sua relação com a comunidade de acolhimento quando comparados com as Comunidades africanas. Os imigrantes de Leste têm manifestado um potencial de inserção no mercado de trabalho – mesmo se nos referirmos ao clandestino, com degradantes níveis de exploração da mão-de-obra - e na sociedade de acolhimento, superiores aos dos imigrantes africanos. O grau de apreciação da sociedade face à sua prestação profissional é claramente maior. Por isso, são hoje já evidentes fenómenos de tensão entre estas comunidades.

1 - Considerações Preliminares para a Contextualização Sócio-Demográfica do Concelho de Vila Franca de Xira

O fenómeno migratório em Portugal, nomeadamente na Região de Lisboa e Vale do Tejo e a sua particular incidência em Municípios da orla periférica da capital, como o Concelho de Vila Franca de Xira, tem vindo a adquirir um enfoque gradativo nas últimas décadas, e configurado um mosaico pluriétnico e transcultural tributário de uma espiral emergente de comunidades imigrantes, pautadas por arquétipos de sociabilidade e integração idiossincráticos e dinâmicas distintas de inserção sócio-profissional. Apesar da transversalidade espaço-temporal destes movimentos ao longo dos séculos, os fluxos migratórios coevos registados na Área Metropolitana de Lisboa encontram o seu 'substractum' na eclosão das vagas de descolonização dos anos 70 potencializadas pela desagregação do atávico Ultramar, e na ulterior integração da Comunidade Económica Europeia, em 1986. Contudo, a problemática migratória não ficaria cristalizada na década de 90, perfilada como húmus pródigo de uma nova tipologia migratória na região de Lisboa e Vale do Tejo e, grosso modo, no todo nacional, maioritariamente resultante de um acréscimo significativo dos fluxos migratórios oriundos dos países da Europa Central de Leste e do Brasil, responsáveis pela renovada fisionomia populacional pluriétnica concelhia das edilidades limítrofes da capital.



Fonte: INE, *Censos 2001*.

Estas comunidades imigrantes, agregadas por diapasões étnicos, origens territoriais e graus de parentesco, e cuja tónica assenta numa interacção dinâmica entre as redes de sociabilidade mais ou menos intrincadas estabelecidas nos países de proveniência, tendem a tecer malhas de organização étnica e identitária e de integração social estrutural diferenciadas nas charneiras profissional e socio-económica: os contingentes de Leste e do Brasil apresentam um índice mais elevado de dispersão na ocupação do território e uma propensão para a atomização no cômputo nacional global, em antítese às comunidades de Africanos, com níveis de arreigamento sócio-cultural mais sólidos e normalmente congregadas nas cinturas periféricas dos núcleos metropolitanos. Por outro lado, o potencial crescente de inserção das comunidades de Leste no mercado de trabalho nacional, ainda que por vezes encapote situações de manifesta insalubridade laboral, clandestinidade ou irregularidade contratual, bem como o grau de apreciação da sociedade de acolhimento face à sua prestação profissional, tem vindo a adquirir visibilidade nos últimos anos e a ombrear com os elevados índices de integração social dos efectivos Africanos.

1.1 - Evolução Demográfica de Portugal no Intervalo Temporal de 1991/2001

Zona Geográfica, Naturalidade	Censos 81		Censos 91		Censos 2001	
	Sexo	Total	Sexo	Total	Sexo	Total
Portugal	hm	9833014	hm	9867147	hm	10356117
Portuguesa	hm	9710819	hm	9710542	hm	10001074
Estrangeira	hm	108526	hm	106571	hm	226715
Europa	hm	35429	hm	37474	hm	72355
Países da EU	hm	...	hm		hm	49320
Outros Países Europeus	hm		hm		hm	23035
Bulgária	hm	*	hm	*	hm	543
	h		h		h	374
Noruega	hm	*	hm	*	hm	262
	h		h		h	142
Rússia	hm	-	hm	*	hm	2089
	h		h		h	1313
Suíça	hm	332	hm	*	hm	2178
	h		h		h	1107
Outros*2	hm	5830	hm	2261	hm	17963
	h		h	1114	h	14040
África	hm	47836	hm	36629	hm	103271
África do sul	hm	1629	hm	1277	hm	1312
	h		h	625	h	628
Angola	hm	19567	hm	9368	hm	37014
	h		h	4230	h	18849
Cabo verde	hm	18557	hm	15714	hm	33145
	h		h	8571	h	16994
Guiné-Bissau	hm	1126	hm	3162	hm	15824
	h		h	2024	h	9920
Moçambique	hm	4425	hm	3186	hm	4685
	h		h	1461	h	2223
São Tomé e Príncipe	hm	1547	hm	2007	hm	8517
	h		h	927	h	3919
Outros Países Africanos	hm	985	hm	1915	hm	2774
América	hm	23098	hm	30296	hm	44334
Brasil	hm	9962	hm	13508	hm	31869
	h		h	6351	h	16948
Outros Países Americanos	hm	13136	hm	16788	hm	12465
	h		h	8690	h	6579
Ásia	hm	3102	hm	1843	hm	6318
Índia	hm	221	hm	491	hm	1571
	h		h	183	h	1073
Macau	hm	1377(*3)	hm	35	hm	71
	h	608(*3)	h	13	h	32
Timor Leste	hm	280(*3)	hm	38	hm	137
	h		h	11	h	73
Outros Países Asiáticos	hm	1224	hm	1279	hm	4539
	h		h	641	h	2808
Oceania	hm	430	hm	396	hm	437
	h		h	187	h	205

Fonte: INE, Censos 2001.

Censos	Pop. Portugal			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	4756775	5110372	9867147	(81/91) 0,3%
2001	5000141	5355976	10356117	(91/2001) 5,0%

Censos	Pop. Portugal Portuguesa			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	4681133	5029409	9710542	(81/91) -0,002%
2001	4816387	5184687	10001074	(91/2001) 3,0%

Censos	Pop. Portugal Estrangeira			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	52844	53727	106571	(81/91) -1,8%
2001	123098	103617	226715	(91/2001) 112,7%

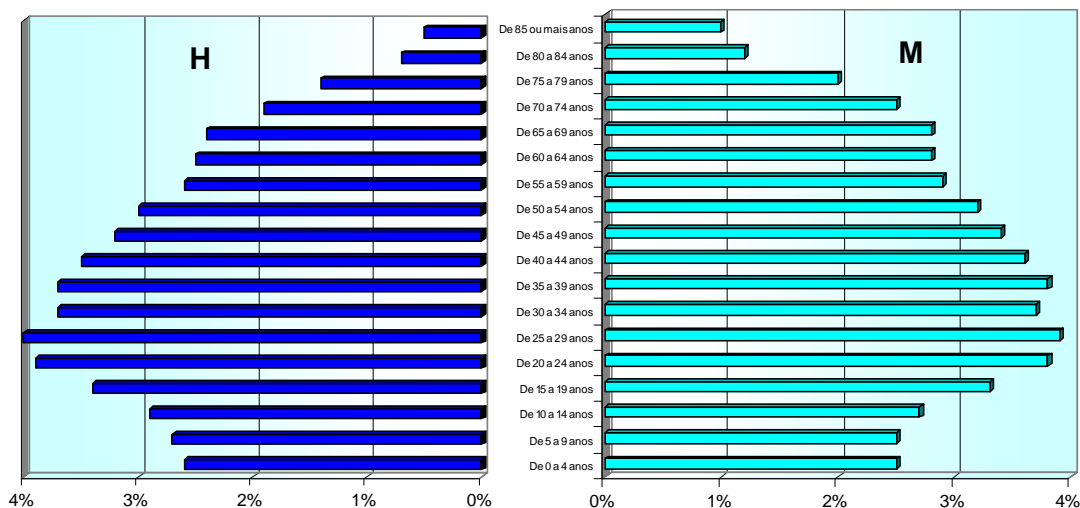
Fonte: INE, *Censos 2001*.

Para uma contextualização fenomenológica exequível da expansão imigratória de que Portugal tem sido objecto e das suas variáveis de evolução demográfica, importa delinear um enquadramento genérico sintético dos dados populacionais registados no país desde o Recenseamento Geral de 1981 até à recente actualização estatística de 2001. Embora se vislumbre um crescimento demográfico gradativo ascendente nos três levantamentos estatísticos, este acréscimo de efectivos ainda que homogéneo, não se afigura muito significativo entre a população nacional, representando no intervalo 1991/2001 uma fatia residual de 290.532 indivíduos no somatório global nacional. Tal panorâmica aponta para um crescimento lento e uma progressiva tendência de envelhecimento demográfico entre o maciço populacional português, que poderá contribuir para um avolumar das gerações mais idosas e em situação de inactividade inversamente proporcional a uma reduzida reposição de efectivos jovens.

Todavia, entre as camadas de população estrangeira advenientes para Portugal nas últimas décadas, em consequência das diásporas de descolonização, do ingresso na arquitectura comunitária ou da amplificação da oferta nos sectores laborais não qualificados, a curva populacional, que de 81 para 91 denotara uma ligeira quebra de -1,8%, conhece no período ulterior um “boom” inédito, consubstanciado num pródigo aumento de 112,7% no espectro nacional. Esta amplificação do contingente estrangeiro em Portugal deve-se já não à confluência das comunidades dos PALOP para a charneira cidadina nacional que fora nota dominante nas décadas anteriores, mas bebe agora na centripetização das vagas de imigração do Leste Europeu e do Brasil, exponenciadas na segunda metade da década de 90.

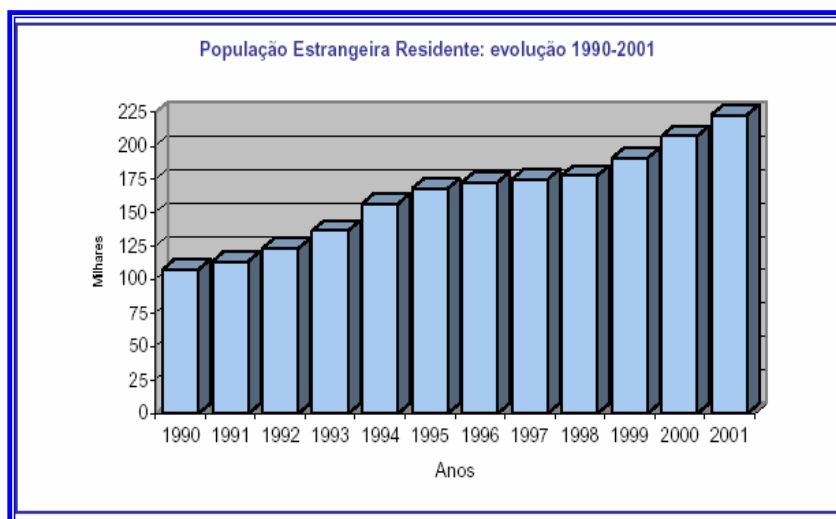
De facto, e segundo os dados extraídos dos Censos 2001, o acervo de população Europeia residente elevou-se em cerca de 93,1% e a cifra de Brasileiros em Portugal registou o apreciável aumento de 135,9%, indicadores do afluxo sistemático de população estrangeira para território nacional; não obstante e na contextura global, não são também despreciables os valores expressos pelo ingresso concomitante e recente dos fluxos de comunidades Asiáticas no país, que de 91 para 2001 apresentaram um eminente recrudescimento de 243,0%, fundamentalmente protagonizados por elementos de nacionalidade Chinesa e Indiana, canalizados sobretudo para os sectores laborais secundário e terciário.

População residente em Portugal em 2001, segundo género e grupos etários



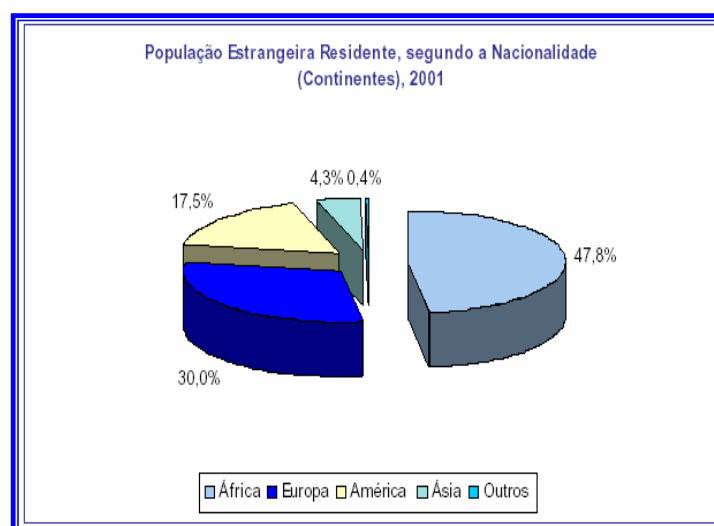
Fonte: INE, Censos 2001.

A pirâmide de idades da população residente em Portugal, segundo os Censos 2001, apresenta uma configuração em “ás de espadas”, típica dos países desenvolvidos e comum na Europa Ocidental, que evidencia uma tendência para o envelhecimento populacional, embora com um aumento tímido e gradual da taxa de natalidade. Este cavename piramidal prefigura uma propensão moderada de crescimento, em que é perceptível a redução do maciço de jovens em idade activa (embora equilibrada pelo advento de efectivos da Europa Central e de Leste e do Brasil, cujo alinhamento etário se centra sobretudo nas faixas entre os 18 e 30 anos) e um alargamento do pináculo da estrutura etária, sobretudo no tocante ao género feminino, efeito resultante do aumento da esperança média de vida e da sobremortalidade masculina nos escalões etários mais avançados.



Fonte: INE, *Censos 2001*.

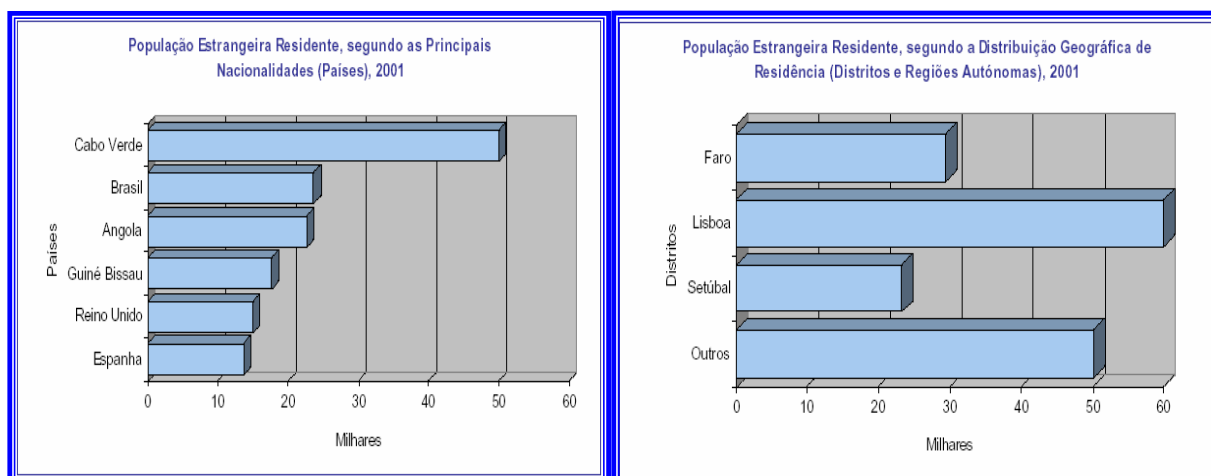
No âmbito da massificação dos fluxos imigratórios para Portugal nos últimos anos, as estatísticas oficiais processadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras corroboram os dados censitários, sendo que a população estrangeira com estatuto legal de residência atribuído e situação regularizada cifra-se no término de 2001 em 223.602 cidadãos, com uma proeminência de efectivos de sexo masculino, que constitui 56% do universo dos imigrantes, contra 43,7% do maciço populacional feminino.



Fonte: INE, *Censos 2001*.

No patamar dianteiro da relação de efectivos com permanência avalizada em Portugal figuram as comunidades oriundas dos PALOP, com um índice de representatividade de 47,8%, sucedidas pelas vagas imigratórias intra-europeias, que ascendem aos 30,0%, e pelo contingente de indivíduos com origem no continente americano, que corresponde a 17,5% dos legalizados, sendo

que entre estes a comunidade Brasileira merece uma nota digna de registo, ao corporizar cerca de 58,8% da mole de estrangeiros ingressados no País.

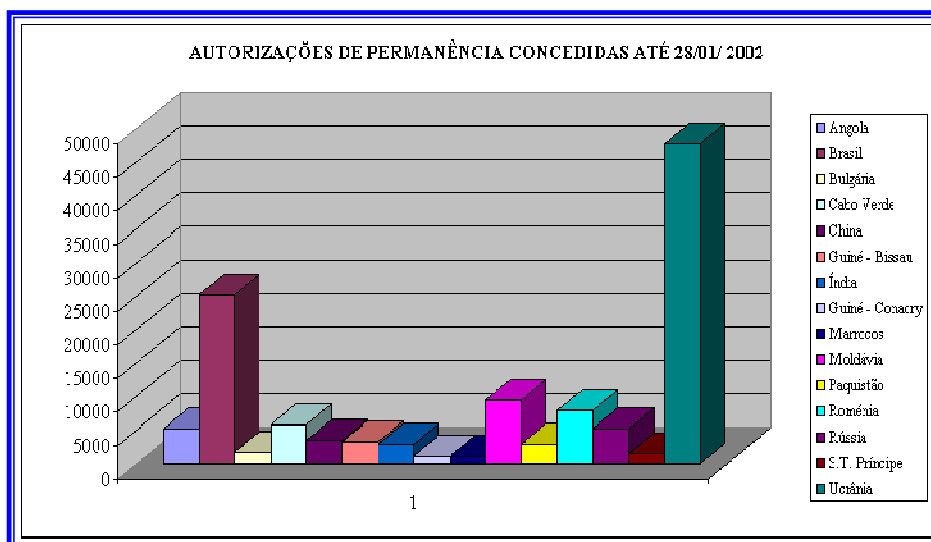


Fonte: INE, *Censos 2001*.

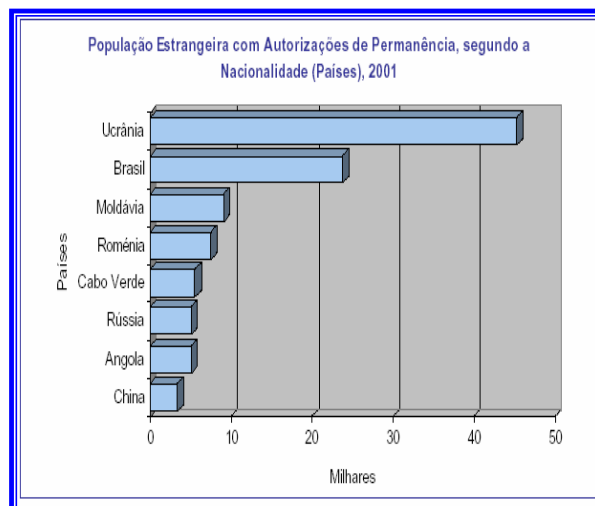
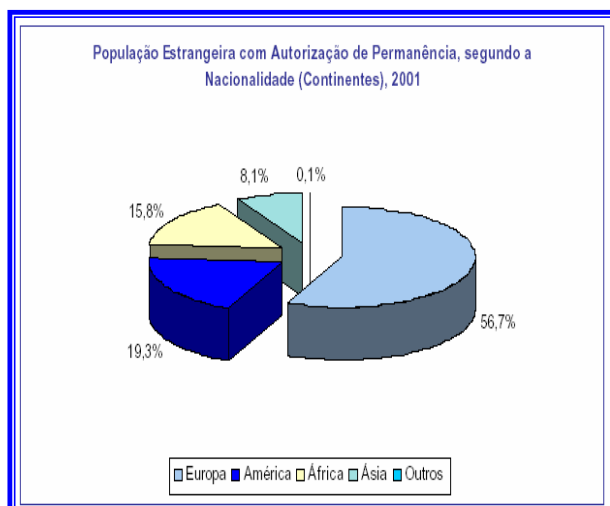
Nesta quadratura institucional, a maioria das autorizações a indivíduos europeus foi concedida no quadro comunitário, a naturais do Reino Unido (6,7%) e de Espanha (6,1%), com um peso periférico relativo no contexto da população estrangeira fixada em Portugal.

No tocante à localização geográfica, o principal vértice catalizador é a capital e a área circundante, consubstanciando a Grande Lisboa 54,1% dos residentes advenientes, disseminados pelos concelhos da área metropolitana, secundado pelos distritos de Faro e Setúbal, com saldos respectivos de 13,1% e 10,4% da miríade de estrangeiros em território nacional.

A implementação do regime de autorizações de permanência a cidadãos estrangeiros em 2001, consignada com a introdução da Lei n.º 4/2001, veio confirmar a perfilagem de uma nova arquitectura de imigração, protagonizada sobretudo pelas correntes originárias da América do Sul e do Leste Europeu. Neste ano foram legitimados 133.904 avais de permanência, canalizados sobretudo para os nacionais da Ucrânia (47.111), Brasil (25.123), Moldávia (9.527), Roménia (7.873) e Cabo Verde (5842).



Fonte: IDICT, 2001.



Fonte: INE, *Censos 2001*.

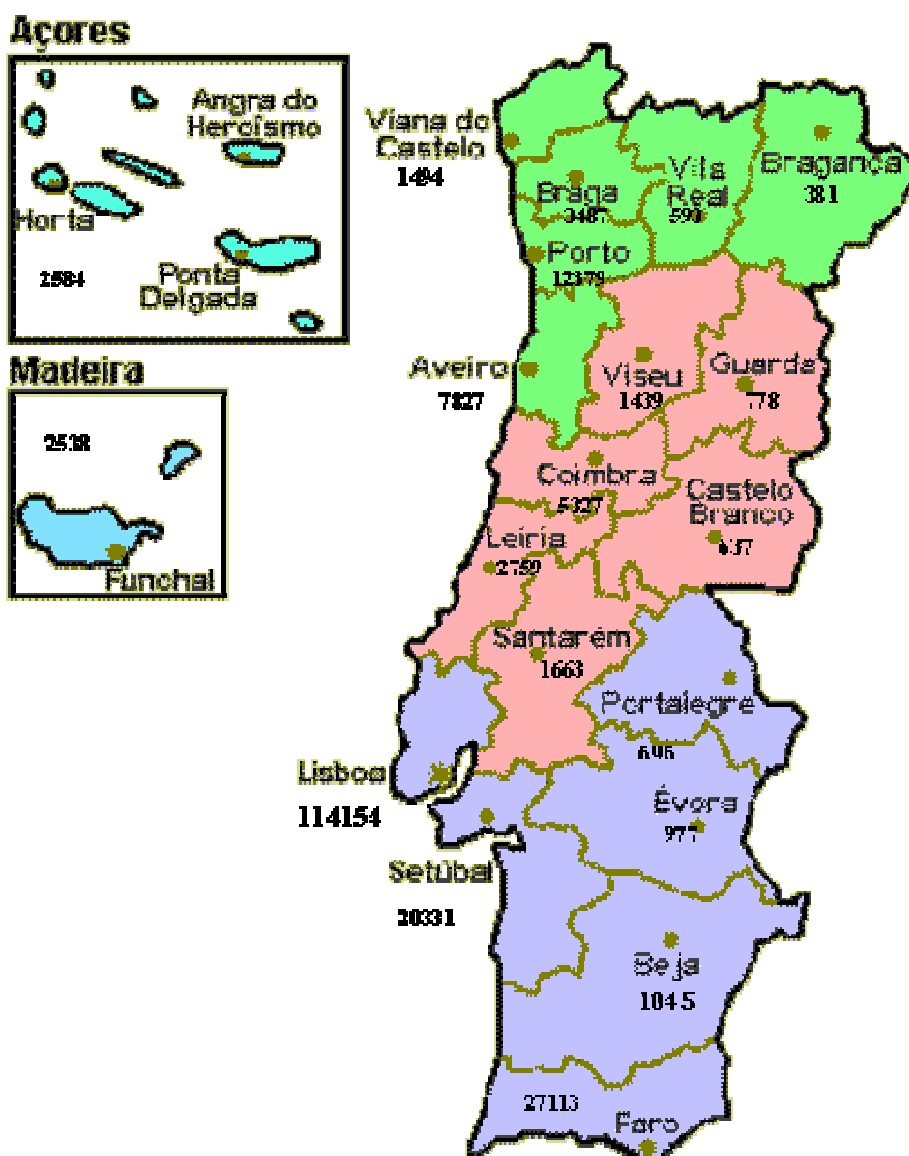
O volume substantivo de imigrantes legalizados em 2001 e a posteriori, ao abrigo desta novel plataforma jurídico-legal, é sobretudo natural da Europa de Leste, adquirindo um enfoque particular as comunidades Ucrâniana, Moldava, Russa e Romena. Todavia, a dinâmica imigratória para Portugal descreve também uma trajetória transatlântica, subsidiário Brasil e restante América Latina, e na actualidade as comunidades nativas dos PALOP, bem como os efectivos Asiáticos apresentam valores mais residuais no tecido imigratório nacional.

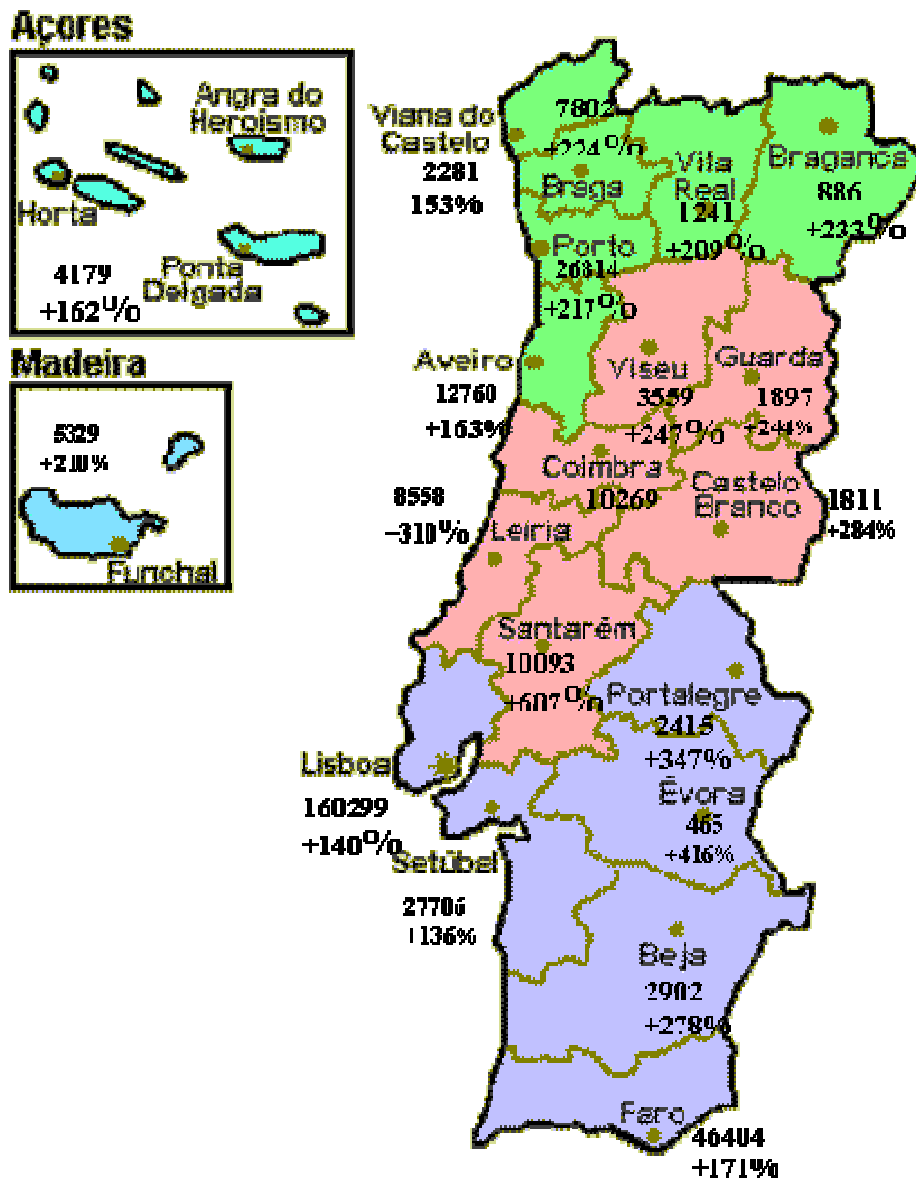
A inserção no mercado de trabalho destes segmentos populacionais apresenta contornos nítidos, permitindo inferir a sua remissão para sectores laborais de reduzidos índices de formação e padrões de qualificação precários estandardizados, tais como a construção civil no caso dos homens ou as limpezas, no tocante às mulheres, receptáculos óbvios de uma mão-de-obra acessível e vinculada sobretudo por contratos a termo, condição “sine qua non” para a legitimação da sua permanência em território nacional pelo SEF. Todavia, apesar das extrapolações veiculadas

pelos levantamentos estatísticos oficiais, perpassa uma realidade disruptiva subjacente ao fenómeno imigratório, que obnubila focos de clandestinidade endémica de um maciço de efectivos em condição irregular, presas fáceis de eventuais situações de exploração por parte das entidades empregadoras, e cuja expressão formal continua a ser impossível de contabilizar.

Evolução dos estrangeiros com autorização de permanência/residência no intervalo de 2000/2001, por distrito.

2000





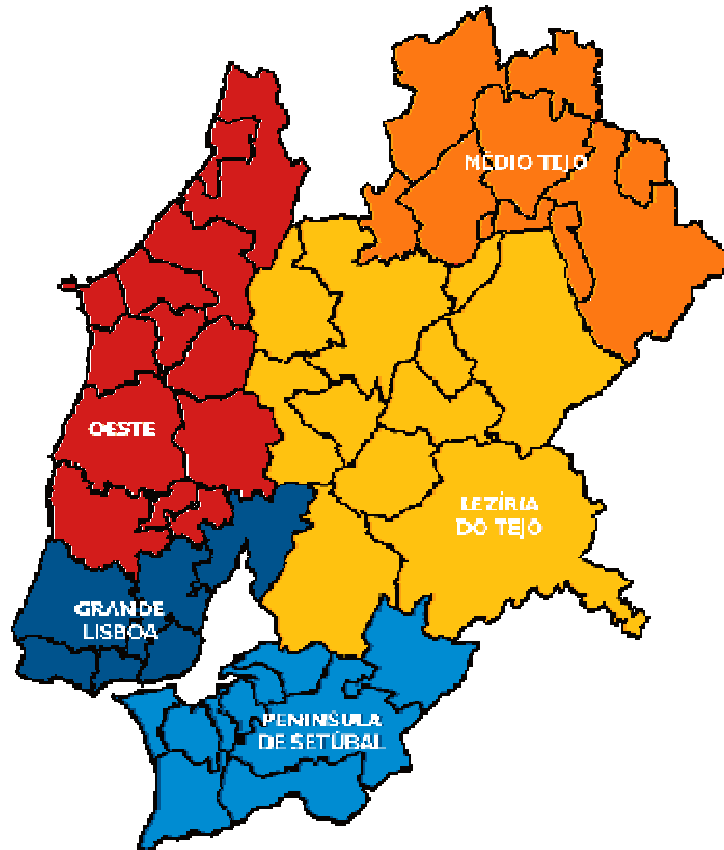
Fonte: IDICT, 2001.

No período supracitado, é apodíctico o aumento massivo de autorizações de permanência e residência concedidas pelas entidades oficiais, nomeadamente nos distritos da faixa litoral, nódulos de concentração por excelência dos maciços populacionais estrangeiros: o distrito de Lisboa avalizou a presença de 160.299 efectivos (cerca de 140% mais que no ano prévio), Setúbal viabilizou a legalização de 27.706 indivíduos (+136%) e Faro guindou a quota de regularização de estrangeiros a 46.404, com um salto quantitativo de cerca de 171% face a 2000. Todavia, o ano de 2001 é paradigmático não só pelo incremento do maciço estrangeiro legalizado na esfera

nacional, mas também pela reconfiguração sistémica do figurino imigratório, testemunhável na amplificação dos índices de dispersão e descentralização dos contingentes estrangeiros. Tal facto, a que não é alheio o advento sistemático das comunidades de Leste e Brasileira, com propensão para a atomização em zonas esparsas do território nacional, contribuiu para o imprecendente avolumar do acervo de autorizações concedidas no interior do país, com cifras percentuais de aumento efectivo muito avultadas fundamentalmente no Alentejo (+ 416% em Évora, +347% em Portalegre e +278% em Beja) e nos distritos de Castelo Branco (+284%), Guarda (+284%) e Santarém (+607%).

1.2 - Evolução Demográfica da Região de Lisboa e Vale do Tejo no Intervalo Temporal de 1991/2001

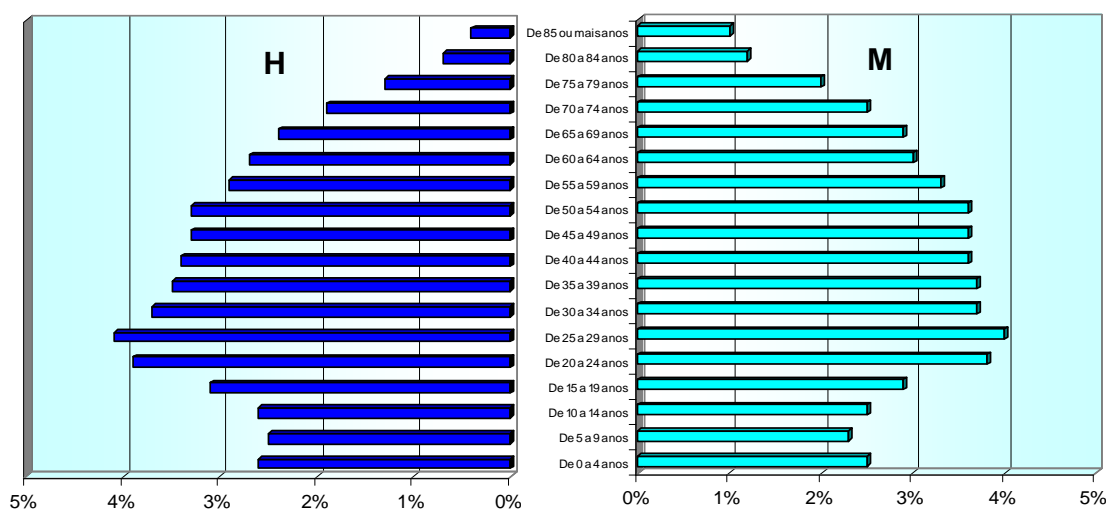
Região de Lisboa e Vale do Tejo



Fonte: Comissão Coordenadora da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003.

A região de Lisboa e Vale do Tejo, circunscrição territorial em que se insere a área da Grande Lisboa, e conseqüentemente o Concelho de Vila Franca de Xira, consubstancia uma área de 11.633 Km² e abarca um maciço populacional que corresponde a 35% do continente.

População residente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, segundo género e grupos etários



Fonte: INE, *Censos 2001*.

A dinâmica demográfica de Lisboa e Vale do Tejo tende a ser concomitante da estrutura populacional piramidal já apreciada para o país. Assim, o perfil demográfico da área descreve o tradicional “ás de espadas” que aponta para um prolongamento da esperança média de vida e a base da pirâmide apresenta um afunilamento entre as faixas etárias mais jovens, bem como uma dilatação no seio da “meia idade”, situação desencadeada pelas assimetrias demográficas verificadas nas cinco zonas compósitas da região. O alargamento no sector dos primeiros escalões etários deixa entrever um tímido rejuvenescimento da pirâmide humana de Lisboa e Vale do Tejo, muito subsidiário da dilatação centrífuga em “mancha de óleo” verificada no deslocamento progressivo de casais jovens do núcleo metropolitano de Lisboa e arrabaldes para as orlas da semi-periferia e periferia, motivados pelas crescentes facilidades de acesso e redução de custos habitacionais no interior de Lisboa e Vale do Tejo, movimentos que potenciam o aumento da taxa de fecundidade nessa charneira e a tendência para uma paulatina, mas gradual revitalização geracional da região.

Censos	Pop. Lisboa e Vale do Tejo				Pop. Grande Lisboa			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	1584016	1712699	3296715	1,1% (81/91)	871747	964737	1836484	-0,9% (81/91)
2001	1667765	1801136	3468901	5,2% (91/2001)	900407	992496	1892903	3,1% (91/2001)

Censos	Pop. Lisboa e Vale do Tejo Portuguesa				Pop. Grande Lisboa Portuguesa			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	1556179	1684915	3241094		851085	944515	1795600	
2001	1570829	1713348	3284177	(91/2001) 1,3%	834102	931030	1765132	(91/2001) -1,7%

Censos	Pop. Lisboa e Vale do Tejo Estrangeira				Pop. Grande Lisboa Estrangeira			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	27836	27779	55615		20661	20217	40878	
2001	74138	61981	136119	(91/2001) 144,8%	52349	45147	97496	138,5%

Fonte: INE, *Censos 2001*.

De facto, os dados censitários cotejados no intervalo temporal de 1991/2001 permitem inferir um acréscimo populacional endémico na Região de Lisboa e Vale do Tejo e na superfície da Grande Lisboa, sintomático não de um profuso recrudescimento demográfico entre a população portuguesa, cuja variação percentual denotou uma subida meramente marginal, mas no contexto da falange estrangeira imigrada na região, que no período aflorado disparou em 144,8% na Região, projecção congénere à verificada na Grande Lisboa, cifrada num acréscimo de 138,5% de efectivos estrangeiros. Todavia, e burilada uma ponderação da evolução global da população residente neste período, a curvatura demográfica não sofreu alterações de monta, cingindo-se a um aumento estrutural de 5,2% efectivos na Região de Lisboa e Vale do Tejo e de 3,1% na zona da Grande Lisboa.

1.3 - Evolução Demográfica do Concelho de Vila Franca de Xira no Intervalo Temporal de 1991/2001

Concelho de Vila Franca de Xira



Fonte: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2003.

O Concelho de Vila Franca de Xira integra-se na zona da Grande Lisboa e consubstancia uma extensão total de 323,5 Km², na qual se pulverizam 11 freguesias (Alhandra, Alverca do Ribatejo, Cachoeiras, Calhandriz, Castanheira do Ribatejo, Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria, São João dos Montes, Sobralinho, Vialonga e Vila Franca de Xira), com uma área média de 29 km², habitadas por um absoluto de 122.908 indivíduos. O Município congrega um total de 44.589 famílias, apresenta uma mancha urbana de 14.716 edifícios e uma densidade populacional de 384 habitantes por km², o que o consagra o Concelho com os menores índices de dispersão e densidade de todo o distrito de Lisboa.

Espraiado na margem direita do rio Tejo, o Concelho de Vila Franca de Xira é confinado a Norte pelo Monte Gordo, que atinge os 203 metros de altitude, e afecto à Reserva Natural do Estuário do Tejo, com uma extensão de 14.563 hectares, factores naturais propulsores de uma ainda densa actividade rural, desenvolvida numa área agrícola que se guinda aos 65,6% do total

concelhio em concomitância de uma área florestal de 5,5% e em contraponto a uma área urbana de 12%. Deste modo, Vila Franca de Xira constitui um húmus pródigo em actividade agrícola, bem como uma arena congregadora de diversos pólos industriais, o que torna o município uma plataforma de coexistência e equilíbrio entre os sectores primário e secundário que catalizam respectivamente 12% e 53% do emprego da região.

Censos	Pop. Concelho de Vila Franca de Xira			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	50927	52644	103571	(81/91) 17,4%
2001	60172	62736	122908	(91/2001) 18,7%

Censos	Pop. Concelho de Vila Franca de Xira Portuguesa			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	50035	51729	101764	
2001	57241	60155	117396	(91/2001) 15,3%

Censos	Pop. Concelho de Vila Franca de Xira Estrangeira			
	Homens	Mulheres	Total	Var. Total (%)
1991	892	915	1807	
2001	2372	1949	4321	(91/2001) 139,1%

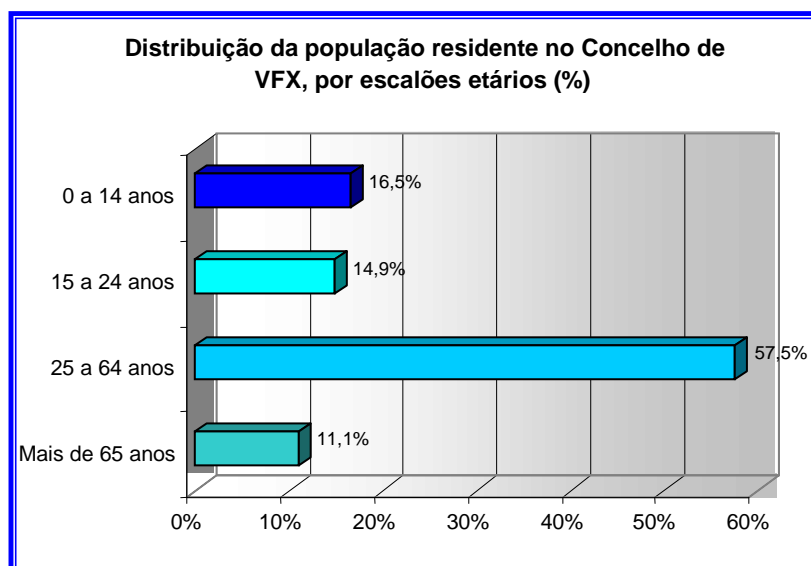
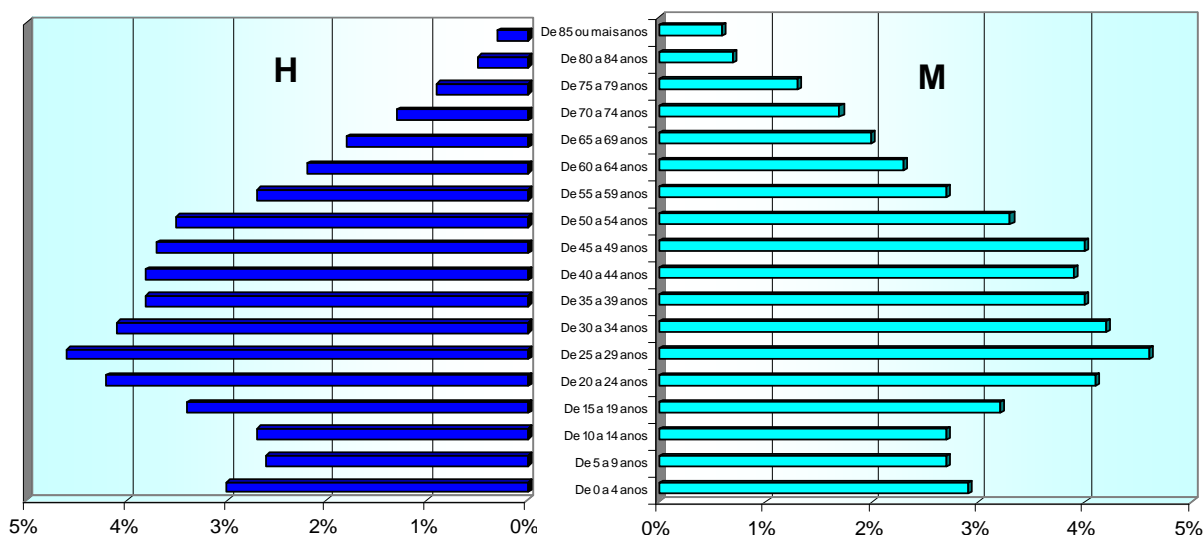
Fonte: INE, *Censos 2001*.

O Concelho de Vila Franca de Xira evidencia o mais elevado recrudescimento populacional do Distrito de Lisboa de 17,4% entre 1981 e 1991, taxa que se amplificou na última década até aos 18,7%. De facto, no cômputo global a edilidade tem vindo a registar um acréscimo significativo de efectivos residentes, cifrado entre os cidadãos portugueses em 15,3% e no âmbito da população de origem estrangeira nuns avultados 139,1%, o que a tem investido de um poder de renovação geracional apreciável e de uma fisionomia sócio-étnica e plurinacional renovada.

O aumento dos fluxos populacionais em Vila Franca de Xira além de se dever a um avolumar do contingente estrangeiro no Concelho, contrasta com a perda manifesta de população por parte da capital que conduz a focos de desertificação das suas zonas mais envelhecidas, e com o alegado fenómeno de expansão em “mancha de óleo” das populações do centro urbano para os municípios limítrofes. A exaustão do núcleo da Área Metropolitana de Lisboa e a redução dos custos de construção em áreas circunvizinhas, redundaram numa afluência massiva a concelhos como Vila Franca de Xira que têm vindo a apostar numa construção mais qualificada em zonas

menos saturadas e nas imediações dos eixos rodoviários ou ferroviários com melhores acessibilidades à capital, como é o caso de Vialonga, Alverca do Ribatejo, Alhandra ou Forte da Casa.

População residente no Concelho de Vila Franca de Xira, segundo género e grupos etários



Fonte: INE, Censos 2001.

A arquitectura populacional da população residente no Concelho de Vila Franca de Xira segue em traços gerais o arquétipo do cavename demográfico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo apreciável no Concelho de Vila Franca de Xira a tendência de rejuvenescimento nas camadas na base da pirâmide e maioritária a incidência na pirâmide de população entre os 25 aos

64 anos, em idade activa e no zénite do seu potencial laboral. A população compreendida entre os 0 e os 14 anos corporifica uma fracção de 16,5% do contingente humano municipal, cifra superior à revelada pela geração seguinte, o que se afigura sintomático da tendência para uma revitalização geracional, e a faixa etária mais provecta traduz a percentagem de efectivos menos significativa, remetida para uns residuais 11,1% do universo populacional Vila-franquense.

Indicadores Demográficos do Concelho de Vila Franca de Xira

Indicadores	Concelho de Vila Franca de Xira
Tx. de Natalidade	13,0‰
Tx. de Mortalidade	7,5‰
Tx. de Excedente de Vidas	5,5‰
Tx. de Nupcialidade	5,3‰
Tx. de Divórcio	2,5‰
Tx. De Fecundidade	48,6‰
Tx. de Actividade	54,4%
Tx. de Desemprego	6,7%
Tx. de Analfabetismo	5,4%
Nados-Vivos	834
Óbitos	919

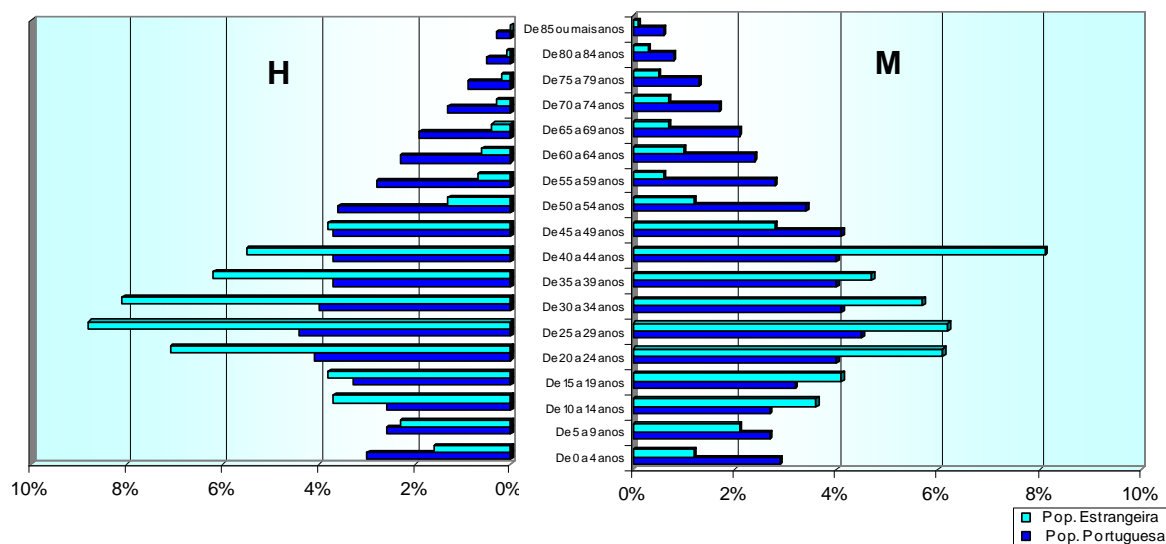
Fonte: INE, *Censos 2001*.

A taxa de natalidade registada pelo Concelho de Vila Franca de Xira cifra-se nos 13,0‰, valor que confirma a sua tendência de renovação geracional e o seu elevado índice de nascimentos, o segundo maior de entre os Municípios da Grande Lisboa e na linha da frente no contexto da Região de Lisboa e Vale do Tejo. A taxa de mortalidade registou um decréscimo de 91 para 2001, saldando-se agora nos 7,5‰, inversamente proporcional ao significativo aumento do excedente de vidas, agora situado na casa dos 5,5‰, a terceira permilagem mais elevada de Lisboa e Vale do Tejo. As taxas de nupcialidade e de divórcio ascenderam respectivamente a 5,3‰ e 2,4‰, e a taxa de fecundidade apresenta-se uma das mais elevadas do distrito de Lisboa com 48,5‰.

As taxas de actividade e desemprego, vectores indicativos por excelência do grau de desenvolvimento do Concelho, evoluíram positivamente no decénio 1991/2001: a primeira transitou de 48,9% para 54,4%, o que demonstra o incremento na esfera laboral a nível concelhio, e a segunda registou um declínio de 8,9% para 6,7%, índices abaixo da média nacional que convergem para uma melhoria quantitativa na oferta de emprego do município; por sua vez, a taxa

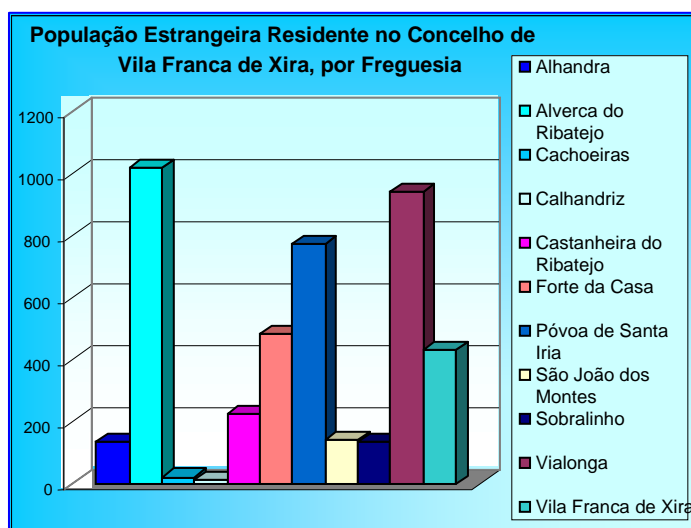
de analfabetismo também decresceu de 6,9% para 5,4%, evolução consentânea com o aumento da taxa de escolarização e com uma tendência natural gradativa para o prosseguimento de estudos.

População portuguesa e estrangeira residente no Concelho de Vila Franca de Xira, segundo género e grupos etários

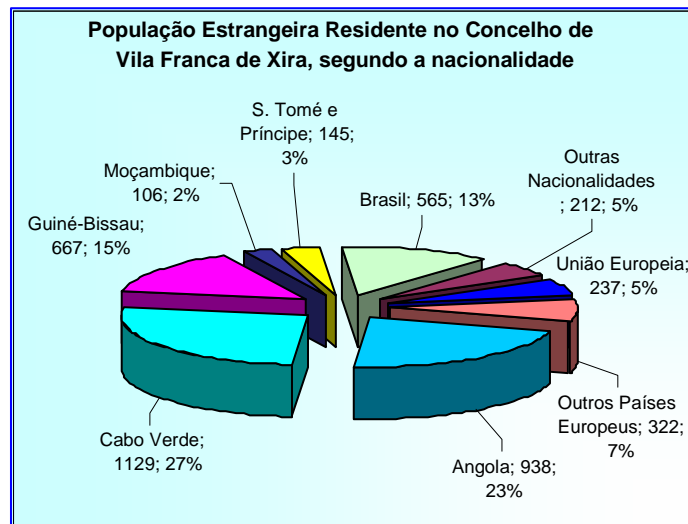


Fonte: INE, *Censos 2001*.

A população estrangeira no **Concelho de Vila Franca de Xira** perfila uma incidência maioritária nos escalões etários mais baixos, o que enfatiza a elevada taxa de juventude que pauta os fluxos imigratórios para o Concelho nas últimas décadas. A percentagem de efectivos de género masculino é significativamente superior ao maciço feminino, sintoma que é próprio de uma imigração de certo modo patriarcal e em idade activa, principalmente entre as espirais oriundas do Leste Europeu e do Brasil, com vista à estabilização económica e sócio-profissional e a um eventual reagrupamento familiar posterior no país de acolhimento.



Fonte: INE, *Censos 2001*.



Fonte: INE, *Censos 2001*.

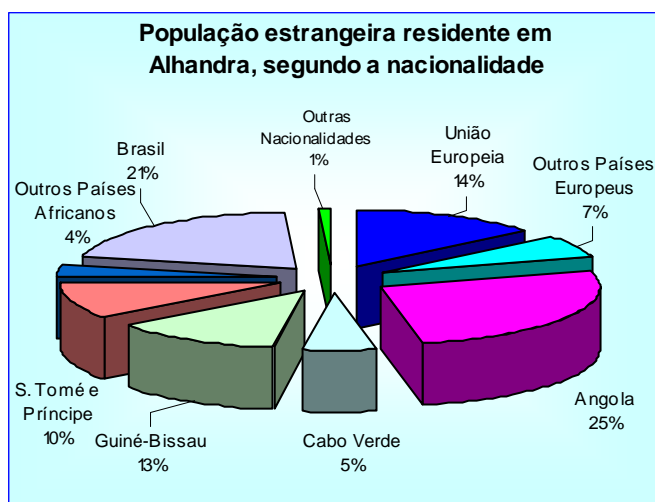
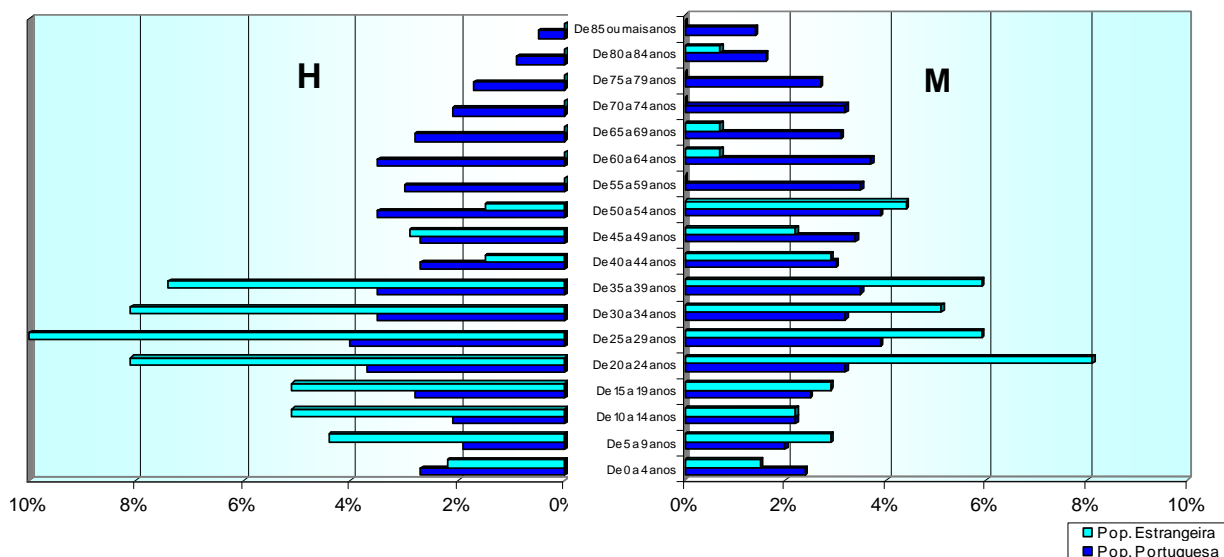
Segundo os Censos 2001, Alverca do Ribatejo, a freguesia do Concelho de Vila Franca de Xira detentora da mais vasta extensão territorial e com a maior propensão de amplificação urbana, cataliza uma fatia substantiva da população estrangeira, que constitui cerca de $\frac{1}{4}$ dos efectivos imigrados no Município, sucedida pelas freguesias de Vialonga, Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa e Vila Franca de Xira, segmentos concelhios com uma densidade populacional avultada e nódulos urbanos caracterizados por uma proliferação substantiva nos domínios da construção de infra-estruturas sociais e habitacionais, providos de redes articuladas de transportes e dotados de índices de oferta de emprego apreciáveis no quadro da Área Metropolitana de Lisboa.

No que concerne à nacionalidade dos protagonistas dos fluxos imigratórios para Vila Franca de Xira, transversais às últimas décadas, as principais nacionalidades contabilizadas no último recenseamento nacional, apontam para uma preponderância das comunidades dos PALOP no Concelho, espelhada nas falanges maioritárias de Cabo-verdianos e Angolanos, que correspondem respectivamente, a 27% e 23% dos estrangeiros aferidos. Nas posições sucedâneas encontram-se os Guineenses, com 15% e os Brasileiros, que consubstanciam 13% do universo total afluído, números que ainda que fiáveis não abarcam na íntegra a macrocefalia imigratória real do Concelho. Exemplo paradigmático desta conjuntura é a remissão das comunidades do Leste Europeu (Outros Países Europeus) para a cauda desta escala, que embora correspondendo a 7% do todo de recenseados, atinge índices muito superiores no Concelho, mas inequacionáveis devido ao espartilhamento na veiculação de informações por efectivos em situação de irregularidade laboral e legal, ou à tendência para um autismo sócio-profissional e para a uma alegada “guetização” intracomunitária, directrizes condicionadoras de um enquadramento sistemático global exequível e fidedigno da realidade imigratória no Concelho.

1.4 - Análise Sócio-Demográfica das Freguesias do Concelho

1.4.1 - Alhandra

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Alhandra, segundo género e grupos etários



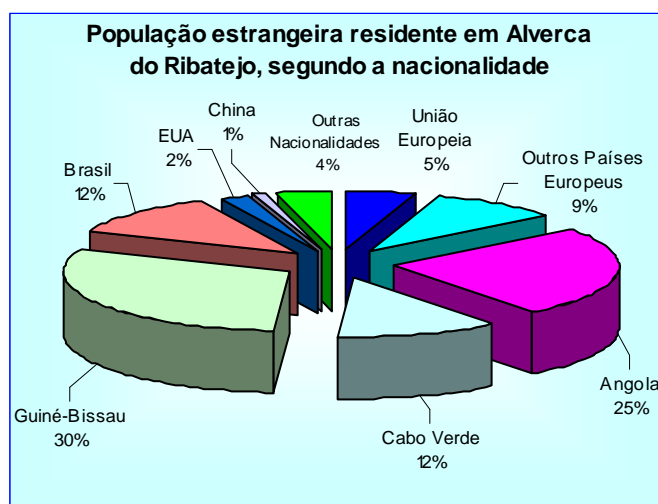
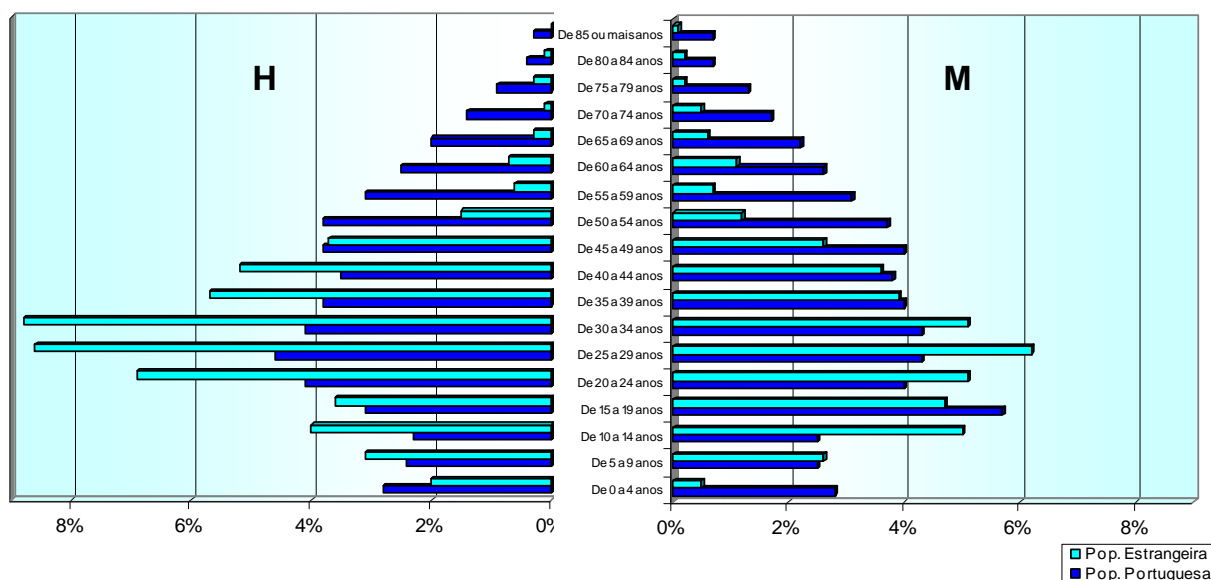
Fonte: INE, Censos 2001.

Com uma área total de 2,6 Km² e uma densidade populacional de 2801 habitantes por Km², a freguesia de **Alhandra**, constitui uma relevante superfície industrial no seio do Concelho, abarcando segundo os Censos 2001, uma população de 7205 indivíduos, 1,8% dos quais de nacionalidade estrangeira, que constituem um total de 2823 famílias numa charneira urbana de 1068 edifícios. A orgânica populacional da freguesia de Alhandra alinha, no tocante à população

portuguesa, pelo diapasão do restante Concelho, embora evidencie uma tendência mais acentuada de envelhecimento demográfico, devido ao estreitamento nos escalões etários jovens e à dilatação das faixas de “meia idade”; a população estrangeira apresenta padrões de substantiva juventude e potencialidade, sendo maioritariamente dominada pelo género masculino, empregado sobretudo na plataforma industrial da freguesia. As comunidades com maior proeminência são as oriundas dos PALOP, nomeadamente os contingentes de Angola (25%), Guiné-Bissau (13%) e S. Tomé e Príncipe (10%), o maciço de imigração Brasileira, que corporiza 21% da população estrangeira na freguesia e os estrangeiros provenientes do espaço intra-comunitário, cifrados em 14%.

1.4.2 - Alverca do Ribatejo

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Alverca do Ribatejo, segundo género e grupos etários

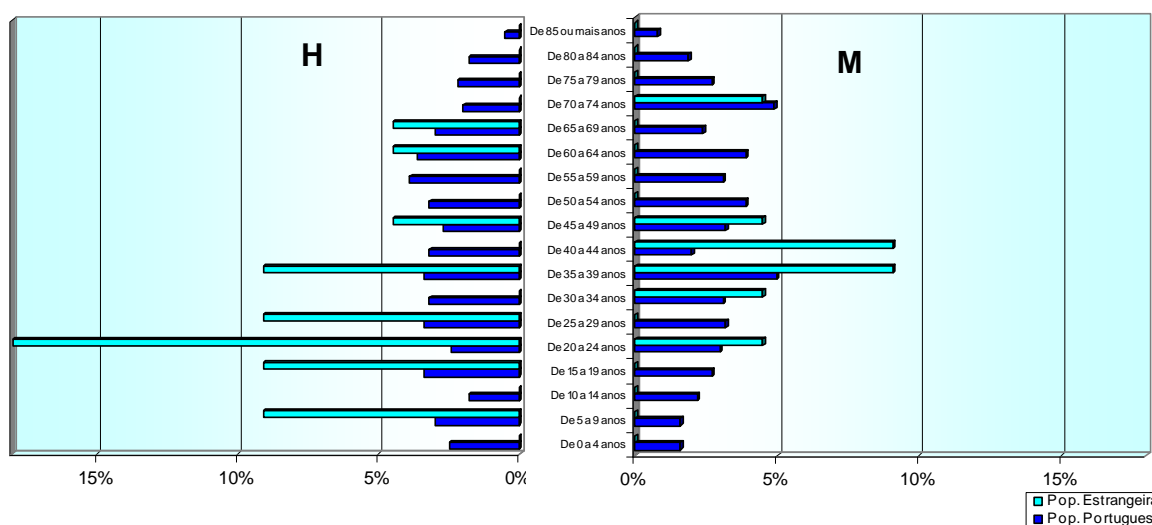


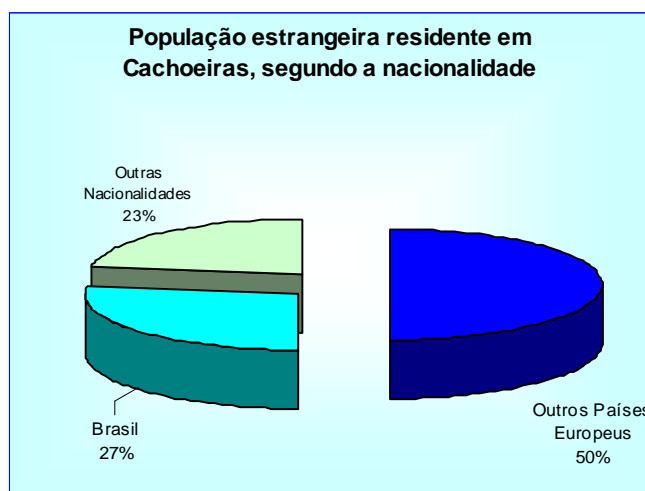
Fonte: INE, Censos 2001.

A freguesia de **Alverca do Ribatejo** estende-se por uma área total de 19 Km² e a sua densidade populacional ascende a 1528,4 habitantes por Km², tendo sido elevada a cidade em 1990. A freguesia ribeirinha consubstancia, segundo os dados do último recenseamento, uma população de 29.086 elementos, 3,5% dos quais de nacionalidade estrangeira, atomizada em 10.463 famílias, num agregado urbano de 2888 edifícios. A pirâmide demográfica delineada pela freguesia denota um alargamento nas faixas de “população activa” e uma propensão para a extensão dos escalões de população jovem, corolário que permite inferir a afluência crescente a Alverca de numerosas moles de população, atraídas pelas promessas de desenvolvimento sustentado, expansão urbana e facilidades de acesso à capital, veiculadas pela freguesia. No que toca às origens da população estrangeira residente, Alverca do Ribatejo afigura-se um “melting-pot” de nacionalidades, adquirindo mais destaque as comunidades Guineense, com uma fatia de 30% de efectivos contabilizados, Angolana, com uns também não despreciantes 25% e Caboverdiana e Brasileira, cada uma com 12% dos indivíduos estrangeiros. Na mesma esteira de análise, no contexto de Alverca do Ribatejo merecem ainda particular enfoque os bairros de Arcena e do Bom Sucesso, em que pontificam, segundo o Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira sobretudo comunidades africanas e alguns efectivos do Leste Europeu.

1.4.3 - Cachoeiras

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Cachoeiras, segundo género e grupos etários





Fonte: INE, *Censos 2001*.

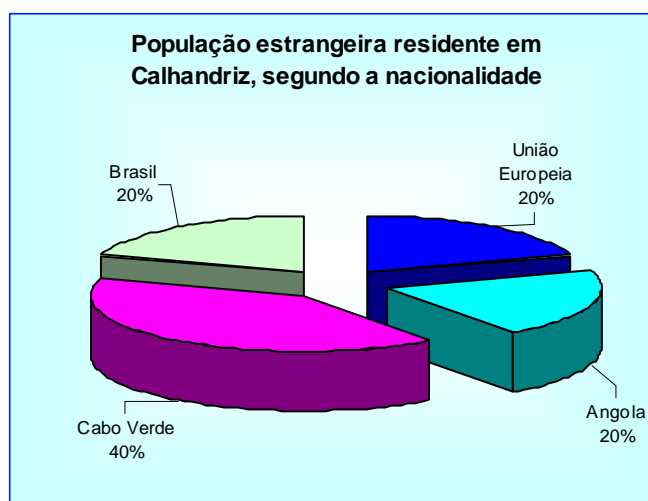
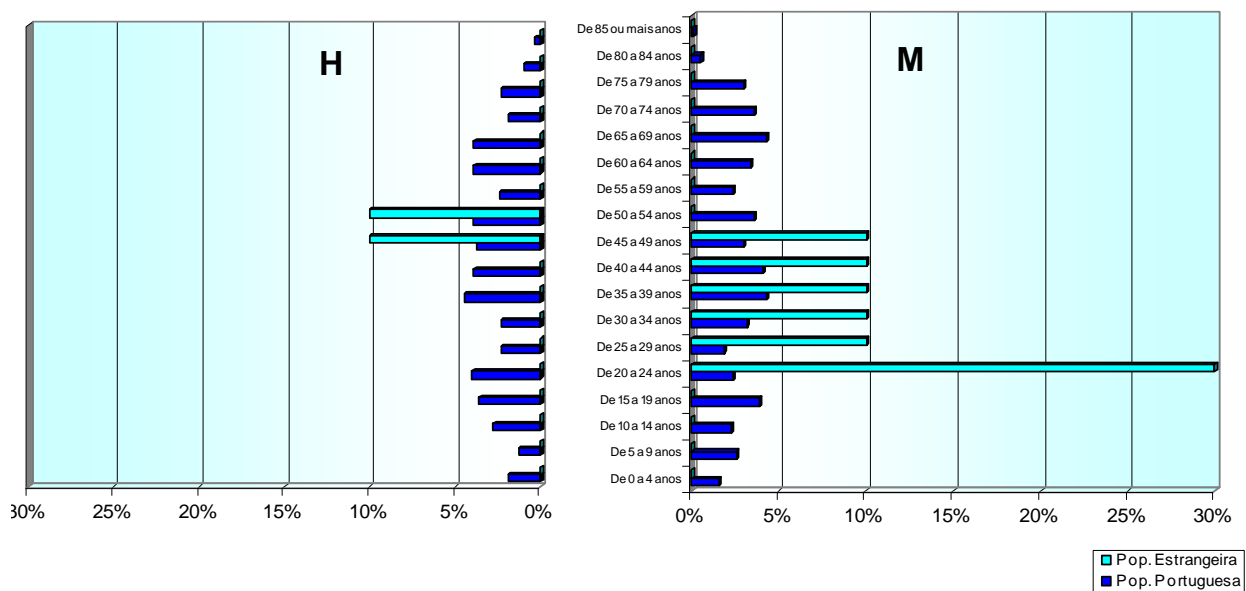
Desviada dos grandes acessos viários do Concelho e com um cariz ainda ruralista e agrário, a evolução populacional da freguesia de **Cachoeiras** tem-se desenvolvido paulatinamente, longe da pressão demográfica que pautava a cinta industrial municipal. A área absoluta da freguesia salda-se em 9,9 Km² e a sua densidade populacional circunscreve-se a 77,4 pessoas por km².

No interior rural do Concelho, e fora dos circuitos metropolitanos concelhios, a população residente atinge segundo os Censos 2001 uma cifra populacional de 769 residentes, 2,9% dos quais de nacionalidade estrangeira, com um “modus vivendi” essencialmente associado à agricultura de subsistência, agrupada em 295 famílias, numa reduzida mancha urbana de 297 edifícios, em antítese a um cenário onde predomina a pequena propriedade em elevado estado de abandono.

A pirâmide demográfica delineada pela freguesia evidencia uma distribuição muito equitativa de população pelos diversos escalões etários, e uma reduzida presença de estrangeiros, apenas nas faixas de população activa, oriundos essencialmente do Leste Europeu (50%) e do Brasil (27%).

1.4.4 - Calhandriz

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Calhandriz, segundo género e grupo etário



Fonte: INE, Censos 2001.

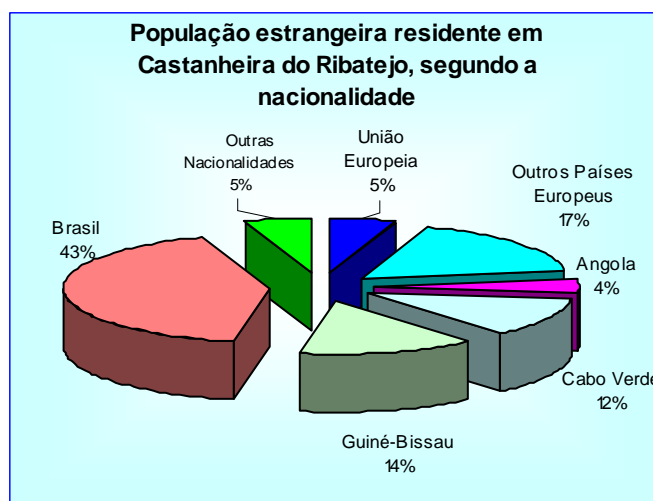
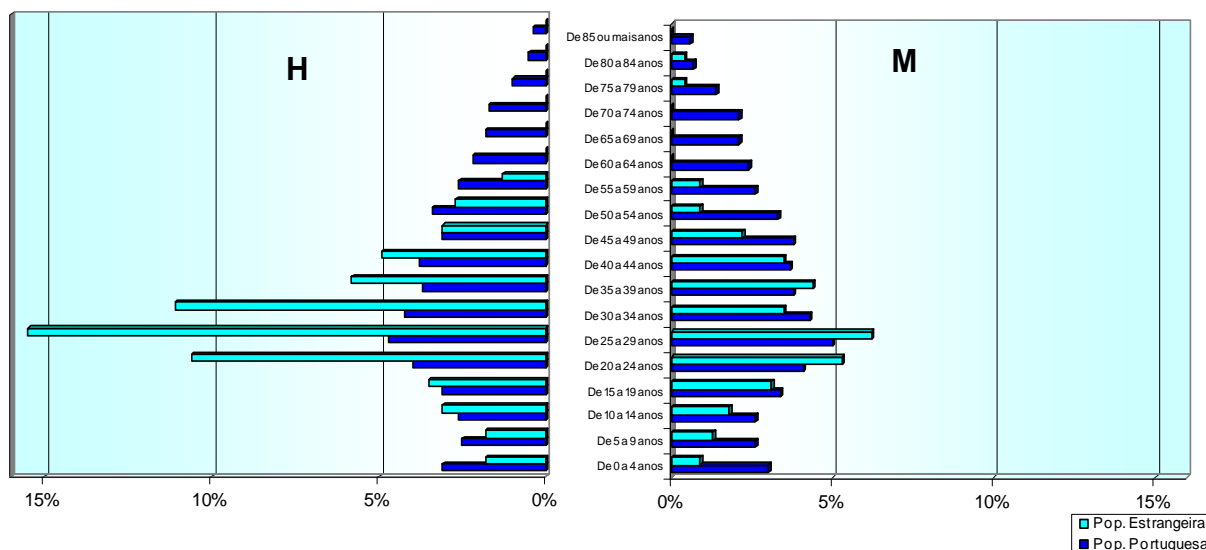
Igualmente insita no perímetro interior do Concelho, a freguesia de **Calhandriz** apresenta nuances de um ruralismo tradicionalista, testemunhadas na sua compleição territorial minifundiária e numa acidentalidade característica, propícia à prática de agricultura de subsistência em pequena propriedade. A área total de Calhandriz dimensiona-se em 7,2 Km² e comporta uma densidade populacional de 117,9 pessoas por Km², sendo habitada por 847 cidadãos, dos quais apenas 1,2% de outras nacionalidades. A freguesia congrega um conjunto de

316 famílias e possui um figurino urbano de 374 edifícios, rarefeito num contexto telúrico dominado pela pequena propriedade agrícola.

A pirâmide etária de Calhandriz evidencia uma partição populacional relativamente homogénea do maciço humano nacional, sendo nota dominante a diminuta renovação de efectivos, expressa pelo emagrecimento dos escalões etários mais jovens. A população estrangeira, segundo os últimos censos, corresponde a um contingente quase ínfimo no universo concelhio, personificado por indivíduos de nacionalidade Europeia (20%), Brasileira (20%) e Africana, nomeadamente Angolana (20%) e Guineense (40%).

1.4.5 - Castanheira do Ribatejo

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Castanheira do Ribatejo, segundo género e grupos etários



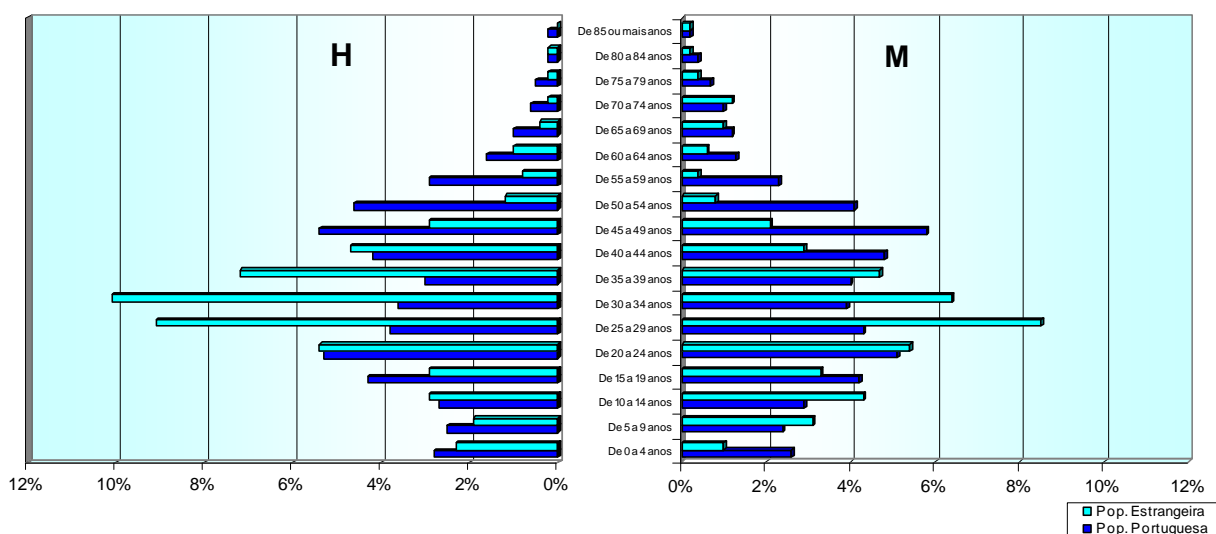
Fonte: INE, Censos 2001.

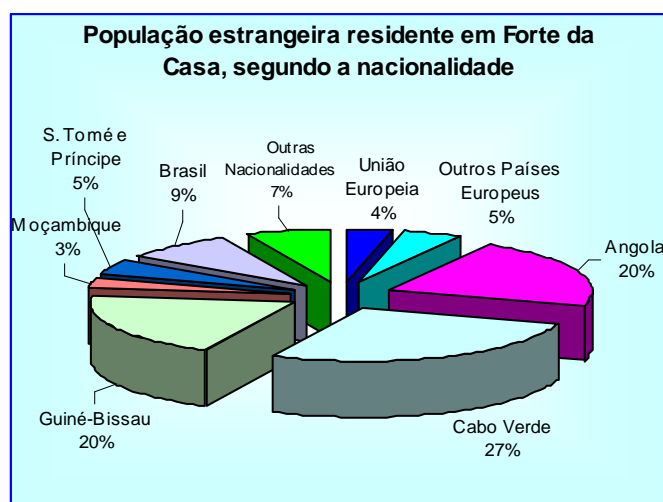
A freguesia de **Castanheira do Ribatejo** revela-se hoje um fórum de diálogo entre a sua tradicional vocação agrícola, favorecida pela sua contiguidade face às lezírias, e as transformações operadas pelo estabelecimento de agregados industriais e pela expansão urbanística levada a efeito nos últimos anos. A freguesia de Castanheira do Ribatejo dispõe de uma área total de 17,2 Km², ocupada por uma densidade populacional de 412,5 moradores por Km², e alberga uma população composta por 7258 indivíduos, 3,1% dos quais nativos de outras nacionalidades. A estes factores acresce ainda uma macrocefalia familiar constituída por 2881 famílias e uma faixa citadina de 974 edifícios.

A estrutura demográfica de Castanheira do Ribatejo denota uma distribuição bastante paritária dos residentes pelos diversos segmentos etários e deixa entrever um incremento na base piramidal, um aspecto promissor no atinente ao equilíbrio das gerações vindouras com as de “meia idade” e à revitalização populacional da freguesia. Por seu turno, a população estrangeira irrompe nos escalões etários de maior potencialidade laboral (entre os 20 e os 40 anos) e a sua tónica assenta numa proeminência do género masculino, essencialmente canalizado para o exercício de funções laborais na extensa cinta industrial de Castanheira do Ribatejo. No espectro da população estrangeira recenseada, adquire particular ênfase a nacionalidade Brasileira, que representa uma parcela de 43% do contingente imigrante, seguida dos membros de países no Leste e Centro Europeu (17%) e das comunidades Guineense e Cabo-verdiana, com índices respectivos de 14% e 12% do universo imigratório residente na freguesia.

1.4.6 - Forte da Casa

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Forte da Casa, segundo género e grupos etários





Fonte: INE, *Censos 2001*.

Sita na orla do rio Tejo, reduto de alguns dos mais proeminentes núcleos industriais do Município e charneira de uma recente e progressiva pulverização imobiliária e urbana, a freguesia de **Forte da Casa** apresenta uma densidade demográfica de 2496,2 habitantes por Km² atomizados numa área total de 4,4 Km². O universo de população residente ascende, segundo as directrizes dos Censos 2001 a 10979 efectivos, entre os quais se inscrevem 4,4% de indivíduos de nacionalidade estrangeira, maioritariamente empregada nos sectores secundário e terciário, agregada em 3849 famílias e numa extensão urbana compósita de 598 edifícios.

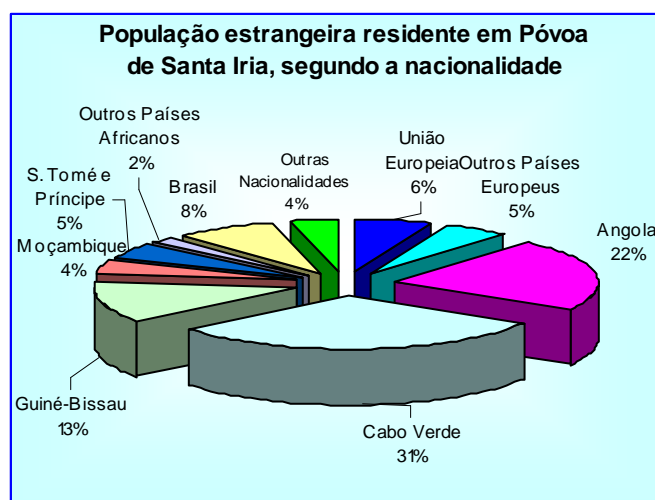
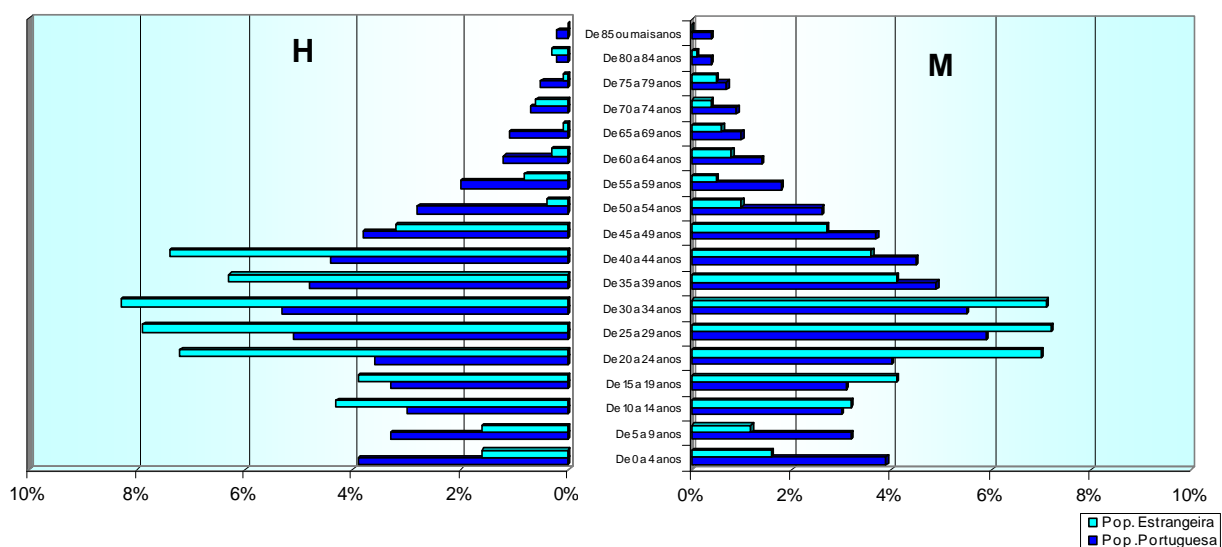
O cavename demográfico de Forte da Casa configura uma população pautada por oscilações a nível da densidade para cada escalão etário, sendo todavia visível a predominância de indivíduos de “meia idade”, situação que poderá indiciar uma paulatina tendência para o alargamento do vértice da pirâmide, porém concomitante de uma distensão na base, animadora no tocante às taxas de natalidade e fecundidade da freguesia, habitada por cidadãos de faixas etárias jovens, em idade activa e na génese da constituição de novos núcleos familiares.

A estruturação demográfica da população estrangeira imigrada na freguesia apresenta valores equidistantes em relação à portuguesa, permitindo vislumbrar a elevada presença de um contingente jovem, empregado nos nódulos industriais de Forte da Casa e uma tendência para o alargamento da pirâmide nas primeiras faixas etárias, que indicia a assunção iminente de uma segunda geração tributária das actuais espirais imigratórias para a freguesia.

A constelação de nacionalidades que figura em Forte da Casa afigura-se algo híbrida, embora adquiram particular expressão as comunidades Africanas originárias dos PALOP, como a Cabo-verdiana, que corporiza 27% dos recenseados em 2001, a Guineense e a Angolana, ambas saldadas em 20%, e ainda a comunidade Brasileira, que representa uns não despreciantes 9% do contingente estrangeiro na freguesia.

1.4.7 - Póvoa de Santa Iria

População portuguesa e estrangeira residente em Póvoa de Santa Iria, segundo género e grupos etários



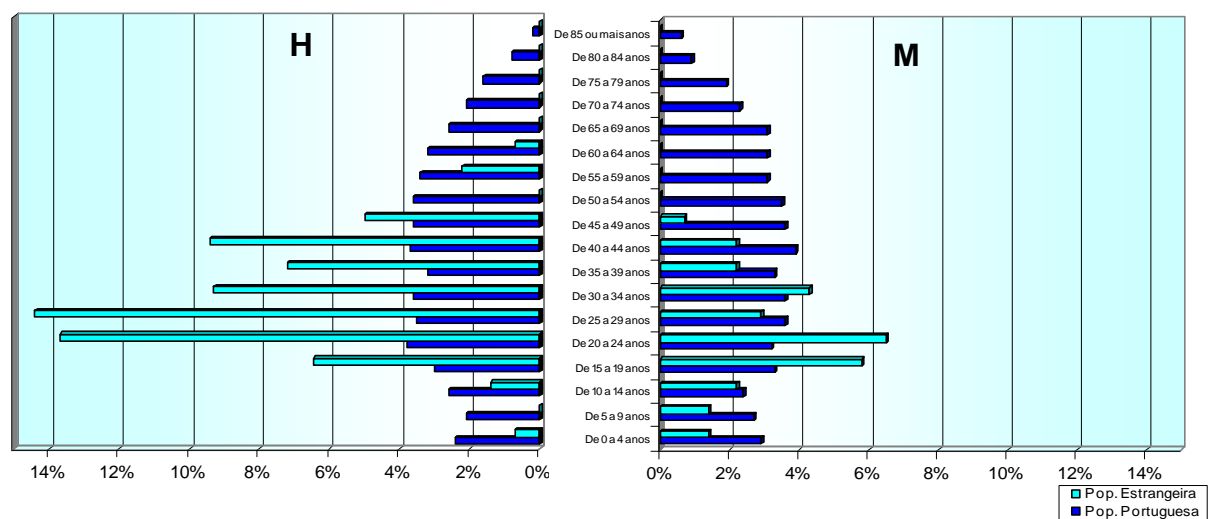
Fonte: INE, Censos 2001.

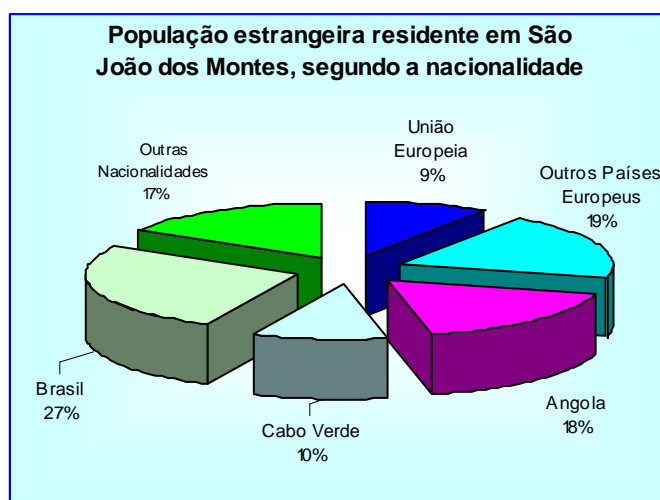
A proximidade da freguesia de **Póvoa de Santa Iria** face à capital, o seu potencial de crescimento urbanístico e predial e o carácter fortemente industrial da zona redundaram num recrudescimento demográfico substantivo em cada decénio do passado século e até à actualidade, tendo os Censos 2001 traduzido um acréscimo populacional de 68,3% face aos valores registados no dealbar da década de 90. Assim, a freguesia de Póvoa de Santa Iria, com uma densidade populacional de 5052,2 moradores por Km², abrange numa extensão territorial de 4,8 Km² e numa charneira urbana de 1355 edifícios, um maciço humano de 24.277 moradores, agrupados em 8399 famílias, entre os quais se contabiliza uma fatia de 3,2% de estrangeiros.

A pirâmide de população portuguesa residente na Póvoa de Santa Iria descreve o já clássico “ás de espadas”, indicador de um abaulamento nos escalões de “meia idade” e de uma tendência optimista de reposição de efectivos, tributária do elevado dinamismo etário existente na freguesia, reduto de núcleos familiares jovens e em idade activa. A população de origem estrangeira apresenta uma fisionomia distributiva congénere à portuguesa, sendo inequívoca a proeminência de um maciço de efectivos situado entre os 15 e os 49 anos e uma propensão de alargamento no sopé da pirâmide, indiciador do avolumar de população estrangeira jovem e da delineação da já citada segunda geração de efectivos de nacionalidade estrangeira na freguesia. Ao nível dos Censos 2001, a presença Africana na área continua a ser esmagadora, personificada sobretudo pelos cidadãos nacionais de Cabo Verde (31%), Angola (22%) e Guiné-Bissau (13%), embora seja já vislumbrável no horizonte da freguesia uma tendência para o crescimento das comunidades Brasileira, com uma incidência de 8% e de efectivos Europeus de países comunitários e da Europa Central e de Leste, que totalizam 11% da população estrangeira residente na Póvoa de Santa Iria.

1.4.8 - São João dos Montes

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de São João dos Montes, segundo géneros e grupos etários





Fonte: INE, *Censos 2001*.

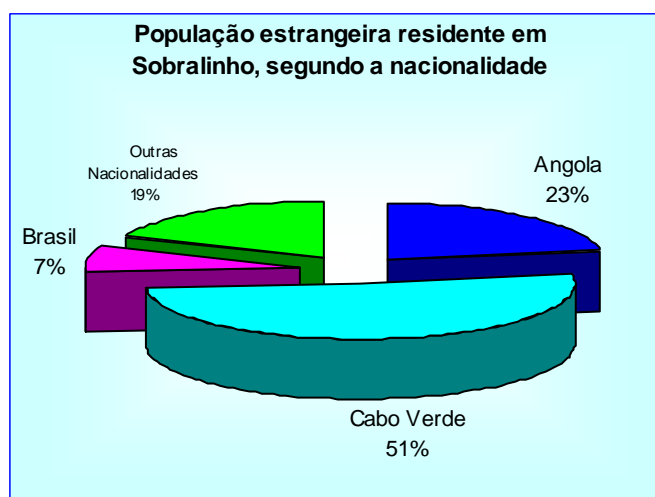
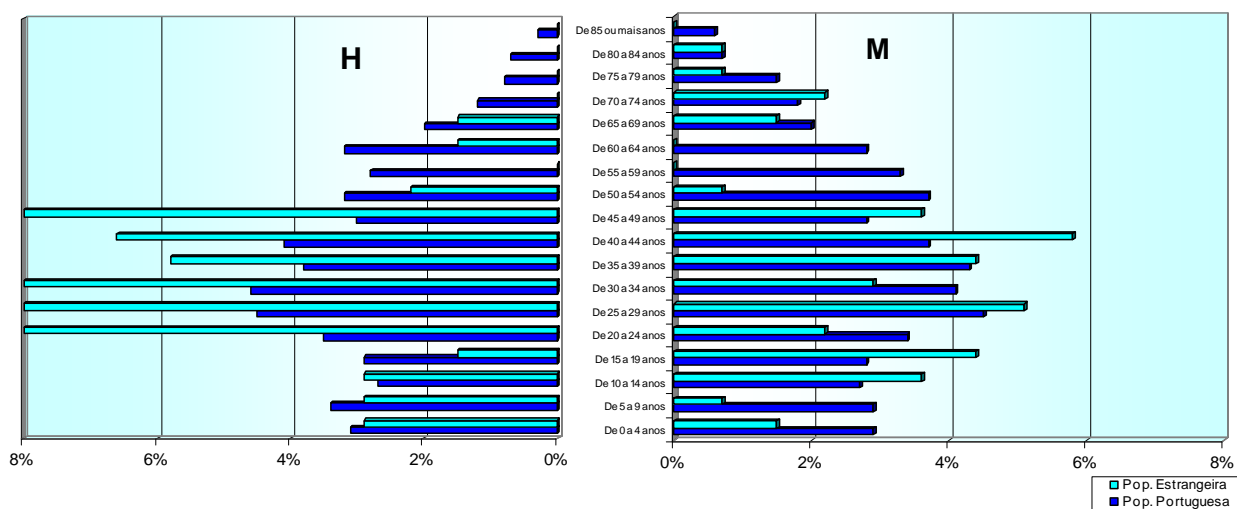
A freguesia de **São João dos Montes**, localizada na faixa interior do Concelho de Vila Franca de Xira, e ainda constituída por uma miríade de agregados rurais, possui uma área total de 18,1 Km² e uma densidade populacional que se queda nos 243,6 habitantes por Km². A freguesia, que confina com o Concelho de Arruda dos Vinhos, consubstancia uma população total de 4409 moradores, 3,2% dos quais de outras nacionalidades; esta moldura humana agrega-se em 1610 núcleos familiares residentes num reduzido perímetro de 1482 edifícios.

A estrutura demográfica da população portuguesa perspectivada, evidencia para uma presença reduzida de efectivos e para um equilíbrio entre escalões etários que aponta, apesar de nuances pontuais de crescimento na base piramidal, para uma tendência de envelhecimento e/ou cristalização populacional da freguesia. No tocante à relação de estrangeiros em São João dos Montes, é perceptível uma incidência amplamente maioritária do género masculino na freguesia, e a sua integração nas faixas etárias até aos 40 anos, sendo quase nula a existência de efectivos de idade mais avançada na área aferida.

Os indivíduos provenientes do Brasil dominam o universo de estrangeiros em São João dos Montes, cifrando-se num total de 27% dos recenseados, secundados pelos efectivos de Centro e Leste Europeu, cuja presença corresponde 19% e pela comunidade Angolana, também com um índice de estabelecimento na freguesia que atinge os 18% no quadro da população estrangeira residente.

1.4.9 - Sobralinho

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Sobralinho, segundo género e grupos etários



Fonte: INE, *Censos 2001*.

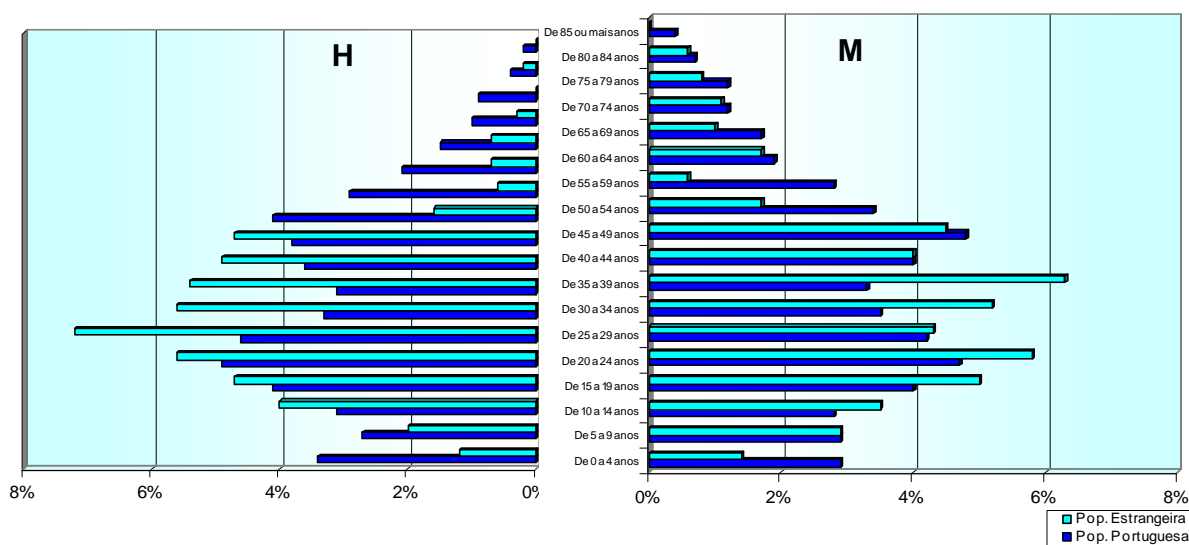
A freguesia de Sobralinho, ramificação da freguesia de Alverca do Ribatejo que adquiriu autonomia administrativa na década de 80, é atravessada longitudinalmente pelos nódulos geológicos fluviais que traduzem o designado “terraço quaternário de Alverca” e beneficia de uma complementaridade entre os resquícios de uma ruralidade remanescente e o advento de um crescimento urbano mais recente. A freguesia de Sobralinho ocupa uma área total de 4,8 Km² e consubstancia uma densidade populacional na ordem dos 869,3 habitantes por Km²; a população actualmente residente ascende aos 4165 efectivos, mole humana integrada por um quinhão de 3,3% de estrangeiros, e constitui um total de 1538 famílias, distribuídas por uma charneira urbana de 811 edifícios.

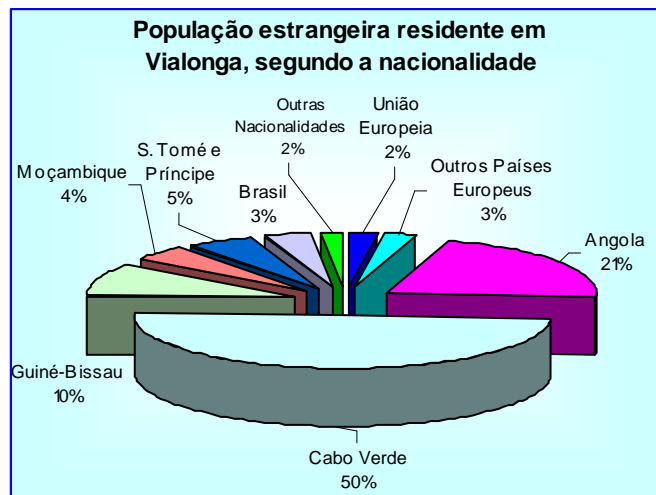
A pirâmide etária delineada pela estrutura populacional de Sobralinho apresenta no concernente à população portuguesa, uma tendência de rejuvenescimento, sendo que a incidência de efectivos nos primeiros escalões etários é claramente superior à presença de gerações com idades mais avançadas, que constituem um segmento mais residual no cômputo geral. A arquitectura piramidal descrita pela população estrangeira revela laivos de heterogeneidade e permite discorrer uma incidência maioritária em Sobralinho do género masculino, em diferentes intervalos de idade.

De facto, e fazendo jus à maioria das freguesias já analisadas, a população imigrante que pontifica em Sobralinho é oriunda maioritariamente de Cabo Verde, traduzindo 51% dos recenseados e de Angola, enformando uma parcela de 23%; os restantes estrangeiros evidenciam uma elevada dispersão no que toca à sua origem, cifrando-se em 19% os indivíduos nativos de nacionalidades não especificadas.

1.4.10 - Vialonga

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Vialonga, segundo género e grupos etários





Fonte: INE, *Censos 2001*.

Vialonga, a freguesia do Concelho de Vila Franca de Xira mais adjacente à capital, enquadra-se ainda na semi-periferia da cintura metropolitana de Lisboa, e espraia-se nas elevações afectas ao rio Tejo, constituindo um bastião de prolongamento do progresso industrial e ampliação urbanística que irromperam na região sobretudo desde o decénio de 60, até à actualidade. A freguesia, citada numa conferência da Rede Europeia Anti-Pobreza como “exemplo de boas práticas na luta contra a pobreza e a exclusão social” constitui outros dos “melting-pots” do Concelho, abarcando uma miríade de etnias e nacionalidades diversas com dinâmicas de interacção comunitária e integração social díspares.

De facto, e segundo o departamento de Habitação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vialonga constitui um caso flagrante de imbricação de efectivos de diversas comunidades, disseminadas por bairros pulverizados da freguesia, como Cabo, Nascente ou Granja, segmentos territoriais que traduzem paradigmas de coexistência de famílias de etnia cigana, nacionais dos PALOP e membros da comunidade hindu, entre outras.

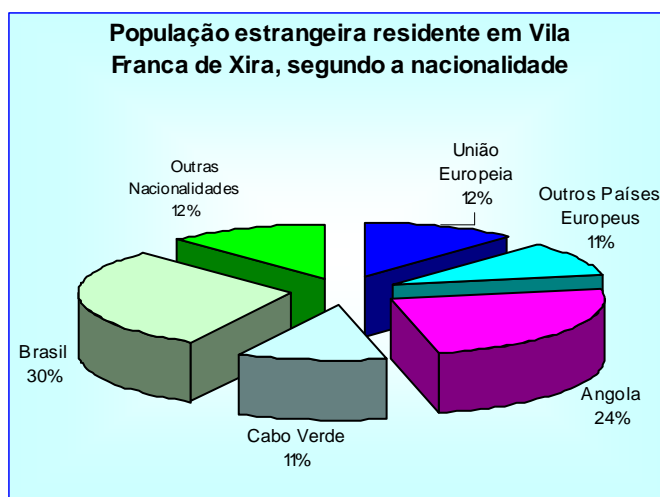
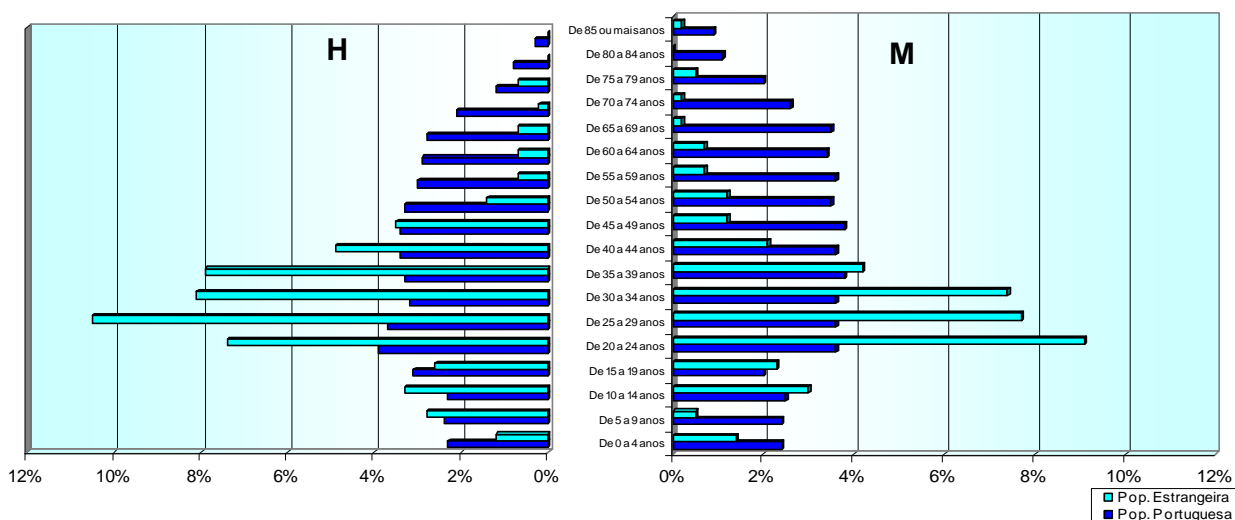
A freguesia de Vialonga ocupa uma área absoluta cifrada em 18,3 Km² e apresenta uma densidade populacional de 846,6 habitantes por Km². O universo de população residente atinge 15.471, entre os quais se inscreve uma quota de 2,7% de estrangeiros, congregado num total 5200 famílias esparsas num tecido urbano composto por 2134 edifícios.

A feição piramidal da população de Vialonga evidencia uma senda de evolução atreita à maximização de efectivos nos escalões de “meia idade” e à dilatação das gerações vindouras, o que assegurará tendencialmente uma equilibrada reposição de efectivos e manutenção de núcleos jovens na freguesia. A população estrangeira na freguesia corrobora o quadro conjecturado, na medida em que descreve uma pirâmide com contornos de crescimento ainda mais alargados e índices de natalidade elevada.

Apesar da multidimensionalidade nacional e étnica da população estrangeira em Vialonga, as comunidades dominantes continuam a ser originárias dos PALOP, muito embora concomitantes de uma profusão latente de efectivos do Brasil e do Leste Europeu, cuja real dimensão se afigura impossível avaliar, constituindo os naturais de Cabo Verde metade da população estrangeira na freguesia e correspondendo a comunidade Angolana e Guineense a respectivamente 21% e 10% dos respondentes nos Censos 2001.

1.4.11 - Vila Franca de Xira

População portuguesa e estrangeira residente na freguesia de Vila Franca de Xira, segundo género e grupos etários



Fonte: INE, Censos 2001.

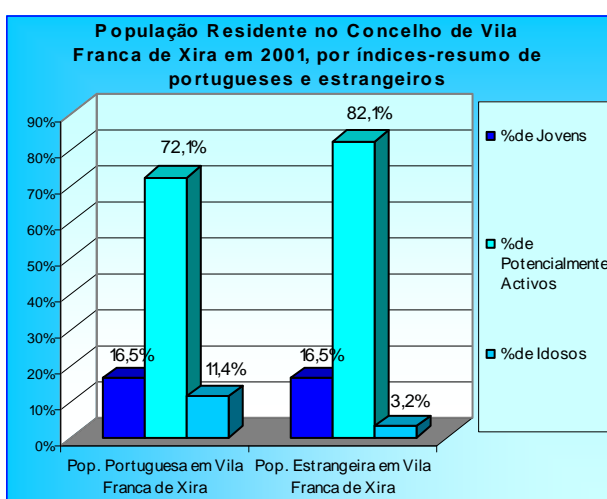
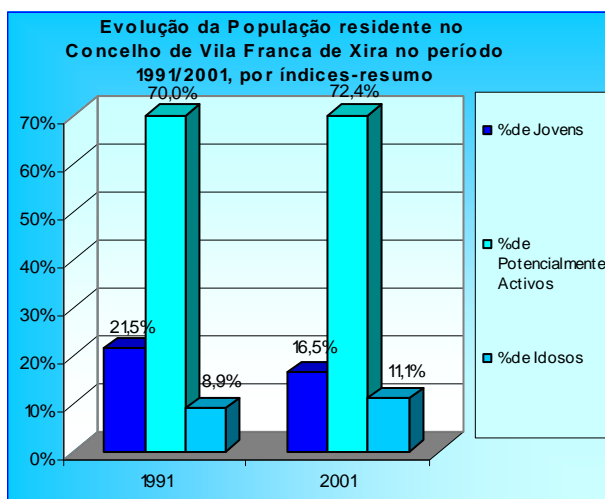
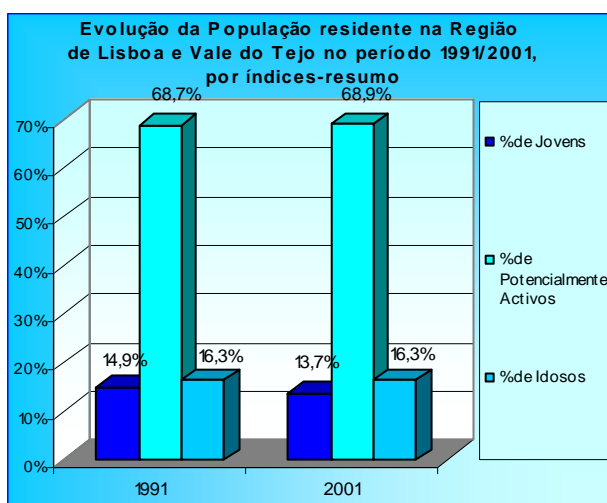
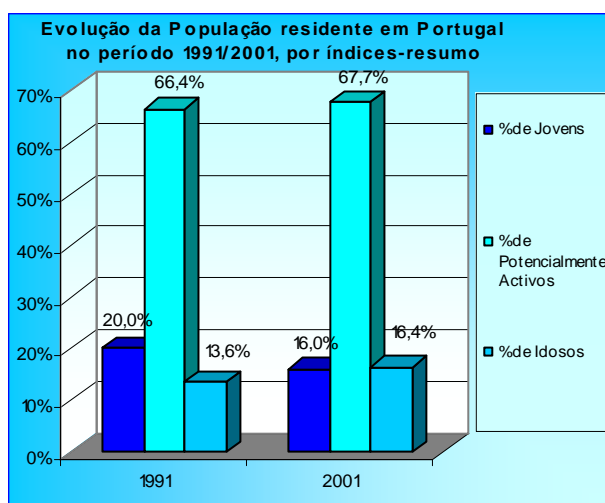
A freguesia de **Vila Franca de Xira**, centro nevrálgico do poder administrativo da edilidade de Vila Franca de Xira e agregado ribeirinho que reúne os sectores primário, integrando toda a zona das lezírias do Tejo, secundário, espelhado na malha industrial estabelecida na freguesia, e terciário, que a consagrou ao longo do século XX como relevante entreposto comercial e de serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo, abrange uma área territorial de 212,1 Km² e uma densidade populacional de 86,9 residentes por Km². A plataforma populacional da freguesia integra um total de 18.442 efectivos, 2,3% dos quais pertencentes a comunidades imigrantes, agrupados em 7215 famílias, numa mancha urbana de 2715 edifícios.

A pirâmide etária da população portuguesa demonstra um crescimento populacional pouco efectivo e um alargamento no topo, que aponta para nuances de envelhecimento nas próximas gerações; contudo, a revitalização geracional apresenta indícios animadores, na medida em que as classes etárias mais jovens apresentam valores na média dos restantes segmentos da freguesia. A população estrangeira presente na freguesia incide particularmente nas faixas etárias da população activa entre os 20 e os 40 anos, os protagonistas fulcrais dos fluxos imigratórios para o Concelho.

A freguesia de Vila Franca de Xira congrega também uma série de bairros intersticiais como Povos ou Bom Retiro, que alojam efectivos de diversas comunidades, constituindo “mosaicos” de diversidade comunitária e étnica dentro do Concelho. Segundo os Censos 2001, a freguesia tem sido das mais homogéneas no tocante às espirais imigratórias recentes: o aumento do maciço Brasileiro na freguesia tem sido exponencial, atingindo já os 30%, mas a fatia de Angolanos cifra-se também nuns apreciáveis 24% dos estrangeiros; por sua vez, tanto os indivíduos oriundos da UE, como os de outras nacionalidades não especificadas se saldaram em 12%, secundados pelos contingentes de Cabo Verde e do Leste Europeu, cujas cifras traduzem ambas 11% da população estrangeira na freguesia de Vila Franca de Xira.

1.5 - Índices-Resumo Comparativos dos Universos Analisados

Uma vez decompostas as estruturas demográficas do país, da Região de Lisboa e Vale do Tejo e do Concelho de Vila Franca de Xira, importa proceder ao seu processamento no sentido de se determinarem índices-resumo comparativos que sintetizem a informação extraída e permitam delinear uma análise sistemática da evolução demográfica que pautou a última década, das directrizes demográficas presentes e dos cenários prospectivos que se vislumbram a breve trecho para os universos aferidos.



Fonte: INE, Censos 2001.

As percentagens são índices-resumo charneira na caracterização populacional de cada grupo funcional e da sua maior ou menor proeminência na pirâmide etária dos universos comparados. Deste modo, e corroborando a tendência de envelhecimento demográfico do país, a **Percentagem**

de Jovens¹ tem vindo a decrescer no intervalo temporal de 1991/2001, situação comum à região de Lisboa e Vale do Tejo e ao Concelho de Vila Franca de Xira, com quedas acentuadas dos efectivos de escalões etários mais jovens. Aflorado este índice nos âmbitos das populações portuguesa e estrangeira radicadas em Vila Franca de Xira, os valores apresentam-se plenamente simétricos (16,5%), e acima da média nacional, constando-se a prevalência de uma fatia ainda substantiva de população jovem no Concelho.

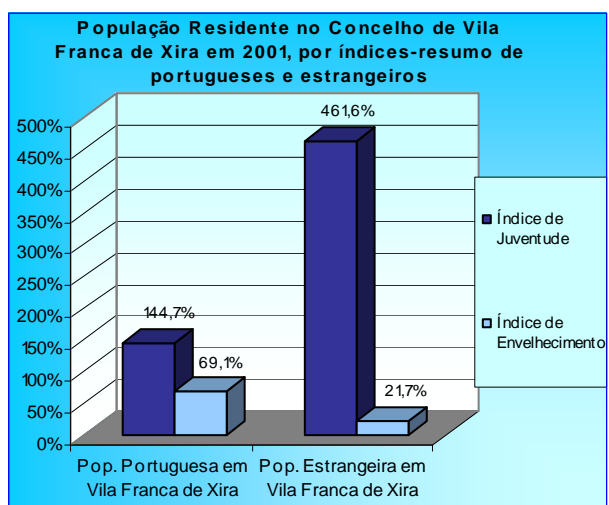
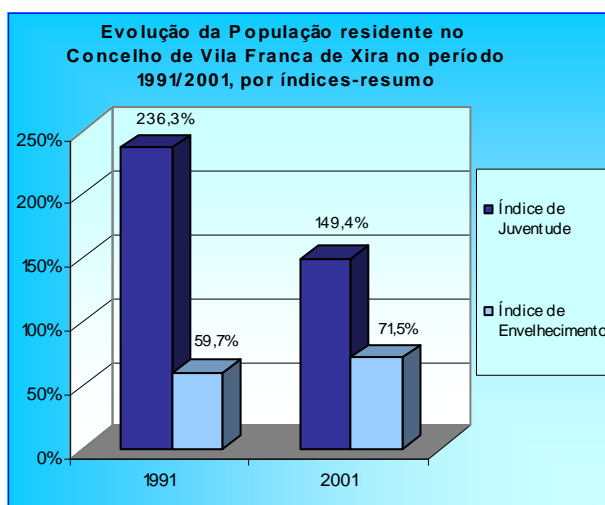
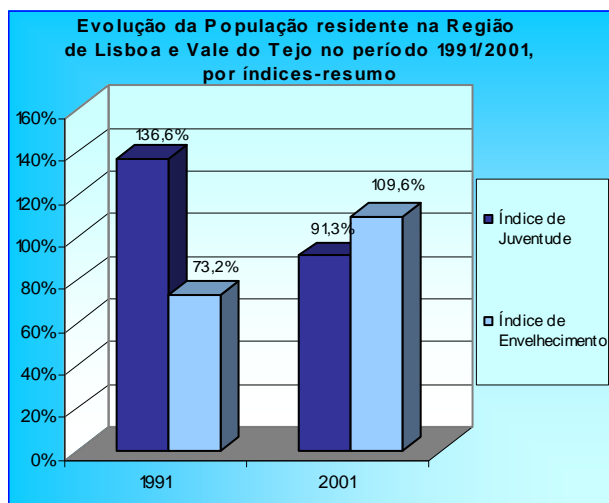
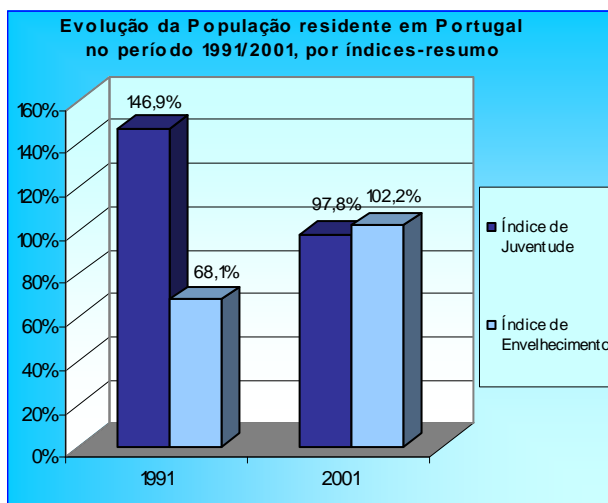
A **Percentagem de “Potencialmente Activos”**² registou um recrudescimento apreciável na última década do século XX, motivado pelo afunilamento na base piramidal dos universos cotejados e pelo aumento de população de meia idade, tributário dos fluxos imigratórios recentes. O Concelho de Vila Franca de Xira detém, segundo os Censos 2001, elevados segmentos de “Potencialmente Activos”, população que se encontra no espectro etário compreendido entre o término da escolaridade obrigatória e o avento à designada “velhice”, saldando-se os mesmos, no concernente à população portuguesa em 72,1% e no quadrante do contingente estrangeiro actualmente a residir no Concelho em 82,1% da população imigrante total.

A **Percentagem de Idosos**³, que se reveste de sobeja importância na inferência da fracção de população em “idade de velhice” nos universos dissecados, tem vindo a descrever uma trajectória ascendente no contexto nacional e do Concelho de Vila Franca de Xira, mas manteve-se inalterada de um recenseamento para outro, muito devido ao rejuvenescimento etário verificado em zonas esparsas da Grande Lisboa e da faixa litorânea do Oeste, locais cada vez mais procurados por jovens a trilharem os primeiros passos da sua independência económica, devido aos reduzidos custos habitacionais nestas áreas e à saturação dos grandes centros urbanos. Estabelecendo uma ponte entre as populações portuguesa e imigrante no Concelho de Vila Franca de Xira, afigura-se inequívoca a sobrerância da população idosa nacional, cifrada em 11,4% face à estrangeira, na casa dos 3,2%, conjuntura que aponta a imigração como solução de recurso para apenas para uma exígua minoria de idosos oriundos de outros países.

¹ **Percentagem de Jovens** = (Pop. 0-14 anos / Pop. Total) × 100.

² **Percentagem de “Potencialmente Activos”** = (Pop. 15-64 anos / Pop. Total) × 100.

³ **Percentagem de Idosos** = (Pop. 65 e + anos / Pop. Total) × 100.



Fonte: INE, *Censos 2001*.

Perante a representação gráfica do **Índice de Juventude**¹ dos universos aflorados, confirmam-se os dados patentes nas análises anteriores, que apontam para uma redução assinalável do caudal de jovens no espectro nacional, prefigurada na acentuada queda quantitativa de 146,9% para 97,8%, bem como na Região de Lisboa e Vale do Tejo, com um declínio vertiginoso análogo, de 136,6% em 1991, para 91,3% expressos nos Censos 2001. Este fenómeno de fractura no índice de Juventude não é também alheio ao Concelho de Vila Franca, embora aí o decréscimo, ainda que de monta, não seja tão preocupante na medida em que prevalecem em média no Concelho 150 jovens, por cada 100 idosos.

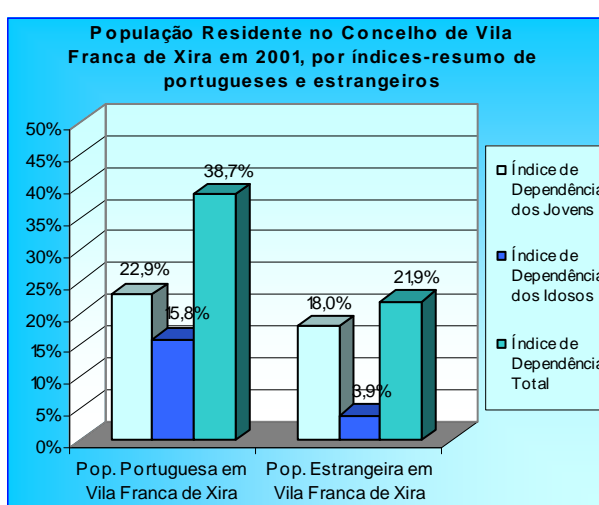
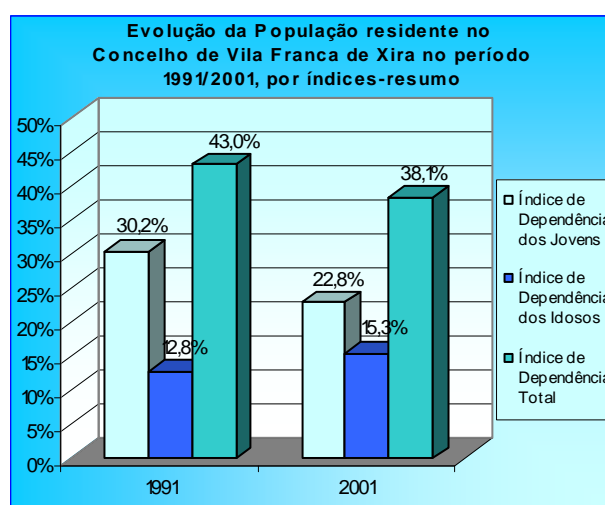
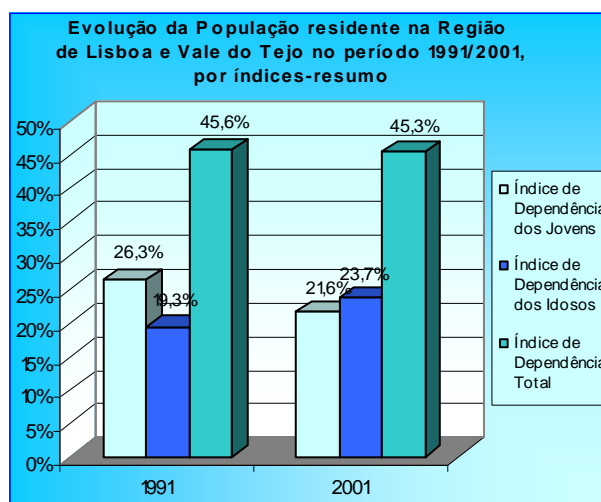
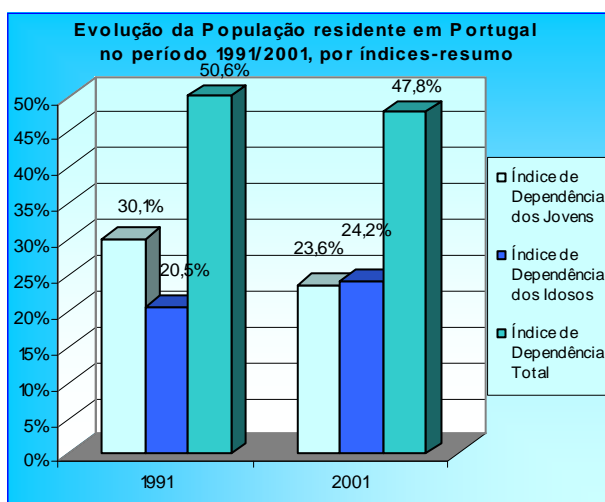
O **Índice de Envelhecimento**² manifesto nos diversos campos de análise, apresenta um antagónico e inversamente proporcional crescimento, ainda que não tão radical como a diferença entre os valores prévios: Portugal e Lisboa e Vale do Tejo são os universos com o acréscimo de

¹ **Índice de Juventude** = (Pop. 0-14 anos / Pop. 65 e + anos) × 100.

² **Índice de Envelhecimento** = (Pop. 65 e + anos / Pop 0-14 anos) × 100.

idosos mais significativo, ao contrário de Vila Franca de Xira, cuja curvatura ascendente se afigura bastante suave, somente com uma subida em 2001 para um total de 71,5 idosos por cada 100 jovens no Concelho.

No que diz respeito à desagregação da informação por esferas de análise de população portuguesa e estrangeira em Vila Franca de Xira, os cenários vislumbrados plasmam-se com as matrizes demográficas já expostas, expressivas de substantivos Índices de Juventude e de exíguos Índices de Envelhecimento. Não será descabido afirmar que os fluxos migratórios no Concelho, maioritariamente protagonizados por efectivos jovens, vêm mesmo contribuir para o rejuvenescimento da pirâmide etária de Vila Franca de Xira, e conferir-lhe num futuro próximo o necessário impulso de estabilização demográfica e renovação geracional que equilibre uma situação eventual de envelhecimento da população portuguesa no Concelho.



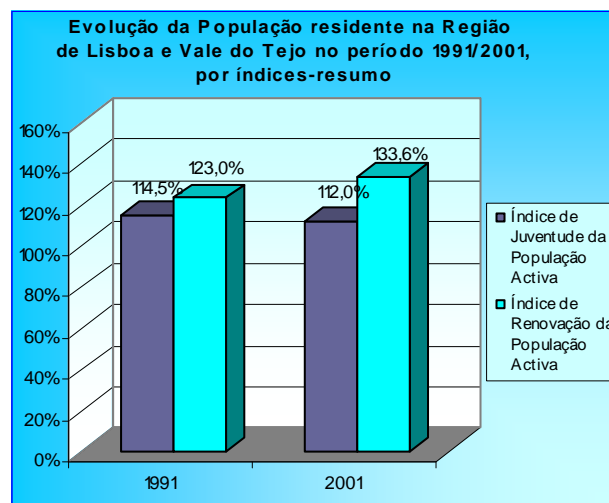
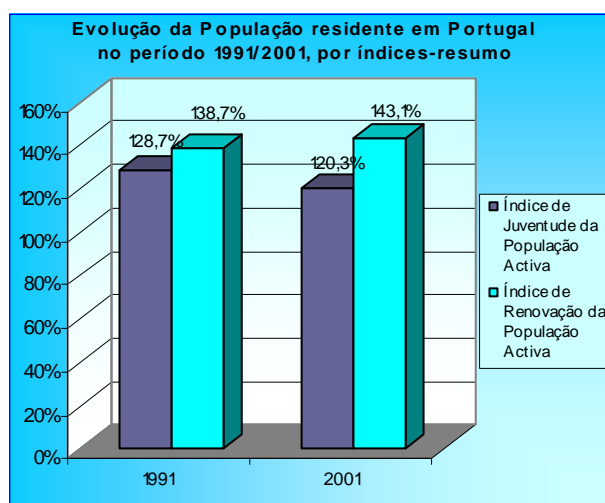
Fonte: INE, Censos 2001.

No que concerne ao **Índice de Dependência dos Jovens**¹, verifica-se uma redução faseada para todos os universos dos índices de encargos potenciais que pesam sobre a população activa, em parte pela concomitante tendência para a minimização da percentagem de jovens registada no intervalo temporal de 1991/2001.

O **Índice de Dependência dos Idosos**² denotou algum acréscimo na década de 90, embora não de uma forma avultada: o crescimento situou-se na casa dos 3 a 4%, situação perfeitamente contemplada na arquitectura demográfica nacional coeva, devida ao envelhecimento ligeiro da população e ao aumento da esperança média de vida, que conduz inevitavelmente a um acréscimo dos encargos do maciço populacional de idosos sobre o contingente de população activa.

O **Índice de Dependência Total**³, subsidiário do somatório dos encargos potenciais que pesam sobre a globalidade da população activa, descreveu uma trajectória descendente entre Censos, que em Vila Franca de Xira se exprimiu num decréscimo de 43,0% em 1991, para 38,0%, em 2001.

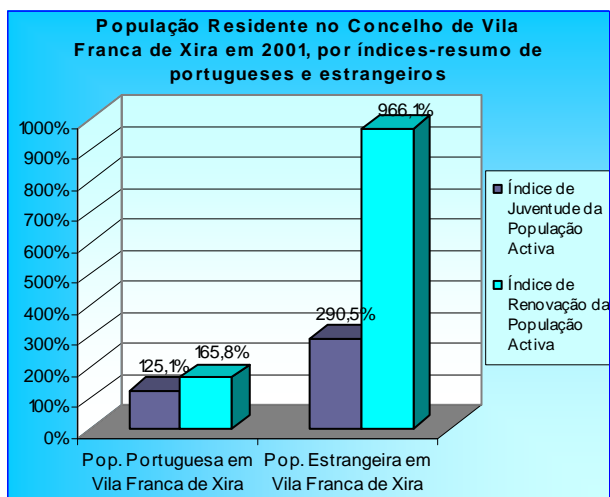
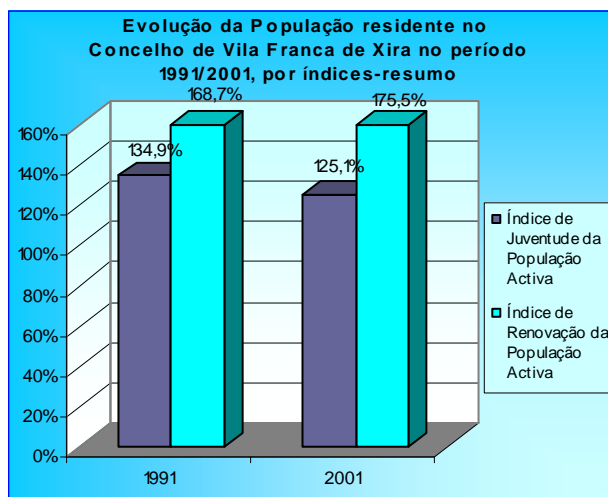
No tocante à sectorização do edifício populacional Vila-franquense, os Índices de Dependência dos Jovens e dos Idosos também registam, tanto entre portugueses como entre estrangeiros, cifras percentuais reduzidas, sendo de enfatizar nas vagas imigratórias no Concelho, os baixos índices de encargos sobre a população activa (18,0% entre os jovens e 3,9% entre os idosos), o que confirma o perfil das actuais correntes migratórias, sobretudo protagonizados por efectivos em idade activa e, pelo menos numa primeira fase, individualmente mobilizados para a incursão no mercado laboral do país de acolhimento.



¹ **Índice de Dependência dos Jovens** = (Pop. 0-14 anos / Pop. 15-64 anos) × 100.

² **Índice de Dependência dos Idosos** = (Pop. 65 e + anos / Pop. 15-64 anos) × 100.

³ **Índice de Dependência Total** = (Pop. 0-14 anos e 65 e + anos / Pop. 15-64 anos) × 100.



Fonte: INE, *Censos 2001*.

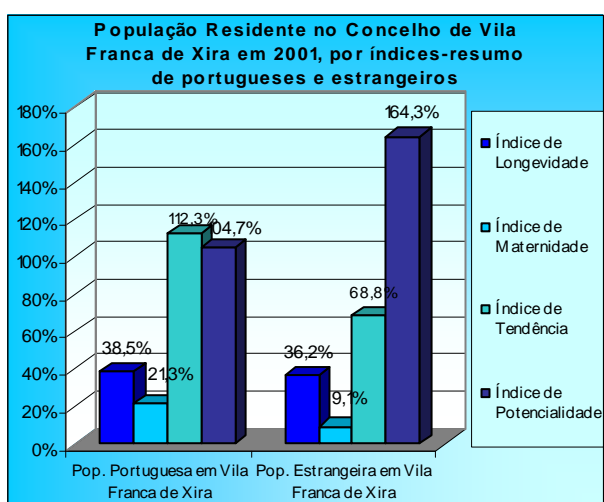
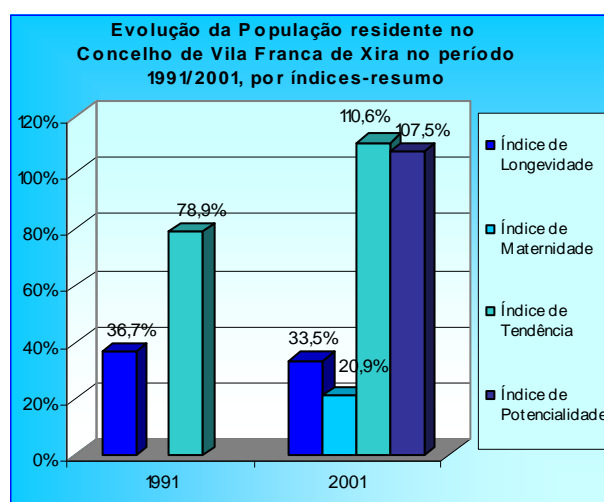
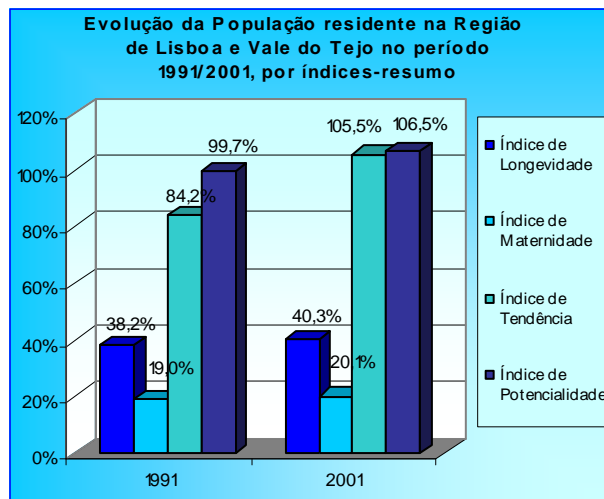
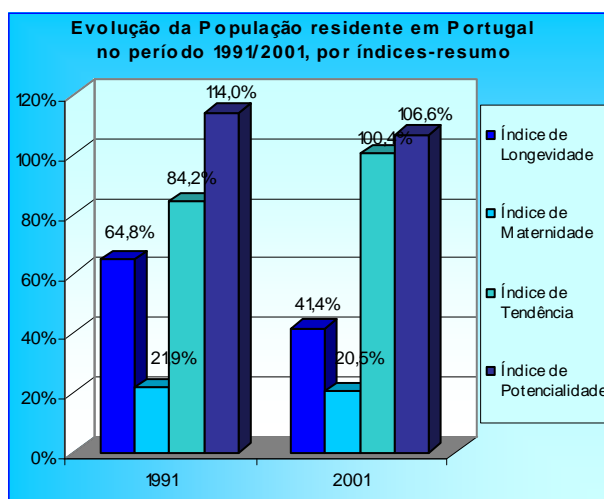
O **Índice de Juventude da População Activa**¹, indicador que relaciona a metade mais jovem da população potencialmente activa com a metade mais velha, embora tenha sofrido uma queda mínima na década de 90, para todos a generalidade dos campos afluídos, indicia uma elevada juventude no seio da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, o que aponta para um escasso envelhecimento da população activa entre Censos.

O **Índice de Renovação da População Activa**² analisado no mesmo enquadramento temporal, exhibe valores bastantes optimistas, tendo registado um aumento na ordem dos 5% no território nacional, que chegou mesmo a 10% no tocante à Região de Lisboa e Vale do Tejo e ao Concelho de Vila Franca de Xira. Deste modo o volume potencial de população que está a entrar em actividade é claramente superior ao caudal de activos a entrarem em idade de aposentação, situação que mantém o equilíbrio demográfico nas faixas etárias de “meia idade” e assegura a imperativa renovação geracional da população em actividade.

A população portuguesa no Concelho de Vila Franca de Xira, apresenta valores respectivos de 125,1% e 165,8% nos dois índices, espelhando a juventude e potencial de renovação da população activa natural do Município; o maciço de estrangeiros actualmente a residirem na edilidade apresenta valores muito apreciáveis no que concerne ao Índice de Juventude da População Activa, que atinge 290,5% e o Índice de Renovação da População Activa guinda-se mesmo a valores exorbitantes, traduzindo a presença no Concelho de 966,1 estrangeiros a entrar em actividade por cada 100 a chegarem à idade de reforma.

¹ Índice de Juventude da População Activa = (Pop. 15-39 anos / Pop. 40-64 anos) × 100.

² Índice de Renovação da População Activa = (Pop. 20-29 anos / Pop. 55-64 anos) × 100.



Fonte: INE, *Censos 2001*.

O **Índice de Longevidade**¹, outro dos índices-resumo que possibilitam o desenho das tendências de envelhecimento as populações aferidas, registou um decréscimo relativo na década de 91/2001 em Portugal e no Concelho de Vila Franca de Xira, em antítese à ligeira elevação verificada na Região de Lisboa e Vale do Tejo, o que potencializou o incremento do maciço idoso no âmago da população total, muito em virtude dos substantivo envelhecimento do núcleo histórico e da charneira urbana da capital. No Concelho de Vila Franca de Xira, tanto no cerne da população portuguesa, como no universo de estrangeiros estes valores quedaram-se abaixo dos 40%, o que testemunha um peso significativo dos idosos mais jovens sobre os de idade mais avançada.

O **Índice de Maternidade**² apresenta no intervalo temporal estudado uma variabilidade ínfima, cifrando-se sempre em média na casa dos 20%, indicativos de uma evolução tímida das

¹ **Índice de Longevidade** = (Pop. 75 e + anos / Pop. 65 e + anos) × 100.

² **Índice de Maternidade** = (Pop. 0-4 anos / Pop. Feminina 15-49 anos) × 100.

taxas de natalidade e fecundidade dos universos estudados. O facto do índice de maternidade concernente ao caudal de população estrangeira no Concelho se quedar pelos 9,1%, está associado aos baixos índices de natalidade subjacentes a situações transitórias de instabilidade laboral ou social e à sobrançeria masculina nos fluxos imigratórios.

O **Índice de Tendência**¹, que em 1991 se cifrava nas charneiras de análise comparadas, substancialmente abaixo dos 100%, inverteu ao longo do decénio de 90 essa rota descendente, saldando-se Portugal, segundo os Censos 2001, em 100,4%, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 105,5% e no Concelho de Vila Franca de Xira, em 110,6%. A população portuguesa no Município apresenta valores análogos aos do enquadramento nacional, mas a população estrangeira não ultrapassa os 68,8%, factor que se deve, não a uma trajectória de envelhecimento, mas às reduzidas taxas de natalidade e fecundidade reveladas pelo contingente imigrante mais recente, ainda em processo de adaptação social e de integração sócio-laboral.

O **Índice de Potencialidade**², que relaciona as duas metades da população feminina mais fecundas, suplanta em todos os universos os 100%, embora tenha sofrido uma quebra relativa no âmbito nacional, resultante do progressivo envelhecimento da população feminina. A população estrangeira no Concelho de Vila Franca de Xira constitui o núcleo com o mais elevado Índice de Potencialidade, situado nos 16,3%, visto nas vagas imigratórias femininas para o Município adquirirem particular relevo os grupos etários entre os 20 e os 34 anos, no zénite do seu potencial de actividade.

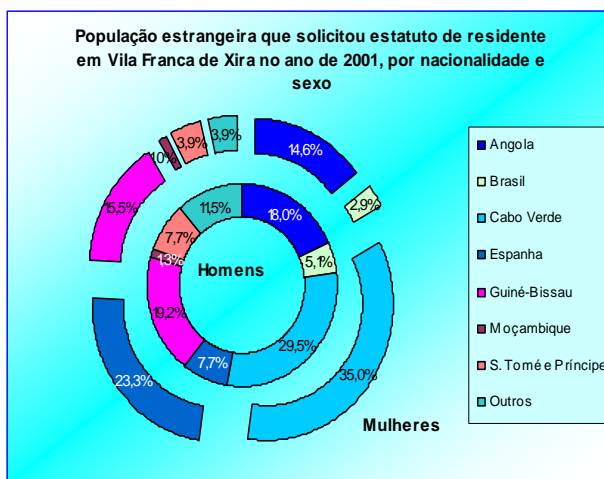
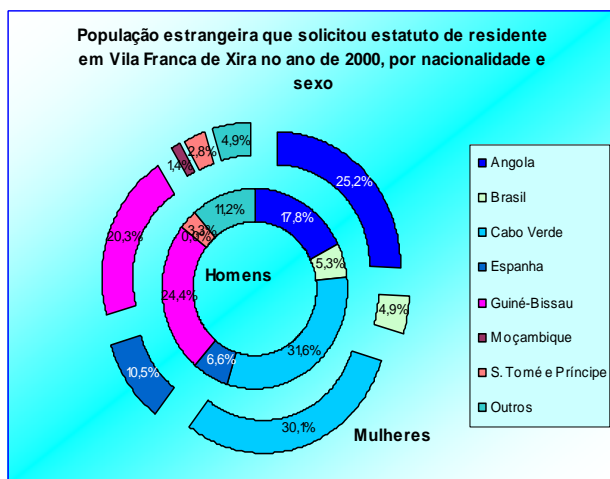
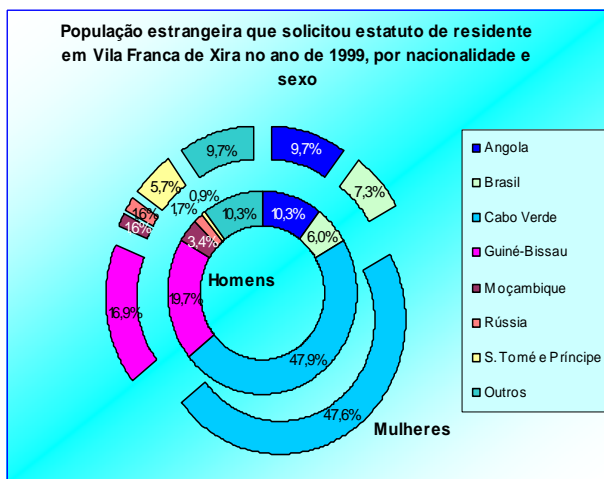
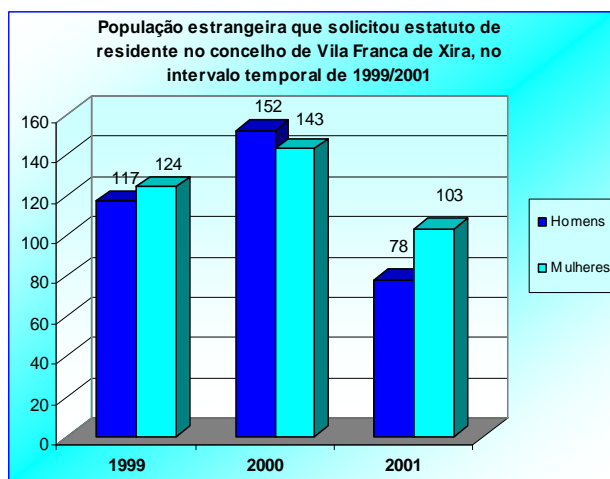
¹ **Índice de Tendência** = (Pop.0-4 anos / Pop. 5/9 anos) × 100.

² **Índice de Potencialidade** = (Pop. Feminina 20-34 anos / Pop. Feminina 35/49 anos) × 100.

1.6 - Dimensões Estruturantes de Inserção das Comunidades Imigrantes no Município

Tomando em linha de conta as dinâmicas distintas de integração sócio-profissional e de enquadramento global das comunidades imigrantes em Vila Franca de Xira, adquire particular acuidade a construção de um quadro orientador da nova fisionomia populacional pluriétnica concelhia e a contextualização da integração destes grupos, através da análise de dimensões sociais e cívicas estruturantes da sua inserção no Município.

1.6.1 - Quadro Legal de Permanência das Comunidades Imigrantes

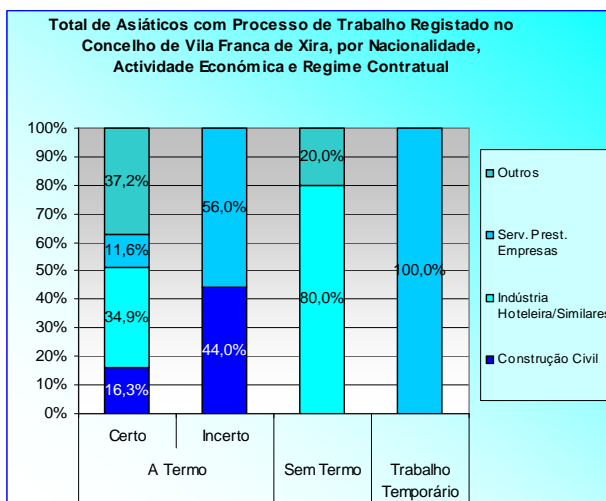
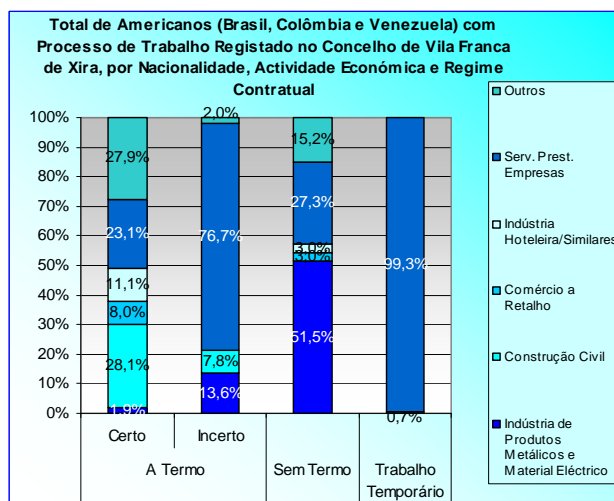
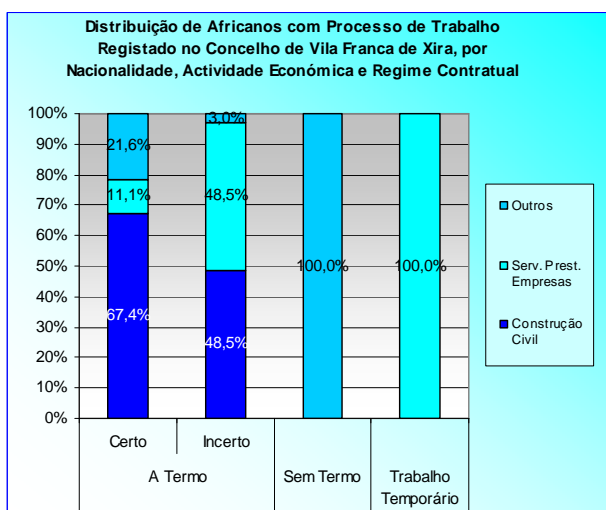
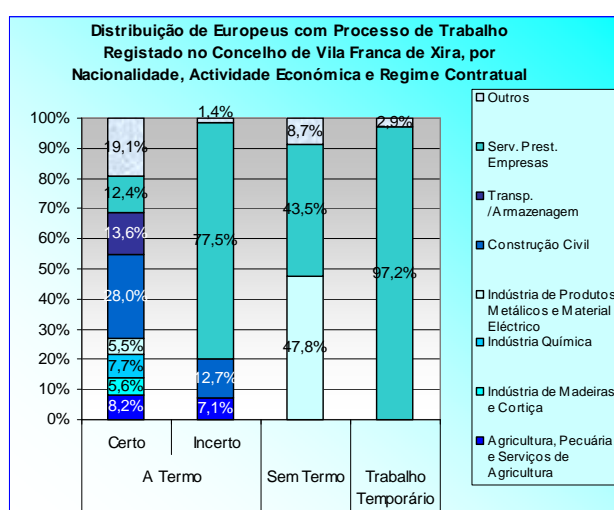


Fonte: SEF, 2003.

A relação de solicitações de estatuto de residente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras por efectivos estrangeiros afigura-se um instrumento charneira de afloragem do quadro legal apresentado pelas comunidades imigrantes. Assim, e tomando como pano de fundo o triénio 1999/2001, foram formulados 241 pedidos de residência no Concelho por estrangeiros, valor que

se elevou para 295 no ano ulterior e que caiu em 2001 para 181 solicitações. De acordo com a entidade, apesar da tónica dos principais fluxos imigratórios contemporâneos assentar fundamentalmente nos contingentes oriundos do Brasil e da Europa Central e de Leste, no período analisado, os efectivos emissores dos pedidos eram sobretudo naturais dos PALOP ou de países da UE, com particular destaque para os nacionais de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Espanha.

1.6.2 - Actividade Laboral e Integração Sócio-Profissional das Comunidades Imigrantes



Fonte: IDICT de Vila Franca de Xira, 2003.

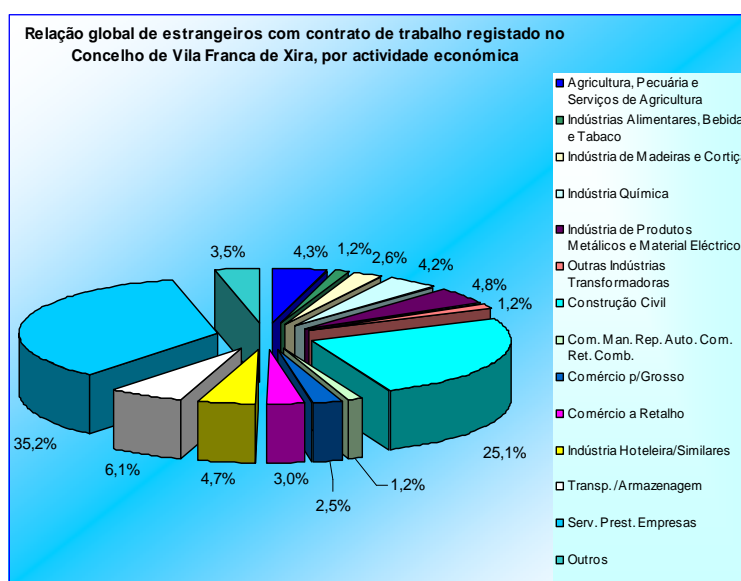
Segundo o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção de Condições de Trabalho de Vila Franca de Xira, a tipologia contratual mais vinculativa das comunidades estrangeiras no Concelho é a prestação de serviços a termo certo, condição “sine qua non” para a atribuição de visto de permanência pelo SEF e consequente regularização legal em Portugal.

Os Europeus estabelecidos no Concelho, detentores de contrato a termo certo, são essencialmente catalizados pelos sectores primário e secundário, nomeadamente as indústrias químicas, de madeiras e de construção civil; os regimes contratuais a termo incerto canalizam uma fatia substantiva dos trabalhadores europeus para a prestação de serviços a empresas do sector privado, apostadas na subcontratação e na máxima rentabilização da mão-de-obra acessível que as comunidades imigrantes constituem. Os contratos sem termo e de trabalho temporário celebrados, emanam também da esfera industrial e empresarial, chegando a congregar 97,2% dos trabalhadores Europeus a laborarem em regime temporário no Município de Vila Franca de Xira.

Dados os reduzidos índices de qualificação manifestados pelas comunidades Africanas, estas têm sido sobretudo canalizadas para a arena industrial e para o âmbito da construção civil, na generalidade dos contratos de trabalho firmados; de facto, 100% dos Africanos signatários de contratos sem termo ou a exercerem trabalho temporário, estão concentrados no tecido empresarial, situação comum ao grosso do contingente de estrangeiros empregados no Concelho.

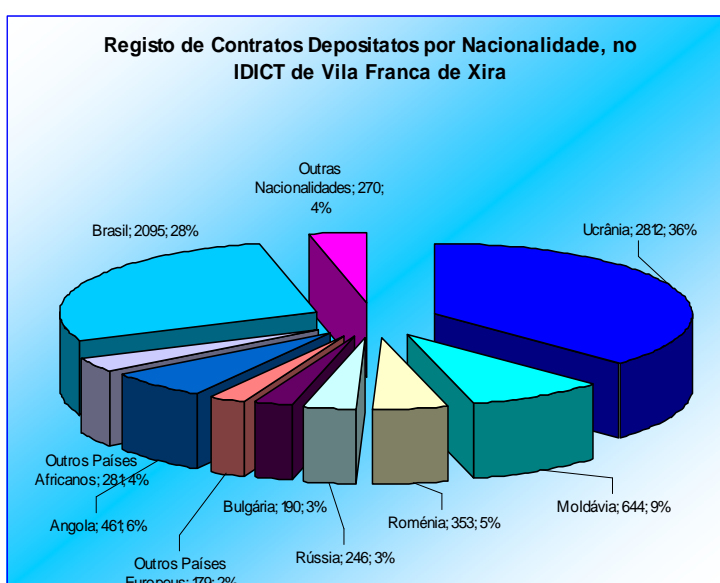
O maciço de Sul-Americanos empregados no Concelho continua a ser muito catalizado pelos espectros empresarial e da construção civil, mas uma nota digna de registo é também o seu direccionamento para a indústria hoteleira e o sector do comércio a retalho, na maioria dos casos devido ao grau de formação média adquirida por estas comunidades nos países de origem.

Os Asiáticos, não fogem também à regra anterior, afluindo massivamente aos domínios empresarial e da construção civil, embora adquira também expressão um contingente vinculado por contrato de trabalho a termo certo, que desenvolve actividades no campos da indústria hoteleira e da restauração (fundamentalmente Chineses e Indianos).



Fonte: IDICT de Vila Franca de Xira, 2003.

Na globalidade do Concelho de Vila Franca de Xira, os principais domínios de actividade económica catalizadores de mão-de-obra estrangeira são a esfera industrial, com um potencial de absorção de 35,2% dos efectivos destas comunidades, sucedida pelo âmbito da construção civil, plataforma de empregabilidade de 25,1% dos efectivos estrangeiros com contrato de trabalho registado. As restantes actividades laborais emergem nesta elencação com focos pulverizados de estrangeiros residentes no concelho, merecendo também referência as actividades de transporte e armazenagem, que abarcam 6,1% dos imigrantes contratados, a indústria hoteleira, com 4,7% e as actividades agrícolas e da indústria dos químicos, com fatias de trabalhadores de outras nacionalidades cifradas respectivamente em 4,3% e 4,2%.

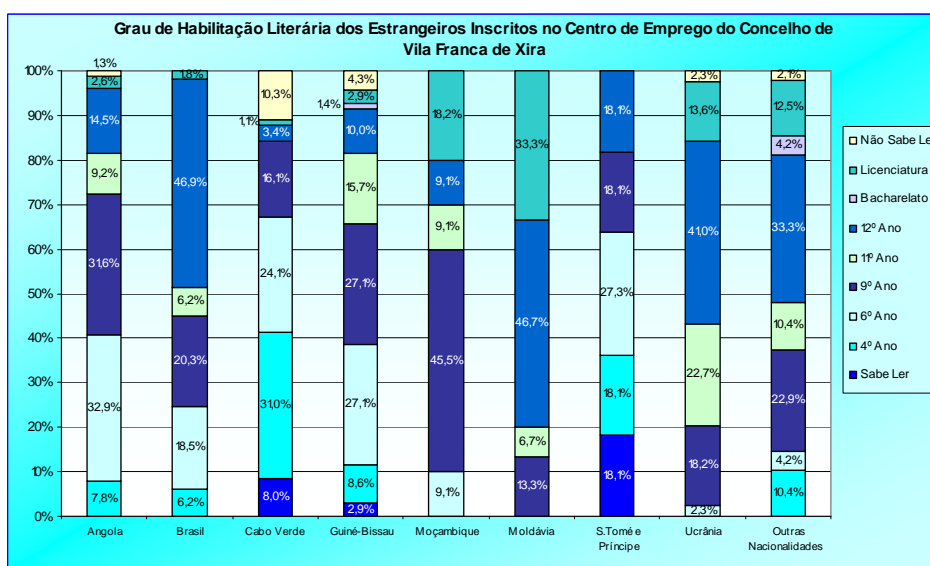
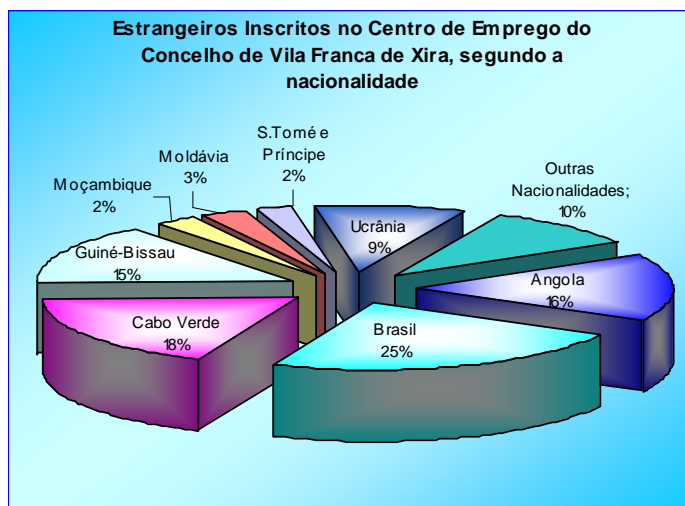


Fonte: IDICT de Vila Franca de Xira, 2003.

No cômputo do registo de contratos de trabalho depositados no IDICT de Vila Franca de Xira (7531 na totalidade), as comunidades oriundas do Leste Europeu são os segmentos mais representados, na medida em que o contrato laboral garante a almejada regularização de permanência. Deste modo, a posição cimeira nesta escala é ocupada pelos nacionais da Ucrânia, que se guindam a um patamar de 36% dos vínculos celebrados, seguidos da comunidade Brasileira, que tem vindo a dilatar-se exponencialmente em Vila Franca de Xira, e abrange uma fatia de 28% dos contratos celebrados. Por sua vez, contingente da Moldávia e da Roménia, na esteira de objectivos já referidos constituem fracções respectivas de 9% e 5% dos estrangeiros com contrato de trabalho.

Os elementos Africanos evidenciam valores mais residuais, correspondendo a 10% do absoluto de vínculos contratuais registados, devido em parte à reduzida expressão detida nos

movimentos migratórios actuais e à estabilização no Concelho logo nas décadas de 70 e 80, através da aquisição de dupla nacionalidade ou de estatuto de residente no país, no rescaldo das vagas de descolonização.



Fonte: Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IIEFP, 2003.

O volume de desempregados estrangeiros inscritos no Centro de Emprego de Vila Franca de Xira permite prefigurar a vertente de inserção sócio-profissional na vida activa dos efectivos destas comunidades, bem como o acervo de incentivos e medidas programáticas instituídas a nível municipal neste sentido.

Constantes de um universo de 475 elementos sem ocupação laboral à data do levantamento processado, as mais elevadas taxas de desemprego recaem fundamentalmente sobre a comunidade Brasileira, que constitui ¼ da população imigrante sem actividade laboral efectiva, sucedida pelo contingente oriundo de alguns PALOP como Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau, com cifras no

universo de desemprego do Concelho consubstanciadas entre os 15% e os 18%. Este panorama é sintomático do incipiente estágio de formação atingido por estas comunidades e das qualificações precárias adquiridas, mas tende a inverter-se com a crescente propensão de prosseguimento de estudos pelos efectivos estrangeiros e com a articulação do percurso profissional com o imperativo de aquisição de formação técnico-profissional complementar; contudo, apesar de desbravado um importante território de intervenção, torna-se imperioso cimentá-lo com a oferta de novas possibilidades de formação e aprendizagem, com acções sensibilização para o aprofundamento das competências e qualificações assimiladas no país de origem, que constituam uma mais-valia para uma integração sócio-laboral bem sucedida destas comunidades no Concelho.

O grau habilitacional dos indivíduos estrangeiros apresenta-se heterogéneo, e embora se possam vislumbrar matizes comuns entre as comunidades oriundas do mesmo continente, as trajetórias na esfera da educação evidenciam contornos singulares para cada nacionalidade.

Assim, a maior incidência de analfabetismo focaliza-se no maço de desempregados oriundos de Cabo Verde (10,8%) e o conjunto de efectivos que apresenta o mais elevado nível de iliteracia, embora sabendo ler, é constituído pelos desempregados naturais de S. Tomé e Príncipe (18,1%). No que concerne à frequência exclusiva do Ensino Primário, esta parece ser comum sobretudo entre as comunidades originárias dos PALOP, abarcando 31,0% dos Cabo-Verdianos e 18,1% dos São-tomenses inscritos; todavia, a conclusão do 2º Ciclo do Ensino básico parece ser o diapasão habilitacional efectivo pelo qual alinham as comunidades africanas desempregadas, sendo que 32,9% dos desempregados Angolanos, 24,1% dos Cabo-verdianos e 27,3% dos São-tomenses não foram além deste patamar no seu percurso académico. Da globalidade dos Africanos à procura de emprego, os mais letrados são os efectivos de Moçambique, que somam valores na ordem dos 45,5% com o 3º Ciclo do Ensino Básico terminado, sucedidos pelos Angolanos, que traduzem uma falange de 31,6% de desempregados também com o 9º ano completo; com o Ensino Secundário, apesar destes grupos serem já menos numerosos, adquirem uma relevância relativa as comunidades Angolana e São-tomense, com índices respectivos de 14,4% e 18,1%; ainda fazendo jus ao elevado grau habilitacional dos Moçambicanos registados Centro de Emprego do Concelho, é entre estes que figura o maior número de Licenciados Africanos, saldado em 18,2% dos inscritos.

As comunidades oriundas do Leste Europeu capitalizam níveis educacionais bastante elevados adquiridos no país de origem, que muitas vezes não encontra resposta simétrica no mercado de emprego do país de acolhimento: os índices de instrução dos efectivos Ucrainianos apresentam valores de analfabetismo exíguos e dos naturais da Moldávia, nenhum dos inscritos possui

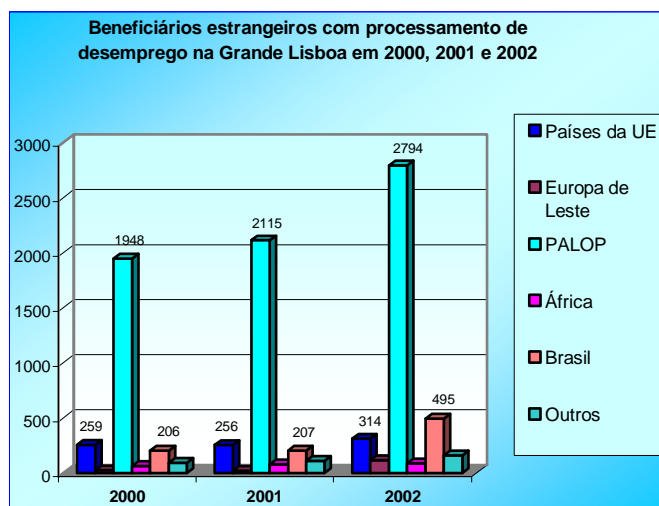
qualificações abaixo do 3º Ciclo do Ensino Básico, sendo que esta comunidade apresenta o mais acentuado caudal de indivíduos com o 12º ano concluído (46,7%) ou Licenciados (33,3%), ainda que temporariamente desempregados.

Não tão qualificados, mas igualmente com saldos educacionais apreciáveis, os Brasileiros registados possuem essencialmente qualificações ao nível do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, apontando para um grau de formação média adquirido, que abre as portas a um mercado de trabalho, também ele semi-qualificado, normalmente associado às charneiras comercial ou industrial.

1.6.3 - Enquadramento Sócio-Económico das Comunidades Imigrantes

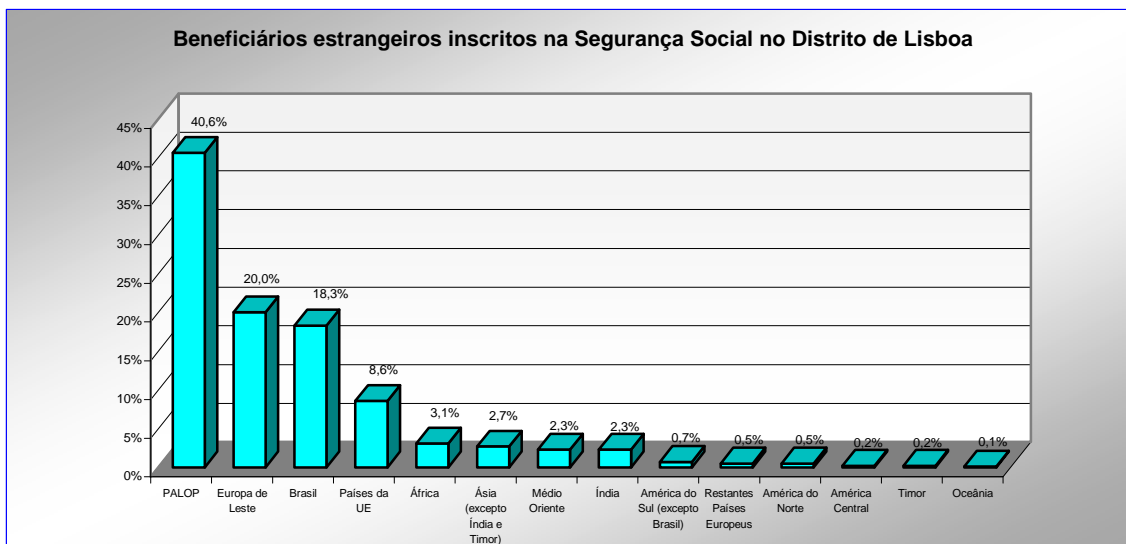
Beneficiários estrangeiros com processamento de Rendimento Mínimo Garantido no Concelho de Vila Franca de Xira

Nacionalidade	2000	2001	2002
Países da UE	4	8	10
Europa de Leste	0	~	~
Restantes Países Europeus	0	0	~
PALOP	304	302	254
África	~	~	~
Brasil	5	7	3
América do Sul (excepto Brasil)	~	~	~
América Central e Norte	~	~	~
Índia	~	~	~
Timor	7	9	7
Ásia (excepto Índia e Timor)	~	0	~
Total	328	330	281



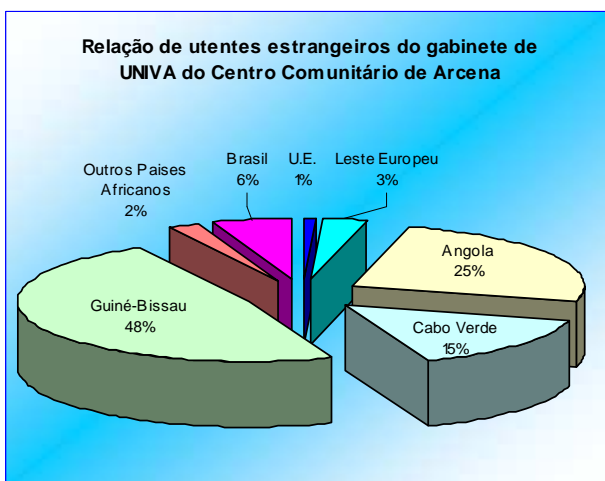
Fonte: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2003.

Dentro do volume de beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido no Concelho de Vila Franca de Xira, no intervalo temporal de 2000/2002, os efectivos originários do PALOP detêm um peso esmagador, face às restantes nacionalidades, embora a sua incidência tenha diminuído ao longo do período aferido; no quadro da Grande Lisboa a situação afigura-se idêntica, apresentando as comunidades Africanas uma densidade crescente de beneficiários com um hiato de cerca de 600% face às restantes nacionalidades com maior proeminência na região (UE e Brasil).

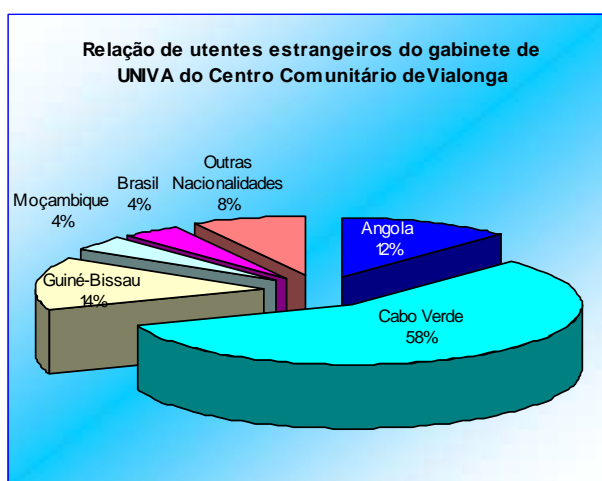


Fonte: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2003.

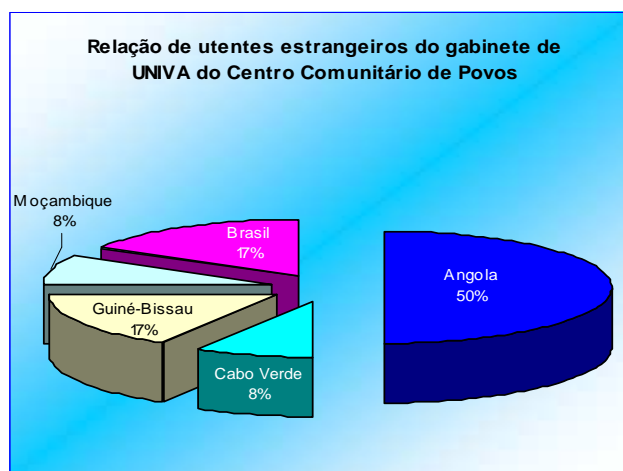
No Distrito de Lisboa, circunscrição territorial em que se enquadra o Concelho de Vila Franca de Xira, o maciço populacional nativo dos PALOP ocupa o patamar cimeiro na relação de inscritos na Segurança Social, correspondendo a 40,6% do total, imediatamente sucedido pelos fluxos do Leste Europeu que se contabilizam já em 20% e pelos efectivos do Brasil, cifrados em 18,3% dos beneficiários da região.



Fonte: Centro Comunitário de Arcena, 2003.



Fonte: Centro Comunitário de Vialonga, 2003.



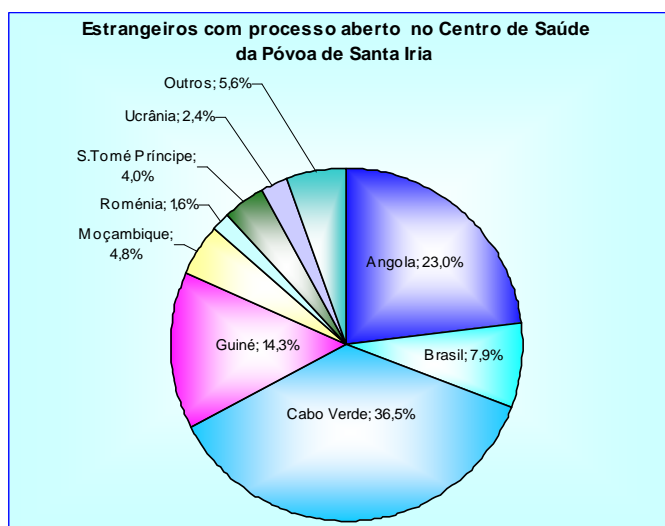
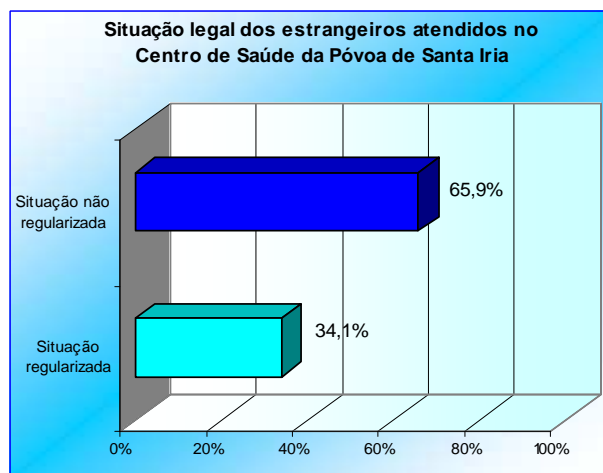
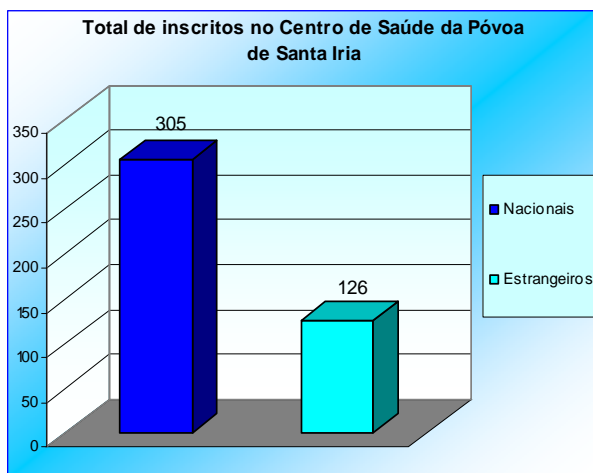
Fonte: Centro Comunitário de Povos, 2003.

As comunidades oriundas dos PALOP, por protagonizarem a génese dos fluxos de imigração para o Concelho, nas décadas de 70 e 80, e por apresentarem elevados índices de emancipação e integração social, são os principais contingentes recorrentes às Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVA) que operam nos Centros Comunitários das suas áreas de residência. No Centro Comunitário de Arcena, sediado na freguesia de Alverca do Ribatejo, a mais volumosa fatia de utentes é constituída por efectivos da Guiné-Bissau (48%), Angola (25%) e Cabo Verde (15%), valores também potenciados pela proximidade do Centro de bairros sociais maioritariamente habitados por Africanos; os nacionais do Brasil e do Leste Europeu exibem valores algo residuais no conjunto de utentes, respectivamente 6% e 3%, factor que se deve a pertencerem à órbita de imigração recente de que o Município tem sido alvo nos últimos anos.

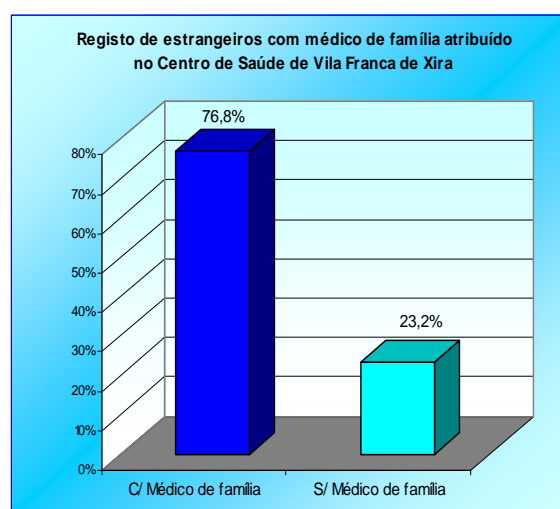
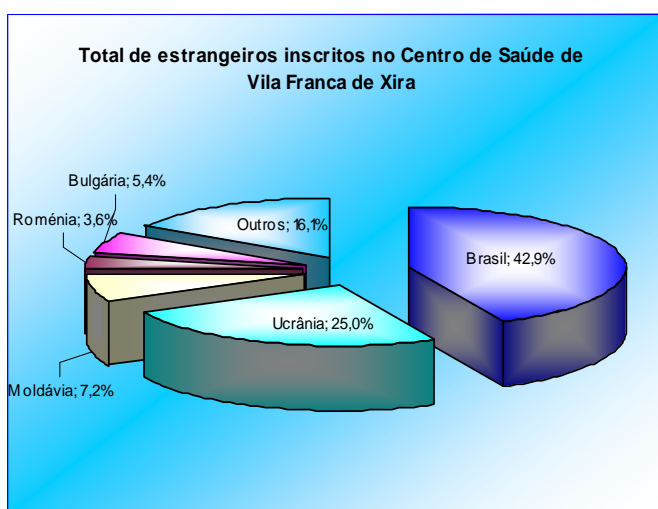
Balizado pelas mesmas directrizes, o Gabinete UNIVA do Centro Comunitário de Vialonga, assiste sobretudo Cabo-verdianos, cifrados em 58% do universo de utentes estrangeiros, quedando-se as outras nacionalidades por valores menos significativos, sendo que os Guineenses corporizam 14%, os Angolanos 12% e outras nacionalidades 8% do acervo de recorrentes à instituição.

No Centro Comunitário de Povos, ínsito na freguesia de Vila Franca de Xira, metade dos estrangeiros assistidos no Gabinete de UNIVA pertencem à comunidade Angolana, e os contingentes da Guiné e do Brasil traduzem ambos 17% dos utentes, sendo que o último tem vindo a ganhar expressão pela forte presença da comunidade Brasileira na freguesia.

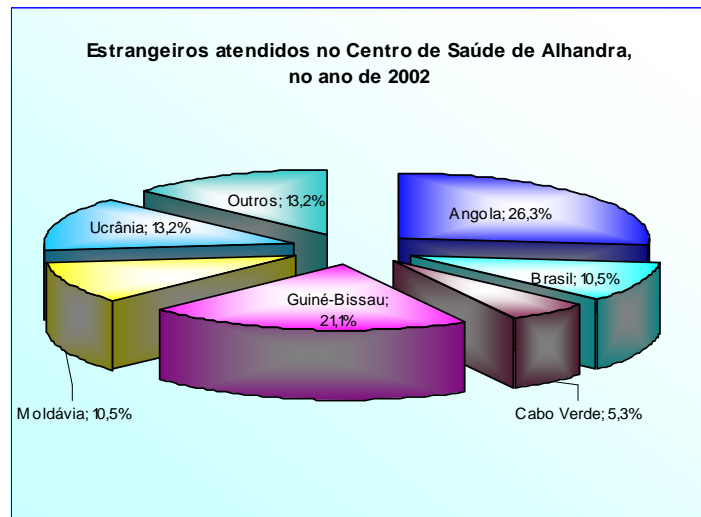
1.6.4 - Acesso das Comunidades Imigrantes aos Serviços Públicos de Saúde



Fonte: Centro de Saúde de Póvoa de Santa Iria, 2003.



Fonte: Centro de Saúde de Vila Franca de Xira e Sub-Região de Saúde de Lisboa, 2003.



Fonte: Centro de Saúde de Alhandra, 2003.

A avaliação dos arquétipos de integração social das comunidades imigrantes no Concelho, deve ser enfeudada numa análise multidimensional transversal a diversas dimensões balizadoras, como o acesso ao Sistema Nacional de Saúde, e consequentemente aos Centros de Saúde municipais sob a égide da Sub-Região de Saúde de Lisboa.

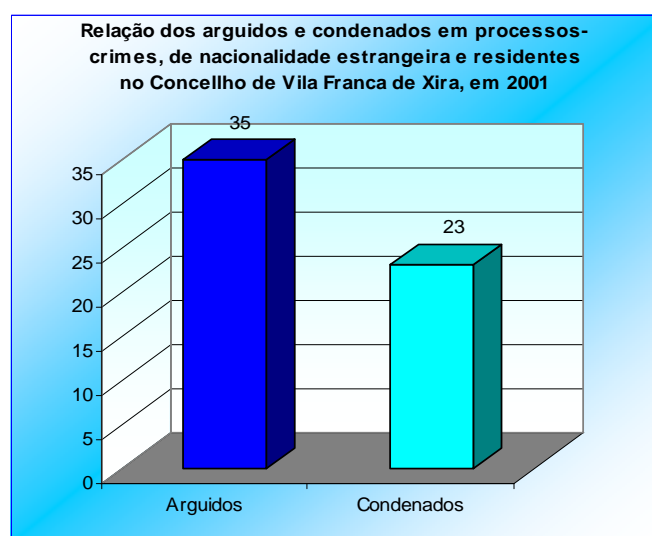
Desta feita, do universo de 431 inscritos no Centro de Saúde de Póvoa de Santa Iria, 126 são detentores de nacionalidade estrangeira, dos quais um montante significativo de 65,9% não detém a sua situação legal regularizada. As comunidades Africanas são as principais utentes dos serviços de saúde do centro, nomeadamente o contingente Cabo-verdiano que encima esta escala (36,5%), seguida do Angolano (23,0%) e do Guineense (14,3%); o Brasil, os restantes membros dos PALOP e as comunidades do Leste Europeu completam a relação global de utentes estrangeiros do Centro de Saúde, da qual não constam porém dados relativos a actos médicos pontuais que também envolvem imigrantes, tais como acções de vacinação ou atendimento de emergências, cujos visados não possuem normalmente ficha médica aberta na unidade.

Já no que concerne ao Centro de Saúde de Vila Franca de Xira, a comunidade Brasileira, com ampla expressão na freguesia, domina a relação global de estrangeiros inscritos, constituindo uma parcela de 42,9% de utentes imigrantes, e os efectivos nacionais da Ucrânia ascendem a 25,0% dos atendidos, valores consentâneos com o crescimento exponencial da comunidade no Concelho e indicativos da procura de uma inserção social mais sólida no país de acolhimento. Importa ainda frisar que a maioria substantiva dos estrangeiros registados no Centro de Saúde (76,8%) dispõe de médico de família atribuído, variável que corrobora o elevado acesso dos imigrantes ao Centro de Saúde.

Em relação ao Centro de Saúde de Alhandra, apesar dos levantamentos facultados serem apenas referentes ao ano de 2002, é vislumbrável uma distribuição equidistante das

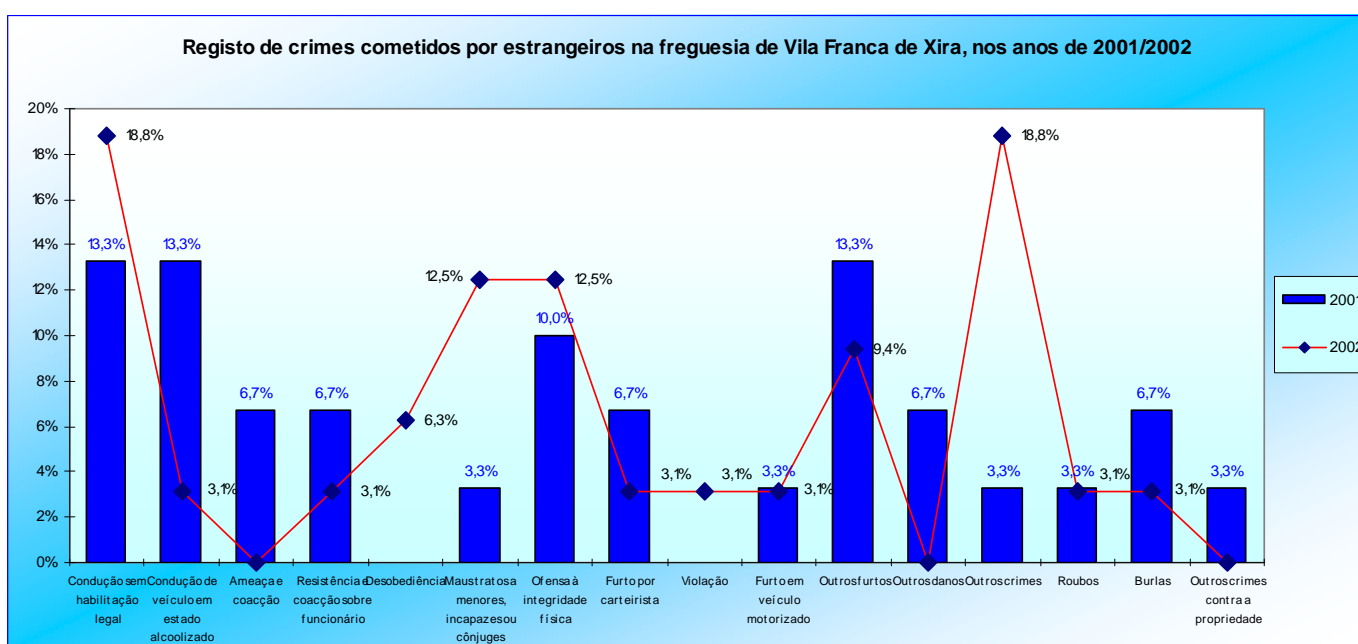
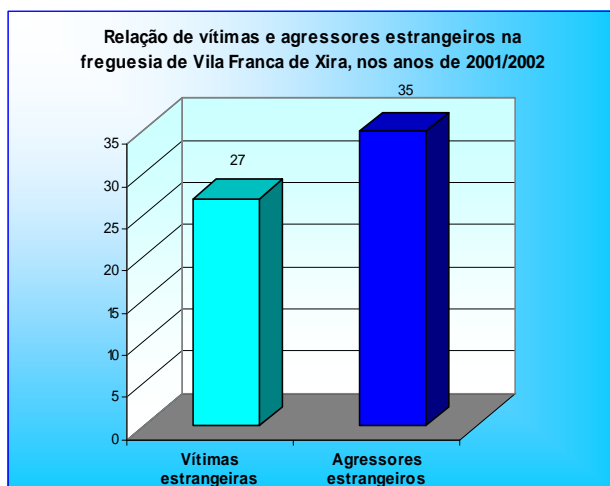
nacionalidades dos estrangeiros inscritos, sendo que a comunidade Angolana e Guineense, com cifras respectivas de 26,3% e 21,1% encabeçam o volume imigrantes recorrentes aos serviços de saúde, seguidos dos maciços populacionais Ucrâniano (13,2%), Brasileiro (10,5%) e Moldavo (10,5%), com uma expressão recrudescente no contexto da relação global de estrangeiros com processo aberto no Centro de Saúde.

1.6.5 - Dinâmicas Relacionais Estabelecidas entre as Comunidades Imigrantes e as Forças de Segurança Municipais



Fonte: Ministério da Justiça, 2003.

No quadrante das dinâmicas relacionais mantidas entre as comunidades estrangeiras habitantes no Concelho e as forças de segurança municipais, foram no ano 2001 constituídos arguidos 35 efectivos imigrantes, dos quais 23 (cerca de 2/3) transitaram em julgados, tendo-lhes sido imputada condenação.



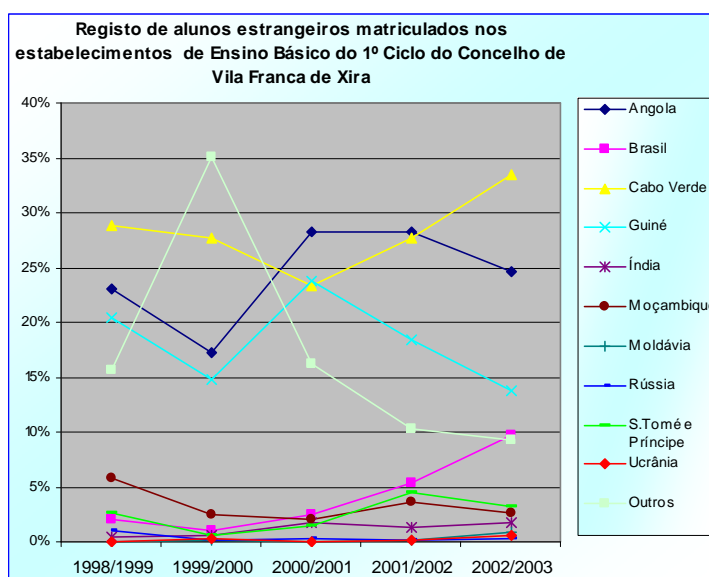
Fonte: Divisões da PSP de Loures e Vila Franca de Xira, 2003.

Na mesma esteira temática e tomando como estudo de caso a incidência de ocorrências na freguesia de Vila Franca de Xira, foram registadas 35 agressões por estrangeiros no intervalo temporal de 2001/2002 e 27 casos de vitimação estrangeira. Já no tocante à tipologia dos conflitos decorridos na freguesia, que envolveram estrangeiros, os números são peremptórios: apenas 19,4% das fricções foram de cariz intercomunitário, verificando-se um hiato profundo em relação às fricções “maioria/minorias”, na ordem dos 80,7%. Apesar de também nesta esfera terem sido trilhados já importantes progressos, será inevitável o respaldo de um território de intervenção com um leque de medidas mais concretas e operativas, que potencializem a existência de uma rede relacional de coexistência intercomunitária e articulação social integrada.

Analisando o registo de crimes cometidos por estrangeiros na freguesia de Vila Franca de Xira entre 2001 e 2002, é perceptível um acréscimo da taxa de criminalidade, que embora não

substantivo, deverá merecer a atenção das entidades competentes: crimes como a condução sem habilitação legal para o efeito, maus tratos a menores, incapazes ou cônjuges, ofensas à integridade física, violação e outros delitos não especificados registaram um salto quantitativo avultado neste período, espelhando uma realidade marginal subjacente à espiral migratória, que deverá ser debelada pela implementação de políticas coercivas exequíveis pelas forças de segurança, articuladas com uma amplificação de incentivos públicos sócio-profissionais inclusivistas, que combatam focos de guetização e marginalidade social no seio das comunidades imigrantes.

1.6.6 - A Integração pela Educação: o Acesso dos Alunos Estrangeiros aos Estabelecimentos de Ensino do Município



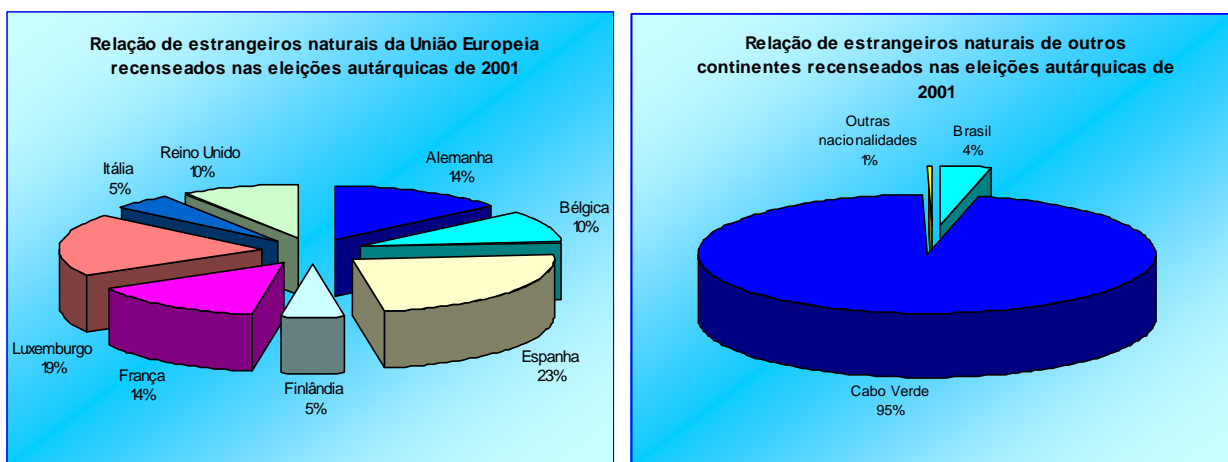
Fonte: Delegação Escolar de Vila Franca de Xira e Ministério da Educação, 2003.

O vector da Educação constitui também um domínio paradigmático na apreciação do grau de renovação geracional das populações imigrantes, e da assunção potencial de uma mole de imigrantes de segunda geração, radicados desde tenra idade, ou mesmo nascidos no país de acolhimento.

No Concelho de Vila Franca de Xira, a evolução populacional dos alunos estrangeiros matriculados no 1º Ciclo do Ensino Básico tem sofrido algumas oscilações, embora grosso modo, sejam dominantes os efectivos jovens oriundos ou descendentes membros das comunidades dos PALOP, nomeadamente de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. Por sua vez, os alunos Brasileiros e de Leste constituem também já fracções que não são despicientes, sendo

conjecturável a uma propensão para a subida da sua quota de presença nos estabelecimentos de ensino Vila-franquenses nos anos vindouros.

1.6.7 - Actividade Cívica e Sensibilização Sócio-Política das Comunidades Imigrantes



Fonte: STAPE, 2003.

A sensibilização sócio-política das comunidades imigrantes no Concelho, indicador por excelência do seu grau de actividade cívica, e por osmose, do seu grau de integração social global, adquiriu uma expressão enfática quando do recenseamento eleitoral para o escrutínio autárquico de 2001, em que os membros de algumas nacionalidades podem exercer o seu direito de voto. No cômputo dos naturais de países da UE, as comunidades Espanhola (23%), Luxemburguesa (19%), Francesa (14%) e Alemã (14%) foram as que registaram maior afluência às urnas para a eleição da presidência autárquica. No âmbito dos estrangeiros extra-europeus, a percentagem de Cabo-verdianos recenseados em 2001 revelou-se exorbitante, situando-se na casa dos 95%, apenas deixando uma margem de 4% aos Brasileiros que procederam ao seu recenseamento eleitoral no Concelho.

1.6.8 - Outros Vectores de Análise

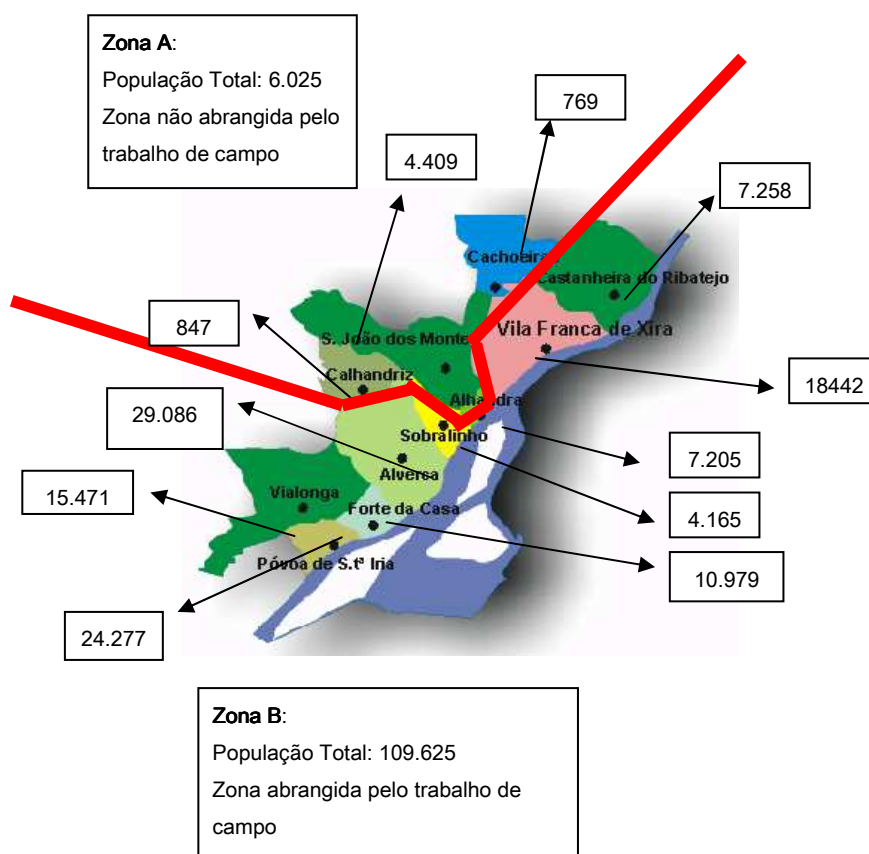
Para além da sistematização documental e tratamento estatístico das temáticas já abordadas nesta contextualização, acrescem outras, como a caracterização familiar e sócio-económica, o regime de habitação, a esfera das relações de sociabilidade (associativismo, relações interpessoais, posicionamento social), os factores religião e cultura, a sistematização do trajecto migratório ou os objectivos e aspirações sócio-profissionais a médio e longo prazo, que constituem traves-

mestras dificilmente mensuráveis, e que balizaram a aplicação de questionários presenciais a uma amostra de 576 imigrantes, bem como a implementação de inquéritos telefónicos a 425 portugueses moradores no Concelho.

Estes questionários, norteados por desideratos de aprofundamento das informações teóricas sistematizadas e de ampliação do conhecimento empírico do novo figurino social e étnico concelhio, permitiram perspectivar o posicionamento dominante da população portuguesa face à nova realidade migratória do Município, a elaboração de um diagnóstico de base revelador das principais carências sócio-profissionais e de situações de exclusão social vividas pelas comunidades imigrantes e a delineação de uma plataforma programática de medidas e acções nos sectores do emprego e formação, de implementação imperativa num futuro próximo pela autarquia.

2 - Definição Metodológica dos Universos de Inquirição

Após a delimitação de um enquadramento analítico e documental do Concelho de Vila Franca de Xira, no tocante à sua caracterização sócio-económica, identitária e morfológica e à espiral imigratória de que tem vindo a ser alvo nos últimos decénios, foi estabelecida uma ponte de complementaridade com uma vertente metodológica de trabalho empírico, materializada na realização de dois inquéritos distintos, instrumentos charneira de consolidação das actividades de reflexão teórica prosseguida e de aprofundamento do conhecimento da fisionomia social e étnica do Concelho. Deste modo, foi elaborado um inquérito por questionário telefónico, canalizado para um universo alvo de efectivos portugueses, residentes no Concelho de Vila Franca de Xira e um inquérito ulterior, efectivado num questionário presencial a um contingente de imigrantes representativos das principais comunidades que pontificam no Concelho, implementados nas freguesias mais populosas de Vila Franca de Xira: Alhandra, Alverca do Ribatejo, Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria, Vialonga, Vila Franca de Xira, Sobralinho e Castanheira do Ribatejo.



Nesta charneira do trabalho, a tónica subjacente à aplicação dos questionários no terreno assentou num escopo de contextualização do objecto de análise, traduzido no cuidado da equipa técnica em garantir uma colecta de informação que potencializasse uma fidedigna representatividade dos resultados obtidos e a identificação das dinâmicas heterogéneas que pautam os percursos de inserção sócio-profissional das comunidades imigrantes, no Concelho de Vila Franca de Xira, e por osmose, na sociedade portuguesa.

2.1 - Caracterização da Amostra de Portugueses Inquiridos

O inquérito telefónico aplicado à população portuguesa residente no Concelho foi balizado por um universo de partida de 425 elementos de ambos os sexos, maiores de idade e residentes nas freguesias de Alhandra, Alverca do Ribatejo, Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria, Vialonga, Vila Franca de Xira, Sobralinho e Castanheira do Ribatejo. As duas últimas, áreas eminentemente urbanas e com matrizes populacionais análogas, foram agregadas no contexto do universo de análise, de modo a constituírem uma segmento significativo da realidade concelhia e uma amostra com acuidade referencial no âmbito do estudo empírico processado.

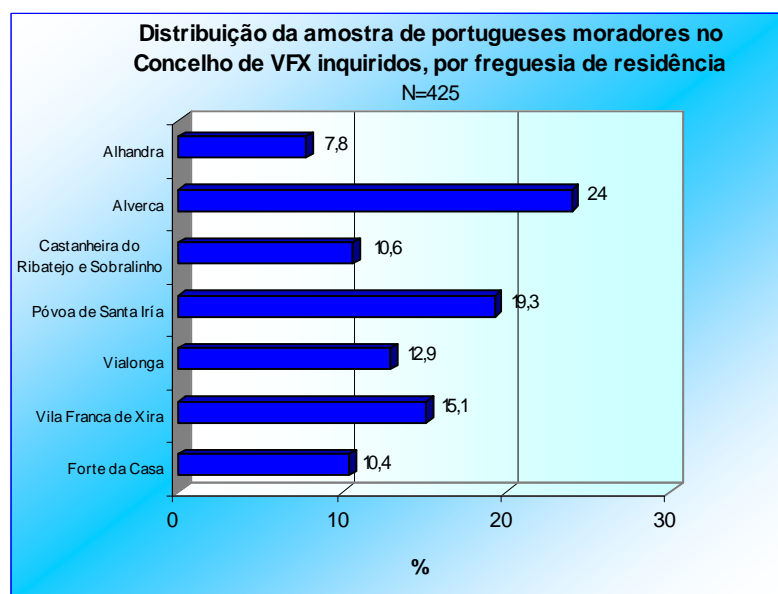
A amostra da população portuguesa residente no Concelho de Vila Franca de Xira, definida aleatoriamente, assume assim ao longo do Estudo uma prosaica configuração estratificada, em função do género, de uma distribuição fragmentária por intervalos etários (18/34, 35/54 e 55+) e da freguesia de residência habitual dos inquiridos. Porém, a estes indicadores acrescerão outros vectores de identificação, como o grau de formação/habilitações literárias da população visada (Sem Estudos, Ensino Primário completo, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário, Curso Técnico Profissional e Curso Médio/ Bacharelato e Licenciatura), a sua situação perante o trabalho, bifurcada em dois grandes grupos de activos (trabalhadores por conta própria, por conta de outrem e desempregados) e inactivos (reformados, domésticas e estudantes) e a sua situação perante a actividade económica, atomizada em oito categorias laborais (membros das Forças Armadas; Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas; Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas; Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; Pessoal Administrativo e Similares e Pessoal dos Serviços e Vendedores; Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; Operários, Artífices e Trabalhadores Similares, Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem; Trabalhadores não Qualificados).

A amostra estratificada assegura a fiabilidade acrescida do processo aleatório prístino, uma vez que viabiliza uma representação equitativa dos estratos de população na amostra, através da construção proporcional. A análise emergente da bateria de 425 inquéritos formulados por inquérito telefónico, resulta de uma ponderação equidistante dos resultados obtidos e da variabilidade do universo de recolha, radicando num intervalo de confiança de 95% e numa margem de erro máxima de 5,5%.

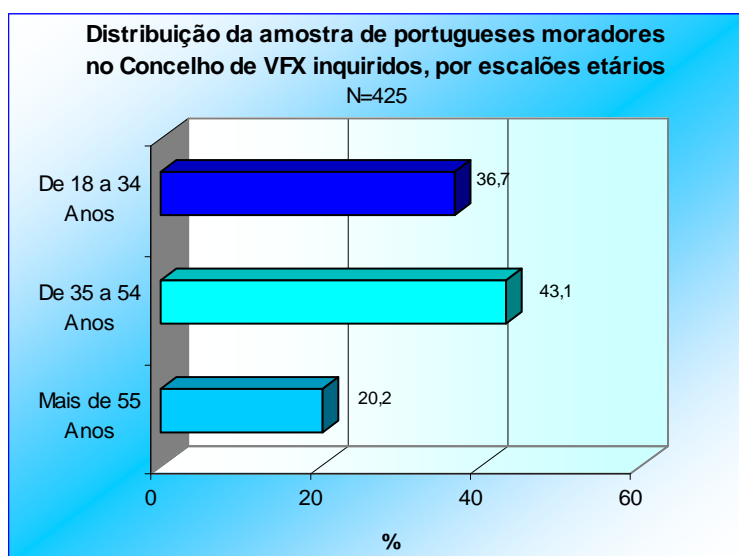
O trabalho de campo decorreu no mês de Dezembro de 2003, abarcando uma equipa de colaboradores regulares da empresa de estudos de mercado Spirituc, devidamente formados para o efeito e supervisionados por um consultor da empresa. O acervo de dados informativos colhidos

foi tratado informaticamente e as perguntas abertas foram objecto de codificação para interpretação a posteriori.

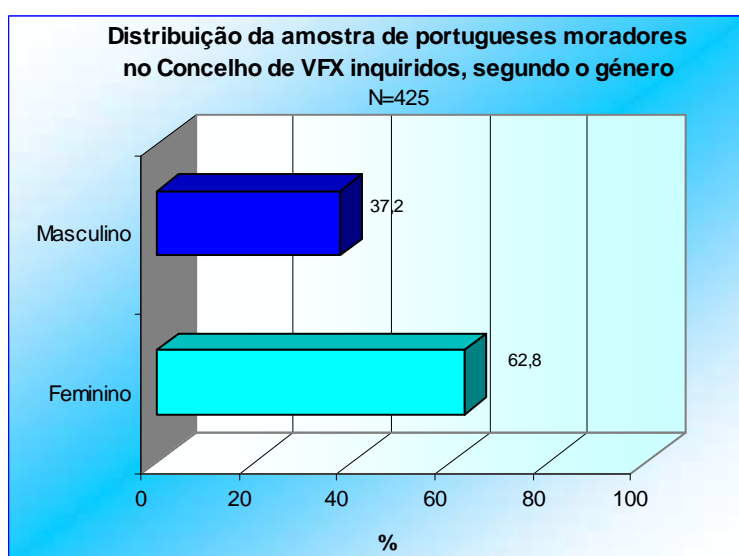
No capítulo de análise preliminar de resultados, foram colmatadas as pechas remanescentes da inserção de dados e a congruência das respostas, tendo sido suprimidos da sistematização final os questionários inconclusivos que evidenciavam excessiva laconia ou insuficiência de informação veiculada pelos inquiridos. Desta feita, foi delineada uma solução de compromisso entre os factores qualidade e quantidade de informação, com vista à optimização do seu potencial de análise multidimensional, configurada não só na observação univariada dos indicadores determinados para cada temática abordada, mas também no cruzamento das diversas variáveis supramencionadas, com vista à maximização da relevância da informação extraída para o Estudo integral elaborado.



Na amostra de população portuguesa residente no Concelho de Vila Franca de Xira inquirida, adquirem uma expressão mais proeminente as freguesias de Alverca do Ribatejo, com uma fatia percentual de 24% dos inquiridos e de Póvoa de Santa Iria, com um peso relativo de 19,3%, zonas com uma densidade populacional crescente no contexto do Município. Os inquiridos moradores nas freguesias de Vila Franca de Xira, Vialonga e Forte da Casa denotam também uma presença significativa na globalidade da amostra, evidenciando a tendência de expansão da mancha urbana destas áreas concelhias.

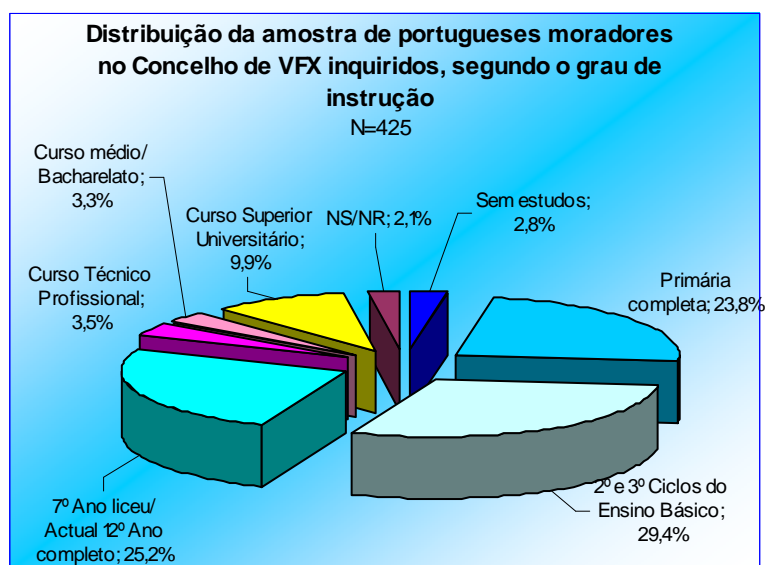


Analisando a distribuição da população portuguesa inquirida por grupos etários, é vislumbrável uma mais significativa incidência de inquiridos com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos (cerca 43,1%), seguida da faixa etária mais jovem, com uma expressão de 36,7%. A fracção populacional menos representada na amostra é a compreendida no escalão de idades superior aos 55 anos de idade, que constitui apenas 20,2% do universo de inquirição. Neste sentido, a amostra inquirida acompanha em relativa proporcionalidade a caracterização etária global do Concelho extraída dos Censos 2001, com maior peso da “meia idade” e em que a população idosa representa apenas 27,1% do maciço populacional global concelhio.

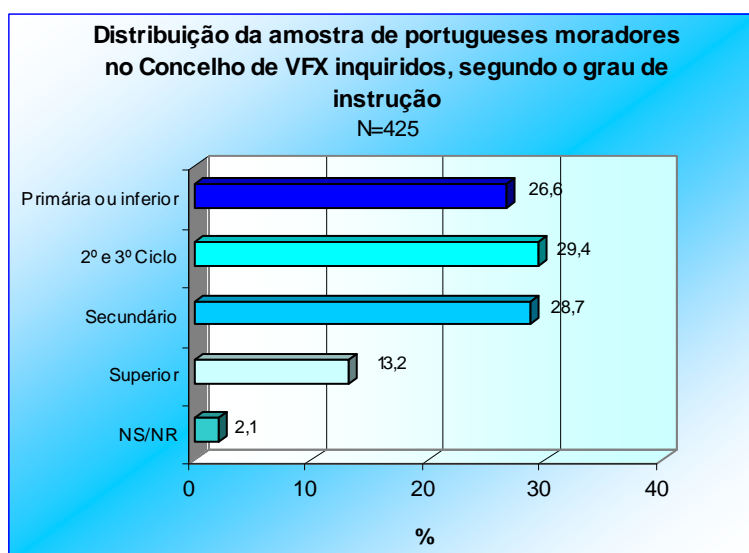


No contexto da população portuguesa submetida a questionário, é verificável um predomínio do sexo feminino, representado em 62,8% da amostra, e um peso relativo mais residual de

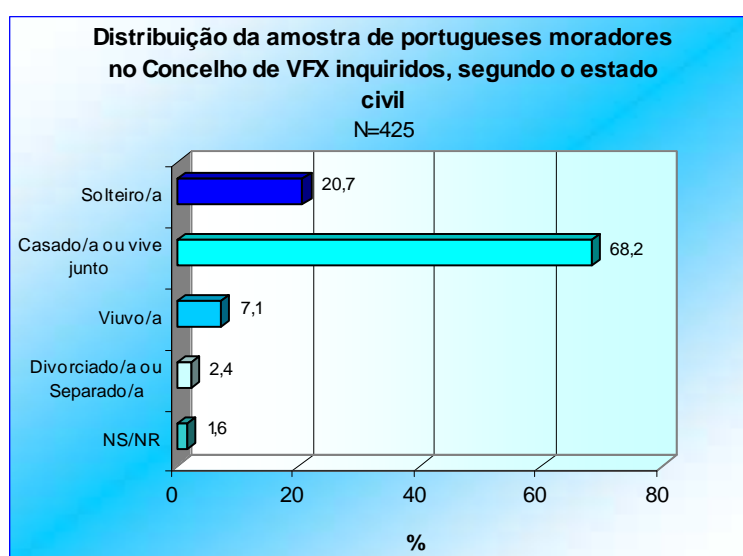
efectivos de género masculino, com uma percentagem de 37,2% de inquiridos. Com efeito, a distribuição por género da amostra não se afigura proporcional aos levantamentos estatísticos derivados dos Censos 2001 para todo o Concelho de Vila Franca de Xira, que apresentam uma expressão relacional mais equitativa: no todo do Concelho, os efectivos de sexo feminino evidenciam um peso relativo de cerca de 51%, uma maioria pouco significativa em comparação com o contingente masculino Vila-franquense.



No cômputo global da relação de habilitações literárias verificadas na amostra em análise, a nota dominante centra-se na formação de nível médio: 29,4% dos inquiridos possuem qualificações ao nível do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e 25,2% concluíram o Ensino Secundário (ou o equivalente predecessor 7º ano do Liceu). Todavia, da mesma extracção estatística infere-se ainda a prevalência acentuada de índices de formação inferiores, na medida em que a fatia de inquiridos apenas com Estudos Primários se cifra em 23,8%, fundamentalmente no âmbito dos escalões etários mais idosos, que registaram uma taxa de abandono escolar prematuro mais elevado na juventude. Em antítese, a formação Superior também ocupa uma posição assinalável na hierarquia de qualificações da amostra analisada, saldando-se nos 9,9% e registando-se principalmente ao nível da população jovem, com maior propensão para o prosseguimento de estudos académicos.

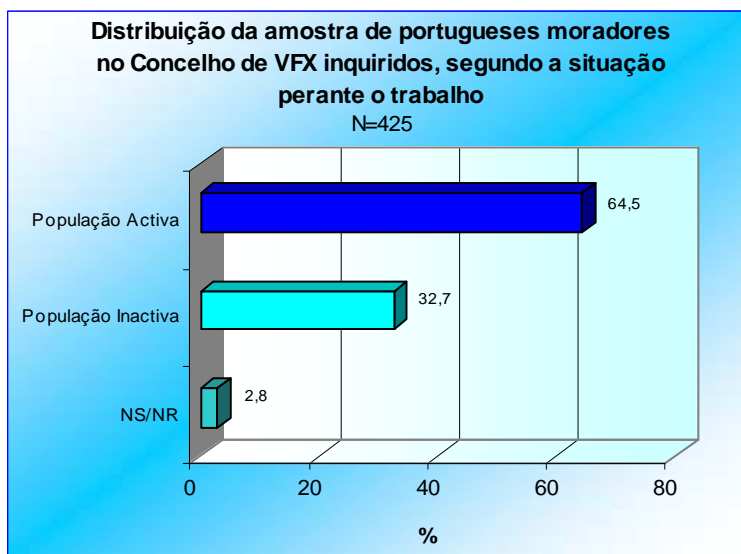


Perante uma agregação mais sistemática dos graus habilitacionais registados pelos portugueses inquiridos moradores no Concelho de Vila Franca de Xira, a correlação de resultados afigura-se proporcional ao levantamento interior: os índices de formação média apresentam uma mais pronunciada incidência, com 29,4% dos efectivos a situarem-se na charneira dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, sucedidos por 28,4% da amostra, com o Ensino Secundário completo, ou com cursos de formação profissional equivalentes. O Ensino Primário ou inferior, à luz da contextura global dos resultados verificados, merece também um enfoque particular, a congregar 26,6% dos portugueses moradores, o que indicia ainda a formação algo incipiente adquirida pelas faixas etárias mais avançadas.

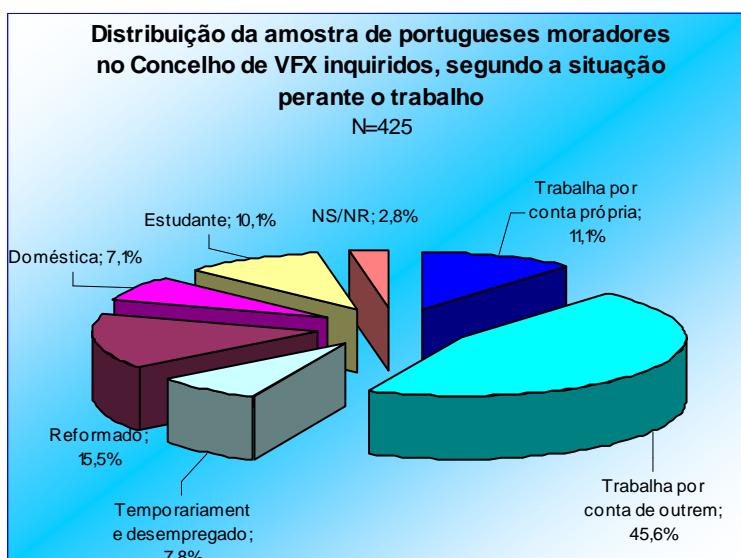


No atinente ao estado civil do universo abordado, a percentagem de casados ou unidos maritalmente revela-se esmagadora, corporizando uma fatia de 68,2% da amostra, essencialmente

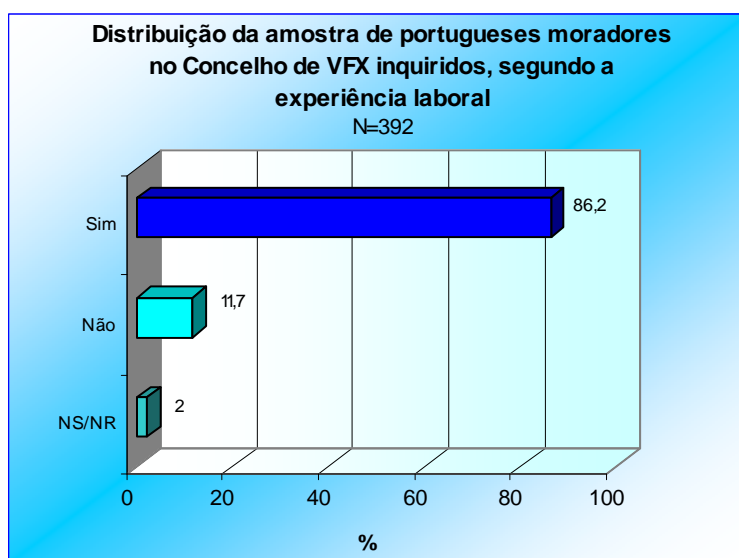
ao nível das gerações de “meia idade”, também com maior preponderância no questionário e com percursos de vida mais estabilizados e mais observantes da instituição matrimonial. Neste contexto, apenas adquire uma expressão relativa o grupo dos solteiros, constitutivos de uns não despidos 20,7% da amostra, e cujos efectivos pululam sobretudo entre as faixas etárias mais jovens, o que é sintomático de uma predisposição cada vez mais tardia para o casamento e consequente abandono do lar paterno.



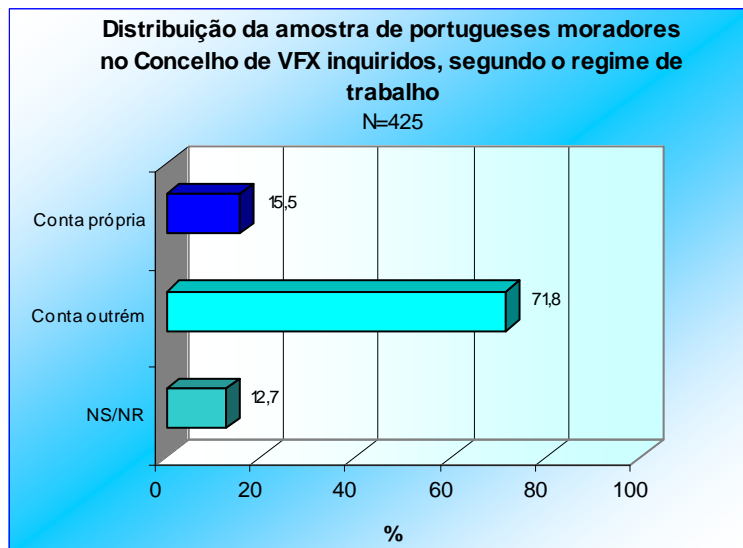
Os índices de população activa entre os portugueses inquiridos também adquirem proeminência face aos níveis de população inactiva: 64,5% dos visados desempenham funções laborais, ainda que uma parte destes se encontre temporariamente desempregada, contra uma fatia de 32,7% de efectivos, que engrossam as fileiras de população inactiva.



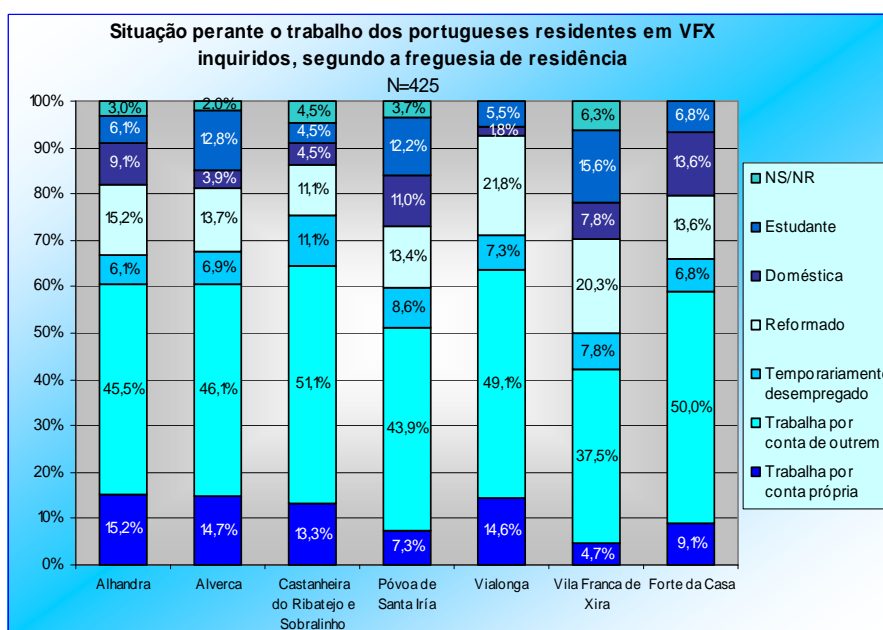
Segundo a situação perante o trabalho, o universo de inquiridos trabalhadores por conta de outrem equaciona-se ao nível dos 45,6%, evidenciando uma maioria apodíctica em relação aos restantes segmentos. A taxa de envelhecimento recrudescente no Concelho também fica patente nos resultados desta amostragem, espelhada nuns significativos 15,5% de efectivos em situação de reforma. Nos escalões mais significativos imediatamente seguintes acham-se os trabalhadores por conta própria, que corporizam 11,1% dos entrevistados e o contingente de estudantes (10,1%). Por outro lado, o factor desemprego não é também nota dominante entre os entrevistados: com expressão relativa pouco significativa encontram-se no extremo desta elencagem os efectivos temporariamente desempregados, que somam apenas 7,8%, presença residual no contexto da amostra global.



No quadrante profissional, verifica-se uma profunda “décalage” entre 86,2% dos inquiridos que manifestaram possuir experiência laboral e 11,7%, ainda a desbravar a senda do primeiro trabalho. A este factor não será alheia a incidência maioritária do questionário sobre efectivos Vila-franquenses com idades médias acima dos 30 anos, e por outro lado, o imperativo da aquisição cada vez mais precoce de experiência profissional para formação complementar e enriquecimento curricular entre as camadas mais jovens.



No concernente ao regime de trabalho que caracteriza o universo de análise, 71,8% do maciço de inquiridos afirmam-se trabalhadores por conta de outrem. Tal facto parece ser sintomático da espiral laboral descrita na Área Metropolitana de Lisboa, com uma deslocação pendular massiva dos trabalhadores de concelhos periféricos para a Grande Lisboa, onde estão sedeados o grosso dos centros laborais e empresariais que empregam a maioria da população. Por seu turno, os inquiridos trabalhadores por conta própria apresentam valores mais periféricos, constituindo somente 15,5% da amostra os profissionais actualmente a trabalhar nesta situação.

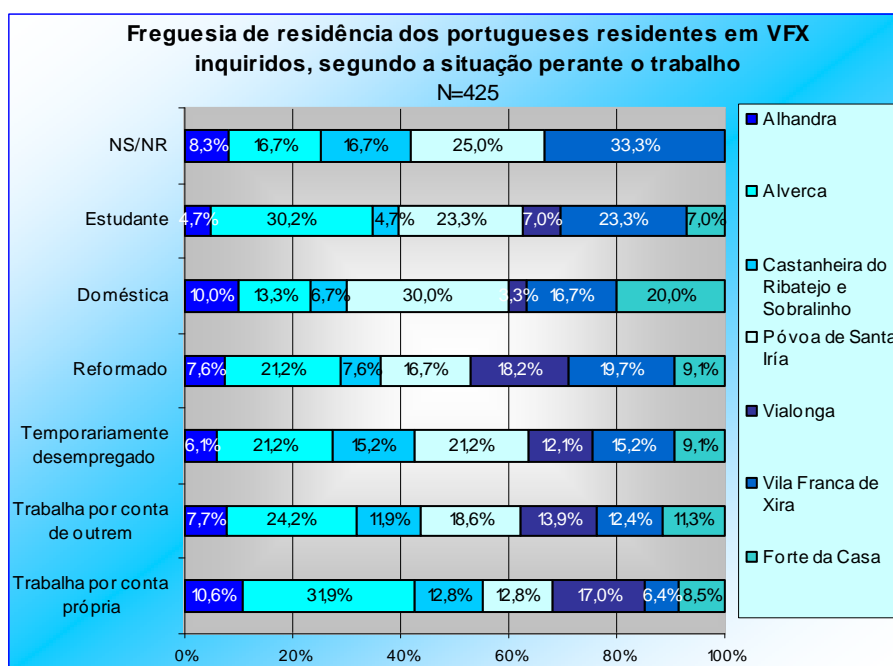


A distribuição por freguesia dos portugueses inquiridos consoante a situação face à actividade laboral testemunha um primado apodíctico dos trabalhadores por conta de outrem no universo de inquirição, factor que adquire expressão sobretudo em Castanheira do Ribatejo e Sobralinho ou Forte da Casa, com cifras percentuais respectivas que ascendem aos 51,1% e aos 50,0%.

Com efeito, o trabalho por conta de outrem cataliza em todas as freguesias cerca de metade da população respondente, coordenada que permite inferir a existência no Concelho de uma força de trabalho jovem ou no escalão etário entre os 30 e os 55 anos, fundamentalmente alocada nos sectores secundário e terciário da Área Metropolitana de Lisboa. As restantes categorias de actividade espelham valores mais exíguos na contextura global da análise, mas o trabalho por conta própria merece uma particular ênfase de abordagem, uma vez que se guinda a cifras não despidentes em Alhandra, com 15,2% dos respondentes, Alverca do Ribatejo, com uma mole de efectivos de 14,7% e Vialonga, com valores na casa dos 14,6%.

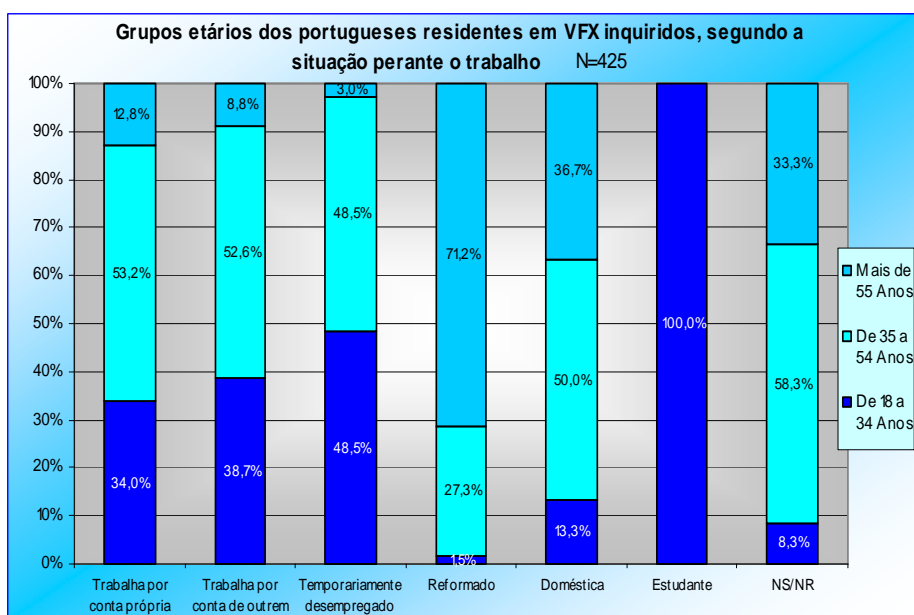
No tocante aos efectivos actualmente em regime de aposentação, as freguesias de Vialonga e Vila Franca de Xira são os principais redutos de residência dos reformados entrevistados, abrangendo respectivamente 21,8% e 20,3% do universo de inquirição. À presença algo substantiva do “grupo dos reformados” na amostra não será de certo alheia a incidência tendencial dos inquéritos telefónicos sobre um público-alvo em idade inactiva e com maior disponibilidade para a resposta a este modelo de questionários.

As restantes categorias aferidas exibem valores meramente residuais, sendo que as fatias mais numerosas de domésticas e de estudantes situam-se nas freguesias da Póvoa de Santa Iria e de Vila Franca de Xira, duas das áreas do Município mais populosas e que apresentam maior tendência de crescimento demográfico e urbanístico.



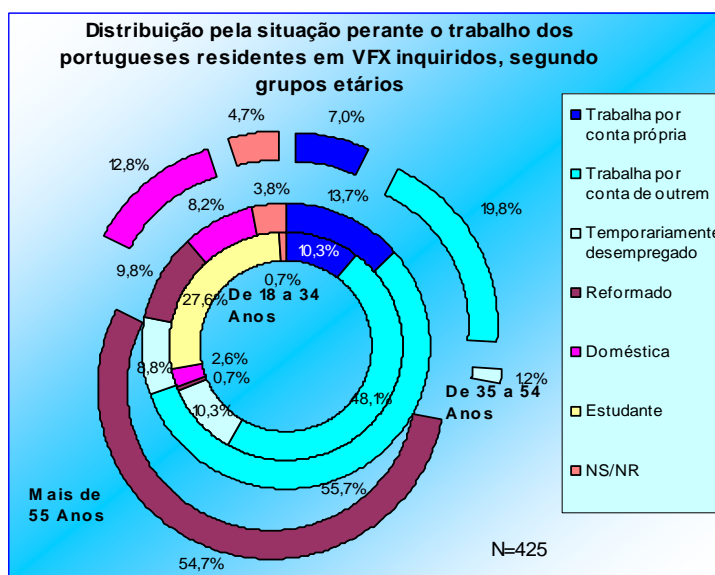
Através do cruzamento da situação perante o trabalho dos portugueses residentes no Concelho de Vila Franca de Xira incluídos na amostra, com as freguesias em que estão estabelecidos, a ilação preliminar mais assertiva é a da existência de uma distribuição heterogénea dos estatutos sócio-profissionais em cada zona de residência. Assim, 31,9% dos trabalhadores por conta própria inquiridos residem actualmente na freguesia de Alverca do Ribatejo, 17,0% habita em Vialonga, e as freguesias de Póvoa de Santa Iria e Castanheira do Ribatejo e Sobralinho consubstanciam 12,8% dos efectivos desta categoria inquiridos.

Alverca do Ribatejo, como freguesia de residência de 24% da amostra total objecto deste Estudo, afigura-se também o local de maior concentração de trabalhadores por conta de outrem, concentrando 24,2% dos mesmos, bem como Póvoa de Santa Iria, com 18,6%. A percentagem mais significativa de desempregados portugueses entrevistados localiza-se também nestas duas freguesias (21,2%), ao passo que os reformados denotam uma distribuição algo equitativa entre as freguesias de Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria, Vialonga e Vila Franca de Xira. Por outro lado, o grupo das domésticas adquire proeminência em freguesias como a Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa e Vila Franca de Xira e o núcleo dos estudantes foi sobretudo inquirido em Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria e Vila Franca de Xira.



A correlação da situação perante o trabalho com os grupos etários dos portugueses residentes inquiridos enfatiza o predomínio da população Vila-franquense de “meia idade” no universo inquirido. Desta feita, mais de metade dos trabalhadores por conta de outrem e por conta própria integram o flanco dos munícipes entre os 35 e os 54 anos, situação que se justifica pelo facto de uma fatia significativa das camadas mais jovens se encontrar ainda em idade escolar e do intervalo de inquiridos acima dos 55 anos albergar uma elevada percentagem de reformados.

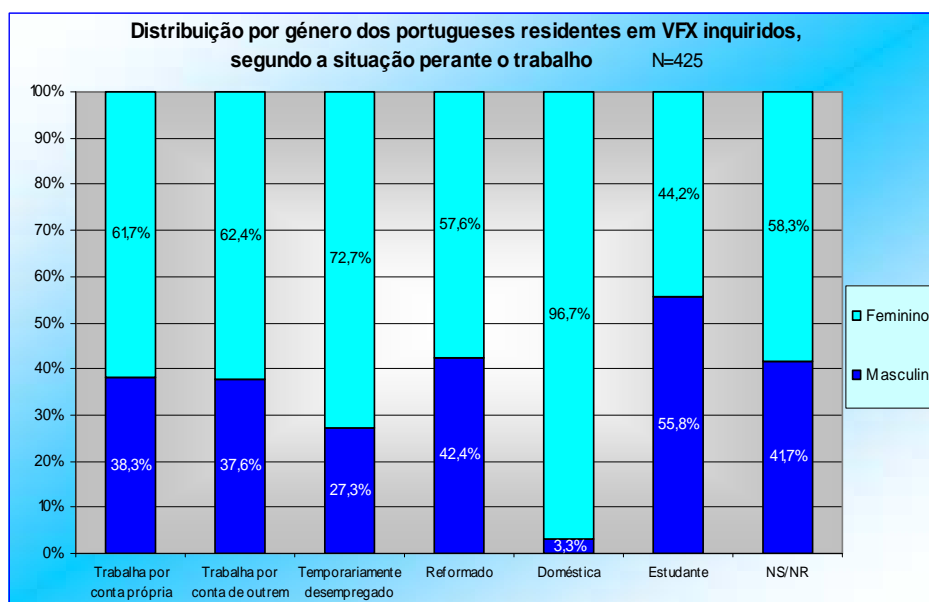
Os restantes dados cruzados permitem corroborar esta perspectiva: de facto, 71,2% dos indivíduos em regime de aposentação integram os grupos etários mais idosos e no tocante à categoria dos estudantes, 100% dos inquiridos pertencem à faixa etária entre os 18 e os 34 anos. Com particular acuidade para a delineação de uma análise sistemática dos grupos etários dos trabalhadores Vila-franquenses, importa ainda assinalar a distribuição equitativa do grupo dos desempregados inquiridos entre as faixas etárias jovem e de “meia idade” (48,5%), sintomática da transversalidade do problema nos grupos populacionais em idade activa.



A análise da repartição dos respondentes de cada faixa etária por situação laboral corrobora a preponderância das camadas de trabalhadores por conta de outrem na amostra, saldando-se em 48,1% dos efectivos jovens, e em 55,7% dos elementos consubstanciados no intervalo dos 35 aos 54 anos. Já no escalão etário mais idoso, como seria de prever, o universo de reformados constitui a fatia mais representativa na amostra, guindando-se aos 54,7%, sendo sucedido por uma parcela mais periférica de 19,8% trabalhadores por conta de outrem, que apesar de já haverem superado a barreira dos 55 anos, permanecem em actividade.

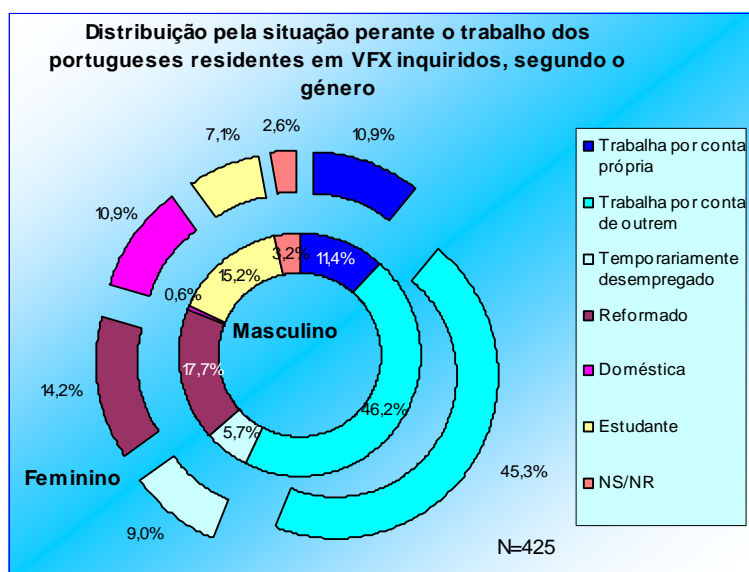
A falange etária mais jovem congrega a totalidade dos estudantes, que corporizam 27,6% dos inquiridos entre os 18 e os 34 anos e os trabalhadores por conta própria residentes no Concelho situam-se sobretudo ao nível da “meia idade”, saldando-se em 13,7% dos inquiridos neste universo. Já no relativo ao grupo das domésticas, o núcleo mais significativo centra-se no intervalo etário acima dos 55 anos, o que indicia a anterior tendência para a remissão do género feminino para o limbo matriarcal dos labores domésticos e familiares ou para actividades com índices reduzidos de qualificação.

Por seu turno, o desemprego, ainda que temporário e com índices pouco assinaláveis no cômputo global da amostra, afigura-se um fenómeno transversal aos três escalões etários cotejados, mas com maior incisão nas esferas de população em idade laboral activa, afectando 10,3% dos inquiridos jovens e 8,8% do maciço respondente de “meia idade”.



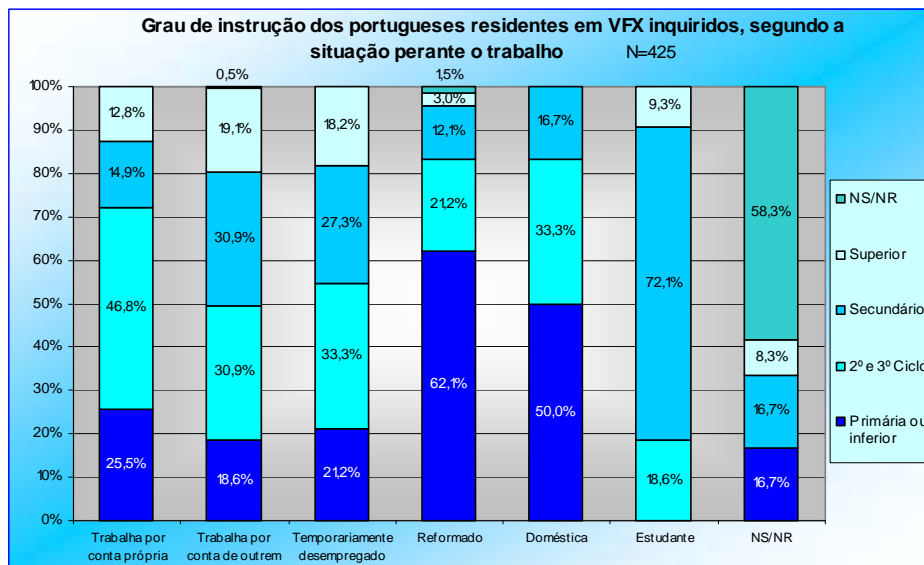
O universo de inquirição dos portugueses residentes em Vila Franca de Xira apresenta uma variação significativa de género, consubstanciando 62,8% de efectivos de género feminino para 37,2% de género masculino. Deste modo, a distribuição deste maciço de indivíduos por condição laboral evidencia uma simetria correlacional face a estes dados, na medida em 61,7% dos trabalhadores por conta própria inquiridos e 62,4% dos trabalhadores por conta de outrem são mulheres.

No concernente à esfera do desemprego, a clivagem em relação ao sexo masculino alarga-se ainda mais, com 72,7% de mulheres, prefigurando o género feminino como alvo mais vulnerável a conjunturas de desemprego, ainda que temporário; em relação ao grupo das domésticas, o fosso torna-se abismal: apenas 3,3% dos entrevistados masculinos se inseriram nesta categoria ocupacional, tradicionalmente desempenhada por efectivos de género feminino.



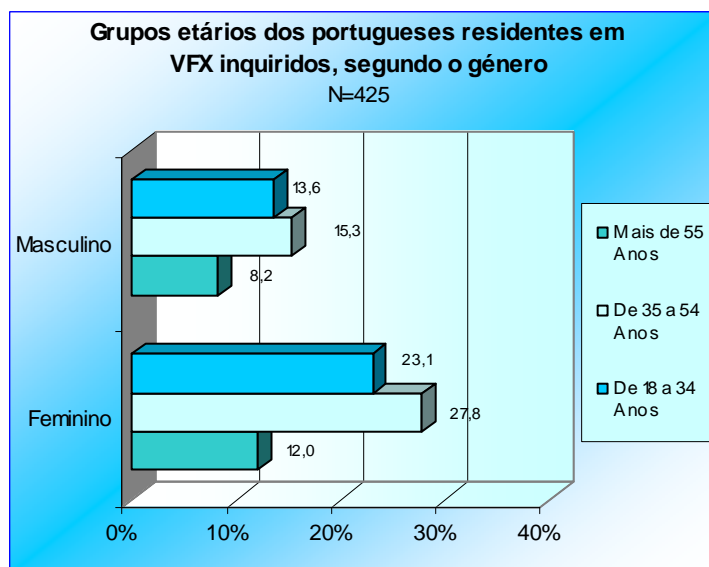
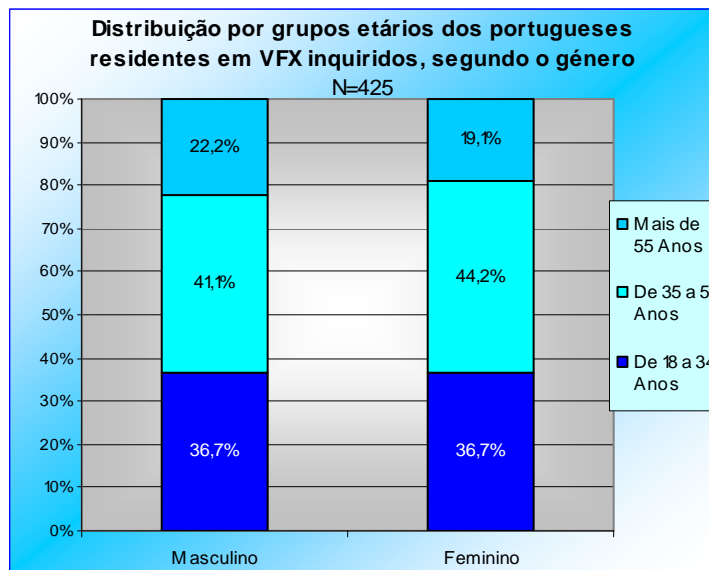
Apesar do universo populacional aferido na análise apresentar uma fragmentação substancial ao nível do género, que patenteia uma presença na amostra de 1/3 dos efectivos masculinos para cerca de 2/3 de femininos, a distribuição dos sexos por situação laboral configura uma proporcionalidade endémica elucidativa da arquitectura ocupacional dos portugueses residentes no Concelho de Vila Franca de Xira.

Desta feita, o flanco maioritário dos efectivos masculinos entrevistados (46,2%) exerce funções laborais por conta de outrem, sendo sucedido por 17,7% de reformados e 15,2% de estudantes, os grupos mais representativos na esfera de inquirição masculina. No concernente ao género feminino, a cifra das trabalhadoras por conta de outrem é também dominante, traduzindo-se em 45,3% das respondentes, seguida dos contingentes atomizados de mulheres reformadas (14,2%), trabalhadoras por conta própria (10,9%), domésticas (10,9%) e estudantes (7,1%), com uma presença que ascende a cerca de metade do todo feminino inquirido.



Analisando a distribuição do grau de instrução dos inquiridos em imbricação com a variável da situação perante o trabalho, são detectáveis alinhamentos dissemelhantes em cada categoria. O índice médio de habilitações literárias da população activa inquirida focaliza-se na conclusão do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, uma formação média ao nível da escolaridade obrigatória (que transitou nos anos 90 do 6º para o 9º ano de escolaridade) ou do anterior 5º ano do Liceu, que permitia outrora às gerações desempenhar uma profissão já semi-qualificada: 46,8% dos trabalhadores por conta própria, 30,9% dos trabalhadores por conta de outrem e 33,3% dos efectivos desempregados concluíram o seu percurso académico ao completarem o Ensino Básico.

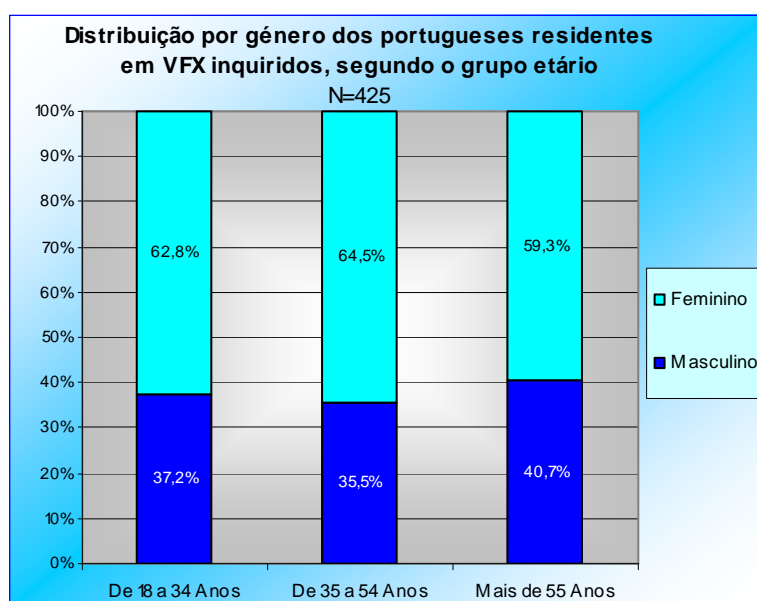
Já no que aos inactivos diz respeito, os graus de formação afiguram-se mais heterogéneos: 62,1% dos indivíduos reformados apenas possuem estudos Primários ou inferior, factor que testemunha o abandono escolar precoce a que as populações idosas estavam obrigadas na juventude e o imperativo do ingresso antecipado no mercado de trabalho de modo a co-suportar as despesas do agregado familiar; situação análoga se verifica no campo das domésticas, sendo que 50% dos inquiridos neste núcleo apenas detêm formação escolar rudimentar, facto que se prenderá com o anterior cerceamento do prosseguimento de estudos às mulheres, e à sua consequente preparação para a ocupação de uma posição meramente matriarcal e periférica na sociedade; contudo, o grupo dos estudantes aponta para a inversão desta lógica no âmago das gerações vindouras: 72,1% dos inquiridos concluíram o Ensino Secundário e 9,3% enveredaram pela frequência do Ensino Superior.



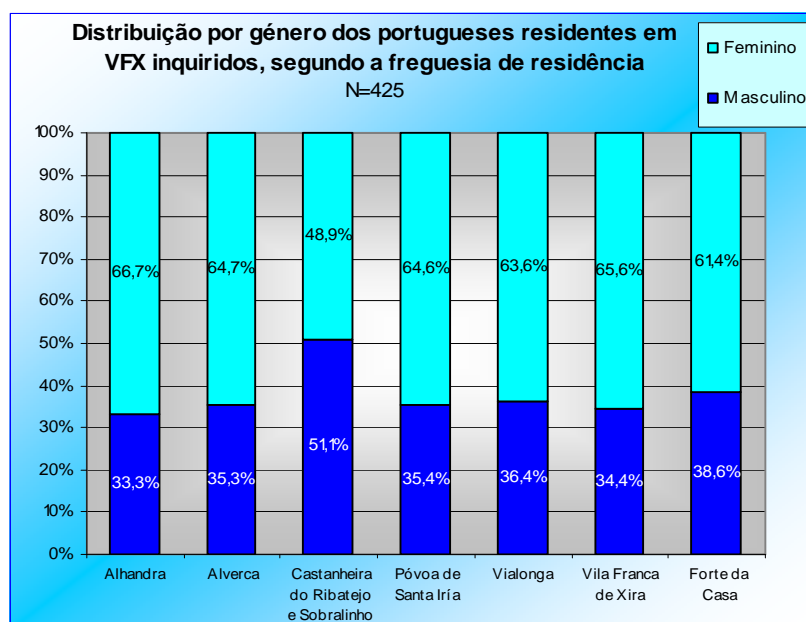
Perante o cruzamento estatístico das variáveis idade e género, é confirmada a preponderância na amostra do maciço populacional compreendido no intervalo dos 35 a 54 anos, relativa a uma percentagem de 41,1% de inquiridos de sexo masculino, e de 44,2% de género feminino. Nas classes etárias mais jovens, evidencia-se uma absoluta simetria entre os dois géneros na amostra, sendo que existe uma incidência simultânea de 36,7% de homens e mulheres no escalão etário dos 18 a 34 anos. A fatia de população Vila-franquense mais envelhecida, em consonância com os indicadores já analisados e com extracções dos Censos 2001, remanesce a menos representada com 22,2% de entrevistados masculinos e 19,1% femininos.

Na integralidade do universo dissecado pela análise estatística, a incidência dos inquiridos recaiu sobretudo nas mulheres Vila-franquenses abarcadas nas faixas etárias dos 35 aos 54 e dos 18 aos 34 anos, constituindo respectivamente 27,8% e 23,1% da amostra. A presença do

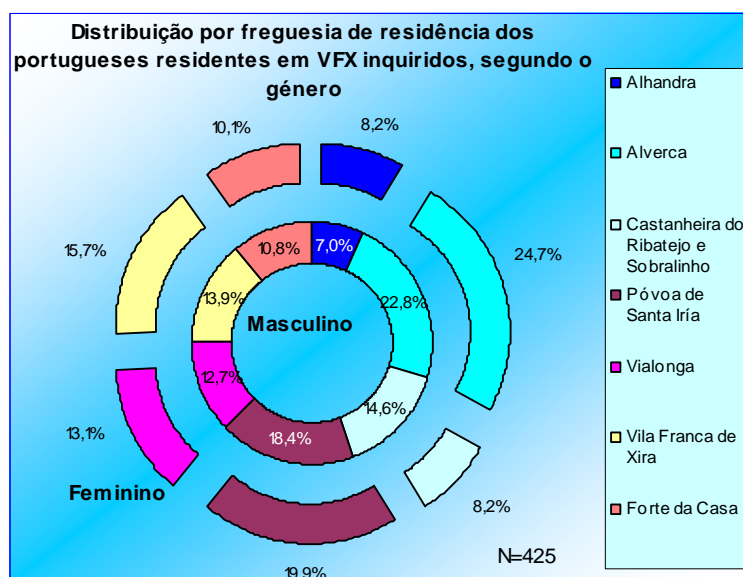
contingente masculino na amostra denota nuances de menor peso relativo, sendo que os mesmos intervalos de idade inquiridos constituem 15,3% e 13, 6% do todo de inquirição.



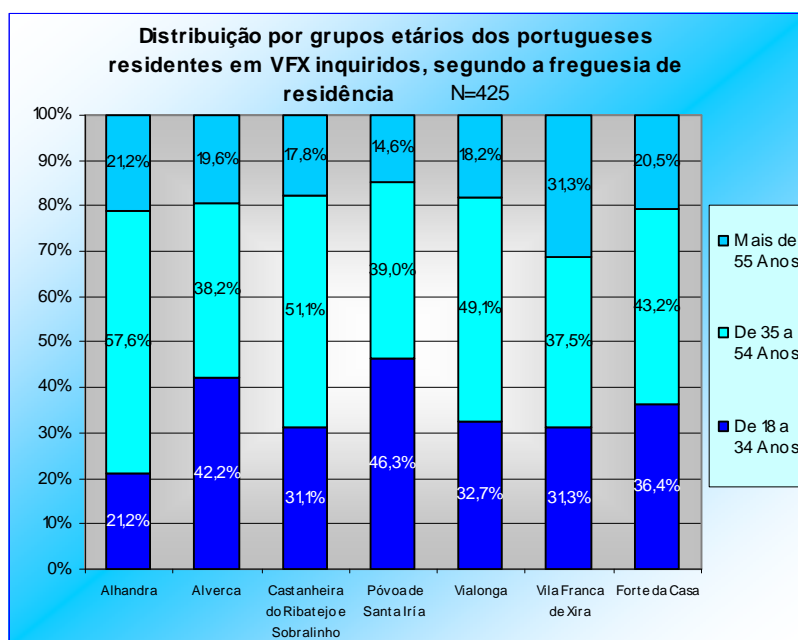
No cômputo de uma subdivisão por género dos grupos etários em que se agrupa a amostra de munícipes inquiridos, é testemunhado o peso significativo dos efectivos femininos, representando uma fracção de cerca de 2/3 do universo objecto do Estudo na globalidade das faixas etárias: no âmbito da população de 18 a 34 anos entrevistada, 62,8% dos visados na amostra são de género feminino para 37,2% de efectivos masculinos, e na faixa etária sucedânea, que configura a “meia idade”, a clivagem tende a agudizar-se, com 64,5% indivíduos de sexo feminino “contra” 35,5% de género masculino. Nos intervalos etários de idade mais provecta, apesar da disparidade entre géneros ser concomitante, a sua presença relativa apresenta uma maior nivelção, consubstanciando 59,3% de mulheres e 40,7% de homens.



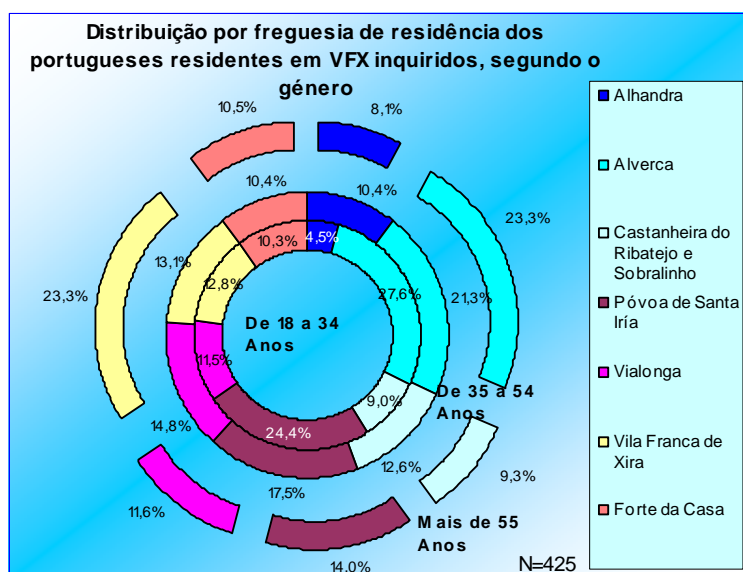
No grosso das freguesias do Concelho de Vila Franca de Xira observadas, em medida análoga ao já verificado, adquire expressão proeminente o género feminino em relação ao masculino; a excepção a esta norma focaliza-se na agregação de Castanheira do Ribatejo e Sobralinho, que regista um predomínio da população masculina, corporizada em 51,1% dos inquiridos. A distribuição verificada, bebendo no desequilíbrio relativo da amostra inquirida, não se afigura congénere ao registo de efectivos no Concelho dos Censos 2001, que apresenta uma clara simetria entre géneros na globalidade das freguesias de Vila Franca de Xira. No quadro das restantes freguesias, a presença dos elementos femininos é esmagadora, suplantando o limiar dos 60%. As freguesias de Alhandra, Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria, Vialonga, Vila Franca de Xira e Forte da Casa são os casos mais flagrantes da clivagem na amostra, que sugere a eventual presença maioritária da população feminina no local de residência em horário de implementação dos inquéritos telefónicos ou uma mais elevada predisposição para a resposta aos mesmos.



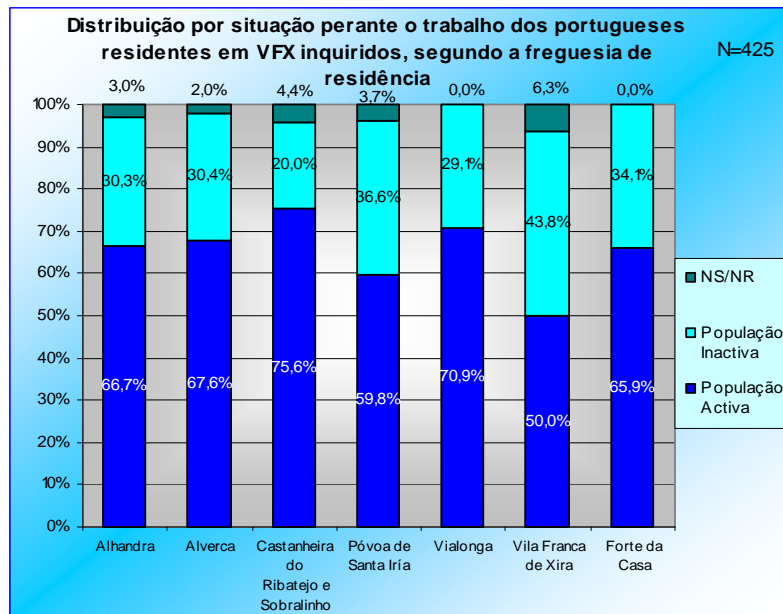
No que concerne à distribuição por freguesia de residência do universo de inquirição, segundo a partição por género, e vislumbrável o primado dos efectivos femininos e masculinos de Alverca do Ribatejo na amostra considerada, representando respectivamente 22,8% e 24,7% da população inquirida. No atinente à parcela de inquiridos masculinos, as freguesias de Póvoa de Santa Iria (18,4%) e Castanheira do Ribatejo e Sobralinho (14,6%) assumem um protagonismo acrescido em detrimento de Forte da Casa ou Alhandra, com uns irrisórios 10,8% e 7,0% de presença na amostra. Já no que concerne às fileiras femininas do Concelho as percentagens reflectem uma relativa analogia com as anteriores: Póvoa de Santa Iria continua a ser preponderante, comportando 19,9% das mulheres inquiridas, seguida por Vila Franca de Xira, cujos elementos femininos constituem 15,7% do universo de inquirição feminino. Os números mais residuais são apresentados por Alhandra e Castanheira do Ribatejo e Sobralinho, ambas com 8,2 pontos percentuais, que indiciam a fraca presença do flanco feminino destas freguesias na globalidade da amostra.



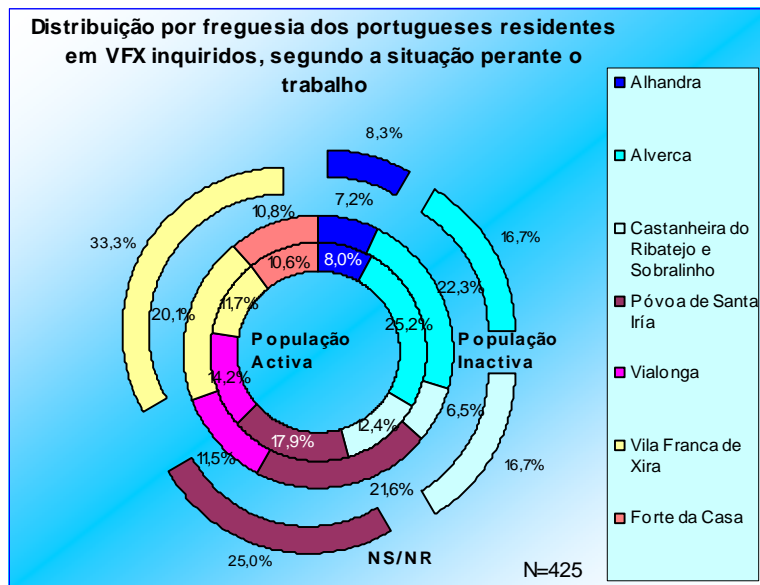
Analisando a correlação dos grupos etários da população moradora em Vila Franca de Xira com as freguesias de residência, identifica-se em Alverca do Ribatejo e Póvoa de Santa Iria a percentagem mais elevada de jovens, com 42,2% e 46,3% de inquiridos com idades entre os 18 e os 34 anos. À luz desta taxinomia, o contributo de população jovem de Alhandra para o universo de análise foi o menos significativo, com uns residuais 21,2% de efectivos; todavia, esta freguesia emerge no cômputo global de inquirição como a mais populosa no intervalo etário dos 35 aos 54 anos, constituindo esta parcela 57,6% da totalidade de Alhandrenses entrevistados. A faixa etária de “meia idade” é também substantivamente numerosa no que concerne às freguesias de Castanheira do Ribatejo e Sobralinho, com 51,1%, Vialonga, com 49,1% e Forte da Casa, com 43,2%, conjuntura que prefigura a tendência progressiva de envelhecimento populacional nesta área do Concelho. As freguesias com as fatias de população com idade mais avançada na amostra em estudo são Vila Franca de Xira, que apresenta uma taxa de 31,3%, algo significativa no todo de inquirição, bem como Alhandra (21,2%), Forte da Casa (20,5%) e Alverca do Ribatejo (19,6%), cujo contingente de população idosa presente no universo inquirido se afigura superior aos registos censitários de 2001, que atribuem às faixas etárias mais idosas apenas cerca de 1/10 da população total do Concelho de Vila Franca de Xira.



O escalão etário compreendido entre os 18 e os 34 anos assume uma presença mais ampla nas freguesias de Alverca do Ribatejo, cifrando-se em 27,6% e de Póvoa de Santa Iria, que abarca 24,4% da população jovem inquirida. Tais factores prendem-se com o crescimento do tecido urbano nestas áreas no contexto do Concelho e na procura recrudescente dos núcleos habitacionais nas freguesias na orla do rio Tejo e na periferia do Concelho de Lisboa pelos segmentos populacionais mais jovens. No tocante à fracção de “meia idade”, a atomização por freguesias configura os mesmos padrões: a freguesia de Alverca do Ribatejo é a mais representada neste escalão, com valores percentuais que se saldaram nos 21,3%; atomização deste grupo etário nas restantes freguesias consagra-se mais equitativa, com índices situados entre os 10,4% de Alhandra e Forte da Casa e os 17,5% de Póvoa de Santa Iria. A população com idades acima dos 55 anos inquirida concentra-se fundamentalmente nas freguesias de Vila Franca de Xira e de Alverca do Ribatejo, consubstanciando cada uma 23,3% da amostra respondente.



O alinhamento de variáveis detectado através da correlação entre as freguesias do Concelho congregadas pelo presente Estudo e a situação perante o trabalho configura uma homogeneidade nas percentagens de população activa e inactiva nas diferentes áreas concelhias. Deste modo, a mole de população activa, ainda que temporariamente desempregada, ocupa cerca de 2/3 da amostra inquirida, resultante da inflexão dos questionários sobretudo nas camadas mais jovens e de “meia-idade”, no auge do seu potencial laboral. Na agregação das freguesias de Castanheira do Ribatejo e Sobralinho, a assimetria torna-se manifesta com 75,6% de efectivos activos contra um contingente de 20,0% de inactivos; situação análoga estende-se às restantes freguesias, de que são exemplos mais paradigmáticos Vialonga, Alverca do Ribatejo e Alhandra, com valores que ultrapassam os 66% de activos e cifras de população inactiva que apenas ascendem à casa dos 30%.



O maciço de população activa adquire uma expressão mais exponencial nas freguesias de Alverca do Ribatejo, com 25,2% dos inquiridos e de Póvoa de Santa Iria, com uma cifra de 17,9% no contexto da amostragem trabalhada. Já o acervo de inactivos entronca também numa distribuição análoga, com uma incidência de 22,3% dos respondentes em Alverca do Ribatejo, 21,6% em Póvoa de Santa Iria e 20,1% em Vila Franca de Xira, por sinal as freguesias com maior representatividade no universo total de inquirição.

2.2 - Caracterização da Amostra de Imigrantes Inquiridos

O inquérito presencial aplicado à população imigrante no Concelho de Vila Franca de Xira foi direccionado para um universo de partida de 576 respondentes de ambos os géneros, maiores de idade estabelecidos nas freguesias de Alhandra, Alverca do Ribatejo, Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria, Vialonga, Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo e Sobralinho. As duas últimas, áreas de cariz eminentemente urbano e com contornos demográficos análogos, foram aglutinadas no todo em análise, com vista à constituição de um segmento fidedigno da realidade concelhia e uma amostra com acuidade sistemática no contexto da abordagem empírica realizada.

O h́mus de amostragem das comunidades imigrantes estabelecidas no Concelho de Vila Franca de Xira, determinado aleatoriamente, perfila-se estratificado numa constelação de variáveis tais como o género, os grupos etários (18/34, 35/54 e 55+), a freguesia de permanência ou residência e a nacionalidade/origem territorial dos respondentes (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, Moldávia, Roménia, Rússia, S. Tomé e Príncipe, Ucrânia e Outros). Todavia, estas directrizes serão articuladas com outros parâmetros de caracterização deste universo de inquirição, consubstanciados no índice de habilitações literárias (Analfabeto, Sabe Ler e Escrever, 4ª classe, 2º Ciclo do Ensino Básico, 9º Ano ou 3º Ciclo do Ensino Básico, 12º Ano ou Ensino Secundário e Ensino Superior), no estado civil do respondente (Solteiro, Casado, União de Facto, Divorciado e Viúvo), na miríade de meios de subsistência adoptados, ramificados em 11 variantes (Trabalho, Subsídio de Desemprego, Rendimentos Próprios, Pensão de Reforma, Pensão de Invalidez, Pensão de Sobrevivência, Pensão Social, Subsídio Eventual, Sustento Familiar, Biscates, Rendimento Ḿnimo Garantido e Outros) ou na incidência de confissão e prática religiosas entre as comunidades estrangeiras inseridas no todo de inquirição.

A versão final dos questionários aplicados presencialmente às comunidades imigrantes, resultante de uma burilagem processada ao longo de diversas sessões de trabalho levadas a efeito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, procurou abranger uma multiplicidade temática transversal e representativa do universo em análise, configurando-se este dispositivo de observação em dimensões sócio-étnicas e sócio-económicas como a percepção do Concelho e do núcleo residencial, a arquitectura de relações étnicas e inter-étnicas, a apropriação da charneira social de radicação, a margem de sensibilização cívica e congregação associativa, o grau de integração laboral e económica, a caracterização dos agregados familiares e a descrição da trajetória imigratória e do referencial de aspirações e desideratos futuros.

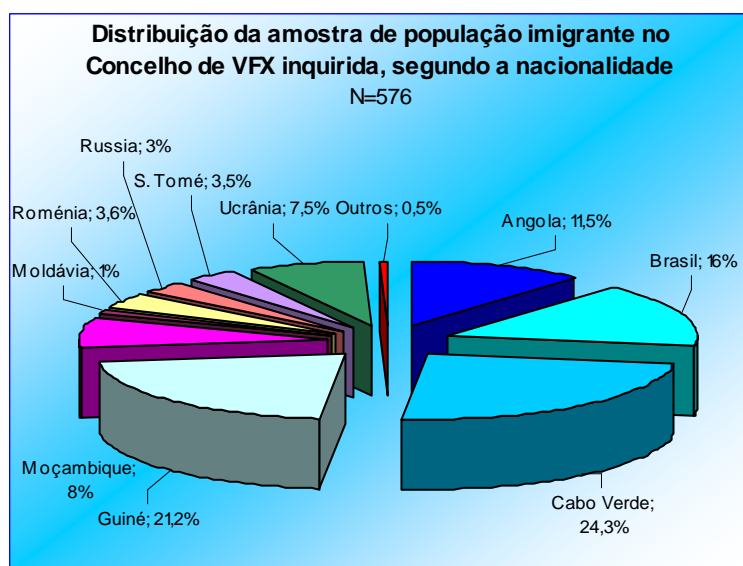
A aplicação efectiva dos questionários no terreno foi precedida da realização de 10 entrevistas de pré-teste, com vista à aferição da pertinência do objecto teórico e à rectificação de variáveis

abordadas ou directrizes de inquirição imprecisas, condição “sine qua non” para a garantia da fiabilidade nos resultados obtidos.

A determinação de uma amostra aleatória estratificada garantiu a exequibilidade do processo aleatório prístino, viabilizando uma representação multidimensional das comunidades imigrantes no universo de inquirição, de forma a evitar situações contraproducentes de sub-representatividade. A análise emergente da bateria de 576 questionários formulados por inquérito presencial, emanou de uma ponderação equidistante dos resultados obtidos e da variabilidade do universo de recolha, radicando num intervalo de confiança de 95% e numa margem de erro máxima de 5,5%.

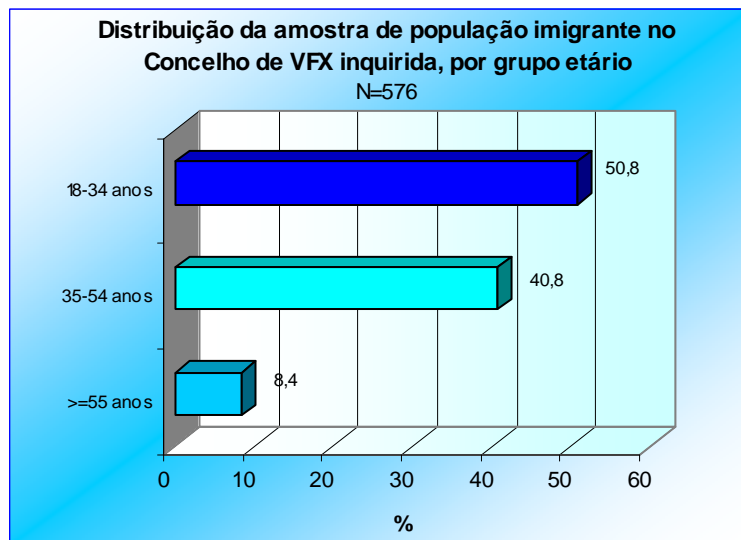
O trabalho de campo decorreu no mês de Dezembro de 2003, abarcando uma equipa de colaboradores regulares da empresa de estudos de mercado Spirituc, devidamente formados para o efeito e supervisionados por um consultor da empresa. O acervo de dados informativos colhidos foi tratado informaticamente e as perguntas abertas foram objecto de codificação para interpretação a posteriori. A prossecução das actividades de campo pela equipa base foi precedida de uma definição apriorística de uma estrutura de parcerias e metodologias de trabalho entre o IED, a Spirituc e instituições e entidades locais que representam ou trabalham com comunidades imigrantes no Município de Vila Franca de Xira, para a delineação de uma rede de contactos locais cooperantes com as equipas técnicas de inquirição que garantissem uma melhor receptividade junto das comunidades alvo dos questionários.

No capítulo de análise preliminar de resultados, foram colmatadas as pechas remanescentes da inserção de dados e a congruência das respostas, tendo sido suprimidos da sistematização final os questionários inconclusivos que evidenciavam excessiva laconia ou insuficiência de informação veiculada pelos inquiridos. Desta feita, foi delineada uma solução de compromisso entre os factores qualidade e quantidade de informação, com vista à optimização do seu potencial de análise multidimensional, configurada não só na observação univariada dos indicadores determinados para cada temática abordada, mas também no cruzamento das diversas variáveis supramencionadas, com vista à maximização da relevância da informação extraída para o Estudo integral elaborado.

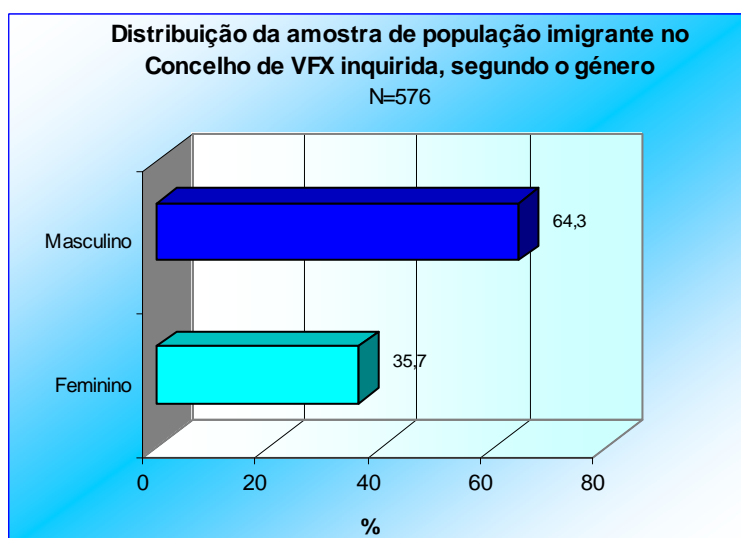


A amostra de população imigrante inquirida no Concelho de Vila Franca de Xira constitui um reflexo fidedigno da espiral imigratória emergente no município nos últimos decénios: as comunidades Africana, Brasileira e do Leste Europeu pontificam no universo de inquirição de 576 respondentes inquiridos. A comunidade Africana, com uma projecção exponencial na Área Metropolitana de Lisboa, subsidiária das diásporas deflagradas com a vaga de descolonização que eclodiu em 1974, assume ainda o primado nas freguesias do Concelho abordadas, com uma repartição pronunciada na amostra: 24,3% dos visados são provenientes de Cabo Verde e 21,2 integram a comunidade Guineense; também no espectro das comunidades oriundas das ex-colónias, 11,5% dos indivíduos auscultados detêm as suas origens em Angola, os naturais de Moçambique cifram-se nos 8% e os São-tomenses, embora com uma presença mais residual, guinam-se a 3,5% da amostra.

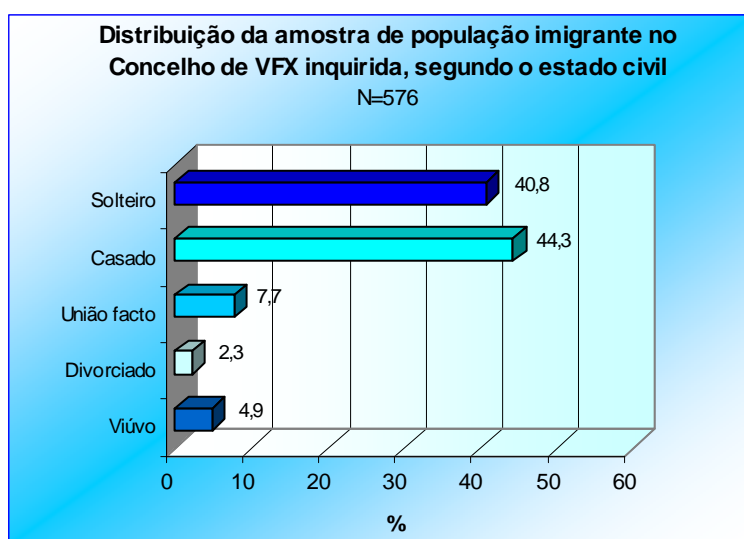
Por outro lado, a década de 90 veio a constituir um húmus pródigo na profusão de novos fluxos imigratórios com génese no Brasil e restante América Latina, bem como nas repúblicas do Leste da Europa. Tal panorâmica identitária, com nuances de um multiculturalismo crescente, adquire também uma expressão significativa no quadro de amostragem perfilado: 16% dos estrangeiros abarcados no Estudo provêm de terras de Vera Cruz e 14,5% integram a comunidade de Leste, corporificada no universo abordado em 7,5% de Ucrânicos, 3,6% de Romanos, 3% de Russos e 1% de Moldavos.



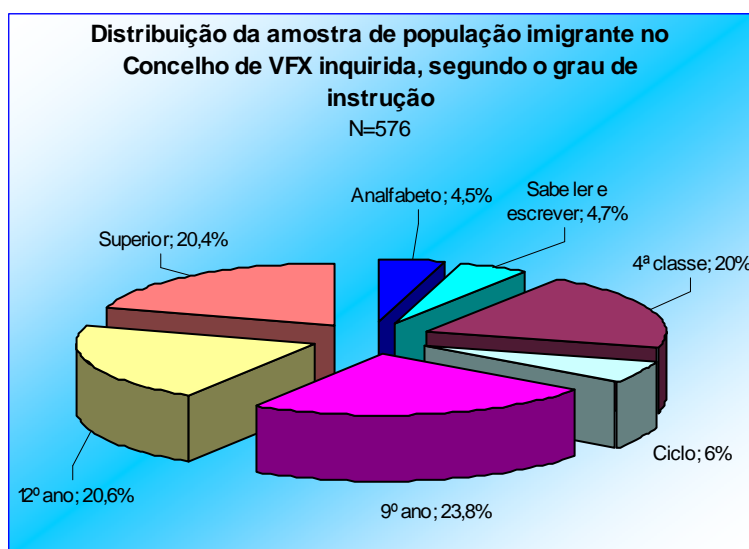
No tocante à fragmentação etária do núcleo de estrangeiros afluído, é discernível uma incidência maioritária das faixas etárias mais jovens no universo de inquirição: 50,8% dos indivíduos interpelados possuem entre 18 a 34 anos. Todavia, a designada “meia idade” constitui também uma fracção numerosa de inquiridos, na qual se contabilizam 40,8% dos efectivos com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. Tal realidade fenomenológica, testemunha a gradativa propensão de mobilização das gerações mais jovens, no zénite do seu potencial laboral para a Europa Ocidental, potencializada pela abertura dos mercados nacionais europeus a uma mão-de-obra acessível e com índices de qualificação elevados. Somente 8,4% dos inquiridos pertence ao intervalo etário posicionado acima dos 55 anos, manifestamente sub-representado no contexto da amostra, situação reflexiva do peso exponencial da população imigrante jovem no Concelho.



Perante a distribuição por género da população imigrante consubstanciada na amostra, as conclusões extrapoladas são taxativas: quase 2/3 (64,3%) dos estrangeiros estabelecidos na edilidade de Vila Franca de Xira são efectivos de sexo masculino, constituindo o género feminino um contraponto algo obnubilado no total da amostra, representado em apenas 35,7% do universo auscultado. Tal relação assimétrica não encontra um paralelismo directo com os dados extraídos dos Censos 2001, que apontam para uma presença estrangeira equitativa de ambos os géneros no Concelho, facto congénere ao já verificado na amostra dos portugueses residentes no Município.



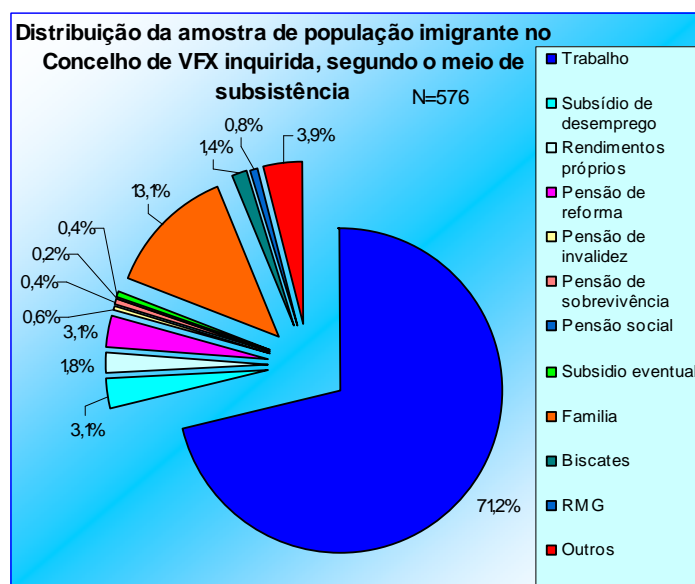
O estado civil dos inquiridos, variável cuja acuidade de análise é transversal a outros indicadores estatísticos, apresenta uma fundamental cisão entre a fatia dos solteiros, que representam 40,8% da amostra, e a dos casados, cuja presença se eleva aos 44,3%. Se o primeiro grupo se encontra inevitavelmente associado à incidência maioritária dos questionários nos escalões etários mais jovens, tendentes à contracção cada vez mais tardia do matrimónio, o segundo apresenta-se correlacionado com a presença também assinalável da “meia idade” na amostra objecto de estudo, composta por indivíduos casados, movidos por imperativos de sustentação económica do seu agregado familiar, muitas vezes ainda radicado no país de origem. Os restantes segmentos balizados pelo estado civil ocupam uma posição mais periférica no todo estudado, personificada por um contingente de 7,7% de indivíduos a viverem em união de facto, 4,9% em situação de viuvez e 2,3% em regime de divórcio.



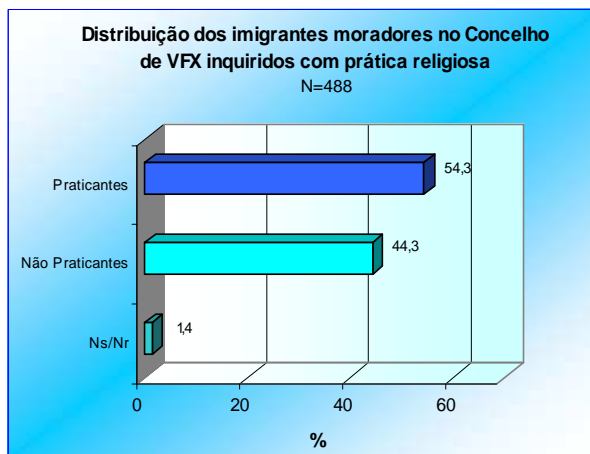
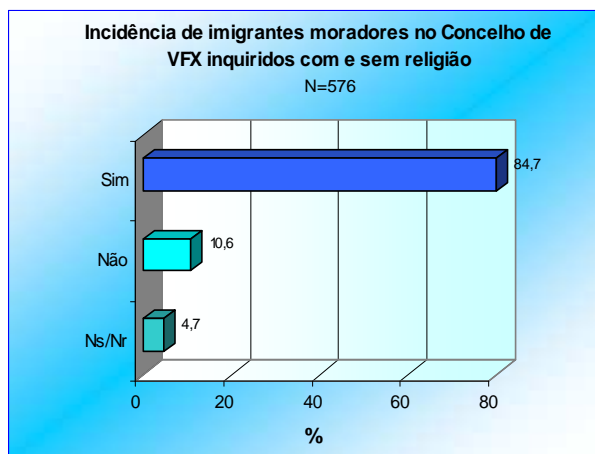
A distribuição segundo o grau de instrução dos inquiridos evidencia uma heterogeneidade sistémica na medida em que as habilitações dos imigrantes se pautam por diversos níveis académicos. Desta feita, o índice médio de formação da maioria dos respondentes (23,8%) assenta fundamentalmente na conclusão do 9º ano, na maioria dos países de origem equivalentes à escolaridade mínima obrigatória.

Todavia, com valores análogos e não muito inferiores, o Ensino Secundário, que granjeia 20,6% dos inquiridos e o Ensino Superior, com 20,4% afiguram-se um indício dos avultados índices de qualificação, principalmente dos efectivos de Leste que se estabelecem em Portugal, embora normalmente remetidos para actividade pouco especializadas, em conjunturas de empregabilidade precária. No encaço dos segmentos anteriores encontra-se também a faixa da “4ª Classe”, com uns não despidentes 20% da amostra respondente.

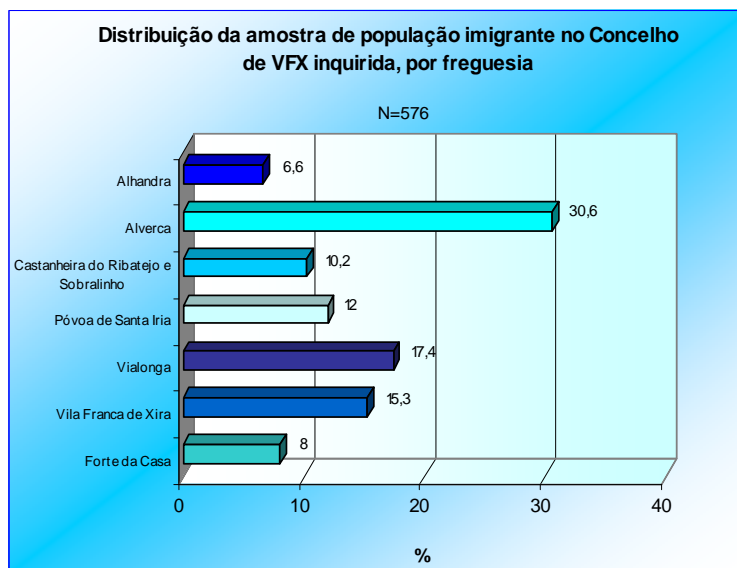
O facto das falanges de efectivos estrangeiros analfabetos e com estudos inferiores aos Primários não ultrapassarem respectivamente os 4,5% e os 4,7% traduz também um fidedigno indicador dos níveis habilitacionais razoáveis atingidos pelas comunidades minoritárias nos países de origem e a gradativa tendência para o prosseguimento de estudos ou aquisição de formação complementar pelos imigrantes no país de acolhimento.



O afloramento dos meios de subsistência que caracterizam os imigrantes entrevistados não deixa margem à emancipação de dúvidas substanciais: o maciço dos respondentes, cifrado em 71,2% afirma possuir um contrato de trabalho vinculativo no Concelho, situação “sine qua non” para a atribuição de autorizações de permanência pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, facto que ainda que não correspondendo na íntegra à realidade, se afigura um subterfúgio óbvio para os membros de comunidades estrangeiras cuja situação não se encontra regularizada, e que como tal, se apresentam mais renitentes em ventilar a sua situação legal em resposta ao questionário presencial aplicado. Neste contexto, apenas 13,1% dos inquiridos asseveram manter-se em Portugal custeados pela família, percentagem que ainda que reduzida, encontra uma ressonância significativa no universo global auscultado. As outras situações referenciadas merecem um enfoque mínimo no somatório de respostas, destacando-se apenas no conjunto de inquirição os efectivos a receberem actualmente subsídio de desemprego (3,1%), a auferirem uma pensão de reforma (3,1%) ou a viverem em condições que não as especificadas no inquérito formulado (3,9%).

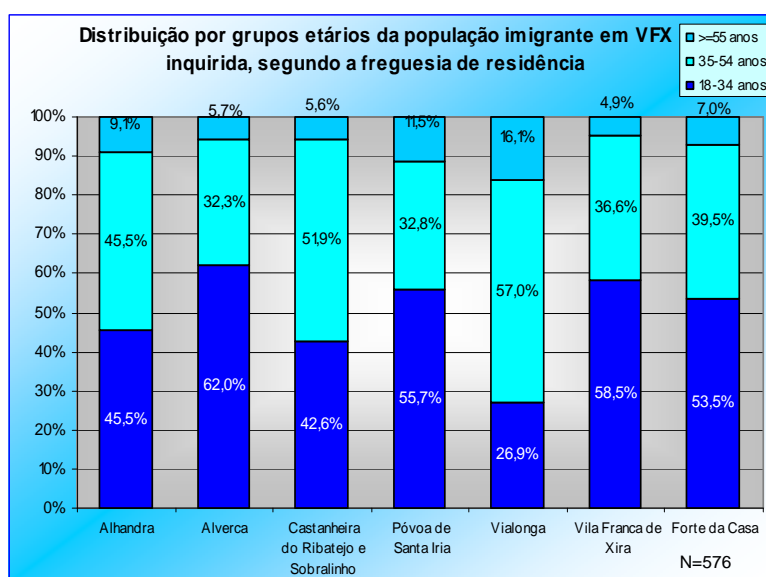


No que concerne à profissão religiosa das comunidades abordadas, é inequívoca a incidência no universo de inquirição de uma maioria absoluta de estrangeiros (84,7%) que afirmam perfilharem uma qualquer confissão religiosa ainda que não a praticando, em antagonismo a uma fatia de 10,6% sem religião declarada. Todavia, a prática de culto religioso já constitui uma variável que divide substancial e quase equitativamente os imigrantes respondentes, apesar da assiduidade no culto religioso ser confirmada por 54,3% da amostra, percentagem ligeiramente superior aos 44,3% de entrevistados, que afiançam identificar-se com algum credo, mas não o praticarem com regularidade.



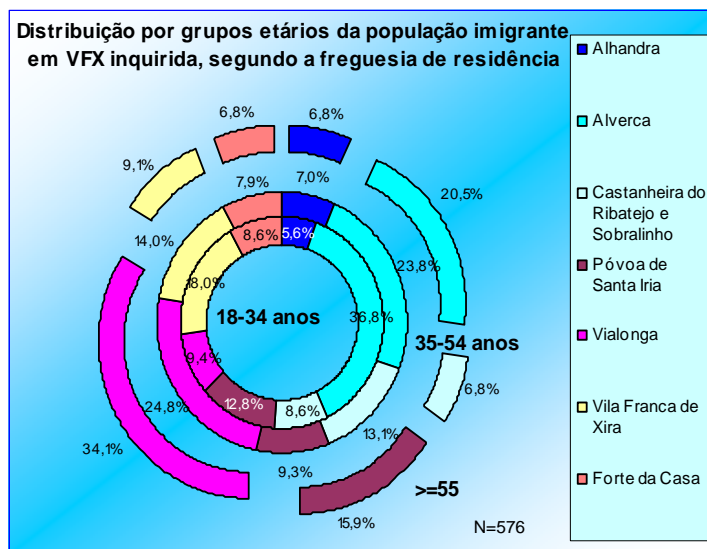
A distribuição da amostra pelas freguesias do Concelho circunscritas pelo universo em Estudo prefigura uma variação algo pronunciada mas quase integralmente consentânea com a dispersão já registada pela amostra de portugueses inquiridos. Desta feita, Alverca do Ribatejo, a freguesia

mais populosa do Concelho de Vila Franca de Xira, contabiliza 30,6% dos estrangeiros auscultados, sucedida pelas freguesias de Vialonga e Vila Franca de Xira, cujos respondentes se guindam respectivamente aos 17,4 e aos 15,3 pontos percentuais. Em antítese, o peso relativo menos significativo na amostra de estrangeiros fixados no Concelho pertence às freguesias de Forte da Casa, com 8% e Alhandra, que totaliza 6,6% dos inquiridos, valores em concomitância com os resultados extraídos dos Censos 2001 no atinente à presença estrangeira mais reduzida nestas áreas.



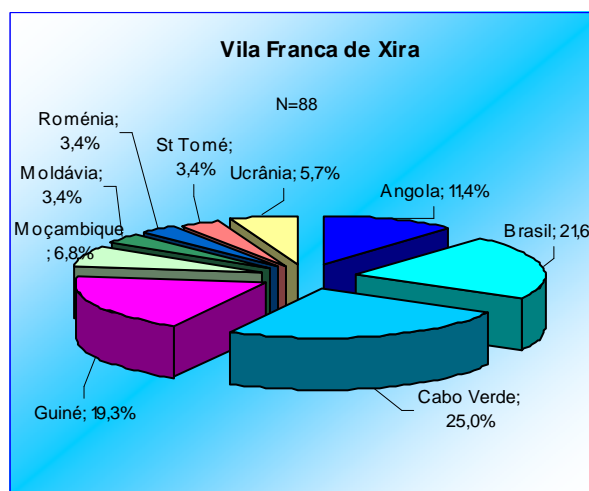
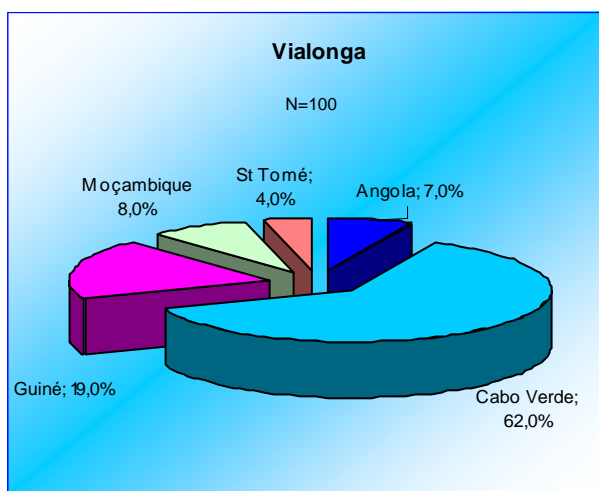
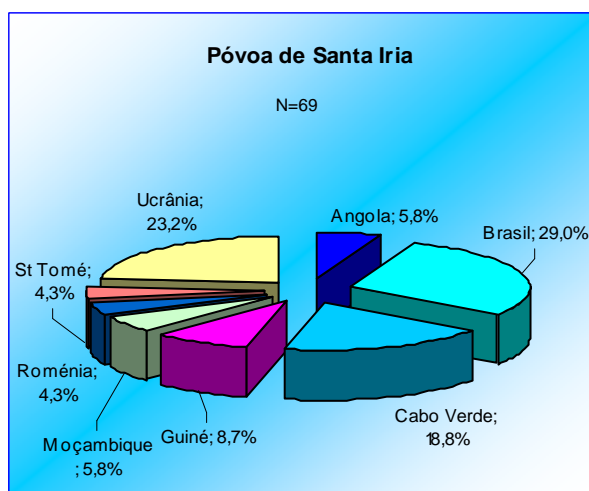
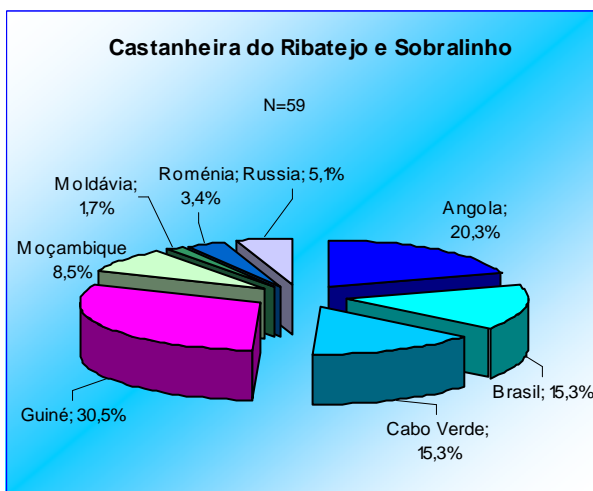
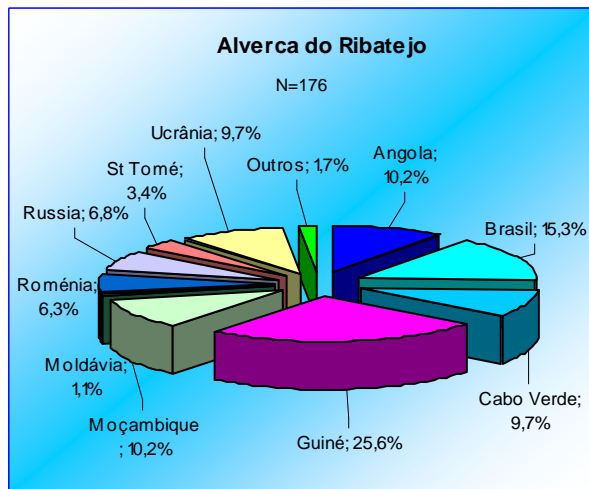
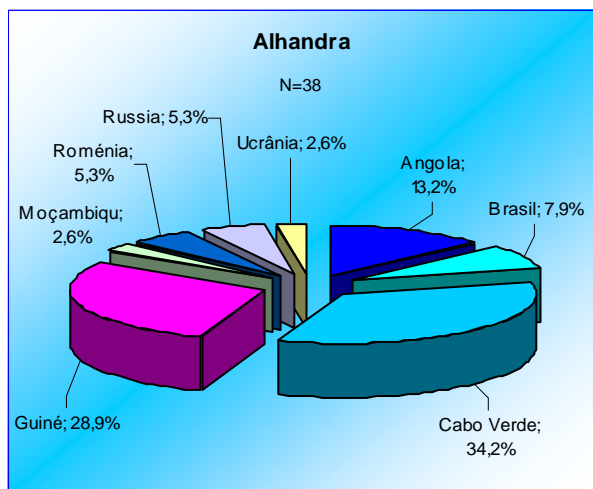
O cruzamento bidimensional de grupos etários com as várias freguesias de estabelecimento das comunidades imigrantes no Concelho aponta para uma gravitação reduzida de efectivos entre as classes etárias jovem e de “meia idade”, mas com um predomínio sobranceiro face à fatia percentual de população estrangeira idosa. Nesta linha de raciocínio, o contributo mais acentuado de população jovem para o universo de inquirição proveio dos estrangeiros fixados em Alverca do Ribatejo com 62,0% de efectivos presentes no intervalo etário dos 18 aos 34 anos, freguesia que consequentemente regista a menor fatia percentual de respondentes de “meia idade”, cifrados em apenas 32,3%. Todavia, outras freguesias há cuja presença de imigrantes jovens ultrapassa a metade do universo de inquirição: em Póvoa de Santa Iria (55,7%), Vila Franca de Xira (58,5%) e Forte da Casa (53,5%), o somatório de inquiridos entre os 18 e os 34 anos alcança cifras apreciáveis, com repercussão no segmento imediatamente sucedâneo, que abarca, grosso modo, 1/3 do todo de inquiridos. A tónica de excepção assenta na freguesia de Vialonga, em que os estrangeiros jovens inquiridos ficaram aquém dos valores médios globais: apenas 26,9% da população contabilizada pela amostragem integram os escalões jovens, contra uma maioria

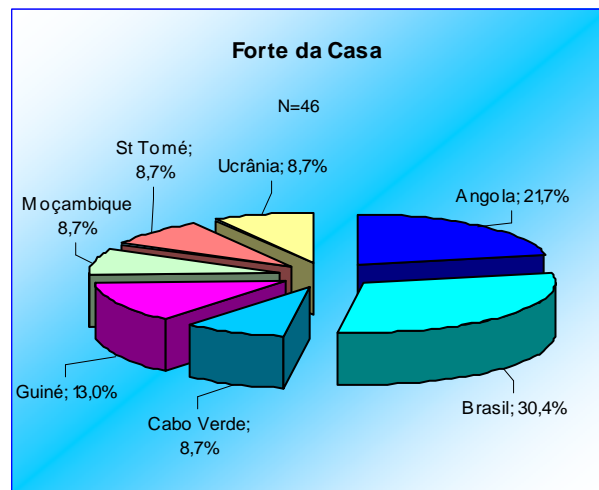
absoluta 57,0% de respondentes com idades delimitadas entre os 35 e os 54 anos. A este nível, Vialonga apresenta mesmo o perfil mais idiossincrático, na medida em que é a única freguesia com uma taxa de estrangeiros idosos mais acentuada (16,1%), sucedida por Póvoa de Santa Iria, com uma percentagem de população estrangeira abordada de 11,5%.



O grupo etário dos 18 aos 34 anos assume uma preponderância mais ampla na freguesia de Alverca de Ribatejo, congregando 36,8% dos imigrantes inquiridos; Vila Franca de Xira apresenta valores substantivos de 18,0% enquanto as restantes freguesias representadas se pautam pela exiguidade percentual, com saldos marginais que oscilam entre os 5,6% de Vila Franca de Xira e os 12,8% de Póvoa de Santa Iria. Já no capítulo do contingente etário ulterior, a atomização é também assimétrica sendo que os estrangeiros com idades entre os 35 e os 54 anos se concentram sobretudo nas freguesias de Vialonga (24,8%) e Alverca do Ribatejo (23,8%). Estas freguesias mantêm a proeminência do que à colheita de inquiridos junto das comunidades mais velhas diz respeito, sendo que 34,1%, 20,5% e 15,9% da amostra de imigrantes com mais de 55 anos se encontram respectivamente nas freguesias de Vialonga, Alverca do Ribatejo e Póvoa de Santa Iria.

Distribuição por nacionalidades da população imigrante inquirida, segundo a freguesia de residência





Particularizando a distribuição das nacionalidades que despontam em cada freguesia, torna-se apodíctico o primado dos membros do PALOP na amostra inquirida, prefigurando uma absoluta relevância na quadratura sócio-étnica do Concelho de Vila Franca de Xira. A tal facto não será contudo alheia uma maior predisposição para a resposta aos questionários presenciais por parte destas comunidades, na sua maioria edificadas por imigrantes de primeira geração, moradores legalmente estabelecidos no Concelho, do que pela comunidade de Leste, por natureza mais arredia a esta tipologia de abordagem devido a óbices linguísticos e culturais e muitas vezes a situações de clandestinidade encapotadas por posturas auto-centradas ou isolacionistas.

Desta feita, a comunidade proeminente na amostra colhida em Alhandra é constituída por naturais de Cabo Verde, presença de monta espelhada em 34,2% do universo de inquirição e sucedida pelos naturais da Guiné, avultada num total de 28,9%. Na mesma senda de abordagem, também Angola e Brasil estão amplamente representados, com fatias percentuais respectivas de 13,2% e 7,9%, e no seu encaço encontra-se então as fracções do Leste Europeu, nomeadamente Ucrânia, Rússia e Roménia, bem como Moçambique cuja assiduidade na amostra se torna mais periférica, situando-se entre 2,6% e os 5,3%.

A amostra extraída da freguesia de Alverca do Ribatejo assume uma compleição sobejamente pluriétnica, consignando uma maior heterogeneidade e uma distribuição substantivamente equitativa no húmus de nacionalidades. Deste modo, a comunidade oriunda da Guiné congrega 25,6% do todo inquirido, imediatamente seguida da presença Brasileira, que avulta em 15,3% da amostra na freguesia. No mesmo patamar de importância encontram-se as comunidades Moçambicana e Angolana, cada uma representando um segmento de 10,2% de inquiridos e tanto os originários de Cabo Verde como da Ucrânia emergem nesta distribuição com 9,7% de presença na amostra. As restantes comunidades de Leste, S. Tomé e Príncipe e outras nacionalidades não

especificadas recolhem as restantes cifras percentuais, situando-se entre os 1,1% da Moldávia e os 6,8% da Rússia.

As comunidades oriundas dos PALOP e do Brasil assumem também uma particular relevância nas freguesias de Castanheira do Ribatejo e Sobralinho: a Guiné prepondera sobre os restantes países, granjeando 30,5% da amostra, Angola ocupa a posição seguinte, com 20,3% dos inquiridos as comunidades Cabo-verdiana e Brasileira integram também esta “ranking” da amostra, cada uma com 15,3%. Numa posição mais periférica encontram-se algumas comunidades de Leste e Moçambique, cujos valores residuais se enquadram entre 1,7% e os 8,5%.

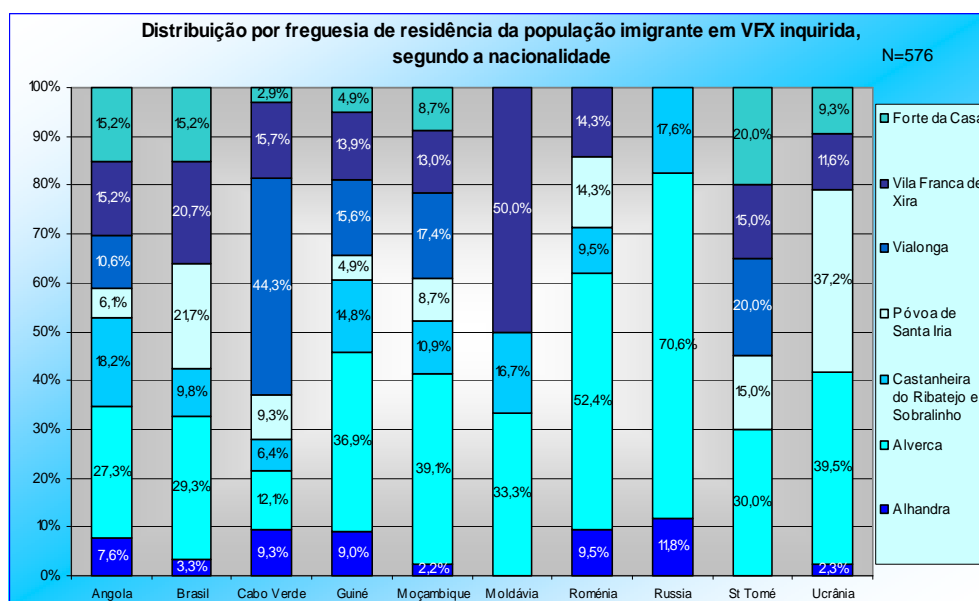
Na Póvoa de Santa Iria, as dinâmicas socio-étnicas assumem uma perfilagem algo dissemelhante das anteriores: os oriundos do Brasil e da Ucrânia ocupam uma posição cimeira no quadro da amostra, em detrimento dos PALOP, mais obnubilados. Assim, a comunidade Brasileira residente na freguesia ascende a 29,0% da amostra e o contingente imigrante da Ucrânia guinda-se aos 23,2%. Cabo Verde não ocupa todavia uma posição despiciente na amostra, com 18,8% de respondentes e o restante universo de inquirição encontra-se pulverizado entre S. Tomé e Príncipe e Roménia, Moçambique e Guiné, com valores compreendidos entre 4,3% e os 8,7%.

Por sua vez, o espectro de abordagem na freguesia de Vialonga circunscreveu-se aos efectivos oriundos dos PALOP: Cabo Verde constitui uma fatia esmagadora de 62,0% dos inquiridos, os Guineenses ocupam 19,0% da amostra e Moçambique, Angola e S. Tomé e Príncipe ficaram-se respectivamente pelos 8,0%, 7,0% e 4,0%. Com efeito, tal enquadramento alinha pelo diapasão dos Censos 2001, que enfatizam a freguesia de Vialonga como a segunda mais povoada por estrangeiros e a área de concentração mais elevada de comunidades dos PALOP.

A amostra colhida na freguesia de Vila Franca de Xira também apresenta uma configuração multinacional, com uma distribuição comunitária amplamente heterogénea. O maciço Cabo-verdiano ascende aos 25,0% de inquiridos sucedido pela comunidade Brasileira que abrange uma população de 21,6%. As comunidades Guineense e Angolana compreendem respectivamente segmentos de 19,3% e 11,4% dos entrevistados, e a margem restante subdivide-se entre as comunidades de Leste, S. Tomé e Moçambique, com saldos consubstanciados entre os 3,4% e os 6,8%.

Por último, Forte da Casa reúne a maior percentagem de Brasileiros inquiridos, na ordem dos 30,4%, mas Angola ocupa a segunda posição na amostra com 21,7% de visados. A Guiné apresenta uma fatia percentual de 13,0% e as restantes comunidades presente neste universo, a

saber, a São-tomense, a Cabo-verdiana, a Moçambicana e a Ucraniana, atingem cada uma, os 8,7%.



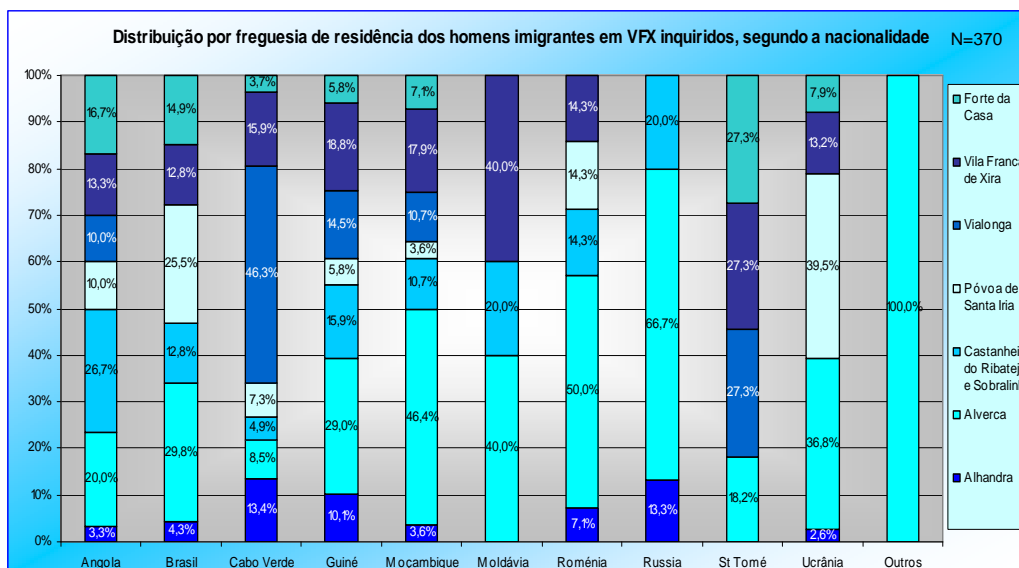
Perante o cruzamento das variáveis freguesia e nacionalidade, torna-se apodíctica a dispersão multiforme das comunidades imigrantes, bem como as dimensões idiossincráticas de distribuição dos estrangeiros de proveniências continentais díspares (África, América do Sul, Europa Central e de Leste) pelas diversas freguesias concelhias. Assim, as comunidades originárias dos PALOP assumem, grosso modo, uma disseminação homogénea no Concelho, que conduz ao estabelecimento de uma malha de relações inter-étnicas que favorecem o seu processo de integração social.

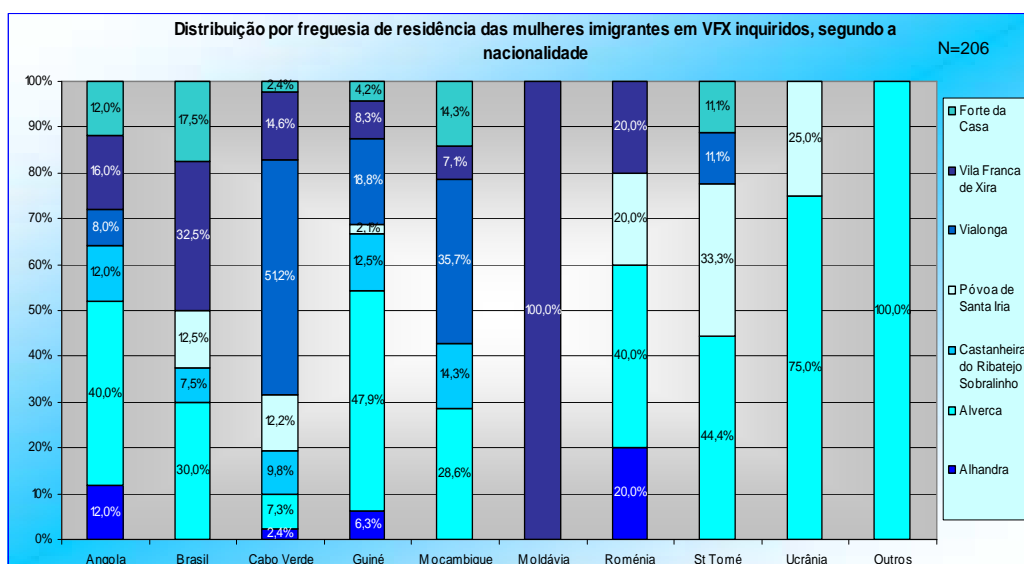
A comunidade Angolana inquirida concentra-se essencialmente na freguesias de Alverca do Ribatejo, que reúne 27,3% da amostra e nas freguesias de Castanheira do Ribatejo e Sobralinho, com valores que se cifram nos 18,2%; Vila Franca de Xira e Forte da Casa recebem também uma nota de referência, na medida em que cada freguesia alberga 15,2% dos Angolanos entrevistados. Os Cabo-verdianos que pululam na amostra aglomeram-se fundamentalmente na freguesia de Vialonga, constituindo 44,3% de efectivos desta comunidade inquiridos, mas dignas de enfoque são também as freguesias de Alverca do Ribatejo e Vila Franca de Xira, que abrangem respectivamente 15,2% e 12,1% da amostragem de Cabo Verde. A comunidade Guineense inquirida foi catalizada principalmente na freguesia de Alverca do Ribatejo, que agrega 36,9% dos inquiridos, embora a ênfase desta comunidade recaia também nas freguesias de Vialonga, Castanheira do Ribatejo e Sobralinho e Vila Franca de Xira, todas com valores na ordem dos 14 a 15%. Alverca do Ribatejo continua a ser o reduto mais representado no que toca à comunidade

Moçambicana, comportando 39,1% de efectivos, seguida de Vialonga, local de residência para 17,4% dos inquiridos. Por sua vez, os nacionais de S. Tomé e Príncipe repartem-se na amostra apenas por cinco freguesias: a fracção dominante situa-se em Alverca do Ribatejo (30%), tanto Forte da Casa como Vialonga albergam 20% de inquiridos, e os restantes 30% repartem-se igualmente pelas freguesias de Vila Franca de Xira e Póvoa de Santa Iria.

No respeitante às comunidades de Leste, a dispersão territorial da amostra é mais significativa, fruto do alegado autismo destas nacionalidades e da quase total ausência de um tecido relacional intracomunitário. Deste modo, 50% dos Moldavos inquiridos estão actualmente sedeados em Vila Franca de Xira, ao contrário dos inquiridos Russos, sem presença nesta freguesia, mas estabelecidos maioritariamente (70,6%) na freguesia de Alverca do Ribatejo. Os nacionais da Ucrânia, como os da Roménia, evidenciam uma distribuição mais equilibrada no todo em análise: a maioria, respectivamente 52,4% e 39,5% residem actualmente em Alverca do Ribatejo, e imediatamente a seguir, Póvoa de Santa Iria congrega 37,2% dos inquiridos Ucrânios e 14,3% da amostra de Romanos.

A comunidade Brasileira que figura no universo em análise distribui-se quase equitativamente por todas as freguesias, à excepção de Vialonga, mas os rácios de Brasileiros mais elevados localizam-se em Alverca do Ribatejo, que regista 29,3%, Póvoa de Santa Iria, com 21,7% e Vila Franca de Xira, com 20,7%.





Através de uma desagregação por género das comunidades imigrantes afluentes ao Concelho de Vila consubstanciada no campo de análise, torna-se manifesta a dispersão dos dois sexos na amostra, com padrões de disseminação e graus de representação diferenciados.

A comunidade Angolana masculina inserida na amostragem encontra-se fundamentalmente estabelecida nas freguesias de Castanheira do Ribatejo e Sobralinho, Alverca do Ribatejo e Vila Franca de Xira, com índices respectivos verificados 26,7%, 20,0% e 16,7%. Já no tocante às mulheres oriundas de Angola inquiridas, a atomização no Concelho não é um factor tão pronunciado, visto 40,0% das entrevistadas residirem em Alverca e das outras freguesias apresentarem valores mais marginais. A presença por género afigura-se mais equitativa no que concerne aos efectivos de Cabo Verde imigrados no município, sendo que Vialonga alberga um contingente masculino de 46,3% e um segmento feminino de 51,2%, maiorias claras no contexto do universo de análise. Os homens Guineenses apresentam uma maior gravitação residencial, concentrando-se as principais manchas destes efectivos nas freguesias de Alverca do Ribatejo (29,0%), Vila Franca de Xira (18,8%) e Castanheira do Ribatejo e Sobralinho (15,9%); já os efectivos femininos da Guiné apresentam uma menor variação territorial, chegando a concentrar-se 47,9% das guineenses inquiridas em Alverca do Ribatejo. A comunidade Moçambicana também demonstra uma assimetria de localização por género no Concelho, sendo que os homens presentes na amostra se encontram sobretudo em Alverca do Ribatejo, com uma fatia percentual de 46,4% e 35,7% das mulheres entrevistadas a pertencerem à freguesia de Vialonga. Quanto ao universo de São-tomenses, o maciço masculino reparte-se fundamental e homogeneamente por Vialonga, Vila Franca de Xira e Forte da Casa, cada freguesia a abarcar 27,3% dos respondentes,

em antagonismo às mulheres São-tomenses, cujos depoimentos foram recolhidos sobretudo em Alverca do Ribatejo (44,4%) e Póvoa de Santa Iria (33,3%).

As comunidades de Leste, por seu lado, não evidenciam amplos índices de dispersão territorial, embora emerjam dissimilaridades na distribuição por género. Os fluxos masculinos de Moldavos constitutivos da amostra distribuem-se exclusivamente pelas freguesias de Alverca do Ribatejo (40%), Vila Franca de Xira (40%) e Castanheira do Ribatejo e Sobralinho (20%); todavia, a cifra exígua de Moldavas inquiridas não deixa margem a atomizações significativas, factor testemunhável na concentração absoluta das mesmas (100%) na freguesia de Vila Franca de Xira. Quanto à comunidade Romena, Alverca do Ribatejo congrega uma maioria significativa de efectivos masculinos e femininos, com índices respectivos de 50,0% e 40,0%. No atinente à fracção Russa inquirida, a distribuição particulariza-se pela inexistência de mulheres respondentes, e por uma distribuição mínima da mole masculina no âmbito de inquirição, confinada às freguesias de Alverca do Ribatejo, com 66,7% de auscultados, Póvoa de Santa Iria, com 20,0% e Alhandra com 13,3%. A população masculina Ucrâniana englobada na amostra agrega-se sobretudo em Alverca do Ribatejo (36,5%) e Póvoa de Santa Iria (39,5%), tal como a feminina, inquirida unicamente nestas freguesias, constituindo respectivamente fatias percentuais de 25,0% e 75,0%.

Às comunidades supracitadas acrescem ainda os fluxos de Brasileiros inquiridos, cujos elementos de sexo masculino se concentram em maioria nas freguesias de Alverca do Ribatejo (29,8%) e Póvoa de Santa Iria (25,5%) e de sexo feminino, também com proeminência em Alverca do Ribatejo, com valores registados de 30,0% e Vila Franca de Xira, freguesia povoada por 32,5% das Brasileiras inquiridas.

Por último, e merecedor de uma nota de referência no cômputo da análise, os contingentes masculino e feminino de outras nacionalidades, com valores exíguos, concentra-se em absoluto em Alverca do Ribatejo, que congrega 100% deste grupo de inquiridos, o que configura o perfil pluriétnico desta freguesia, a mais populosa do Concelho e também a mais representada na amostra.

Distribuição da amostra de população imigrante no Concelho de VFX inquirida, por nacionalidade, género e freguesia

Nacionalidade	Género	FREGUESIA							Total
		Alhandra	Alverca	Castanheira do Ribatejo e Sobralinho	Póvoa de Santa Iria	Vialonga	Vila Franca de Xira	Forte da Casa	
Angola	Masculino	25,0%	37,5%	72,7%	100,0%	60,0%	50,0%	62,5%	54,5%
	Feminino	75,0%	62,5%	27,3%	0,0%	40,0%	50,0%	37,5%	45,5%
Brasil	Masculino	100,0%	53,8%	66,7%	70,6%	0,0%	31,6%	50,0%	54,0%
	Feminino	0,0%	46,2%	33,3%	29,4%	0,0%	68,4%	50,0%	46,0%
Cabo Verde	Masculino	91,7%	70,0%	50,0%	54,5%	64,4%	68,4%	75,0%	66,7%
	Feminino	8,3%	30,0%	50,0%	45,5%	35,6%	31,6%	25,0%	33,3%
Guiné	Masculino	70,0%	46,5%	64,7%	80,0%	52,6%	76,5%	66,7%	59,0%
	Feminino	30,0%	53,5%	35,3%	20,0%	47,4%	23,5%	33,3%	41,0%
Moçambique	Masculino	100,0%	76,5%	60,0%	100,0%	37,5%	83,3%	50,0%	66,7%
	Feminino	0,0%	23,5%	40,0%	0,0%	62,5%	16,7%	50,0%	33,3%
Moldávia	Masculino	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	66,7%	0,0%	83,3%
	Feminino	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	16,7%
Roménia	Masculino	50,0%	77,8%	100,0%	66,7%	0,0%	66,7%	0,0%	73,7%
	Feminino	50,0%	22,2%	0,0%	33,3%	0,0%	33,3%	0,0%	26,3%
Rússia	Masculino	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Feminino	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
S. Tomé	Masculino	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	75,0%	100,0%	75,0%	55,0%
	Feminino	0,0%	66,7%	0,0%	100,0%	25,0%	0,0%	25,0%	45,0%
Ucrânia	Masculino	100,0%	82,4%	0,0%	93,8%	0,0%	100,0%	100,0%	90,5%
	Feminino	0,0%	17,6%	0,0%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	9,5%
Outros	Masculino	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%
	Feminino	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	66,7%

N=576

Ao ser considerado o género dos indivíduos inquiridos em função da nacionalidade, para todas as freguesias do concelho de Vila Franca de Xira, é constatável a proeminência do género masculino na globalidade do universo de análise, revelando índices de presença mais elevados em qualquer das nacionalidades elencadas, factor que poderá testemunhar a maior renitência das mulheres em responder a inquéritos de carácter pessoal ou mesmo uma presença maioritária real de homens estrangeiros no Concelho, género preferencial para o emprego em áreas laborais pautadas por baixas qualificações, como a construção civil ou outras actividades braçais.

No que concerne às comunidades dos PALOP radicadas no Concelho de Vila Franca de Xira, a incidência de homens na amostra chega a ser massiva, atingindo mesmo os 100% em algumas das freguesias. A comunidade Angolana regista somente um número superior de mulheres

respondentes em Alhandra e Alverca do Ribatejo, com cifras de presença na amostra de 75,0% e 62,5%, respectivamente. Os homens Cabo-verdianos são dominantes no universo inquiridos de todas as freguesias, e em Alhandra, correspondem mesmo a 91,7% dos inquiridos, situação análoga no que toca aos Moçambicanos, cuja amostra chega mesmo a atingir nas freguesias de Alhandra e Póvoa de Santa Iria os 100% de homens. A comunidade São-tomense, apesar de manter esta tendência, abrange duas exceções no que se refere a Alverca do Ribatejo e Póvoa de Santa Iria, com índices respectivos de presença feminina na amostra de 66,7% e 100%.

As comunidades de Leste analisadas alinham pelo denominador comum do predomínio do género masculino no quadro da amostragem, conjuntura manifesta no tocante à população Moldava analisada, constituída apenas por uma minoria feminina de 33,3% na freguesia Vila Franca de Xira e que assume o seu expoente máximo no respeitante à comunidade Russa entrevistada, que não consubstancia qualquer elemento feminino.

Apesar da maioria dos Brasileiros presente na amostra das freguesias do Concelho pertencer ao género masculino, tende a vislumbrar-se uma menor assimetria, sendo que o contingente feminino respondente apenas se torna mais numeroso na freguesia de Vila Franca de Xira, representando um total de 68,4% da amostra.

Distribuição da amostra de população imigrante no Concelho de VFX inquirida, por nacionalidade, grupos etários e freguesia

Nacionalidade	Intervalos Etários	FREGUESIA							Total
		Alhandra	Alverca	Castanheira do Ribatejo e Sobralinho	Póvoa de Santa Iria	Vialonga	Vila Franca de Xira	Forte da Casa	
Angola	18-34 anos	50,0%	68,8%	50,0%	0,0%	0,0%	87,5%	25,0%	50,0%
	35-54 anos	50,0%	25,0%	40,0%	33,3%	60,0%	12,5%	62,5%	37,0%
	>=55 anos	0,0%	6,3%	10,0%	66,7%	40,0%	0,0%	12,5%	13,0%
Brasil	18-34 anos	100,0%	88,5%	88,9%	77,8%	0,0%	84,2%	85,7%	85,2%
	35-54 anos	0,0%	11,5%	11,1%	16,7%	0,0%	15,8%	14,3%	13,6%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
Cabo Verde	18-34 anos	18,2%	20,0%	25,0%	8,3%	26,3%	31,6%	75,0%	25,6%
	35-54 anos	63,6%	60,0%	62,5%	66,7%	64,9%	47,4%	25,0%	60,3%
	>=55 anos	18,2%	20,0%	12,5%	25,0%	8,8%	21,1%	0,0%	14,0%
Guiné	18-34 anos	60,0%	57,1%	25,0%	20,0%	21,1%	43,8%	33,3%	42,1%
	35-54 anos	30,0%	31,0%	68,8%	80,0%	52,6%	56,3%	50,0%	46,5%
	>=55 anos	10,0%	11,9%	6,3%	0,0%	26,3%	0,0%	16,7%	11,4%
Moçambique	18-34 anos	0,0%	62,5%	40,0%	0,0%	62,5%	66,7%	25,0%	53,7%
	35-54 anos	100,0%	37,5%	60,0%	100,0%	25,0%	33,3%	75,0%	43,9%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%	2,4%
Moldávia	18-34 anos	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	83,3%
	35-54 anos	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Roménia	18-34 anos	100,0%	55,6%	0,0%	66,7%	0,0%	33,3%	0,0%	52,6%
	35-54 anos	0,0%	44,4%	100,0%	33,3%	0,0%	66,7%	0,0%	47,4%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Rússia	18-34 anos	50,0%	54,5%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	56,3%
	35-54 anos	50,0%	45,5%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	43,8%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
S. Tomé	18-34 anos	0,0%	66,7%	0,0%	66,7%	25,0%	0,0%	50,0%	45,0%
	35-54 anos	0,0%	33,3%	0,0%	33,3%	25,0%	100,0%	25,0%	40,0%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	25,0%	15,0%
Ucrânia	18-34 anos	0,0%	64,7%	0,0%	87,5%	0,0%	80,0%	33,3%	71,4%
	35-54 anos	100,0%	35,3%	0,0%	6,3%	0,0%	20,0%	66,7%	26,2%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%
Outros	18-34 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	35-54 anos	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	66,7%
	>=55 anos	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%

N=576

A distribuição etária balizada pelo acervo de nacionalidades registado na aplicação dos questionários em todas as freguesias corrobora a presença quase esmagadora das camadas mais

jovens de estrangeiros no universo de estudo, e por osmose, no Concelho. De facto, a geração de efectivos com idades superiores a 55 anos “perde” em todas as frentes, só assumindo particular relevância no contexto da comunidade Angolana residente na freguesia de Póvoa de Santa Iria, que constitui um segmento de 66,7% inquiridos. No que concerne aos naturais de Cabo Verde, a clivagem etária é mais acentuada, e a gerações mais idosas somam em todas as freguesias cerca de 1/5 da população inquirida, ao contrário da “meia idade” que, à excepção de Vila Franca de Xira e Forte da Casa, em que as diferenças se dissipam sensivelmente, regista valores médios acima dos 60%. Em relação aos Guineenses, a média de idades gravita também entre os dois primeiros escalões etários, mas os imigrantes na casa dos 34 a 54 anos adquirem maior relevância, situação verificada pelo facto de a maioria ser constituída por imigrantes de 1ª geração, oriundos das ex-colónias nas décadas de 60 e 70. A escassez de inquiridos com idades superiores aos 55 anos atinge o seu corolário no seio dos efectivos de Moçambique, escalão etário que apenas regista uma residual inserção na amostra na freguesia de Vialonga; tal facto converge com a presença esmagadora de Moçambicanos de “meia idade” na amostra, que chega a atingir os 100% nas freguesias de Alhandra e Alverca do Ribatejo. Os originários de S. Tomé alinham pelo mesmo diapasão, mas com alguns particularismos: enquanto em Alverca do Ribatejo e Castanheira do Ribatejo e Sobralinho, não existe qualquer representação de população São-tomense com idades acima dos 55 anos, em Vialonga, metade dos entrevistados desta nacionalidade situam-se neste grupo etário.

As dinâmicas etárias encontradas junto das comunidades do Leste Europeu são ainda mais extremadas: na amostra não existe qualquer fatia percentual composta por efectivos idosos, à excepção de uma minoria Ucraniana, na Póvoa de Santa Iria, que corporiza uns exíguos 6,3% da amostra. No que toca à comunidade Brasileira, a dialéctica distributiva afigura-se idêntica, exponenciada nas faixas etárias consubstanciadas entre os 18 e os 34 anos e os 35 e 54 anos; a excepção figura apenas na Póvoa de Santa Iria, que abrange uma reduzida constelação de indivíduos de idade mais avançada, traduzida em 5,6% da amostra na freguesia.

Distribuição da amostra de população imigrante no Concelho de VFX inquirida, por nacionalidade, grupos etários e género

Nacionalidade	Intervalos Etários	GÉNERO		Total
		Masculino	Feminino	
Angola	18-34 anos	44,8%	56,0%	50,0%
	35-54 anos	37,9%	36,0%	37,0%
	>=55 anos	17,2%	8,0%	13,0%
Brasil	18-34 anos	93,6%	77,5%	86,2%
	35-54 anos	4,3%	22,5%	12,6%
	>=55 anos	2,1%	0,0%	1,1%
Cabo Verde	18-34 anos	31,3%	15,0%	25,8%
	35-54 anos	56,3%	70,0%	60,8%
	>=55 anos	12,5%	15,0%	13,3%
Guiné	18-34 anos	43,3%	40,4%	42,1%
	35-54 anos	47,8%	44,7%	46,5%
	>=55 anos	9,0%	14,9%	11,4%
Moçambique	18-34 anos	51,9%	57,1%	53,7%
	35-54 anos	44,4%	42,9%	43,9%
	>=55 anos	3,7%	0,0%	2,4%
Moldávia	18-34 anos	80,0%	100,0%	83,3%
	35-54 anos	20,0%	0,0%	16,7%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%
Roménia	18-34 anos	35,7%	100,0%	52,6%
	35-54 anos	64,3%	0,0%	47,4%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%
Rússia	18-34 anos	60,0%	0,0%	60,0%
	35-54 anos	40,0%	0,0%	40,0%
	>=55 anos	0,0%	0,0%	0,0%
S. Tomé	18-34 anos	45,5%	44,4%	45,0%
	35-54 anos	45,5%	33,3%	40,0%
	>=55 anos	9,1%	22,2%	15,0%
Ucrânia	18-34 anos	71,1%	75,0%	71,4%
	35-54 anos	26,3%	25,0%	26,2%
	>=55 anos	2,6%	0,0%	2,4%
Outros	18-34 anos	0,0%	0,0%	0,0%
	35-54 anos	0,0%	100,0%	66,7%
	>=55 anos	100,0%	0,0%	33,3%

N=576

Em complementaridade com os dados anteriores, o entrosamento das variáveis “género” e “idade” afiança o alinhamento etário já equacionado, e a incidência largamente maioritária dos contingentes de ambos os géneros nas faixas etárias mais jovens, no espectro das nacionalidades

elencadas. Tal conjuntura reflecte o modelo de população-alvo da oferta de emprego à população estrangeira e constitui um paradigma fidedigno da vaga de imigração para Portugal na última década.

Na charneira das comunidades oriundas das ex-colónias Africanas, o húmus de inquirição divide-se entre as gerações jovem e de “meia idade”, sendo que os membros com idades acima dos 55 anos apenas ocupam uma margem periférica do universo respondente. As comunidades de Leste, personificadas por indivíduos em idade jovem e activa, na senda de uma mais estabilizada solvência económica e de um leque de actividades, que ainda que incipientes e precariamente remuneradas em Portugal, são inanes no país de origem, exibem um retrato fiel na amostra, constituindo quase 100% os imigrantes desta nacionalidade, de ambos os géneros, que integram as gerações dos 18 aos 54 anos. A comunidade Brasileira adopta também os mesmos moldes migratórios, com uma maioria apodíctica de efectivos situados na geração mais jovem e uma percentagem irrisória de inquiridos acima dos 55 anos.

Distribuição da amostra de população migrante no Concelho de VFX inquirida, por nacionalidade, meio de subsistência e género

Nacionalidade	Meios de Subsistência	GÉNERO		Total
		Masculino	Feminino	
Angola	Trabalho	66,7%	58,3%	63,0%
	Subsídio de Desemprego	10,0%	12,5%	11,1%
	P. Reforma	3,3%	4,2%	3,7%
	P. Invalidez	3,3%	0,0%	1,9%
	Família	13,3%	25,0%	18,5%
	Outros	3,3%	0,0%	1,9%
Brasil	Trabalho	76,6%	91,7%	83,1%
	Rendimentos Próprios	4,3%	0,0%	2,4%
	Família	8,5%	2,8%	6,0%
	Biscates	2,1%	0,0%	1,2%
	Outros	8,5%	5,6%	7,2%
Cabo Verde	Trabalho	72,2%	48,6%	64,7%
	Subsídio de Desemprego	2,5%	8,1%	4,3%
	Rendimentos Próprios	1,3%	0,0%	0,9%
	P. Reforma	5,1%	5,4%	5,2%
	P. Invalidez	1,3%	0,0%	0,9%
	P. Sobrevivência	0,0%	2,7%	0,9%
	P. Social	1,3%	0,0%	0,9%
	Família	12,7%	21,6%	15,5%
	Biscates	0,0%	2,7%	0,9%
	Rendimento Mínimo Garantido	1,3%	8,1%	3,4%
	Outros	2,5%	2,7%	2,6%
Guiné	Trabalho	68,7%	53,3%	62,5%
	Subsídio de Desemprego	1,5%	6,7%	3,6%

	Rendimentos			
	Próprios	1,5%	2,2%	1,8%
	P. Reforma	6,0%	2,2%	4,5%
	P. Invalidez	0,0%	2,2%	0,9%
	P. Sobrevivência	0,0%	2,2%	0,9%
	Subsídio eventual	1,5%	2,2%	1,8%
	Família	17,9%	17,8%	17,9%
	Biscates	1,5%	2,2%	1,8%
Moçambique	Outros	1,5%	8,9%	4,5%
	Trabalho	85,7%	50,0%	73,8%
	Subsídio de Desemprego	3,6%	0,0%	2,4%
	Rendimentos Próprios	3,6%	14,3%	7,1%
	Família	7,1%	35,7%	16,7%
Moldávia	Trabalho	66,7%	100,0%	75,0%
	Biscates	33,3%	0,0%	25,0%
Roménia	Trabalho	92,9%	100,0%	94,7%
	Rendimentos Próprios	7,1%	0,0%	5,3%
Rússia	Trabalho	92,9%	0,0%	92,9%
	Outros	7,1%	0,0%	7,1%
S. Tomé	Trabalho	63,6%	37,5%	52,6%
	P. Reforma	9,1%	0,0%	5,3%
	Família	27,3%	50,0%	36,8%
	Outros	0,0%	12,5%	5,3%
Ucrânia	Trabalho	86,5%	75,0%	85,4%
	P. Reforma	2,7%	0,0%	2,4%
	Família	5,4%	0,0%	4,9%
	Outros	5,4%	25,0%	7,3%
Outros	Trabalho	0,0%	100,0%	66,7%
	P. Reforma	100,0%	0,0%	33,3%

N=576

Perante o cruzamento de variáveis como o meio de subsistência e a nacionalidade, por género, é vislumbrável a incidência maciça de estrangeiros a exercer funções laborais no Concelho, quadratura que se espelha na imperiosa vinculação contratual para a veiculação de autorizações de permanência ou residência concedidas pelas autoridades fiscalizadoras (IDICT, SEF), e que constitui por vezes o argumento elementar de encapotamento de situações endémicas de clandestinidade.

Deste modo, a variável “trabalho” corporifica uma pauta comum para a exponencial maioria dos inquiridos, transversal às diversas nacionalidades afluídas, e canalizada sobretudo como mão-de-obra indiferenciada e subqualificada, para actividades com baixos índices de especialização formativa e “know-how” técnico. As comunidades dos PALOP alinham pela mesma bitola, com índices de trabalhadores que se guindam acima dos 50% e níveis substantivos de efectivos, sobretudo mulheres, a serem financiados pelas famílias, indício da hierarquia patriarcal dominante nestas nacionalidades: a comunidade Angolana congrega 66,7% de activos empregados entre os homens e 58,3% entre as mulheres, pelo que as restantes categorias se

apresentam mais residuais, apesar de um enfoque mais substancial dos efectivos masculinos e femininos a auferirem subsídio de desemprego, com valores respectivos de 10,0% e 12,5% e na percentagem de inquiridos custeados pelo agregado familiar, que prefigura entre os homens, 13,3% da amostra e entre as mulheres, 25,5%. A população Cabo-verdiana não foge à regra, mas é que evidencia um rol mais numeroso de meios de subsistência; todavia, o trabalho continua a ser a fonte de rendimento de 72,2% do contingente masculino e de 48,8% dos elementos femininos patentes na amostra, sucedida perifericamente pelas custas familiares, que abarcam 12,7% dos homens e 21,6% das mulheres. Os Guineenses a residirem no Concelho enquadram-se na estrutura de distribuição prévia, sendo que 68,7% da população masculina e 53,3% do maciço feminino afirmam ser o trabalho o seu veículo de sustento; a família, é para 17,9% dos homens e 17,8% das mulheres inquiridas um pilar charneira de garantia de subsistência, e por último, ganham ainda algum relevo os efectivos masculinos a auferirem de pensão por reforma (6,0%) e as Guineenses a beneficiarem actualmente de subsídio de desemprego (6,7%) ou a recorrerem a meios não especificados de subsistência (8,9%). A comunidade Moçambicana canaliza também para as actividades laborais uma maioria acentuada dos seus efectivos masculinos e femininos, respectivamente 85,7% e 53,3%, mas a este enquadramento acrescem também os números verificados, no que respeita à dimensão feminina no Concelho, de Moçambicanas a dependerem do auxílio pecuniário das famílias (35,7%) e a fazerem dos rendimentos próprios a sua forma de manutenção (14,3%).

Por outro lado, perante os levantamentos estatísticos extraídos da amostragem, a quase totalidade da comunidade de Leste imigrada no Concelho exerce funções laborais remuneradas, e apenas uma margem ínfima dos inquiridos se integra em outras categorias de actividade: com efeito, as excepções reservam-se à comunidade Moldava masculina, com 1/3 de efectivos a viverem de um regime mais volátil de “biscates”, aos homens Russos e Romanos, com uma minoria a viver de rendimentos próprios ou outros que se queda pelos 7,1% e o maciço de Ucrrianos também largamente absorvido pelo sector laboral (86,5% de homens e 75,0% de mulheres) apenas adquire uma expressão excepcional no tocante à amostra feminina, que canaliza 25,0% dos seus elementos para actividades não discriminadas.

A comunidade Brasileira na amostra, em sintonia com as predecessoras, incide substantivamente no trabalho como meio de subsistência basilar para 76,6% dos homens e 91,7% das mulheres, apresentando cifras residuais de custeados pelas famílias ou por meios não especificados, somatório que pouco ultrapassa 1/10 do universo de inquirição.

Distribuição da amostra de população imigrante no Concelho de VFX inquirida, por nacionalidade, grau de instrução e género
N=576

Nacionalidade	Grau de Instrução	GÉNERO		Total
		Masculino	Feminino	
Angola	Analfabeto	6,7%	0,0%	3,7%
	Sabe ler e escrever	13,3%	0,0%	7,4%
	4ª Classe	26,7%	33,3%	29,6%
	Ciclo	6,7%	16,7%	11,1%
	9º Ano	10,0%	8,3%	9,3%
	12º Ano	16,7%	33,3%	24,1%
	Superior	20,0%	8,3%	14,8%
Brasil	Sabe ler e escrever	6,4%	0,0%	3,4%
	4ª Classe	10,6%	0,0%	5,7%
	Ciclo	6,4%	0,0%	3,4%
	9º Ano	23,4%	35,0%	28,7%
	12º Ano	40,4%	55,0%	47,1%
	Superior	12,8%	10,0%	11,5%
Cabo Verde	Analfabeto	6,1%	24,4%	12,2%
	Sabe ler e escrever	8,5%	9,8%	8,9%
	4ª Classe	37,8%	29,3%	35,0%
	Ciclo	6,1%	14,6%	8,9%
	9º Ano	23,2%	17,1%	21,1%
	12º Ano	11,0%	2,4%	8,1%
	Superior	7,3%	2,4%	5,7%
Guiné	Analfabeto	1,4%	4,3%	2,6%
	Sabe ler e escrever	2,9%	0,0%	1,7%
	4ª Classe	15,9%	27,7%	20,7%
	Ciclo	2,9%	14,9%	7,8%
	9º Ano	47,8%	38,3%	44,0%
	12º Ano	14,5%	8,5%	12,1%
	Superior	14,5%	6,4%	11,2%
Moçambique	Analfabeto	3,6%	7,1%	4,8%
	Sabe ler e escrever	7,1%	0,0%	4,8%
	4ª Classe	28,6%	28,6%	28,6%
	Ciclo	10,7%	0,0%	7,1%
	9º Ano	14,3%	28,6%	19,0%
	12º Ano	17,9%	14,3%	16,7%
	Superior	17,9%	21,4%	19,0%
Moldávia	9º Ano	20,0%	0,0%	16,7%
	12º Ano	60,0%	100,0%	66,7%
	Superior	20,0%	0,0%	16,7%
Roménia	9º Ano	0,0%	20,0%	5,3%
	12º Ano	28,6%	60,0%	36,8%
	Superior	71,4%	20,0%	57,9%
Rússia	12º Ano	6,7%	0,0%	6,7%
	Superior	93,3%	0,0%	93,3%
S. Tomé	Analfabeto	0,0%	22,2%	10,0%
	4ª Classe	36,4%	22,2%	30,0%
	9º Ano	36,4%	22,2%	30,0%
	12º Ano	27,3%	33,3%	30,0%
Ucrânia	9º Ano	5,3%	0,0%	4,8%
	12º Ano	13,2%	0,0%	11,9%
	Superior	81,6%	100,0%	83,3%
Outros	Sabe ler e escrever	0,0%	100,0%	66,7%
	9º Ano	100,0%	0,0%	33,3%

No cruzamento dos níveis habilitacionais com o género dos inquiridos de todas as nacionalidades inseridas no todo da análise a ilação preliminar extrapolada aponta para uma variação estatística acentuada no grau de escolarização dos dois géneros: grosso modo, as mulheres são menos escolarizadas que os homens, tendo a maioria concluído o seu percurso académico em níveis habilitacionais algo incipientes; esta assimetria revela-se particularmente notória atendendo às fatias de respondentes analfabetos ou apenas com o Ensino Primário completo, na maioria das nacionalidades estudadas superior entre as mulheres.

No contexto global do universo de inquirição, a percentagem de auscultados com o Ensino Superior concluído adquire também alguma acuidade, abrindo um território de intervenção entre as comunidades dos PALOP, que diferencia a 1ª da 2ª gerações, e indicia no campo das comunidades de Leste e do Brasil, as elevadas qualificações dos protagonistas desta espiral imigratória de contornos recentes. De facto, existe uma fragmentação de escolaridades no universo Africano cotejado: a incidência de efectivos somente com a 4ª Classe contrapõe-se genericamente à massa de indivíduos com o 9º ou o 12º anos concluídos. A falange Angolana alinha por este diapasão e evidencia um acréscimo de homens com formação superior, que perfazem um total de 20,0% da amostra masculina; a comunidade Cabo-verdiana é a que apresenta os índices habilitacionais mais reduzidos, com 37,8% de homens e 29,3% de mulheres com a 4ª Classe, e 24,4% de analfabetos do sexo feminino; os Guineenses apresentam uma repartição de formação sobretudo entre a 4ª Classe e o 9º Ano, mas este último apresenta-se dominante com percentagens masculinas de 47,8% e femininas de 38,3%; os oriundos de Moçambique distribuem-se maioritariamente pela 4ª Classe, em ambos os sexos com valores cifrados em 28,6%, mas também têm uma incidência particular na amostra os que concluíram o 9º e 12º anos e o Ensino Superior; por seu lado, os São-tomenses evidenciam números idênticos nos principais graus de instrução (4ª Classe e 9º Ano), com 36,4% de homens e 22,2% de mulheres.

As comunidades de Leste, com elevados padrões de formação académica nos países de origem, não possuem na amostra qualquer representação de índices escolares inferiores ao 9º Ano: com efeito, 60% dos homens e 100% das mulheres oriundos da Moldávia detêm o Ensino Secundário completo e 20% dos elementos de sexo masculino são Licenciados ou possuem formação equivalente; as comunidades Romena, Russa e Ucrâniana corroboram esta propensão, visto mais de 70% dos homens inquiridos destas nacionalidades, bem como 100% das Ucrânianas possuem formação Superior.

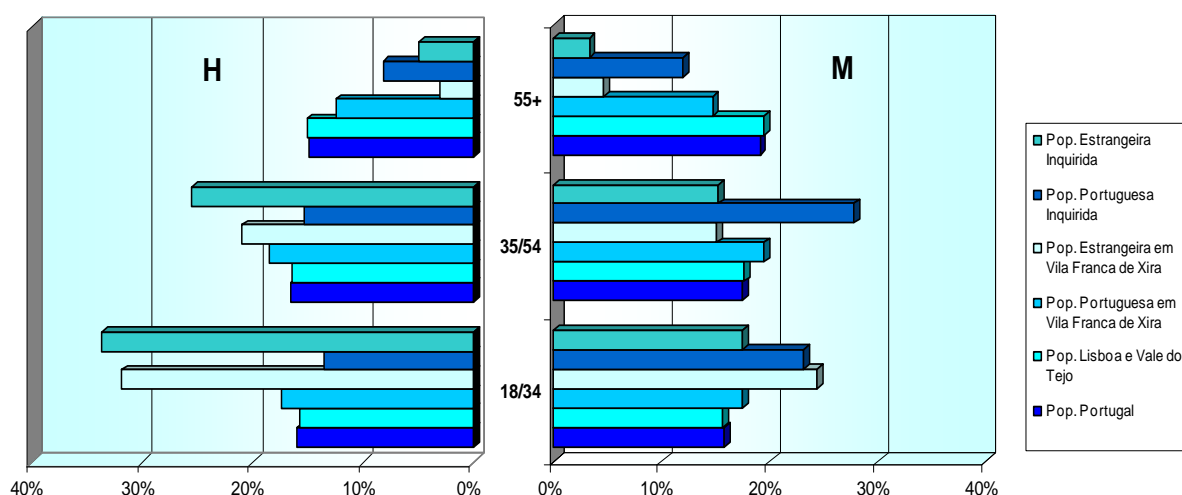
No concernente à vaga Brasileira emergente no Concelho, a variação académica é mais pronunciada, mas as parcelas mais significativas de inquiridos, centram-se no 9º e 12º anos de

escolaridade, chegando, no caso dos efectivos com o Ensino Secundário completo a avultar-se em 40,4% dos homens e 55,0% das mulheres inseridas na amostra.

2.3 - Análise Comparativa das Amostras

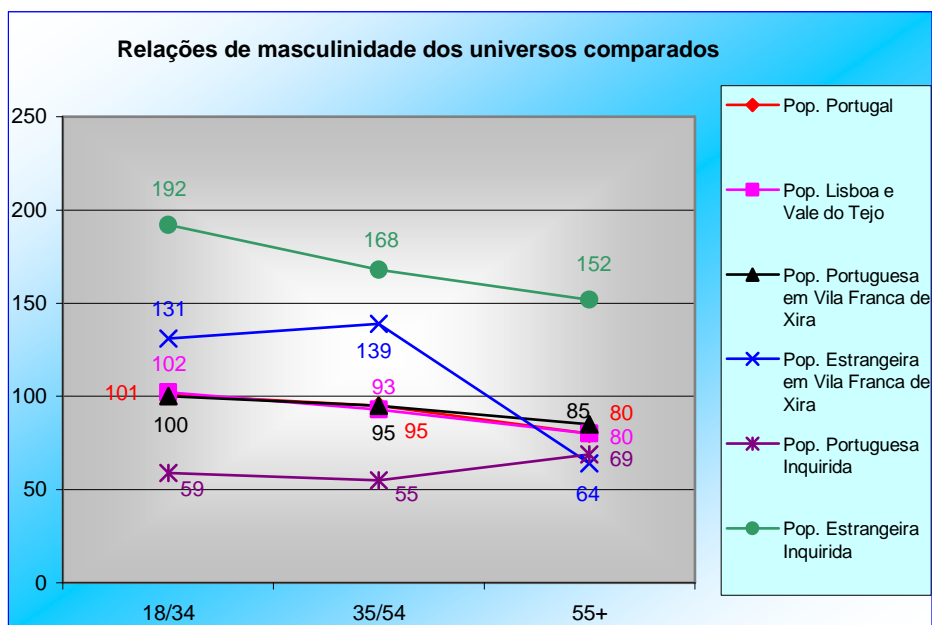
A sistematização das duas amostras aferidas, contextualizadas numa análise comparativa com os universos estatísticos de Portugal, da Região de Lisboa e Vale do Tejo e do Concelho de Vila Franca de Xira, confluí para uma latitude significativa de ilações, que permitem traçar uma panorâmica sócio-demográfica e de enquadramento urbano fidedigno da realidade da autarquia.

Distribuição das amostras de população portuguesa e estrangeira, segundo género e grupos etários



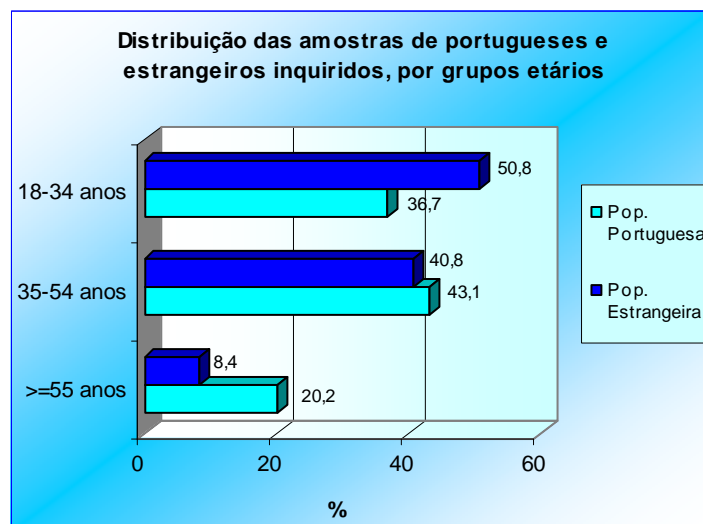
A dialéctica comparativa dos universos dissecados por género e grupos etários aponta para a existência de disparidades intersticiais, sobretudo no que concerne às falanges de população estrangeira cotejadas. Com efeito, se as fatias de população residente no país, na região de Lisboa e Vale do Tejo e da população portuguesa no Concelho não apresentam variações demográficas substantivas, os restantes campos de análise denotam oscilações relativas que se prendem com a percepção de uma corrente imigratória dominada sobretudo por efectivos de género masculino e em idade activa.

A amostra de população estrangeira inquirida incide maioritariamente sobre um contingente de homens com idades compreendidas entre os 18 e os 54 anos (59,1%), radicados no Concelho por imperativos sócio-laborais de consolidação económica, que viabilizem a sustentação do respectivo agregado familiar e a aquisição de um “modus vivendi” sustentável, escopos muitas vezes inequacionáveis no país de origem, devido a situações várias de crise estrutural. Este registo é consentâneo com o levantamento estatístico dos Censos 2001 de população estrangeira em Vila Franca de Xira, segundo os quais o maciço de residentes de outras nacionalidades atinge entre os homens uma cifra de 59,1%, contra 44,1% de expressão feminina estrangeira na edibilidade.

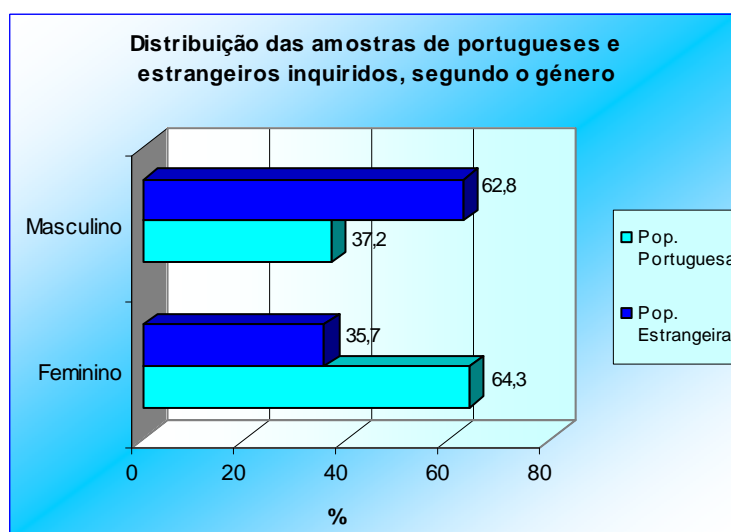


Na estruturação gráfica das relações de masculinidade dos universos cotejados, são amplamente visíveis as influências dos efeitos das migrações diferenciais segundo o sexo e de sobremortalidade masculina no âmbito das gerações mais idosas nas curvaturas descritas. As esferas de população residente em Portugal e em Lisboa e Vale do Tejo e de população portuguesa moradora em Vila Franca de Xira prefiguram quedas pouco acentuadas e aproximadas de níveis demográficos entre 100 e 80, índices médios previsíveis na escala etária destes universos. Já no campo do contingente estrangeiro em Vila Franca de Xira, a quebra nos valores das relações de masculinidade revela-se mais vertiginosa, sendo que no intervalo etário de população activa existem 139 homens por cada 100 mulheres, valor que cai abruptamente para os 64 homens de nacionalidade estrangeira, na faixa acima dos 55 anos.

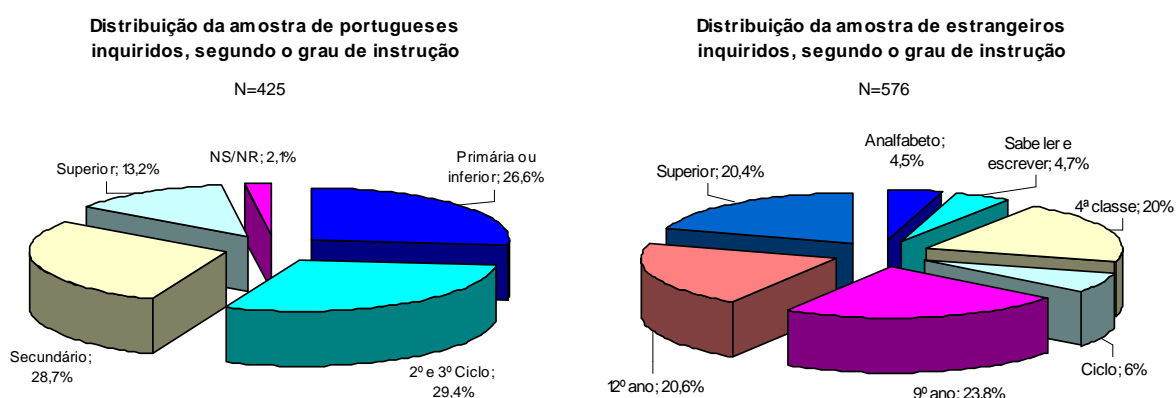
No tocante às amostras aferidas, os quadros são inversamente proporcionais: na amostragem portuguesa, as relações de masculinidade expressam valores exíguos, figurando no universo de respondentes cerca de 60 homens por cada 100 mulheres; a constelação de imigrantes inquirida apresenta saldos, ainda que descendentes, sobejamente elevados, visto que em média, por cada 100 elementos de sexo feminino inquiridos, emergem cerca de 170 efectivos masculinos no todo de inquirição.



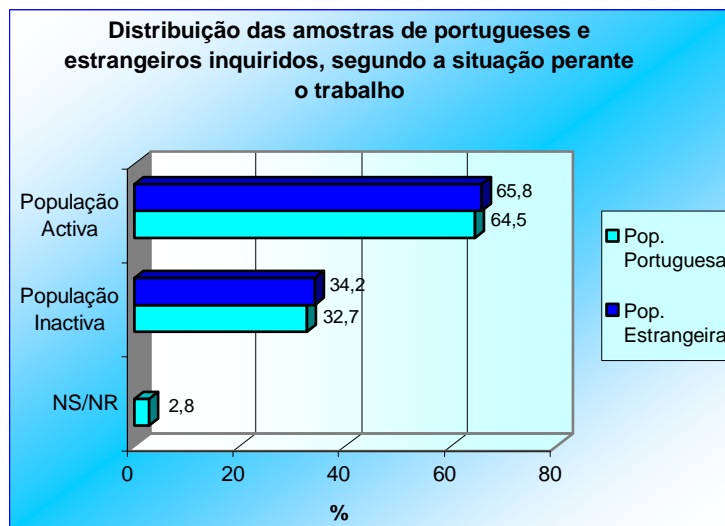
No cômputo da caracterização etária, equaciona-se uma variabilidade relativa entre os dois universos, materializada na incidência maioritária de população jovem entre as comunidades minoritárias imigrantes no Município, cifrada em 50,8% dos respondentes, em conjuntura discrepante face à mancha populacional portuguesa abordada, cuja fatia percentual mais significativa registada se situa no intervalo designado por “meia idade”, guindando-se a 43,1% do universo de análise. Neste sentido, uma das tónicas dos fluxos imigratórios para a área da Grande Lisboa, e em particular Vila Franca de Xira, assenta na pronunciada juventude destas comunidades, constituídas maioritariamente por singulares ou por agregados familiares recém formados em idade activa, que granjeiam a inserção nos mercados de trabalho da Europa Ocidental, muitas vezes com exigências formativas e padrões de qualificação muito aquém do background adquirido nos países de origem.



Na esfera de comparação por género dos universos cotejados, assume preponderância a proporcionalidade inversa existente entre a amostra Vila-franquense autóctone, pautada por um peso relativo acentuado do sexo feminino (62,8%), em antinomia às franjas de população estrangeira entrevistadas, prodigamente dominadas por fileiras de população masculina activa (64,3%). O declive registado na inquirição por género entre os imigrantes aponta para um fenómeno de alegada “masculinização” das vagas de imigração, protagonizadas por homens jovens e em idade laboral, percussores do processo imigratório, que procuram, desbravar a senda da procura de trabalho e da estabilização económica no país de acolhimento, com vista ao reagrupamento familiar numa fase posterior.



No capítulo habilitacional, perpassa uma tendência tácita, mas sistémica para um esbatimento de assimetrias nos índices de escolarização. Com efeito, ambas as amostras alinham pelo diapasão da formação média, registando o universo dos portugueses índices de 29,4% de efectivos que concluíram o 2º ou 3º Ciclos do Ensino Básico e 25,2% com o Ensino Secundário (ou o precedente 7º ano do Liceu), que encontram um paralelismo nos 23,8% e 20,6% dos inquiridos, com habilitações respectivas ao nível do 9º e do 12º anos. Uma nota digna de enfoque merecem os valores verificados no concernente aos respondentes com Formação Superior, espelhados na amostra de população estrangeira num nível apreciável de 20,4%, contra os 9,9% verificados no seio da população nativa do Concelho. Tal factor, que se prende não só com a disparidade etária das populações alvo ou com os elevados graus habilitacionais adquiridos no país de origem pelos efectivos que protagonizam as recentes espirais imigratórias para Portugal, nomeadamente as comunidades de Leste, aponta também para a abertura de uma arena de intervenção positiva no âmbito educacional e no combate à exclusão social, viabilizada numa tendência crescente para o prosseguimento de estudos ou para a aquisição de formação técnica complementar, sentida fundamentalmente no seio das segundas gerações de imigrantes.



A esta esteira de abordagem comparativa não será assim alheio o incremento de população activa perspectivado em ambas as amostras dissecadas: se a população portuguesa visada pelo Estudo apresenta uma taxa de actividade de 64,4%, o contingente estrangeiro inquirido ascende mesmo a 74,2%. Tal conjuntura é sintomática não só do necessário arreigamento sócio-laboral destas comunidades no Município, por questões de estabilização económica e legalização da permanência no território nacional, mas também de uma perspectiva gradativa da actividade laboral como veículo de mobilidade e integração social Concelhia.

3 - As Atitudes e Opiniões da População Vila-Franquense face às Diversas Comunidades Imigrantes

3.1 - Os contactos inter-étnicos

O questionário efectuado à população “Portuguesa” (usamos doravante para a referir a expressão “Lusa”, como aproximação à sua “pertença étnica”¹), dá-nos a imagem de que o convívio inter-étnico tem uma proximidade reduzida, mas uma frequência elevada no espaço público.

3.1.1 - Nível reduzido de proximidade inter-étnica

Escolhemos dois indicadores para o contacto de proximidade: a relação de vizinhança e a relação de trabalho.

A vizinhança dos Lusos com qualquer dos outros grupos étnicos apenas é frequente em relação à população Africana (61% dos inquiridos), ficando abaixo dos 40% em relação a todos os outros grupos estudados e atingindo o seu valor mínimo em relação à população cigana (22% declaram ter com esta relações de vizinhança).

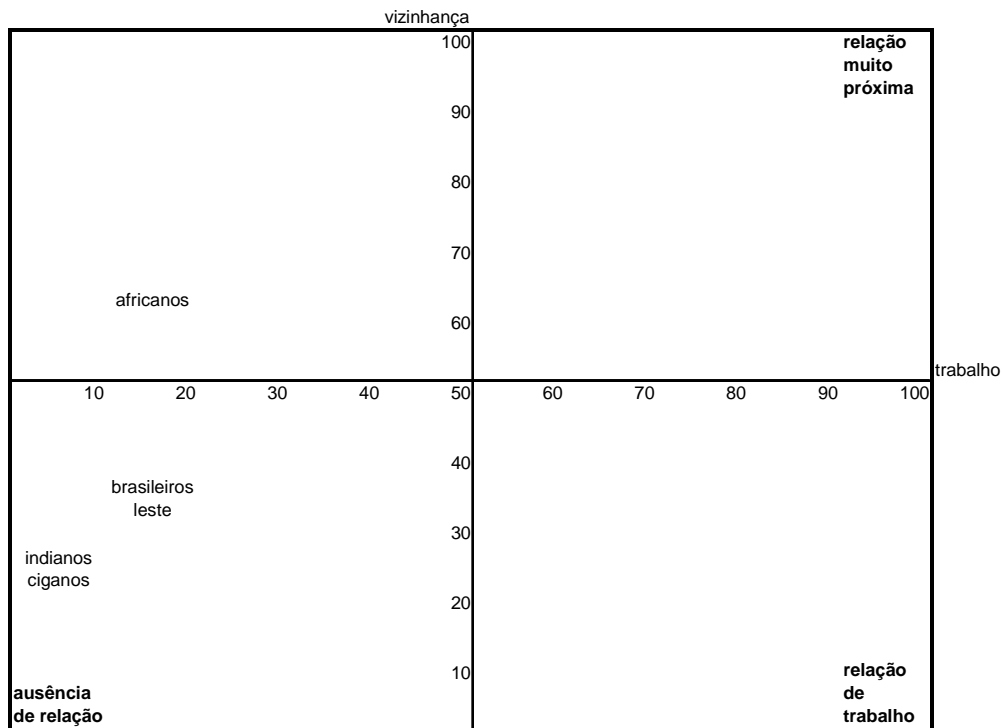
A partilha de locais de trabalho é ainda mais circunscrita. É sempre inferior a 20% e quase inexistente a relação de trabalho comum entre Lusos e ciganos (7,4% a declararem-no)².

O quadro resultante é de uma **intensidade particularmente baixa das relações de vizinhança e trabalho entre lusos e outros grupos étnicos, no Concelho de Vila Franca de Xira.**

¹ A fronteira entre etnicidade e nacionalidade não é clara. No questionário entende-se por “lusos” o cidadão caucasiano, que fala português como língua nativa; do “leste”, o imigrante caucasiano, presumivelmente vindo de um dos novos países de origem de imigração (provavelmente os inquiridos têm em mente, sobretudo ucranianos e moldavos), “africano”, o cidadão negro, independentemente da sua origem ou nacionalidade; “brasileiro”, o cidadão que fala português do Brasil, independentemente da sua pertença étnica; “indiano”, o cidadão etnicamente originário do subcontinente indiano, independentemente da sua nacionalidade e país de origem (muito provavelmente, os inquiridos teriam em mente, predominantemente, “indianos moçambicanos”, indianos e paquistaneses) e, finalmente, “ciganos”, os cidadãos, muitos deles portugueses ou espanhóis de nacionalidade, embora haja também recém-chegados, em particular romenos, do povo que se define a si próprio como “rom”, instalado entre nós há cinco séculos

² Este número pode estar um pouco inflacionado porque foram considerados no questionário à “população portuguesa” 3 cidadãos de etnia cigana. No entanto, como se trata de 3 casos em 425, o seu valor pareceu-nos negligenciável.

Relações de vizinhança e trabalho entre lusos e outros grupos étnicos



Apenas a população africana se encontra fora do quadrante que definimos como ausência de relação (baixo nível de relação de vizinhança e baixo nível de relação de trabalho).

Toda a análise que se seguirá deve ter presente este ponto de partida: a maior parte dos inquiridos não tem como referencial para as suas respostas um contacto próximo e intenso.

Sem prejuízo de que não se possa falar de ausência de contactos inter-étnicos dos lusos, no concelho, na medida em que o contacto no espaço público ganha um outro significado.

3.1.2 - A partilha do espaço público

O contacto “de consumo”, isto é, o encontro em estabelecimentos comerciais é a forma mais frequente de interacção face-a-face, ligando mais de metade dos inquiridos a Africanos, Brasileiros ou cidadãos de Leste. O mesmo ocorre com o contacto de “virar da esquina”, isto é com o encontro no espaço público aberto.

O contacto em transportes é um pouco menos frequente, mas ainda assim passando a metade dos inquiridos, no que se refere ao contacto com Africanos.

Contactos dos Lusos com outros grupos étnicos no espaço público

Nacionalidades	Estabells. Comerciais	Espaço Público	Transportes	Bairros	Outros	Nenhum	% com contacto
Africanos	332	301	251	112	108	15	96,4
Brasileiros	299	244	205	76	91	64	84,8
Leste	269	214	174	69	95	85	79,8
Ciganos	181	211	107	71	112	121	71,3
Indianos	205	175	118	62	90	153	63,7

Mas o que é particularmente significativo é que, embora não haja contacto de proximidade significativo, há um contacto relativamente frequente no espaço público, como é normal nas zonas urbanas equilibradas, em que não se geram mecanismos de segregação dos acessos a equipamentos colectivos.

Podemos pois concluir que para além do imaginário e dos estereótipos, o tipo de experiência que os inquiridos têm em mente, quando respondem a este questionário é informado, no que se refere a contactos concretos, essencialmente pela convivência no espaço público (quase total no que se refere ao contacto com africanos e superior a dois terços dos inquiridos nos restantes grupos étnicos, com excepção dos indianos).

3.1.3 - Confrontos inter-étnicos circunscritos, mas diferenciados

Não dispondo dos elementos sobre o mesmo tipo de contactos traumáticos e sua incidência no Concelho, nem sobre a incidência de tal tipo de contactos entre lusos, procederemos aqui, essencialmente, a uma análise da diferenciação interna de incidência deste tipo de fenómenos.

A “agressão verbal” é, como se esperaria, a forma de contacto problemático mais frequente. Mas a incidência do testemunho de ter sido vítima ou familiar de uma vítima de assaltos, é, sem dúvida, o resultado mais saliente deste ponto do inquérito. É anormal que atinja um valor quase idêntico ao das agressões verbais e 50% superior ao das agressões físicas. Mesmo tendo em atenção que 93% dos lusos nunca foram assaltados por ninguém de outro grupo étnico, a cifra dita pela inversa (7% já o foram) assume uma proporção que merece

atenção e mais ainda porque se identificam grupos de maior propensão a serem vítimas de contacto traumático e violento.

Problemas do inquirido ou de familiares com uma pessoa de um grupo étnico diferente

Intervalos Etários	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um
	N	N	N	N	N	%	%	%	%	%
< 35 anos	19	10	15	3	33	12,2	6,4	9,6	1,9	21,2
35-54 anos	6	6	11	3	19	3,3	3,3	6,0	1,6	10,4
>55 anos	5	3	5	0	8	5,8	3,5	5,8	0,0	9,3
Total	30	19	31	6	60	7,1	4,5	7,3	1,4	14,1

Género	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um
	N	N	N	N	N	%	%	%	%	%
Homens	15	11	13	1	30	9,5	7,0	8,2	0,6	19,0
Mulheres	15	8	18	5	30	5,6	3,0	6,7	1,9	11,2

Grau de Instrução	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um
	N	N	N	N	N	%	%	%	%	%
Primário	5	5	7	0	11	4,4	4,4	6,2	0,0	9,7
2º/3º ciclos	8	5	10	2	18	7,1	4,4	8,8	1,8	15,9
Secundário	12	7	10	2	19	10,6	6,2	8,8	1,8	16,8
Superior	3	2	3	1	8	2,7	1,8	2,7	0,9	7,1

Situação perante o trabalho	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um
	N	N	N	N	N	%	%	%	%	%
Activos	16	14	21	4	39	5,8	5,1	7,7	1,5	14,2
Não activos	12	5	8	1	16	8,6	3,6	5,8	0,7	11,5

Freguesias	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um	Assaltos	Agressões Físicas	Agressões Verbais	Outros	Pelo menos um
	N	N	N	N	N	%	%	%	%	%
Alhandra	1	1	2	1	5	3,0	3,0	6,1	3,0	15,2
Alverca	7	3	9	1	13	6,9	2,9	8,8	1,0	12,7
Cast. Ribatejo/Sobralinho	1	1	3	0	3	2,2	2,2	6,7	0,0	6,7
Póvoa de Sta Iria	5	3	3	1	10	6,1	3,7	3,7	1,2	12,2
Vialonga	10	7	10	1	15	18,2	12,7	18,2	1,8	27,3
Vila Franca de Xira	4	2	2	1	8	6,3	3,1	3,1	1,6	12,5
Forte da Casa	2	2	2	1	6	4,5	4,5	4,5	2,3	13,6

Se ensaiássemos um “retrato-robot” da vítima ou familiar de vítima de assalto por pessoa de outro grupo étnico, ele seria o seguinte: residente em Vialonga, jovem, com ensino secundário, homem, não activo.

Neste grupo cabem, em particular, os jovens estudantes, em relação aos quais este comportamento pode deixar marcas negativas para os futuros relacionamentos reais e imaginados com outras comunidades e, parece-nos que deve haver, a propósito dos contactos violentos, especial atenção à freguesia de Vialonga (adiante veremos outros factores a reforçar esta convicção) e aos jovens.

3.2 - Atitude em relação aos diferentes grupos étnicos

3.2.1 - Atitude geral positiva, com factores de risco

A atitude geral reforça a imagem que colhemos no ponto anterior. Em termos globais, a contactos relativamente distantes associa-se uma polarização fraca de atitudes em relação a diferentes grupos étnicos. De facto, 55% dos inquiridos, manifestam-se indiferentes ou sem opinião positiva ou negativa sobre nenhum dos grupos étnicos sobre os quais incide o inquirido. O que, sabendo-se que estes incluem, os recém-chegados, mas também alguns historicamente estigmatizados parece particularmente relevante. Ou seja, mais de metade da população lusa inquirida não declara ter simpatia nem antipatia inter-étnica, o que prolonga a noção de uma fragilidade de laços, que se constatou em contactos relativamente circunscritos e se estende a um imaginário marcado pela indiferença, leia-se distância.

No entanto, a população que manifesta uma opinião (45%) é importante, não apenas pelo peso proporcional que já tem, mas também porque é muito provável que antecipe a formação de opiniões com distribuição sensivelmente aproximada, por parte da restante população, com um eventual aumento da presença e do contacto de diferentes grupos étnicos.

Opinião geral dos inquiridos sobre cada um dos grupos étnicos

Grupos	Muito negativa	Negativa	Indiferente	Positiva	Muito positiva	Sem opinião	NS	Média	Rácio Pos/neg.
Indianos	3	17	190	59	9	146	1	4,16	3,4
Leste	8	24	174	90	7	121	1	4,01	3,0
Brasileiros	6	36	181	99	13	89	1	3,81	2,7
Africanos	13	57	171	115	8	60	1	3,54	1,8
Ciganos	23	71	175	47	2	106	1	3,59	0,5

Em termos globais, a opinião manifestada é positiva em relação a todos os grupos étnicos e particularmente para com os indianos e os do Leste Europeu¹. Curiosamente estes dois grupos são – com os ciganos – aqueles com os quais (cf. Figura 1) os inquiridos declararam ter menos contactos quer de vizinhança, quer de trabalho, quer no espaço público. Sendo os

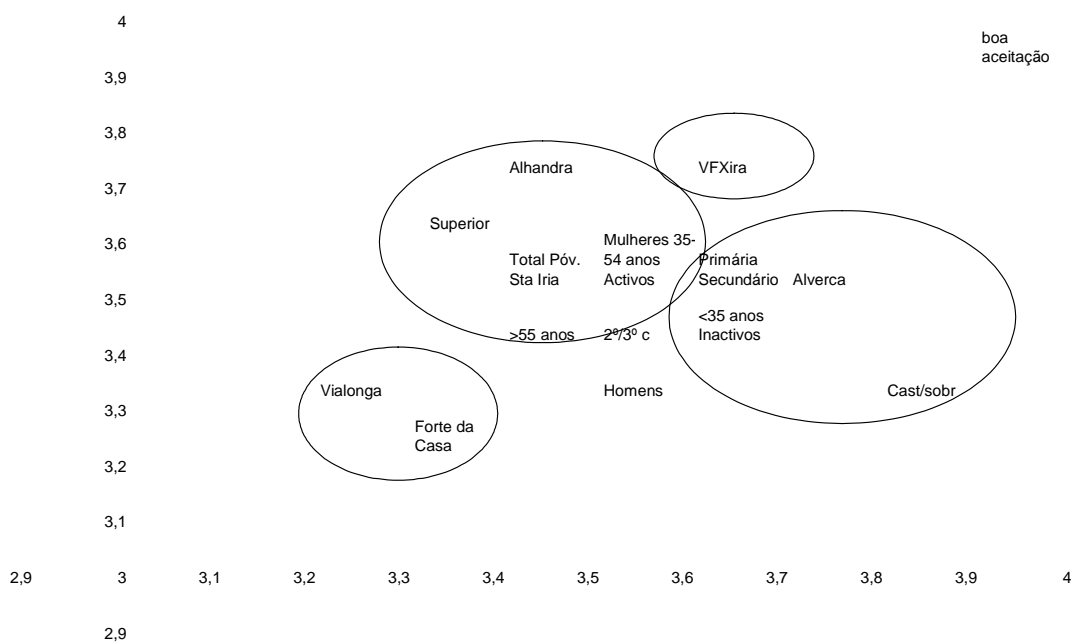
¹ Para calcular a média, as respostas foram tratadas numa escala que vai de 1 (opinião muito negativa) a 5 (opinião muito positiva). Por se entender que “sem opinião” não é necessariamente sinónimo de indiferença, mas pode ser um misto complexo de factores, que vão da ausência de contacto ao medo de responder, estas respostas não contam para as médias obtidas.

ciganos um caso à parte, a opinião em relação a uma comunidade parece tanto mais positiva quanto menor a intensidade de contacto declarada no ponto anterior. **O que, embora moderadamente, deve ser tido em consideração, nomeadamente face à evolução temporal de contactos.**

Os inquiridos, se manifestam maioritariamente “indiferença” em relação a todos os grupos em relação aos quais são inquiridos, manifestam para Indianos, cidadãos de Leste Europeu e ciganos o “sem opinião” como segunda resposta. Só que Indianos e cidadãos do Leste partilham a opinião positiva como terceira resposta e a opinião em relação aos ciganos é a única em que fora a das categorias-refúgio (indiferente e sem opinião) há mais opiniões negativas que positivas (as opiniões negativas são o dobro das positivas).

Sendo a população africana e a população cigana aquelas em relação às quais há um maior risco de surgirem tensões e opiniões negativas, que têm sempre dificuldade de se expressar em respostas a perguntas directas, consideramos importante observar as variações das médias de cada um dos subgrupos de inquiridos.

Opinião média em relação a africanos e ciganos, segundo os atributos dos inquiridos



Aqui pode notar-se que, para além dos subgrupos que expressam uma opinião, quer sobre africanos, quer sobre ciganos em torno da média, há 3 subgrupos distintos, dois deles correspondendo a potenciais riscos de “degradação de opinião” ou, mesmo de opiniões já negativas, se captadas por perguntas indirectas:

➤ grupo 1 – atitude mais positiva que a média quer em relação a africanos, quer em relação a ciganos: residentes em Vila Franca de Xira;

➤ grupo 2- atitude mais negativa que a média em relação à população africana, mas superior à média em relação à população cigana: residentes nas freguesias de Castanheira do Ribatejo e Sobralinho e Alverca; menores de 35 anos; inactivos; nível de habilitação secundária

➤ grupo 3 – atitude mais negativa que a média, quer quanto a africanos, quer quanto a ciganos: residentes nas freguesias de Vialonga e Forte da Casa

O primeiro grupo evidencia o maior cosmopolitismo da sede do Concelho e um maior sentimento de segurança da população inquirida aí residente.

O segundo apresenta fortes semelhanças com o que registámos a propósito da exposição a situações traumáticas vividas pelo próprio ou pela família e talvez seja um pouco arriscado, mas parece-nos corresponder a uma atitude de medo em relação à população africana, que pode ser prevenida, nomeadamente ao nível da segurança.

O terceiro grupo, finalmente, inclui duas freguesias que carecem de continuação de intervenção para contrariar o risco de estigmatização quer de uma quer de outra minoria: Vialonga e Forte da Casa.

Parece-nos que nos dois últimos grupos referidos residem os maiores factores de risco de surgimento de tensões inter-étnicas, a merecer um acompanhamento específico.

3.2.2 - Os problemas atribuídos aos diferentes grupos étnicos

Em consonância com o que vem sendo esboçado nos pontos anteriores, quem atribui a responsabilidade por problemas a algum dos grupos étnicos em análise, concentra-se nos ciganos e nos africanos, demonstrando que é em relação a estes dois grupos que uma maior acção positiva tem que ser desenvolvida. Convém manter sempre presente que a maior parte da população manifesta uma atitude de indiferença (apenas 45% expressam uma opinião: positiva ou negativa). No entanto, entre os que opinam não parece haver uma forte diferenciação da identificação de problemas com grupos de pertença: os grupos de pertença estão claramente hierarquizados para a generalidade dos itens, expondo-os dos “mais problemáticos” para os “menos problemáticos”: ciganos, Africanos, Leste, Brasileiros,

Indianos. Vista a questão da óptica do binómio problema/comunidade, esta dá-nos a ideia do atributo mais negativo associado a cada grupo:

- a) **conflitualidade e agressividade: ciganos**
- b) **criminalidade: Africanos, Leste**
- c) **viver em bairros degradados: Leste**
- d) **ocupam trabalho: Brasileiros, Indianos**

Eis, pois, o estereótipo racista e xenófobo a despontar: ciganos/agressivos; africanos/criminosos; brasileiros e indianos/”ladrões” de postos de trabalho. A associação dos imigrantes do Leste Europeu a bairros degradados não parece fácil de explicar, mas também é seguida muito de perto pela atribuição da associação à criminalidade. Embora com uma incidência relativamente baixa, os estereótipos racistas e xenófobos devem ser tidos em conta, em acções de prevenção da sua consolidação ou de combate, em particular no que se refere a africanos e ciganos.

Problemas atribuídos a cada grupo étnico (nº de inquiridos)

Ciganos	São conflituosos e agressivos	71
Ciganos	Traficam/consomem drogas	65
Ciganos	Originam criminalidade	61
Africanos	Originam criminalidade	55
Ciganos	Não ajudam no desenvolvimento do país	52
Africanos	São conflituosos e agressivos	49
Ciganos	Vivem em bairros degradados	47
Africanos	Vivem em bairros degradados	39
Africanos	Traficam/consomem drogas	39
Ciganos	São preguiçosos	37
Africanos	Não ajudam no desenvolvimento do país	30
Africanos	Ocupam espaços de trabalho	28
Africanos	São preguiçosos	26
Leste	Vivem em bairros degradados	26
Brasileiros	Ocupam espaços de trabalho	24
Leste	Originam criminalidade	24
Ciganos	São portadores de doença	23
Brasileiros	São preguiçosos	22
Brasileiros	Não ajudam no desenvolvimento do país	22
Leste	Ocupam espaços de trabalho	21
Leste	São conflituosos e agressivos	21

Ciganos	Ocupam espaços de trabalho	19
Leste	Traficam/consomem drogas	18
Africanos	São portadores de doença	17
Brasileiros	Originam criminalidade	17
Brasileiros	Traficam/consomem drogas	17
Leste	Não ajudam no desenvolvimento do país	17
Brasileiros	Vivem em bairros degradados	15
Brasileiros	São conflituosos e agressivos	15
Leste	São preguiçosos	12
Indianos	Ocupam espaços de trabalho	11
Indianos	Vivem em bairros degradados	11
Indianos	Traficam/consomem drogas	11
Leste	São portadores de doença	11
Indianos	Originam criminalidade	10
Brasileiros	São portadores de doença	9
Indianos	São preguiçosos	8
Indianos	Não ajudam no desenvolvimento do país	8
Indianos	São conflituosos e agressivos	7
Indianos	São portadores de doença	5

3.2.3 - Os estereótipos positivos

Estes indicadores medem a proximidade social imaginária em relação a um grupo. Se no que diz respeito aos ciganos, corrobora os estereótipos negativos, isto é, a par da associação mais forte a problemas, surge uma associação muito fraca a contributos positivos. O mesmo não ocorre em relação aos africanos que são o grupo com mais referências positivas.

Com todas as ressalvas feitas, parece-nos ter chegado a um ponto em que se pode afirmar que o grupo em maior risco de estigmatização são os ciganos, reproduzindo aliás um fenómeno centenário; por outro lado, tendem a desenvolver-se sentimentos contraditórios, potencialmente originadores de tensões com os Africanos, ao passo que a percepção das outras comunidades é (ainda?) pouco polarizada.

Tabela 5. Atributos positivos dos diferentes grupos étnicos

Brasileiros	São sociáveis, simpáticos, amistosos	119
Africanos	São sociáveis, simpáticos, amistosos	112
Africanos	Ajuda no desenvolvimento do país	101
Africanos	Trabalham tanto ou mais que as outras pessoas	90
Leste	Ajuda no desenvolvimento do país	89
Brasileiros	Ajuda no desenvolvimento do país	84
Brasileiros	Trabalham tanto ou mais que as outras pessoas	79
Leste	São sociáveis, simpáticos, amistosos	79
Leste	Trabalham tanto ou mais que as outras pessoas	76
Indianos	São sociáveis, simpáticos, amistosos	46
Indianos	Ajuda no desenvolvimento do país	44
Indianos	Trabalham tanto ou mais que as outras pessoas	35
Ciganos	Ajuda no desenvolvimento do país	27
Ciganos	São sociáveis, simpáticos, amistosos	27
Ciganos	Trabalham tanto ou mais que as outras pessoas	18

Por outro lado, há a registar uma observação, que pode ter subjacentes dois modos de convívio com os diferentes grupos. Analisando a característica positiva mais associada, surge uma curiosa dicotomia:

- a) São sociáveis, simpáticos, amistosos: Brasileiros, Africanos, Indianos, ciganos
- b) Ajudam no desenvolvimento do país: ciganos, Leste

O atributo “trabalharem tanto ou mais que os outros” aparece em último lugar para todos os grupos. Expressão de um receio de concorrência que pode transformar esta não atribuição de uma característica positiva, num novo factor de vulnerabilidade destes grupos?

3.2.4 - Igualdade de oportunidades?

Incluiu-se ainda no questionário uma pergunta para facilitar a expressão da distinção “nós/outros”, que nos dá uma aproximação ao modo como é tratada a questão da igualdade de oportunidades. Numa população em que o risco de xenofobia e racismo fosse reduzido a zero, todos concordariam que deveriam ser dadas as mesmas oportunidades e possibilidades a todos os residentes, independentemente da nacionalidade ou pertença étnica. Inversamente, numa sociedade completamente racista e xenófoba, todos achariam que não o deveriam ser.

As respostas obtidas revelam, em primeiro lugar, que o sentimento maioritário é em favor da igualdade de oportunidades e de possibilidades, dado que em todos os itens estudados a média global das respostas é superior a 2 e em alguns deles se aproxima-se de 3 (o valor da não-xenofobia e do não-racismo).

Mas estas respostas revelam também um sentimento de solidariedade mais forte do que puramente o de igualdade de oportunidades. O item que merece maior concordância é o do acesso à saúde (a doença como carência que deve ser universalmente socorrida). **E o que se segue (progressão profissional) centra-se nas segundas gerações de imigrantes e gerações vindouras, como sintoma da defesa da meritocracia: os bons filhos de quem “cá está”, devem poder “subir na vida”. Mas quanto aos seus pais...**

Grau de concordância com a igualdade de oportunidades entre grupos étnicos

	Discordo	Concordo em parte	Concordo	Sem Opinião	Ns/ Nr	Média	% de não opiniões
As mesmas possibilidades de aceder à saúde	26	31	334	27	7	2,79	8,0
As mesmas oportunidades para estudar	30	47	321	20	7	2,73	6,4
As mesmas possibilidades de aceder à habitação	55	62	276	25	7	2,56	7,5
As mesmas oportunidades de progredir na carreira profissional	71	100	221	26	7	2,38	7,8
As mesmas oportunidades profissionais	83	103	203	29	7	2,31	8,5

As opiniões são mais divididas no acesso à habitação e, sobretudo, no acesso ao trabalho. Quanto a este último, se atentarmos no que constatámos na alínea anterior, parece haver aqui sinais de uma insegurança laboral, ainda que ténue, que se manifesta na recusa de que “os outros” sejam tão bons ou melhores que “nós” e na adesão apenas mitigada à ideia de igualdade de oportunidades profissionais. Levanta-se assim ligeiramente o véu de um sentimento de fechamento do mercado de trabalho a estrangeiros ou a grupos étnicos minoritários (amalgamados neste pergunta). Dada a importância do acesso ao trabalho na definição de identidades sociais, o padrão de respostas obtido sugere a necessidade de uma monitorização da evolução deste sentimento, porque, particularmente para as pessoas em idade activa, se este indicador se agravar, pode tornar-se sinal de tensões sociais inter-étnicas significativas.

Inquiridos que concordam com a afirmação de que todos devem ter “as mesmas oportunidades profissionais” (% do total de cada grupo de inquiridos)

Forte da Casa	63,6
> 55 anos	54,7
C. Ribat/Sobralinho	53,3
Primária	53,1
Masculino	50,0
Alverca	49,0
Pop. Activa	48,9
35-54 anos	48,1
2º/3º ciclo	48,0
Total	47,8
Secundário	47,5
Vialonga	47,3
Pop. Inactiva	46,8
Feminino	46,4
< 35 anos	43,6
Superior	42,9
Póvoa Sta Iria	42,7
Alhandra	42,4
Vila Franca de Xira	40,6

Repare-se que vai emergindo desta análise um conjunto de grupos mais permeáveis ao risco de racismo e xenofobia. Neste aspecto, a resposta a esta pergunta reforça o que já foi dito sobre os mais jovens, a população com habilitações escolares intermédias e os residentes em Vialonga. Juntam-se agora ao grupo, os residentes em freguesias de antiga tradição industrial, vítimas já de reconversões económicas anteriores.

3.3 - Forças e fraquezas do sentimento de solidariedade

O sentimento de solidariedade expresso através da probabilidade de ajudar uma família, dá-nos a ideia de um contraste forte entre modos de ajudar que implicam uma dádiva “sem prejuízo” para o sujeito e aqueles que implicam “sacrifício”.

É, provavelmente, sempre assim com o sentimento de solidariedade. A solidariedade é dirigida a partir das disponibilidades de quem ajuda e não da intensidade das necessidades de quem precisa.

Em todo o caso, aqui o corte é radical: há os modos de ajuda em que se está disponível para todos os grupos étnicos (dar roupa e haveres, dar alimento, transportar um doente ao hospital); e os modos de ajuda em relação aos quais não se está disponível para nenhum dos grupos étnicos (auxiliar no tratamento de um doente; emprestar dinheiro; recolher temporariamente uma criança).

As pessoas em necessidade podem contar com um apoio de emergência, mas não podem contar com um sacrifício duradouro. E é assim de modo quase independente do grupo étnico de pertença.

Tabela 8. Probabilidade de ajudar uma família, segundo o grupo étnico

Grupo	Modo de ajuda	Nunca	Difícil	Provável	Certo
Luso	Dar roupa e haveres	9	9	97	302
Leste	Dar roupa e haveres	12	12	94	299
Brasileira	Dar roupa e haveres	12	9	100	296
Africano	Dar roupa e haveres	12	10	100	295
Indiano	Dar roupa e haveres	11	11	100	295
Cigana	Dar roupa e haveres	16	17	91	293
Luso	Dar alimentos	12	17	116	272
Indiano	Dar alimentos	16	17	113	271
Brasileira	Dar alimentos	17	15	115	270
Africano	Dar alimentos	15	18	115	269
Leste	Dar alimentos	15	17	117	268
Cigana	Dar alimentos	22	21	107	267
Luso	Transportar um doente ao hospital	152	22	0	243
Africano	Transportar um doente ao hospital	160	22	0	235
Indiano	Transportar um doente ao hospital	160	24	0	233
Brasileira	Transportar um doente ao hospital	161	24	0	232
Leste	Transportar um doente ao hospital	159	26	0	232
Cigana	Transportar um doente ao hospital	162	26	0	229
Luso	Recolher temporariamente uma criança	211	0	108	98
Africano	Recolher temporariamente uma criança	225	0	102	90

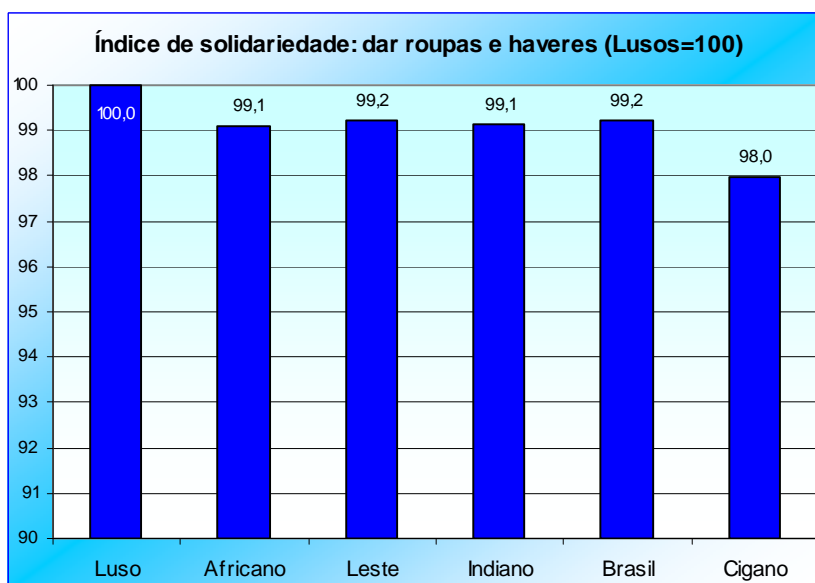
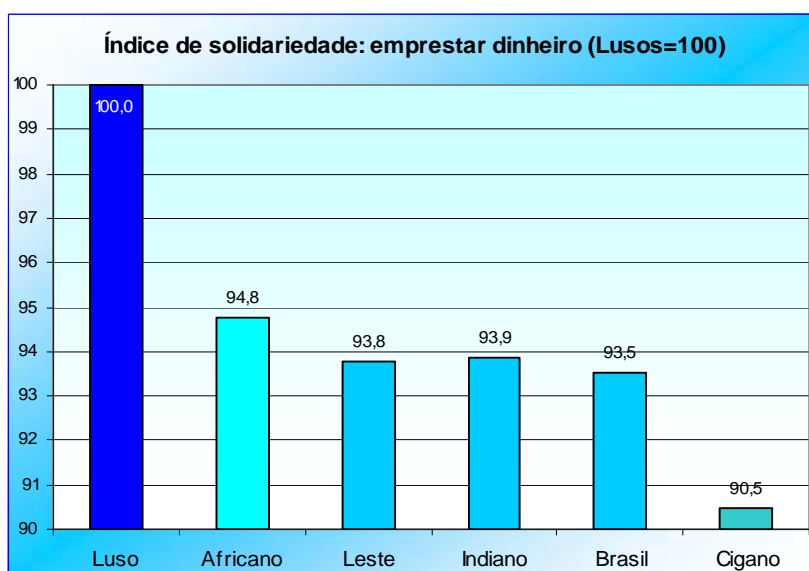
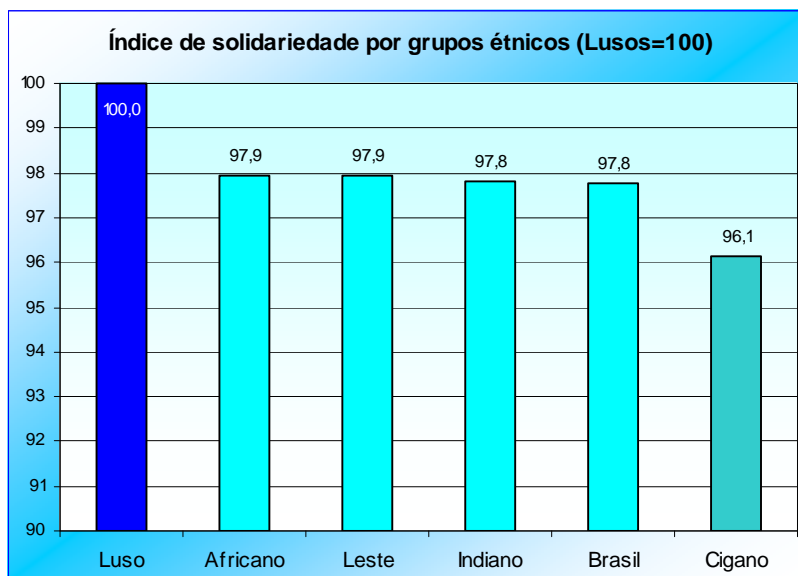
Indiano	Recolher temporariamente uma criança	227	0	100	90
Leste	Recolher temporariamente uma criança	223	0	104	90
Brasileira	Recolher temporariamente uma criança	225	0	104	88
Cigana	Recolher temporariamente uma criança	236	0	101	80
Luso	Emprestar dinheiro	172	75	120	50
Indiano	Emprestar dinheiro	195	76	103	43
Africano	Emprestar dinheiro	190	77	108	42
Brasileira	Emprestar dinheiro	194	80	101	42
Leste	Emprestar dinheiro	193	78	106	40
Cigana	Emprestar dinheiro	206	77	98	36
Luso	Auxiliar no tratamento de doente	240	34	143	0
Africano	Auxiliar no tratamento de doente	243	36	138	0
Brasileira	Auxiliar no tratamento de doente	241	33	143	0
Indiano	Auxiliar no tratamento de doente	241	35	141	0
Cigana	Auxiliar no tratamento de doente	242	39	136	0
Leste	Auxiliar no tratamento de doente	238	39	140	0

A análise do conjunto dos itens de resposta permite, por outro lado, captar um eventual “gap” de solidariedade entre a que se tem para com o próprio grupo e a que os lusos têm para com os outros. Considerando as respostas a todos os itens fica-se com um índice de solidariedade¹ e com uma aproximação ao sentimento discriminatório (medido pela menor solidariedade para com pessoas de um determinado grupo em relação à solidariedade para com pessoas do outro).

Como vimos, o principal factor de variação dos modos de ajudar são os que vinculam de algum modo duradouro o sujeito em relação aos que não o fazem, o que é uma primeira aproximação a que o “gap” de solidariedade dos lusos para com os outros grupos não seja o mais forte factor explicativo das variações.

É o que se constata da análise do índice geral de solidariedade. Existindo diferença entre a solidariedade para com lusos e a solidariedade declarada para com outros grupos ela é extremamente reduzida, diferenciando, no entanto, dois níveis de discriminação. Num patamar estão os africanos, os cidadãos do leste, indianos e brasileiros (98% do índice dos lusos) e num patamar inferior os ciganos (96%).

¹ Este índice é a média das respostas obtidas, para o conjunto dos itens, por cada grupo (considerando de 1 para “nunca” até 4 para “certamente”. O valor do índice de solidariedade com os “lusos”, foi considerado 100 e o valor dos índices referentes transformados em percentagem deste.



As diferenças, no entanto, fazem-se sentir tanto mais quanto menor a solidariedade expressa para um dado item. **Vejamos os dois casos extremos. Onde o “gap” de solidariedade inter-étnico por parte dos lusos é menor é no modo de ajuda “dar roupa e haveres”.** Como se vê no gráfico 3, neste caso, praticamente não há discriminação na solidariedade para com os diferentes grupos étnicos. **O “gap” é inferior a 1% para a generalidade dos grupos e de 2% para com os ciganos, os mais discriminados.**

Pelo contrário, no modo de ajuda “emprestar dinheiro” a discriminação é muito superior à discriminação média (**gráfico 2**). Sendo este o item em que a solidariedade com os próprios lusos atinge o valor mais baixo, julgamos poder afirmar, com alguma segurança, que também a expressão da solidariedade corrobora a observação que vem sendo feita.

Num quadro geral de muito ténues diferenciações entre grupos étnicos e de contactos relativamente circunscritos sobressaem alguns factores a merecer acompanhamento especial:

1. O grupo étnico mais próximo da estigmatização e marginalização são os ciganos;
2. Em relação aos africanos, há sentimentos contraditórios, cuja evolução deve ser cuidadosamente acompanhada;
3. Os inquiridos não se posicionam numa atitude globalmente racista ou xenófoba, mas há alguns grupos que sobressaem como merecendo especial atenção, por parecerem mais vulneráveis a que a sua opinião evolua nesse sentido: os jovens; os residentes nas freguesias de Vialonga e Forte da Casa;
4. Em casos de dificuldades acrescidas no mercado de trabalho há razões para temer algum recrudescimento de tensões sociais inter-étnicas, dado parecer que, neste domínio há uma insegurança visível dos inquiridos face à progressão de cidadãos dos grupos sobre os quais foram inquiridos.

4 - Fisionomia Socio-Identitária das Diversas Comunidades Imigrantes

A forma como cada imigrante se posiciona em relação aos seus concidadãos ou aos outros imigrantes, tomados como grupos de pessoas com as mesmas origens e afinidades linguísticas e culturais, como comunidades, foi indagada através de duas questões: quais as preferências de comunidades ou de identidades, para conviver e para se relacionar. Das afinidades ou identidades comunitárias propostas – da mesma terra, da mesma nacionalidade, da mesma etnia ou raça e com a mesma religião – pretendeu-se conhecer qual a hierarquia de identificação que cada um toma para si.

Identities preferidas para conviver

%	Serem da sua terra	Terem a sua nacionalidade	Serem da sua etnia	Terem a sua religião
Mais importante	23,8	4,9	2,8	5,9
Importante	4,5	20,8	7,3	1,6
Pouco importante	3,6	6,4	21,0	3,0
Menos importante	5,4	3,0	2,3	22,9
Não sabe/não responde	62,7	64,9	66,7	66,7
Total	100	100	100	100

N=576

Os sem opinião são majoritários mas de entre os que respondem, a importância atribuída a ser da mesma terra é superior a todas as outras, seguindo-se o ser da mesma nacionalidade. Ser da mesma raça ou etnia e em ultimo lugar, ter a mesma religião, pesam de forma bem menor que qualquer dos outros dois primeiros critérios de pertença, sendo menos tidos como aspectos de identificação e convívio social. De notar que as não respostas são menores, 63% na conterraneidade – ser da mesma terra - a reforçar esta relação de identidade.

Os mais jovens, 18 aos 34 anos, têm uma opinião mais formada que os outros grupos etários, manifestando maior inclinação para conviver com pessoas da mesma terra ou nacionalidade, e menor importância aos da mesma religião. Por géneros, os homens dão ligeiramente mais importância aos da mesma raça ou etnia.

Afinidade preferida para conviver		
Serem da sua terra	3,25	N = 215
Terem a sua nacionalidade	2,79	N = 202
Serem da sua etnia	2,32	N = 192
Terem a sua religião	1,71	N = 192
<i>Escala de 1 = menos importante a 4 = mais importante</i>		

A mesma questão posta com uma escala mais larga – de 1, o menos importante a 5, o mais importante – sobre quais as comunidades que elege para os seus relacionamentos, dá resultados significativamente diferentes, embora a ordem de preferências se mantenha inalterada: conterraneidade, nacionalidade, etnicidade, comunidade religiosa. As diferenças reduzem-se bastante porque as não respostas são também bastante mais reduzidas, entre 7% e 10%.

Preferências no relacionamento

%	Serem da sua terra	Terem a sua nacionalidade	Serem da sua etnia	Terem a sua religião
Muito importante	6,1	3,6	2,3	2,1
Importante	25,2	25,0	19,1	13,9
Indiferente	56,1	57,3	62,7	65,6
Pouco importante	4,7	4,0	5,0	5,4
Nada importante	0,7	0,9	1,2	4,0
Não sabe/não responde	7,3	9,2	9,7	9,0
Total	100	100	100	100

N=576

A identificação primeira é a pertença à mesma terra, seguida de perto da **pertença à mesma nacionalidade**. A pertença à mesma etnia/raça ou à mesma religião seguem em 3º e último lugar das preferências, mas de forma menos preponderante.

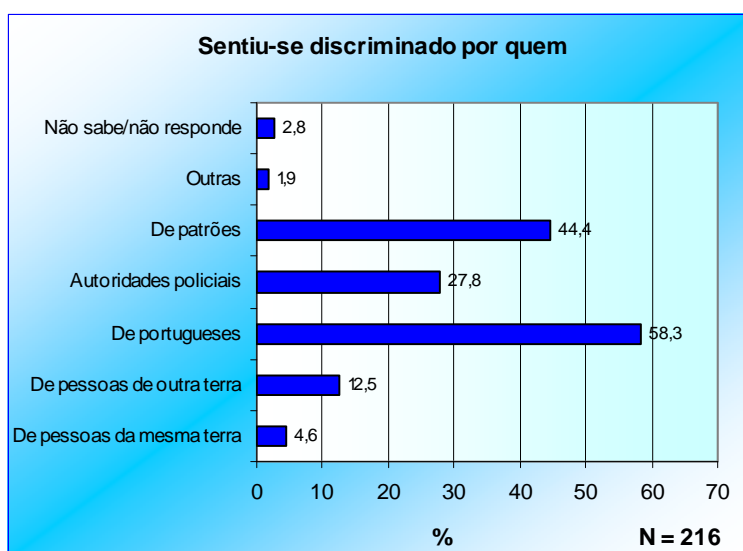
Para se relacionar prefere pessoas		
Da sua terra	3,34	N = 534
Da sua nacionalidade	3,29	N = 523
Da sua etnia	3,18	N = 520
Da sua religião	3,05	N = 524
<i>Escala de 1 = nada importante a 5 = muito importante</i>		

Os mais velhos têm todos uma opinião mais formada sobre as afinidades de relacionamento, que os de outros escalões etários sendo os mais indiferentes quanto às afinidades, ao contrário dos mais novos, que atribuem alguma importância à conterraneidade. Também as mulheres tendem a ter uma opinião mais formada sobre as afinidades de relacionamento do que os homens.

Sentimento de discriminação

Esta questão muito sensível foi por todos respondida, não houve sem respostas. A maioria dos inquiridos – **62,5%** – **nunca se sentiu discriminado em Portugal enquanto 37,5% já**. Os que se sentiram mais discriminados são Angolanos, Moçambicanos, São-tomenses, Russos, Ucrrianos.

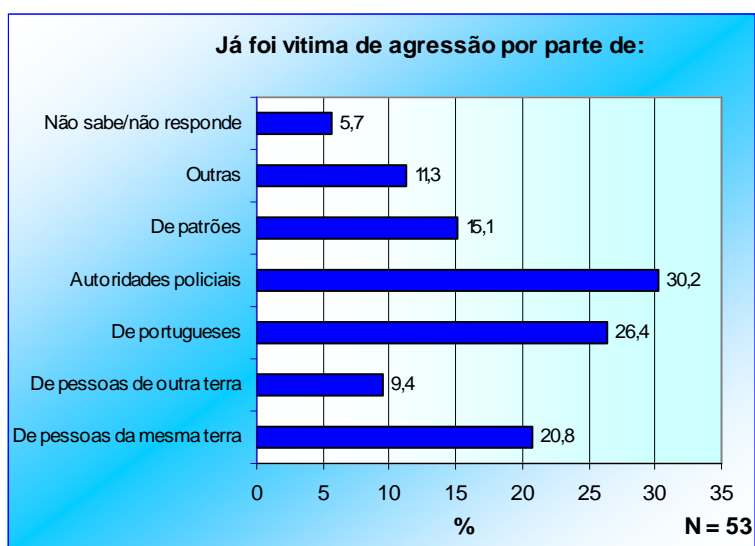
Aos que já sentiram alguma forma de discriminação, foi perguntado por parte de quem.



Esta pergunta, de resposta múltipla, esclarece-nos sobre quais são os promotores de discriminação contra os imigrantes: os portugueses no geral, patrões, agentes policiais e outros imigrantes. Curiosamente, pessoas vistas como da mesma terra ou afins, são também promotores de discriminação em 5% dos casos.

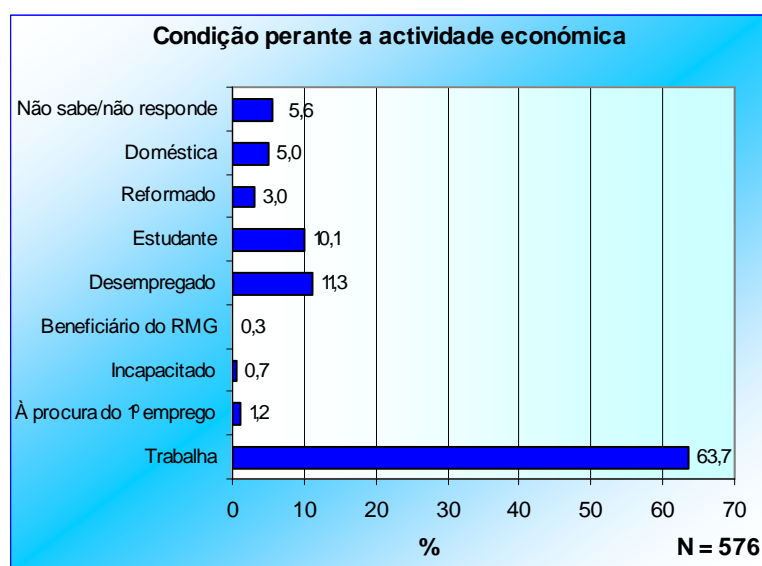
O passo seguinte à discriminação e dele decorrente é a agressão. Também aqui todos responderam à pergunta e só **9,2% foram agredidos por alguém** em Portugal, mas a esmagadora maioria, **90,8%, nunca**. Os mais agredidos foram os efectivos da Europa de Leste e os Guineenses.

Respondendo à questão **de quem parte essa agressão, ela parte em primeiro lugar das autoridades policiais**, seguindo-se por ordem decrescente, de Portugueses, e pessoas da mesma terra, de patrões, de outros não especificados e de outros imigrantes de outras terras. Temos pois uma ordem diversa nas agressões da que observamos para a discriminação.

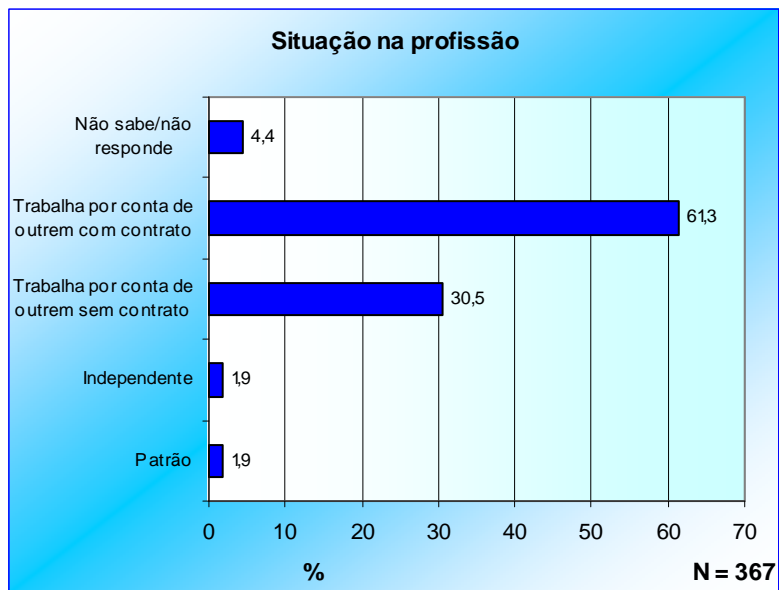


4.1 - Inserção Profissional e Percurso Social dos Imigrantes

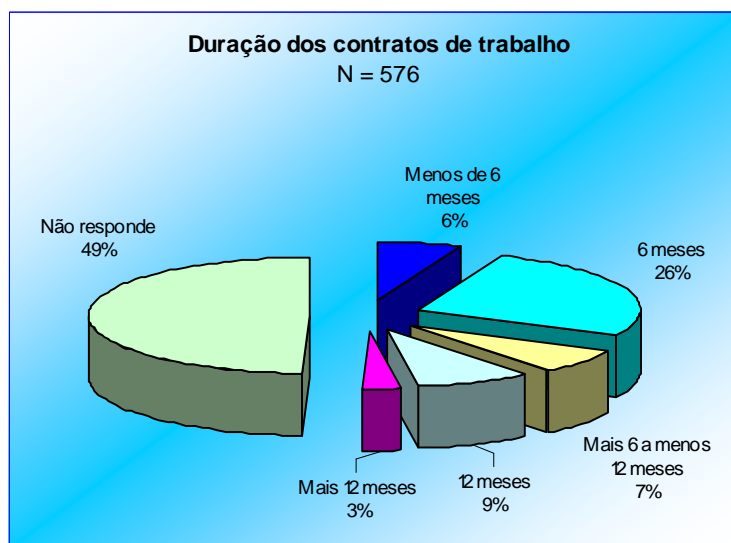
A situação perante a actividade económica é maioritariamente a de empregado, 64% dos imigrantes, mas a **taxa de desempregados** é mais elevada do que a média nacional, **11,3%**. Por nacionalidades, Angolanos, Guineenses, São-tomenses, Moldavos e Ucrrianos têm taxas de desemprego maiores enquanto Cabo-verdianos, Moçambicanos, Russos e Africanos de nacionalidade lusa, declaram-se menos desempregados do que a média. Os homens têm uma taxa de desemprego de 11,8% e as mulheres de 12,7%. De notar que a taxa que aqui apresentamos – percentagem de pessoas que se declararam desempregadas, no conjunto da amostra – é diferente da taxa de desemprego normal: número de desempregados na população activa.



A maioria dos activos **trabalha por conta de outrem – 92% – um terço dos quais sem contrato e dois terços com contrato de trabalho**. Os independentes ou os patrões são pequenas minorias.



Metade da amostra não respondeu à questão da duração dos contratos de trabalho e dos que responderam a **maioria são a 6 meses**.



A grande maioria dos que responderam a esta questão, **92%**, **trabalham 5 ou 6 dias por semana** mas uma minoria significativa – 3,4% – trabalha a semana toda.

Dias trabalhados na semana passada	
3	0,8%
4	4,0%
5	62,0%
6	29,7%
7	3,4%
Total	100%
N = 353	

O questionário foi aplicado em Outubro e foi perguntado quantos meses esteve desempregado desde o início do ano. A grande maioria esteve sempre ocupada e somente 16% **estiveram parados alguns meses**.

Meses sem trabalhar desde o início do ano

	%
Nenhum mês	84,4
1 mês	5,2
2 meses	5,2
3 ou mais meses	5,2
Total	100
N=367	

Comparando com o ano anterior, 2002, o desemprego foi mais extenso tendo a parte dos que estiveram desocupados um ou mais meses sido mais elevada, 23%.

Meses sem trabalhar no ano passado

	%
Nenhum mês	77,4
1 mês	6,0
2 meses	10,1
3 ou mais meses	6,5
Total	100
N=367	

4.1.1 - Desempregados

Dos 7 desempregados que responderam à pergunta sobre a forma como procuram emprego, todos têm falado com amigos; além disso, 2 inscreveram-se no Centro de Emprego, 2 têm falado com patrões, 4 têm lido os jornais e 1 recorreu a rede de empregadores em Portugal.

Dos que ficaram ou estavam sem trabalho, somente **15% receberam subsídio de desemprego**, 49% não e 36% não se pronunciaram. São mais os Angolanos, Moçambicanos e Cabo-verdianos que recorreram a este subsídio.

A **maioria está inscrita na Segurança Social mas 16% não**, sobretudo os imigrantes de Leste e os Brasileiros.

O desemprego de familiares ou amigos é testemunhado por **76% dos entrevistados**, enquanto **12% dizem que no presente não têm conhecimento de desempregados que lhe sejam próximos** e outros 12% não se pronunciam.

4.1.2 - Desemprego na comunidade

Sobre a questão das pessoas da sua comunidade estarem a ser mais ou menos afectadas pelo desemprego do que as de outras comunidades, **23% consideram-nas mais afectadas** enquanto que a maioria se considera identicamente afectada. O grupo que se diz mais afectado são os imigrantes do Leste Europeu, o que é compreensível face à maior taxa de desemprego que os afecta, à excepção dos Russos.

Fazendo a comparação para as mulheres, quer com os homens da mesma comunidade, quer com as mulheres doutras comunidades, **as opiniões são semelhantes em ambos os casos**. Os imigrantes de Leste sentem-se mais afectados pelo desemprego do que as restantes nacionalidades.

Desemprego na sua comunidade

%	Pessoas da sua comunidade comparativamente pessoas doutras comunidades	Mulheres da sua comunidade comparativamente aos homens	Mulheres da sua comunidade comparativamente às mulheres doutras comunidades
As mais afectadas	17,8	12,2	11,7
Um pouco mais	5,7	3,1	3,4
Igualmente afectadas	62,0	64,4	63,1
Um pouco menos	0,8	3,3	3,8
As menos afectadas	2,5	6,3	6,1
Não sabe/não responde	11,3	10,7	11,9
Total	100	100	100

N=523

O receio de perder o trabalho actual ou não ter o **contrato renovado** no seu termo está presente em **52% dos entrevistados** enquanto 36% não receiam tal eventualidade e 12% não souberam o que responder. As mulheres e os mais jovens receiam mais perder o trabalho, diminuindo esse receio com a idade.

Quanto às oportunidades conferidas pelo trabalho para **subir na vida**, as opiniões são bastante divididas: **48,8% acham que sim, 48,5% acham que não** e 2,7% não têm qualquer opinião a este respeito. Os homens em 52%, acreditam muito mais do que as mulheres, 40%, que o trabalho permite subir na vida.

Quanto à possibilidade de **regressar à terra de origem, fruto do seu trabalho, 51,8% dizem que sim e 45,8% dizem que não** enquanto 2,5% não sabem o que dizer a tal respeito.

4.1.3 - Trabalhadores por conta de outrem

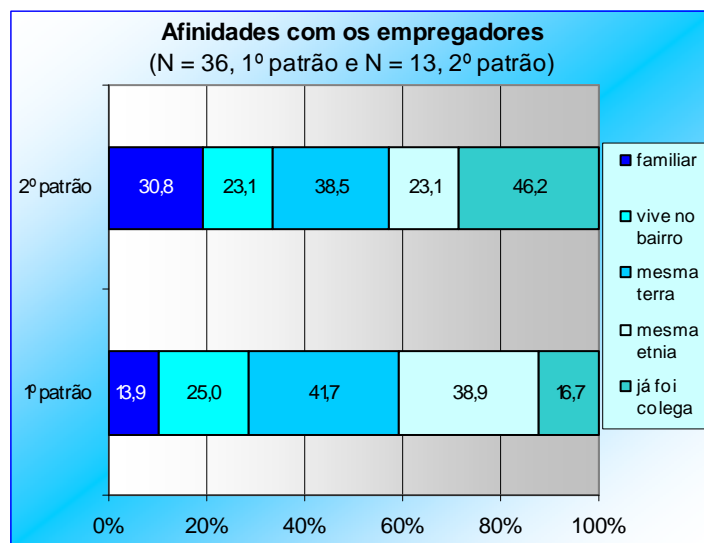
A permanência no mesmo patrão ou trabalho é mais acentuada a curto prazo, **48% por períodos até 1 ano.**

Tempo de trabalho para o mesmo patrão

	%
Até 6 meses	17,4
7 a 12 meses	30,8
2 anos	17,7
3 anos	10,2
4 anos	6,9
5 anos	5,9
6 e mais anos	11,1
Total	100

N=305

As afinidades com os patrões são de diversos tipos – a **conterraneidade e a comunidade étnica como relação mais presente com o primeiro patrão** e de **antigos colegas e conterrâneos ou familiares, com o segundo patrão**.



Somente **3% estão filiados em sindicatos ou associações profissionais** e 5% não responderam a esta pergunta. As nacionalidades com maiores taxas de sindicalizados são os Cabo-verdianos, São-tomenses e Portugueses.

A procura de trabalho passa maioritariamente (**67%**) **por contactos pessoais, com conhecidos e amigos (40%), ou com (ex) -patrões (27%)**. Seguem-se por ordem decrescente de importância, a leitura dos jornais, o recurso a angariadores de trabalho em Portugal e os centros de emprego. Três entrevistados (0,9%) referem ainda ter recorrido a angariadores de trabalho no seu país de origem.

Como arranjou o trabalho actual	%
Amigos/conhecidos	39,8
Falou directamente com o patrão	27,0
Centro de emprego	5,4
Jornais	8,0
Rede de empregadores no país de origem	0,9
Rede de empregadores em Portugal	5,7
Outro	1,7
Não sabe/não responde	11,6
Total	100

N=352

Uma vez fixados em Portugal, a rede de conhecimentos pessoais é essencial para a procura de emprego e dos entrevistados, **23% já arranjou trabalho para outros e 73% nunca**; 4% não responderam

Dos entrevistados, **14% tiveram um agente ou angariador para conseguir o trabalho actual**, 82% não precisaram e 4% não se pronunciam.

Ao chegarem pela primeira vez a Portugal, **19% tiveram um agente ou angariador para conseguir o primeiro trabalho em Portugal**, 74% não e 7% não se pronunciaram. Por nacionalidades, brasileiros, moçambicanos, moldavos e romenos têm maiores percentagens do que a média entre os que não recorreram a angariadores, enquanto angolanos, guineenses, ucranianos recorreram mais ao angariador. Os russos, todos tendo respondido à questão, repartem-se entre ter e não ter angariador.

No emprego que têm actualmente, **81,5% trabalham acompanhados, 12,5% sós** e 6% não respondem.

As relações de trabalho cruzam-se com as outras relações de pertença, e foi perguntado aos imigrantes que outras **afinidades têm com as duas pessoas com quem mais trabalham**. Se

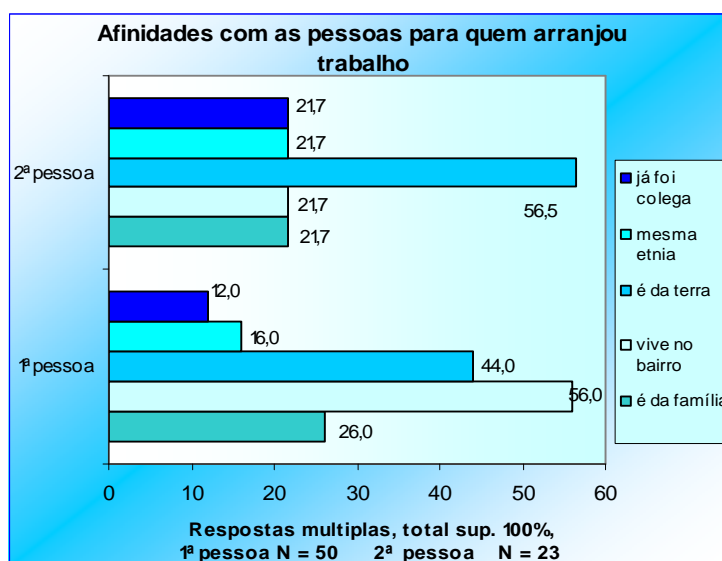
agregarmos as duas respostas temos que a **conterraneidade** é a mais corrente, seguido por ser da mesma etnia, as relações de vizinhança, ser um ex-colega e em ultimo lugar ser um familiar.

Afinidades com quem mais trabalha

%	1ª Pessoa	2ª Pessoa
É da família	9,2	4,4
Vive no bairro	30,3	36,3
É da terra	68,1	57,1
Mesma etnia	35,3	36,3
Já foi colega	11,8	14,3
Total	154,6	148,4

N=119

Quanto a **arranjar trabalho** para duas pessoas, no somatório das respostas a ambos os casos, a rede de relações é um pouco diferente, embora a **conterraneidade continue a ser o primeiro laço**, seguido da vizinhança, da família, da mesma etnia ou comunidade e em ultimo lugar, ex-colega.



4.1.4 - Trabalhadores por conta própria

Dos **8 imigrantes que têm uma actividade por conta própria**, como patrões, (1,4% da amostra), só um procurou ajuda de alguém para montar o seu negócio e essa ajuda foi dum familiar. Destes 8, 3 já recrutaram gente para trabalhar com eles, todos entre familiares. Outros **8 imigrantes** têm uma actividade como **independentes**, e no conjunto dos 16 trabalhando por conta

própria; 7 são Cabo-verdianos, o que é revelador do dinamismo que esta comunidade revela e que já registámos num estudo idêntico para o Concelho da Amadora.

4.1.5 - Mulheres

Um dos objectivos deste inquérito foi conhecer a integração da mulher imigrante. Embora um quarto das entrevistadas não se tivesse pronunciado, o que pode indiciar algum sentimento de discriminação, **20% dizem ter-se sentido alguma vez discriminadas no acesso a um emprego por serem mulheres e 55% nunca.**

Quanto a terem **perdido um emprego por serem mulheres, 17% dizem que sim e 57% dizem que nunca** tal lhes aconteceu, e os mesmos 25% não responderam.

Sempre com os mesmos 25% de não respostas, **53% das mulheres sentem dificuldades em conciliar trabalho com a vida familiar e 22% dizem que não.**

4.1.6 - Perspectivas profissionais e de vida

Sabendo-se que muitos imigrantes – sobretudo os recém-chegados e os de países do Leste Europeu – detêm uma formação ou profissão que não é aplicada ao que fazem actualmente, foi indagado até que ponto estariam **dispostos a exercer a sua efectiva profissão mas ganhando o mesmo: 37% disseram-se disponíveis, 40% não** e 23% não souberam o que dizer. Os mais receptivos são os Angolanos, Moçambicanos, Brasileiros e as comunidades do Leste Europeu, os menos são os Guineenses, Cabo-verdianos, São-tomenses, e Luso-Africanos (originários dos PALOP com nacionalidade portuguesa). Os homens, 41%, são muito mais receptivos a trabalhar no seu ofício pelo mesmo salário do que as mulheres, 31%, e os jovens (43% de favoráveis) mais receptivos que os idosos ou de “meia idade” (45% contra).

Quanto à disponibilidade para **mudar de trabalho** na hipótese de surgir uma boa oportunidade, a atitude reflectida – “só aceitaria em determinadas condições” – foi a resposta dominante para as quatro deslocações propostas: dentro da Área Metropolitana de Lisboa (AML) mas fora do Concelho de Vila Franca, para outra região de Portugal, para fora de Portugal, **para o país de origem. Este último é o que congrega menos respostas favoráveis e mais negativas ou indecisões.** A disponibilidade para se deslocar em trabalho na AML e em Portugal é **prevalecente – 77% e 71% respectivamente.**

Se surgisse uma boa oportunidade de trabalho

%	Noutro concelho da AML	Noutra região de Portugal	Fora de Portugal	No país de origem
Aceitaria imediatamente	17,2	9,9	6,9	11,3
Aceitaria em determinadas condições	60,1	60,6	56,1	47,9
Nunca aceitaria	12,8	18,1	24,3	26,4
Não sabe/não responde	9,9	11,5	12,7	14,4
Total	100	100	100	100

N=576

Por nacionalidades, **os imigrantes do Leste Europeu tendem mais a aceitar de imediato retornar ao seu país** que a média da amostra, enquanto os Cabo-verdianos e os São-tomenses contam as maiores percentagens dos que nunca regressariam ao seu país, atitude comum aos naturais de regiões insulares.

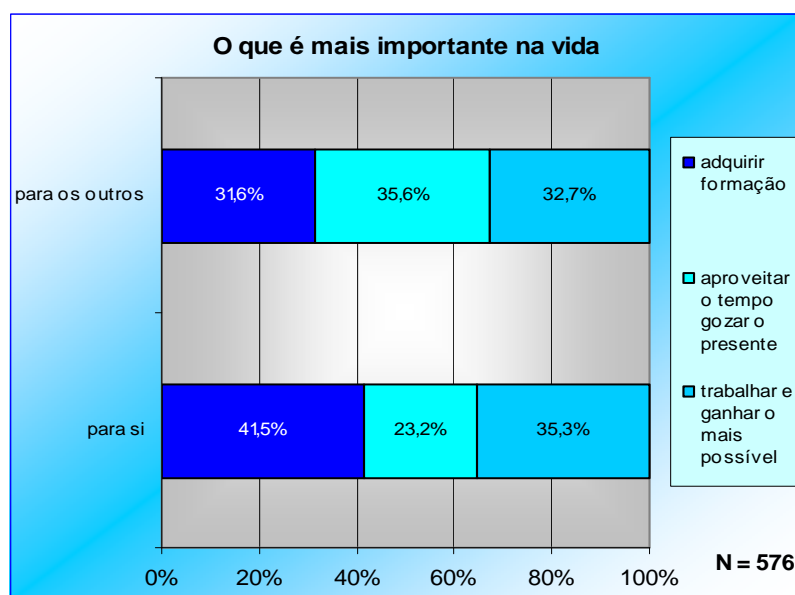
Sobre as **prioridades de vida** para o próprio comparativamente com o que propõe para os outros, a atitude é de mais exigência para si mesmo – trabalhar mais ou formar-se mais – do que para os outros.

Por outro lado, a indecisão quanto a gozar o tempo presente é a que reúne mais respostas (53%), depois de querer mais formação para si mesmo (54%), do que para os outros (15%).

Quanto a trabalhar mais e ganhar mais tem as respostas mais repartidas entre para si; 46%, para os outros, 16% e 38% de indecisos entre uma e outra hipótese.

Os jovens preferem adquirir formação (64%), os de meia idade trabalhar e ganhar o mais possível (56%) e os idosos gozar o tempo presente (43%). As mulheres preferem ligeiramente mais a formação profissional do que os homens e francamente menos do que os homens trabalhar e ganhar o mais possível – 43% delas e 49% deles.

O quadro seguinte dá-nos a leitura das mesmas respostas sem as não sabe/não responde.



Perguntou-se também aos entrevistados o que considera **mais importante para si mesmo: em primeiro lugar é ter mais tempo com a família, (59% de (mais) importante e 16% de (menos) importante)**. Em segundo lugar vem o ter mais tempo para trabalhar (48%), em terceiro lugar o ir à escola ou ter formação profissional (40%), em quarto lugar ter mais tempo com os amigos (21%) e em último lugar, ter mais tempos livres (14% de (mais) importante e 53% de (menos) importante).

Esta hierarquia de preferências em pontuação de 1- o menos importante a 5 - o mais importante temos:

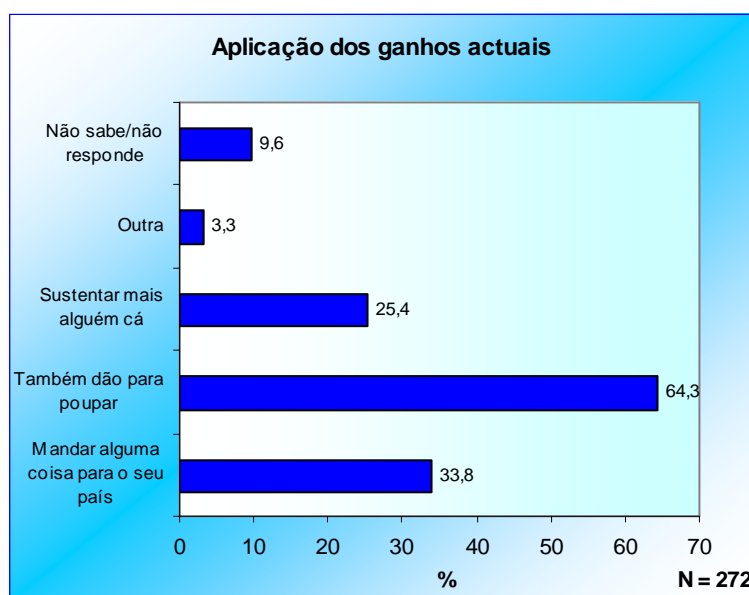
Preferências a curto prazo (de 1 a 5)	
Ter mais tempo com a família	3,68
Trabalhar mais tempo	3,29
Ir à escola/formação	2,91
Ter mais tempo com os amigos	2,78
Ter mais tempos livres	2,40

Angolanos e imigrantes de Leste são mais numerosos a preferirem trabalhar mais e ganharem mais que a média da amostra, enquanto os Brasileiros e São-tomenses tendem a ser mais indecisos a esse respeito.

Na **avaliação dos ganhos actuais** pelo próprio, é visível uma repartição muito equilibrada das respostas entre **suficientes para cá viver (47%), e insuficientes (46%),** e somente 7% foram

incapazes de se posicionar a tal respeito. Os mais insatisfeitos são os Angolanos, Cabo-verdianos e Guineenses, declarando-se as restantes nacionalidades acima da média de “ganhos suficientes para cá viver”.

Dos que consideram suficiente para cá viver a repartição dos ganhos extra são assim distribuídos:



Tendo em conta a sua **real experiência profissional e o que faz agora, 36% sentem-se realizados profissionalmente, 44% não** e 20% não sabem o que dizer a esse respeito. Os imigrantes do Leste Europeu e os Brasileiros são os menos realizados enquanto os Cabo-verdianos, Angolanos e Luso-Africanos, os mais satisfeitos profissionalmente.

As mulheres têm menos opinião formada do que os homens a este respeito; os jovens estão menos realizados profissionalmente (52%), e os de meia idade (35 aos 54 anos) mais satisfeitos (49%).

Actualmente 29% procuram outro trabalho, 52% não e 19% nada dizem. São os Brasileiros e as comunidades do Leste Europeu os que mais procuravam novo emprego na altura do inquérito. São 33% de jovens a procurarem novo trabalho, o grupo etário mais empreendedor neste aspecto.

4.1.7 - Mobilidade

A maioria dos entrevistados **centra a sua actividade e deslocações no próprio concelho** - **65% trabalham ou estudam no concelho e 26% fora** - e 9% não responderam a esta pergunta.

A distribuição do **tempo de percurso gasto entre a casa e o trabalho** ou escola é semelhante ao da população em geral, sendo a média de **47 minutos** de percurso:

Tempo de Percurso Casa/ Trabalho	
Até 15 min	8%
16 a 30 min	33%
31 a 45 min	24%
46 a 60 min	18%
Mais de 60 min	16%
Não sabe/não responde	9%

O modo de transporte entre casa – trabalho/escola é:

Meios de Transporte	
Autocarro	56%
Comboio	17%
A pé	16%
Carro	16%
Transporte do empregador	12%

4.1.8 - Chegada a Portugal

Os meios de subsistência quando chegaram a Portugal eram:

Meios de Subsistência	
Viviam do seu trabalho	42%
De rendimentos próprios	30%
A cargo da família	29%

Quanto ao seu percurso em Portugal, **63% estiveram sempre no Concelho de Vila Franca de Xira, 22% não**, tendo vivido noutras localidades portuguesas e 15% não responderam.

A maioria veio directamente para Portugal pois **69% não trabalhou num país da UE antes de Portugal**, e somente 3% sim, não tendo respondido 28%.

Os Africanos vieram mais em família e os imigrantes do Leste Europeu mais em grupo.

No meio de transporte usado, alguns usaram mais do que um meio pelo que houve respostas múltiplas.

Como veio para Portugal

	%
Só	36,6
Em grupo	16,7
Com a família	38,4
Não sabe/não responde	8,3
Total	100

N=576

Como chegou a Portugal

	%
Comboio	1,7
Camioneta	11,8
Avião	78,6
Outro	0,7
Não sabe/não responde	9,0
Total	101,9

N=576

A maioria (**79%**) **declara-se imigrante legal**, mas **12% dizem não ter autorização de residência e 9% não se pronunciam**, o que pode ser indicador de não estar autorizado.

Por nacionalidades, os imigrantes de Leste são os que têm maiores percentagens de não legais do que a média, enquanto que Angolanos e Moçambicanos tiveram maiores percentagens de não resposta a esta pergunta e os Cabo-verdianos uma atitude repartida entre declararem-se não legais e não responderem à questão.

Nesta amostra, os Africanos são os que estão há mais tempo em Portugal, (2 entrevistados há 50 anos), os Brasileiros desde os últimos 13 anos e os dos países de Leste desde há 8 anos.

A imigração em Vila Franca de Xira, como em toda a Área Metropolitana de Lisboa, é um fenómeno em desenvolvimento constante nas últimas décadas. Na amostra, 5% das pessoas chegaram nos últimos meses. A **média de permanência** por entrevistado é de **11 anos**.

Tempo de permanência em Portugal (%)	
Há 1 ano	4,7
2 a 5 anos	29,9
6 a 9 anos	12,3
10 a 14 anos	14,9
15 a 20 anos	14,9
20 anos e mais	13,9
Não sabe/não responde	9,4
<i>Total</i>	100

4.1.9 - Formação profissional

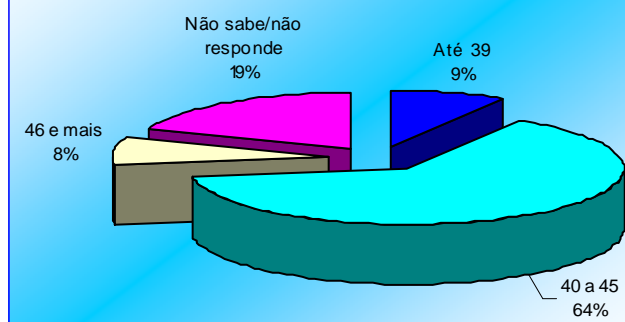
A preparação é reduzida entre os imigrantes pois **22% dizem ter formação profissional, e 66% não** enquanto 12% não responderam à pergunta o que pode indiciar uma maior percentagem de sem formação. Esta situação é tanto mais grave quanto **somente 8 entrevistados, 1,4% da amostra, frequentavam uma acção de formação profissional** aquando do inquérito.

Quanto ao aprendizado do Português, 14% dizem ter aprendido na escola. Os que se dizem mais preparados são os Brasileiros, Russos, Ucrânicos e Luso-Africanos. Os Brasileiros e Guineenses eram a maioria dos formandos.

4.1.10 - Tempo de trabalho

O tempo de trabalho semanal declarado pelos entrevistados foi em média de **39 horas semanais**, entre um mínimo de 1 hora (1 caso) e um máximo de 98 horas/semanais (1 caso).

Horas trabalhadas por semana
N = 367

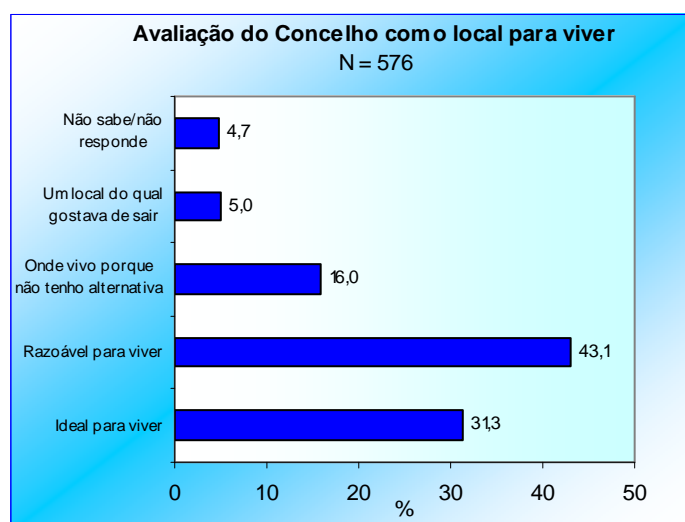


4.2 - Inserção Sócio-Residencial e Enquadramento das Comunidades no Concelho

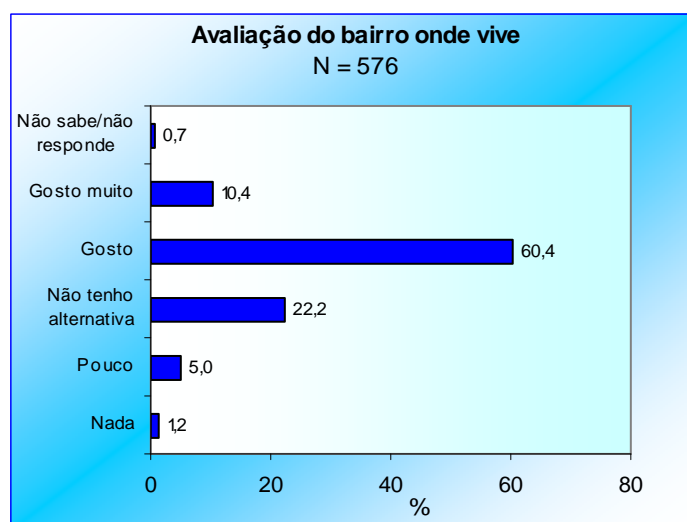
O questionário iniciava-se com uma pergunta sobre o Concelho de residência, Vila Franca de Xira, e a apreciação dos inquiridos imigrantes, **é positiva, para 74% dos que responderam** e somente 5% não responderam ou não sabiam.

Esta valoração ultrapassa outras apreciações de imigrantes residentes em outros concelhos da AML. No conjunto das **avaliações negativas, são 21%**.

A **avaliação sobre o bairro ou localidade de residência também é bastante positiva** embora não em tão grande proporção quanto para o Concelho: 71% emitem uma apreciação positiva ou muito positiva e 28% negativa a resignada.



Arcena, Forte da Casa e Vila Franca de Xira são as que registam maiores percentagens de descontentes, enquanto que a Vialonga é a mais apreciada. Note-se o que se disse na parte I deste estudo sobre estas localidades.



Cruzando as duas anteriores avaliações pela freguesia de residência, temos as seguintes apreciações do bairro onde vive e do Concelho.

Nas Freguesias de:	Do bairro onde mora	Do Concelho de Vila Franca Xira
Alhandra	*	-
Alverca	=	=
Castanheira/Sobralinho	+	-
Povoa	+	=
Vialonga	+	+
Vila Franca Xira	=	+
Forte da Casa	-	-
Média da amostra	71% gosta (muito), 6% gosta pouco ou nada	74% ideal ou razoável para viver, 21% para sair
Avaliação acima da média (+), abaixo da média (-) e igual à média (=)		

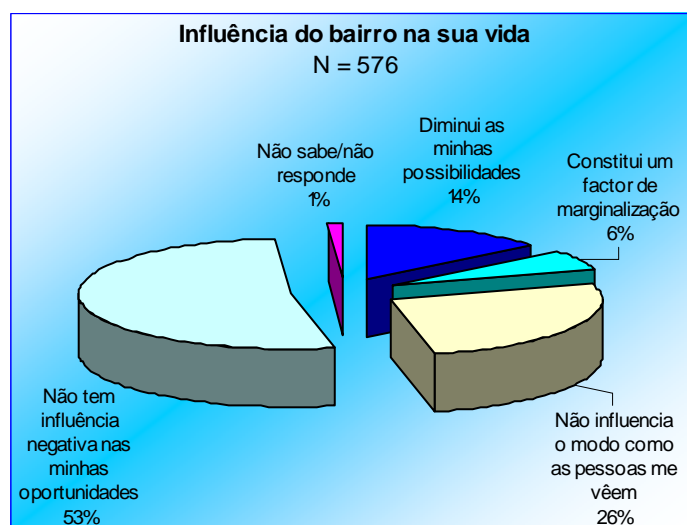
* 32% dizem-se "sem alternativa para mudar", acima dos 22% da média da amostra.

N=576

Os homens tendem a apreciar ligeiramente mais o Concelho do que as mulheres e a apreciação do bairro vai aumentando com a idade, identicamente ao que já observamos noutra concelho da AML. Por nacionalidades não há grandes variações, à excepção dos Russos que tendem mais a querer deixar o bairro onde vivem.

Os imigrantes na sua maioria, **79%**, **não se sentem afectados na imagem ou nas suas oportunidades de vida pelo facto de morarem onde moram**, ao contrário de os outros 20% que se sentem diminuídos ou marginalizados por tal facto. De realçar as poucas não respostas, 1%, o

que denota uma ideia clara sobre esta questão. As mulheres ligeiramente mais do que os homens – 16% e 13%, respectivamente – dizem reduzir-lhes as suas possibilidades sociais o facto de residirem onde residem.



Fazendo o cruzamento desta apreciação por freguesias de residência, e embora em todas a maioria considere positiva a influência nas suas oportunidades de vida, essa maioria é inferior à média nas freguesias de Forte da Casa, Sobralinho e Castanheira do Ribatejo.

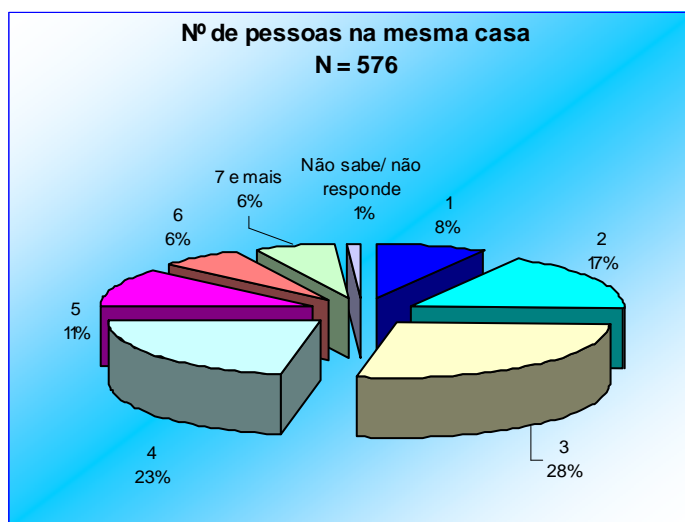
4.2.1 - Habitação

Sobre as características do alojamento este é em **apartamento** – **88%**, ou em quartos – 10%, sendo os restantes **2% em barraca**.

Forma de Alojamento	%
Casa	86,6
Barraca	1,7
Quarto camarário sem contrato	2,3
Quarto camarário com contrato	2,4
Quarto camarário arrendado a particular sem contrato	1,4
Quarto camarário arrendado a particular com contrato	1,6
Quarto camarário emprestado	0,3
Quarto alugado	1,6
Casa alugada	1,4
Outra	0,5
Não sabe/não responde	0,2
Total	100

O número de moradores por alojamento é bastante variável e deve revestir formas de agrupamento entre colegas, conterrâneos e de famílias extensas ou em coabitação.

A casa tem água canalizada em 96% dos casos, electricidade em 95% dos casos e em 94% casos esgoto.



A casa está equipada com:

Equipamentos	%
Cozinha própria	90,1
Casa-de-banho própria	88,4
Um quarto só para si	79,7
Frigorífico	95,3
Fogão	96,0
Esquentador	88,9
Telefone próprio	25,7
Telemóvel	91,5
Televisão	98,1
Vídeo	47,4
Computador pessoal	16,8
Aparelhagem	74,1
Aspirador	36,3
Micro-ondas	59,5
Máquina de lavar roupa	73,4
Máquina de lavar loiça	6,8
Automóvel	14,8

N = 575

Dos 15 % inquiridos que têm carro, 60% têm um e 6% têm dois, enquanto 34% não especificaram quantos.

As divisões da casa são:

Nº divisões	% dos Alojamentos
1	5
2	26
3	43
4	21
5 e mais divisões	6
Total	100

N=552

4.2.2 - Integração do próprio e dos filhos

Dos 366 inquiridos que têm filhos, vão à escola:

	%
Todos	55,2
Alguns	9,6
Nenhum	15,8
Ns/nr	19,4
Total	100

N=366

Dos 93 inquiridos cujos **filhos deixaram a escola**, as razões, uma ou várias, foram:

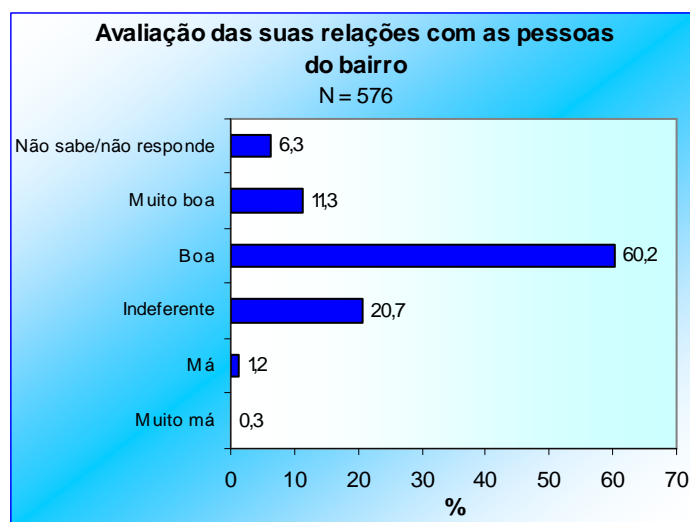
	%
Eram um grande encargo para os pais	10,8
Já tinham habilitações suficientes	11,8
Não viam grandes perspectivas	18,3
Tinham de trabalhar para ajudar em casa	17,2
Por serem mulheres	1,1
Outras	7,5
Ns/nr	45,2

N=366

Aqui a elevada percentagem de não respostas (42 entrevistados) é grave quer por nos deixar escapar alguma outra razão que não se encontra entre as sugeridas, quer pela possível injustificação ou irrazoabilidade para as mesmas, factor que exigirá um maior aprofundamento em sede própria. Uma possível inadaptação ou inadequação ao ensino, sempre possível para muitos, parece posto de parte para muitos outros, à luz dos resultados na pergunta seguinte. Por nacionalidades, são os Angolanos, Brasileiros e Moçambicanos que menos razões apresentam para tirar os filhos da escola, enquanto que os dos restantes PALOP, incluindo os de nacionalidade portuguesa, davam alguma das razões propostas – não viam perspectivas ou era um encargo.

Dos 237 imigrantes que responderam, no ano escolar anterior, **88% dos filhos tiveram aproveitamento escolar, 8% não** e 4% não responderam à pergunta. Por nacionalidades, Brasileiros, Ucrrianos e Russos mostraram maior desconhecimento sobre o aproveitamento dos filhos do que a média da amostra, enquanto Cabo-verdianos, Guineenses e Moçambicanos declararam aproveitamento escolar dos filhos, em percentagens mais elevadas do que o conjunto da amostra. Segundo os mesmos inquiridos, **92% responderam que os filhos estão bem integrados na escola e 3% que não**, enquanto 5% não responderam à questão.

A boa integração não é só dos filhos na escola mas também dos pais no bairro: somente **2% se dizem de mal com os seus vizinhos**, e mesmo na possibilidade de os que não se pronunciaram sobre tal questão poderem também estar de más relações, seriam 8% no total.



4.2.3 - Inserção associativa

Sobre a adesão a alguma colectividade ou clube, **21% pertencem a** (pelo menos) **uma associação**, maioritariamente homens e de meia-idade, a qual se dedica a uma ou várias das seguintes actividades:

	%
Actividades escolares	4,1
Desporto	19,0
Cultura	57,0
Regional	7,4
Religiosa	6,6
Étnica	51,2
Outra	11,6

Por nacionalidades, os Cabo-verdianos e Guineenses são os que declaram mais participantes, na ordem dos 40%, taxa de associativismo que ascende ao dobro da média.

Saúde e Participação eleitoral

Uma das questões sensíveis é a prestação de cuidados de saúde:

82% foram ao Centro de Saúde e 8% ao médico particular

85% estão inscritos no Centro de Saúde

82% já foram tratados no Centro de Saúde

Quanto à integração de imigrantes pela **participação nas eleições autárquicas**, permitida a cidadãos da UE, e de alguns PALOP,

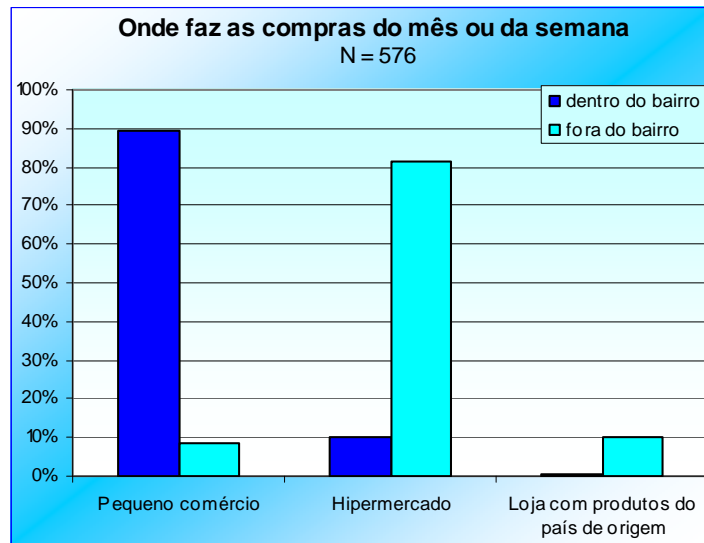
27% têm direito a votar em Portugal

e destes

84% estão recenseados eleitoralmente e 55% votaram em eleições autárquicas.

4.2.4 - Abastecimento

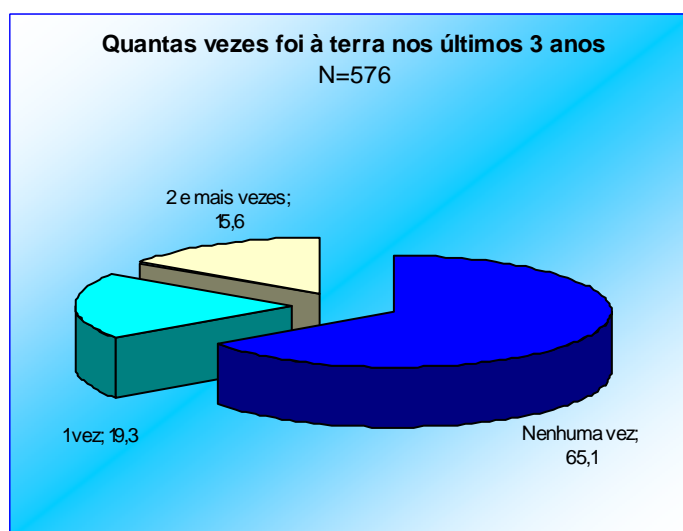
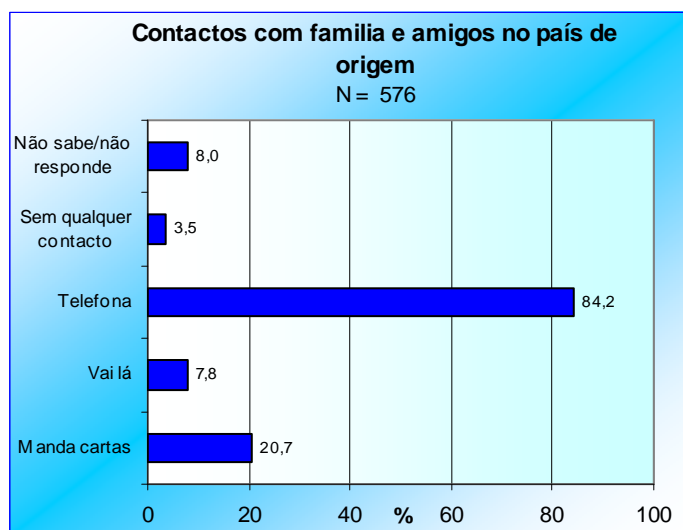
Uma das formas de inserção local e de estabelecimento de laços de proximidade é pelo abastecimento no comércio local. A repartição é clara entre o pequeno comércio dentro do bairro de residência e o abastecimento em hipermercados e lojas especializadas de produtos vindos do país de origem, situados fora do bairro



4.3 - Práticas e Relacionamentos Intracomunitários dos Imigrantes do Concelho

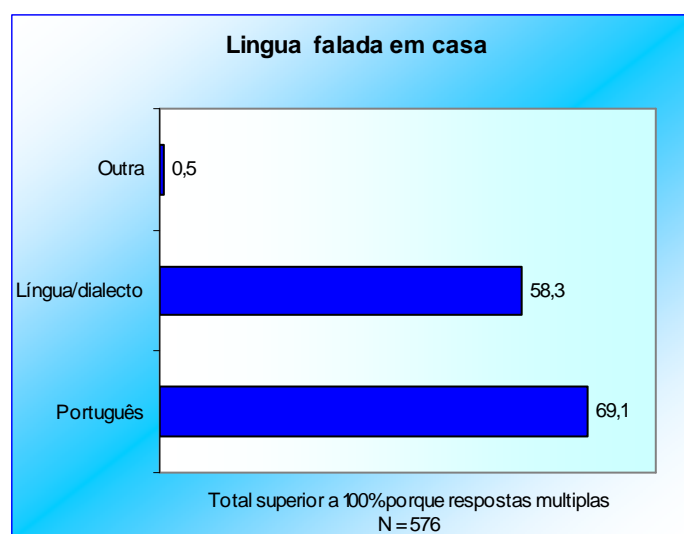
4.3.1 - Laços dos imigrantes com a sua comunidade no Concelho e com o seu país de origem

Os contactos com o país de origem são telefónicos – 84%, e 21% por via postal. Só 8% é que foram à terra de origem nos últimos 3 anos e provavelmente 12% – se incluirmos as não respostas – não têm qualquer contacto com o país ou família longínqua. Ressalve-se o facto de no conjunto da amostra, 31% dizerem-se naturais da região de Lisboa e os Africanos serem maioritariamente dali naturais, à excepção dos Moçambicanos, repartidos entre naturais de Portugal ou de Moçambique.



O distanciamento é reforçado pelo facto de **65% dos inquiridos não terem ido à sua pátria nos últimos 3 anos**. Quanto aos 16% que indicam terem ido duas ou mais vezes à sua terra poderá ter sido por razões de carência de trabalho. Por nacionalidades, quem foi mais vezes ao país de origem nos últimos três anos foram os Angolanos, Cabo-verdianos e São-tomenses.

De recordar que este inquérito abrange os oriundos, em 1ª ou 2ª geração, dos PALOP, pelo que muitos **falam português – 69%**. Por outro lado, sendo uma questão de resposta múltipla, infere-se que 10% dos que dizem falar português, falam também outra língua ou dialecto.



A importância atribuída pelos imigrantes das diversas comunidades às formas de relacionamento social e convival é hierarquizada conforme as situações ou eventos: **os casamentos e baptizados e as festas tradicionais são os momentos mais familiares ou comunitários a viver dentro da mesma identidade cultural ou com laços de parentesco.**

Seguem-se as actividades culturais e recreativas que têm associado uma conotação de identidade forte. As brincadeiras entre crianças e a conversa ocasional, o convívio no café, o ir ao futebol são os que exigem uma menor identidade étnica ou nacional e permitem uma maior aproximação entre diversas comunidades.

Importância do convívio com pessoas da mesma terra/nacionalidade/etnia/religião nas seguintes situações:						
%	Festas tradicionais	Casamentos/baptizados	Brincadeiras de crianças	Ir ao futebol	Grupos desportivos, culturais, sindicatos	Conversar, encontrar-se no café
Muito importante	11,6	12,8	9,0	4,3	7,3	6,6
Importante	37,3	34,9	27,3	25,5	29,3	26,4
Indiferente	40,1	38,4	46,4	53,0	46,0	48,3
Pouco importante	5,0	4,7	6,1	7,6	6,9	5,7
Nada importante	0,5	0,9	2,4	1,6	1,7	4,2
Ns/nr	5,4	8,3	8,9	8,0	8,7	8,9
<i>Total</i>	100	100	100	100	100	100
Média global	3,58	3,59	3,28	3,25	3,37	3,28
N	545	528	525	530	526	525
Nível de importância	2º	1º	4º	5º	3º	4º
<i>Escala de 1 = nada importante a 5 = muito importante</i>						

A importância atribuída ao convívio com os seus pares e afins vai crescendo com a idade em todos os parâmetros sugeridos, quer pela maior formação de opinião a esse respeito, quer pela diminuição de indiferentes.

A maioria já **foi a festividades em Portugal – 64%**, o que indicia uma forma de integração e relacionamento activo, independentemente do tempo de permanência.

4.3.2 - Relações intercomunitárias e com a população portuguesa no Concelho

A proximidade cultural, já detectada atrás, está aqui também patente nos convites recebidos e participações efectivas em encontros: embora a presença em festas de outras comunidades seja grande – **75% já foram a festas promovidas por pessoas de outras nacionalidades** – a maioria é intra-comunitária – **95%**.

Convites para aniversários, baptizados, casamentos, festas tradicionais			
%	Em Portugal	Pessoas da mesma comunidade	Pessoas de outras comunidades
Sim	63,9	95,1	75,0
Não	33,5	3,8	23,4
Não sabe/não responde	2,6	1,1	1,6
Total	100	100	100
N	576	368	368

De salientar a maior abertura dos efectivos femininos comparativamente aos masculinos para o relacionamento com outras comunidades: **85% das mulheres e 72% dos homens estiveram em festas de outras culturas ou nacionalidades.**

4.4 - Expectativas, Atitudes e Opiniões dos Imigrantes

4.4.1 - Imagem do imigrante sobre si mesmo

O sentido de **pertença à comunidade local, a terra, e sentirem-se como trabalhadores, são os mais fortes traços identitários** – 2,71 e 2,69 – respectivamente, o que por si só indica um sentimento de integração local e social mais acentuado do que as outras identidades propostas – ser português, pobre, imigrante ou da classe média.

Como se vê a si próprio						
%	Membro da classe média	Trabalhador	Pobre	Membro da terra	Português	Imigrante
Nada	29,7	4,3	19,8	2,6	21,4	10,9
Pouco	48,6	19,6	34,4	21,2	43,2	30,2
Muito	10,8	68,2	36,3	66,5	25,9	49,0
Ns/nr	10,9	7,8	9,5	9,7	9,5	9,9
Média global	1,79	2,69	2,18	2,71	2,05	2,42

Escala de 1 = Nada a 3 = Muito N=576

Contrastando as diversas distribuições por cada identidade proposta, o **conjunto dos inquiridos vê-se mais como membro da terra do que como português, mais como trabalhador do que como membro da classe média e mais como imigrante do que como pobre.**

O sentir-se como membro da terra é mais forte, mais generalizado entre os inquiridos do que o sentir-se português: 19% sentem-se “muito portugueses” e “muito da terra” e 32% sentem-se “muito da terra” e “pouco portugueses”.

Por sexos registam-se algumas clivagens: elas – 58% - dizem-se “pouco da classe média” contra 43% deles, eles, 72%, vêm-se como “muito trabalhadores”, contra 65% delas, e elas, 32%, muito portuguesas contra 24% deles.

Os mais idosos tendem a ver-se pouco ou nada como trabalhadores ou pobres, e o sentimento de serem da terra ou portugueses cresce com a idade enquanto o sentimento de ser imigrante decresce com a idade.

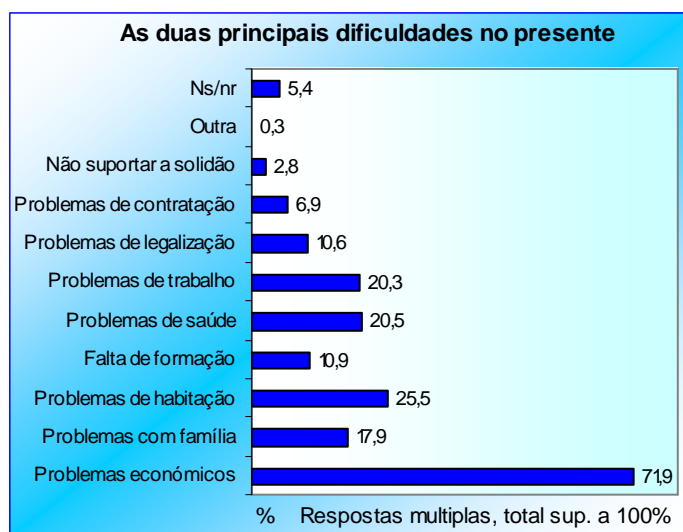
Notem-se as variações dos outros parâmetros consoante as idades:

Distribuição dentro de cada grupo etário:

Sente-se:	18 - 34 anos	35 - 54 anos	55 e mais anos
Muito da terra	65%	71%	80%
Muito português	18%	31%	55%
Pouco/nada imigrante	40%	40%	48%
Muito imigrante	53%	51%	46%
Pouco/nada classe média	83%	76%	82%
Pouco/nada trabalhador	23%	22%	39%
Pouco/nada pobre	54%	54%	62%

Os **problemas de cariz económico são dominantes – 72%** das respostas – o que supõe que o principal motivo de imigração são os ganhos e poupança. Seguem-se, bastante distanciadamente mas ainda assim uns significativos **26%**, as **preocupações de alojamento**. Um quinto diz ter problemas de trabalho e 21% problemas de saúde (sobretudo entre os mais velhos e ligeiramente mais entre as mulheres), 18% problemas de legalização ou contratação, (sobretudo entre os mais jovens), e outros 18% problemas com a família.

A solidão só afecta 3% o que revela uma boa inserção local ou humana.

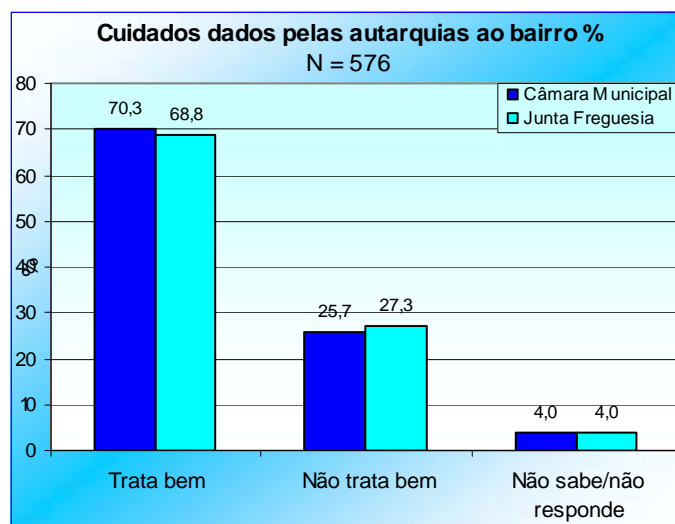


As diferenças de problemáticas apresentadas segundo as nacionalidades são significativas pelo que se insere o quadro de distribuição das respectivas respostas. Os problemas económicos fazem a unanimidade.

Tipologia de problemas	Angola, S. Tomé Moçambique	Brasil	Cabo Verde	Guiné	PALOP c/ nac. Portug.	P. Leste	Total
Problemas económicos	38,7%	35,8%	40,5%	39,4%	30,7%	39,7%	38,3%
Problemas com família	6,4%	9,2%	6,5%	3,2%	16,0%	20,1%	9,2%
Problemas de habitação	13,2%	8,1%	17,7%	12,0%	30,7%	9,2%	13,6%
Falta de formação	5,4%	3,5%	6,5%	11,6%	5,3%	1,1%	5,9%
Problemas de saúde	18,6%	4,0%	16,3%	12,5%	10,7%	0,6%	11,0%
Problemas de trabalho	10,3%	16,2%	9,3%	13,0%	6,7%	7,5%	10,9%
Problemas de legalização	2,9%	11,0%	1,9%	5,6%	0,0%	10,9%	5,7%
Problemas de contratação	3,4%	8,7%	0,0%	2,3%	0,0%	7,5%	3,8%
Não suporta a solidão	1,0%	3,5%	1,4%	0,0%	0,0%	2,9%	1,5%
Outra	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,6%	0,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
N	108	92	114	112	40	88	554

4.4.2 - Opinião dos imigrantes sobre o seu bairro e a actuação das autarquias

A apreciação da actuação das autarquias – com pequenas variações entre Junta de Freguesia e Câmara, é maioritariamente positiva – 70% e 69%.



Contudo **27%** e **26%** dos inquiridos têm uma **opinião negativa da actuação**, respectivamente, daquelas entidades locais, sendo mais elevada na faixa etária dos 35 – 54 anos, em que 31% e 34% consideram má a actuação da Câmara e Junta de freguesia para o bairro.

Discriminando a actuação da Câmara, esta é **mais para todos – 44%** – do que só para **alguns – 39%**, e 12% a vejam mais virada para outros bairros que não o seu.

Avaliação da acção da Câmara no bairro	%
Beneficia todos	44,4
Beneficia só alguns	38,7
Beneficia mais a zona	0,9
Beneficia outras zonas	11,8
Não sabe/não responde	4,2
Total	100

N = 576

Distribuindo as avaliações pelas respectivas freguesias temos algumas apreciações a tomar em nota.

Avaliação das actuações de:

Nas Freguesias de:	Câmara Municipal	Junta de Freguesia
Alhandra	+	+
Alverca	-	=
Castanheira/ Sobralinho	+	+
Póvoa de Santa Iria	+	+
Vialonga	-	-
Vila Franca Xira	+	+
Forte da Casa	-	-
Média da amostra	70% bem, 26% mal	69% bem, 27% mal
Avaliação acima da média (+), abaixo da média (-) e igual à média (=)		

N=576

4.4.3 - Atitudes de vida e opinião dos imigrantes sobre os outros

As causas das **dificuldades são vistas mais como estruturais ou exteriores ao indivíduo - 70% - do que por inércia pessoal – 16%**. A preferência por trabalhadores doutras nacionalidades é referida por 9%.

Os que estão mal é porque...	%
Apesar das ajudas, não querem trabalhar	16,0
Apesar de trabalharem, continuam a ter dificuldades	70,0
Os empregadores passaram a preferir pessoas de outras nacionalidades	9,2
Não sabe/não responde	4,9
<i>Total</i>	100

N=576

As **soluções são encaradas como colectivas – 51% - e menos como de iniciativa pessoal – 9%**. É de realçar os **39% que não sabem qual a forma de resolver os problemas**.

Os Cabo-verdianos são a nacionalidade em que mais inquiridos – 29%, contra 16% da amostra – consideram que é por falta de vontade para trabalhar que não resolvem os seus problemas. Recorde-se aqui o maior número de trabalhadores por conta própria que observamos desta nacionalidade.

Como resolver os problemas	%
As pessoas têm de agir individualmente	9,2
As pessoas têm de se organizar colectivamente	51,4
Não sabe/não responde	39,4
<i>Total</i>	100

4.4.4 - Expectativas dos imigrantes quanto ao futuro

A **fixação em Portugal**, já no presente ou a prazo, é encarada por **62% dos inquiridos, contra 32% que não** encaram essa possibilidade e 6% que não indicam qualquer opção. Dos que se querem fixar, **85% é com as respectivas famílias** e somente 7% o farão a sós. Dos primeiros,

77% as famílias já estão em Portugal e 11% pretendem fazer vir as famílias, e 12% não indicam qual a opção que pensam tomar.

Pretende fixar-se definitivamente em Portugal	%
Sim	61,6
Não	31,9
Não sabe/ não responde	6,4
N=576	
A fixar-se é...	%
Sozinho	6,5
Com a família	85,4
Não sabe/não responde	8,2
N=355	
A família...	%
Que já cá está	77,2
Há-de vir	10,6
Não sabe/não responde	12,2
N = 303	

O regresso à terra de origem está nos horizontes de **27% dos entrevistados** mas a grande maioria ainda não sabe o que fará – **71%** - enquanto que uns meros 2% é que pretendem emigrar para outro país, isto é, para quem Portugal é um país de passagem.

Por nacionalidades, os Brasileiros dividem-se entre regressar ou fixar-se, os Africanos tendem mais para se radicarem ao contrário dos de países de Leste que preferem voltar à sua terra.

Para os que querem deixar Portugal, **20% encaram fazê-lo dentro de 2 a 4 anos, 20% dentro de 5 a 10 anos** e 10% dentro de 15 ou mais anos, mas a maioria, **50%, ainda não sabe quando.**

Por nacionalidades, dos que querem deixar Portugal, entre voltar ao seu país ou ir para outro país, a maioria ainda não sabe, e somente os angolanos, romenos e ucranianos se repartem entre o regresso à pátria ou ir para outro país.

As razões para esse regresso ao seu país de origem são pelo tempo já passado fora ser suficiente, **60%**, ou a poupança bastar, **44%**, ou pretenderem voltar a exercer a sua profissão efectiva, **28%**, arranjar uma actividade ou outras razões, **22%**.

Pretende sair de Portugal	%
Para voltar ao seu país	27,2
Para ir para outro país	1,6
Não sabe/não responde	71,2
N = 576	

Pretende sair de Portugal dentro de...	%
2 a 4 anos	20
5 a 10 anos	20
15 anos ou mais	10
Não responde/ não sabe	50
N=50	

Razões para regressar ao seu país	%
Pela idade	14
Tempo fora do país suficiente	60
Poupança suficiente	44
Arranjar uma actividade no seu país	8
Exercer a sua verdadeira profissão	28
Outras razões	14
Não sabe/não responde	6
N = 50	
<i>Resposta múltipla, total sup. a 100%</i>	

Na possibilidade de virem a estar no desemprego, 34% optam por esperar algum tempo, 22% imigrarão para outro país da UE ou para outro país fora da UE, 14%, sendo o regresso ao seu país hipótese para 8% dos imigrantes.

Se ficar desempregado, o que faz?	%
Espera algum tempo	34,3
Volta ao seu país	8,2
Vai para outro país da UE	22,3
Vai para outro país fora da UE	14,2
Outra solução	6,0
Não sabe/não responde	33,5
N = 367	
<i>Resposta múltipla, total sup. a 100%</i>	

4.4.5 - Prática religiosa dos imigrantes

Com religião declaram-se 85% e 5% não se pronunciam, mas os praticantes são 54%.

Tem alguma religião	%
Sim	84,7
Não	10,6
Não sabe/não responde	4,7
N = 576	

É praticante?	%
Sim	54,3
Não	44,3
Não sabe/não responde	1,4
N = 488	

Por nacionalidades, são os Angolanos, Brasileiros, Cabo-verdianos, Moçambicanos e Africanos de nacionalidade Portuguesa que se declaram em percentagens entre os 10 e os 20% dentro da respectiva nacionalidade, como sem religião. Quanto mais idade, maior índice de religiosidade declaram ter: 82% entre os mais novos e 96% entre os mais velhos.

CONCLUSÕES

Os imigrantes residentes em Vila Franca no seu conjunto e independentemente das origens, para conviver preferem, por ordem decrescente, pessoas da mesma terra (o mais importante), nacionalidade (importante), etnia ou raça (pouco importante) e religião (o menos importante). Para se relacionarem seguem a mesma ordem de preferência, embora dando mais importância a todas estas afinidades, que consideram importantes.

Embora a maioria nunca se tenha sentido discriminada, 38% dos inquiridos responderam afirmativamente, tendo essa discriminação partido de portugueses (no geral), de patrões e de polícias. Alguns, 9%, sofreram agressões por parte de polícias, de portugueses, de pessoas da sua terra e de patrões (por ordem decrescente de importância).

Dos 92% que trabalham por conta de outrem, 92%, 1/3 fazem-no sem contrato, e 2/3 com contrato, na maioria dos casos de 6 meses de duração. Somente 2% se dizem patrões e 2% trabalhadores independentes.

Para 92% dos entrevistados, a duração da semana de trabalho é de 5 ou 6 dias e o tempo de trabalho semanal foi, em média, de 39 horas. Até ao mês do inquérito, Dezembro de 2003, 84% tinham trabalhado todo o ano, enquanto no ano anterior, 2002, 77% tinham estado sempre activos. Enquanto desempregados, 15% receberam o respectivo subsídio. Apenas 16% não estão inscritos na Segurança Social, tratando-se sobretudo de imigrantes de Leste e Brasileiros.

De entre os inquiridos, 11,3% estão desempregados e 76% tinham, no momento da entrevista, algum conhecido ou familiar desempregado. 23% dos entrevistados acham-se mais afectados pelo desemprego comparativamente a outras comunidades, sendo os imigrantes de Leste os que se sentem mais afectados. 52% dos respondentes receiam não ter o contrato renovado no seu termo ou perder o trabalho que têm.

Sobre as possibilidades de subir na vida com o actual trabalho, 48,8% acham que sim e 48,5% acham que não. Sobre o amealhar para viabilizar o regresso ao país de origem, as opiniões são um pouco mais optimistas: 51,8% antevêm essa possibilidade e 45,8% não.

Os tempos de trabalho para o mesmo patrão ou empregador são em 48% dos casos até 6 meses e para 18%, de 1 a 2 anos.

As afinidades com os patrões são de diversos tipos: a conterraneidade e a comunidade étnica como relação mais presente, com o primeiro patrão, e de antigos colegas e conterrâneos ou familiares, com o segundo patrão. Somente 3% estão filiados em sindicatos ou associações profissionais.

A procura de trabalho passa em 67% dos casos por contactos pessoais, em 40% por conhecidos e amigos, ou em 27% com (ex)-patrões. 14% dos entrevistados tiveram um agente ou angariador para conseguir o trabalho actual. Ao chegarem pela primeira vez a Portugal, apenas 19% tiveram um agente ou angariador para conseguir trabalho, enquanto 74% não. A afinidade mais comum com os colegas de trabalho é o facto de serem da mesma terra, seguido da mesma raça ou do mesmo bairro. No que respeita a arranjar trabalho a outros, os respondentes colocam em primeiro lugar as pessoas da mesma terra e depois do mesmo bairro e da mesma família.

No caso das mulheres imigrantes, 20% dizem ter-se sentido alguma vez discriminadas no acesso a um emprego por serem mulheres e 55% nunca sentiram essa discriminação. Quanto a terem perdido um emprego por serem mulheres, 17% responderam afirmativamente e 57% declararam que tal nunca lhes aconteceu; 53% das mulheres sentem dificuldades em conciliar o seu trabalho com a vida familiar, ao contrário de 22% que afirmam conseguir gerir articuladamente estes dois planos.

Indagados até que ponto estariam dispostos a exercer a sua efectiva profissão, ganhando o mesmo salário, 37% manifestaram-se disponíveis, contra 40% que responderam pela negativa.

Quanto a mudar de trabalho se surgir uma boa oportunidade, a opção “só aceitaria em determinadas condições” – foi a resposta dominante para as quatro deslocações propostas: dentro da Área Metropolitana de Lisboa (AML) mas fora do concelho de Vila Franca, para outra região de Portugal, para fora de Portugal, para o país de origem. A última é a que congrega menos respostas favoráveis e mais negativas ou indecisões. A disponibilidade para se deslocar em trabalho na AML e em Portugal é dominante, respectivamente 77% e 71%. Os imigrantes do Leste Europeu tendem a aceitar mais facilmente do que os restantes retornar ao seu país.

Sobre as prioridades de vida para o próprio comparativamente ao que propõe para os outros, a atitude é de maior exigência para consigo mesmo (trabalhar mais ou formar-se mais) do que para os outros. 54% dos inquiridos consideram a sua própria formação uma prioridade, 53% inclinam-se para o desfrutar o presente e 15% enfatizaram a necessidade de aquisição de formação por parte de outros. Relativamente a trabalhar mais e ganhar mais, as respostas são mais repartidas: entre si, 46%, para os outros, 16%; 38% mostraram-se indecisos entre uma e outra hipóteses.

O que consideram mais importante para si, é em primeiro lugar, ter mais tempo com a família (3,68 numa escala de 1 a 5), trabalhar mais tempo (3,29), ter mais formação ou ir à escola (2,91), ter mais tempo com os amigos (2,78) e, por fim, ter mais tempos livres (2,40).

A avaliação dos rendimentos actuais apresenta uma repartição muito equilibrada das respostas entre suficientes para cá viver (47%), e insuficientes (46%). Tendo em conta a sua real experiência profissional e o que fazem agora, 36% sentem-se realizados profissionalmente, enquanto 44% não; 29% procuravam outro trabalho e 52% não.

O tempo de percurso entre a casa e o trabalho é, em média, de 47 minutos; 65% trabalham ou estudam no Concelho e 26% fora, deslocando-se a maioria (56%) de autocarro. Desde que chegaram a Portugal, 63% estiveram sempre em Vila Franca de Xira, 69% vieram directamente para Portugal sem passar por outro país da UE, 38% vieram com a família e 37% sozinhos.

79% declaram-se imigrantes legais, mas 12% dizem não ter autorização de residência e 9% não se pronunciam. A média de permanência é de 11 anos. Quanto a ter formação profissional, 22% dizem possuir alguma e 66% responderam negativamente.

A apreciação do Concelho é positiva para 74% e negativa para 21%. A avaliação sobre o bairro ou localidade de residência também é bastante positiva para 71% e para 28% negativa a resignada. 79% não se sentem afectados na imagem ou nas oportunidades de vida pelo facto de morarem onde moram, ao contrário dos outros 20% que se sentem diminuídos ou marginalizados por tal facto. Apenas 27% 26% dos inquiridos têm, respectivamente, uma opinião negativa em relação à sua Junta de Freguesia e à Câmara Municipal.

Quanto à escolaridade dos filhos, 88% tiveram aproveitamento escolar, 8% não e 4% não responderam à pergunta; 92% responderam que os filhos estão bem integrados na escola e 3% que não.

São 21% dos entrevistados pertencem a pelo menos uma associação, predominantemente cultural e da sua comunidade de origem. A maioria está inscrita e é tratada no Centro de Saúde.

27% dos inquiridos têm direito a votar em Portugal, dos quais 84% estão recenseados eleitoralmente, e destes apenas 55% votaram em eleições autárquicas. Os contactos com o país de origem são maioritariamente telefónicos para 84% dos respondentes, e por via postal, para 21%. Só 8% visitaram a terra de origem nos últimos 3 anos ao contrário de 65% que não o fizeram. 31% dizem-se naturais da região de Lisboa e 69% falam Português..

Os casamentos e baptizados e as festas tradicionais são os momentos mais familiares ou comunitários vividos dentro da mesma identidade cultural ou com laços de parentesco. Seguem-se as actividades culturais e recreativas que têm associada uma forte conotação de identidade. As brincadeiras entre crianças e a conversa ocasional, o convívio no café, o ir ao futebol são os que exigem uma menor identidade étnica ou nacional e permitem uma maior aproximação entre diversas comunidades. 64% já foram a festividades em Portugal; 75% já foram a festas

promovidas por pessoas de outras nacionalidades, e a maioria foi a festividade no seio intra-comunitário – 95%.

Contrastando as diversas identidades propostas, o conjunto dos inquiridos vê-se mais como membro da terra do que como português, mais como trabalhador do que como membro da classe média, e mais como imigrante do que como pobre.

Os problemas de cariz económico são dominantes para 72% dos respondentes e as preocupações de alojamento atingem 26% das pessoas. As dificuldades são vistas mais como estruturais ou exteriores ao indivíduo, para 70% e por inércia pessoal, para 16%. As soluções são encaradas como colectivas para 51% e de iniciativa pessoal para 9%.

A fixação em Portugal, no presente ou a prazo, é encarada por 62% dos inquiridos, contra 32% que não encaram essa possibilidade. 85% apenas admitem a fixação em Portugal com as respectivas famílias e somente 7% o farão sozinhos. Dos primeiros, 77% já têm as famílias em Portugal e 11% pretendem fazer vir as famílias.

O regresso à terra de origem está no horizonte de 27% dos entrevistados, mas uma maioria de 71% ainda não sabe o que fará. Para os que querem deixar Portugal, 20% encaram fazê-lo dentro de 2 a 4 anos, 20% dentro de 5 a 10 anos e 10% dentro de 15 ou mais anos, mas a maioria (50%), ainda não sabe quando.

As razões para regressarem ao país de origem são para 60%, pelo tempo suficiente já passado fora, para 44% por já terem poupado o bastante, ou pretenderem voltar a exercer a sua profissão efectiva. Na possibilidade de virem a estar no desemprego, 34% optam por esperar algum tempo, 22% imigrarão para outro país da UE, 14% para outro país fora da UE, sendo o regresso ao seu país uma hipótese para apenas 8% dos imigrantes inquiridos.

Referências Bibliográficas

Instituto Nacional de Estatística, *Censos 1991*, INE, 1991

Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001*, INE, 2002

CÓNIM, Custódio, *População e Desenvolvimento Humano – Uma Perspectiva de Quantificação – 1970/1999*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa, Janeiro de 2002

NAZARETH, J. Manuel, *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Coleção Fundamentos, Editorial Presença, Lisboa, Outubro de 1996

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, *O Concelho em que Vivemos*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, 1998

VÁRIOS, *Município de Vila Franca de Xira – Obras e Projectos – 1998/2001*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, Novembro de 2001

LUÍS, Hugo e CARVALHAIS, Sara, *Migrações: das Grandes Correntes à Problemática Actual – O Desenvolvimento da Dialéctica Migratória dos Pós 2ª Guerra Mundial aos Teatros Internacionais Coevos*, s.e., Lisboa, Janeiro de 2001

LUÍS, Hugo e FILIPE, Vera, *Análise da Estrutura Demográfica e Ecológica da Cidade de Lisboa*, s.e., Lisboa, Fevereiro de 2001

LUÍS, Hugo e FILIPE, Vera, *Prospectiva Demográfica e Planeamento Ecológico da Cidade de Lisboa*, Lisboa, s.e., Julho de 2001

VIEIRA, Pedro Almeida, *Lisboa Mudou-se para os Arredores*, in *Expresso*, 8 de Julho de 2000

Diário da República, *Despacho nº25 360/2001 (2ª Série)*, Diário da República, 2001

Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, *Educação*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, Outubro de 2001

COSTA, Fernando Marques da, CAVACO, Vítor, PEREIRA, Guilherme e Outros, *As Populações do Concelho da Amadora: Relações Inter-Étnicas e Representações*, Câmara Municipal da Amadora, Amadora, Julho de 2002

MARQUES, Maria Margarida, SANTOS, Rui, ARAÚJO, Fernanda e NÒBREGA, Sílvia, *Realojamento no Concelho de Oeiras – Um Estudo Sociológico*, Direcção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação da Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, Dezembro de 2001

Pelouro da Habitação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, *Projecto de Reabilitação Urbana do Bairro do Olival de Fora (Subprograma 6) – Projecto ‘Viver o Bairro’*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, Dezembro de 1997

Instituto Nacional de Estatística, *Destaque do INE – Resultados Provisórios da População Estrangeira em Portugal*, INE, Lisboa, Julho de 2002

VÁRIOS, *A Situação da Habitação no Concelho de Vila Franca de Xira*, Centro de Estudos Territoriais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, Fevereiro de 1995

CALHEIROS, Manuela e OUTROS, *Caracterização das Crianças em Risco no Concelho de Vila Franca de Xira*, Departamento de Acção Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, Janeiro de 1997

Centro de Recursos e de Animação Educativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, *A Formação Pessoal e Social*, Caderno 3, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, Março de 1992

VERMEULEN, Hans, *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Edições Colibri e Socinova, Lisboa, Novembro de 2001

Centro Comunitário de Arcena, *Espaço, Lazer e Equipamento ao Serviço do Desenvolvimento – Relatório de Actividades 2002*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, 2002

FERNANDES, Luís, *Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira – Plano de Actividades para o Ano de 2002*, Vila Franca de Xira, 2002

Polícia Judiciária, *Auxílio à Imigração Ilegal*, Directoria Nacional do Ministério da Justiça, Lisboa, Março de 2003

LAGES, Mário F. e POLICARPO, Verónica, *Análise Preliminar de Duas Sondagens sobre os Imigrantes em Portugal – Versão Provisória*, Centro de estudos e Sondagens de Opinião e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2002

www.cm-vfxira.pt

www.portugaldiario.iol.pt

www.drel.min-edu.pt

www.jf-vialonga.pt

www.infocid.pt

www.cidadesportugasas.net

www.porbase.org